

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Viana Albuquerque

**A MEMÓRIA DAS TRIBOS E OS INVENTÁRIOS PRODUZIDOS EM
RORAIMA: TURISMO, CULTURA E O PERTENCIMENTO LOCAL**

Rio de Janeiro

2017

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Viana Albuquerque

**A MEMÓRIA DAS TRIBOS E OS INVENTÁRIOS PRODUZIDOS EM
RORAIMA: TURISMO, CULTURA E O PERTENCIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Sotratti.

Rio de Janeiro

2017

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma necessidade identificada na prática supervisionada da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Roraima.

ALBUQUERQUE, Carolina Viana

A Memória das Tribos e os Inventários Produzidos em Roraima: Inventário Turístico, Inventário Cultural e o Pertencimento Local/ Carolina Viana Albuquerque – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

231 f. : il.

Orientador: Marcelo Antonio Sotratti

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

1. Memória. 2. Patrimônio Cultural. 3. Inventários. 4. Turismo. I. Albuquerque, Carolina Viana. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. III. A Memória das Tribos e os Inventários Produzidos em Roraima: Inventário Turístico, Inventário Cultural e o Pertencimento Local.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Viana Albuquerque

**A MEMÓRIA DAS TRIBOS E OS INVENTÁRIOS PRODUZIDOS EM
RORAIMA: TURISMO, CULTURA E O PERTENCIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Sotratti

Prof^a. Dr^a. Lia Motta

Prof. Dr. Cleber Marques de Castro

Ao João Melo Viana, prova de que quando nos planejamos para realizar sonhos, eles saem muito melhor do que podemos imaginar. Filho, razão da minha escolha pela vida todos os dias. Ao Léo, companheiro dessa e de todas as lutas e glórias. À Kalyua, cúmplice em todos os momentos. À Heloísa e Camilla, companheiras e amores da minha vida.

À Paty Maciel, Vô Expedita e Tio Véio (*in memoriam*), que mesmo longe, em outra dimensão, se fizeram presentes sempre. À todos aqueles que carregam consigo as memórias de suas tribos e respeitam as memórias de outras tribos também. Toda a minha gratidão a vocês!

AGRADECIMENTO

Ahhh...que sonho distante. Parecia inalcançável!!! Quantas coisas passei até chegar aqui!!! Tantas dores, físicas e espirituais, mas, a alegria e a satisfação que senti no decorrer de todo esse processo são maiores que qualquer dor. Desde a leitura do Edital para a seleção do Mestrado, a inscrição, a prova, a entrevista, a espera pelo resultado de cada etapa e o resultado final, o primeiro dia na Superintendência do Iphan em Roraima, a participação em todos os trabalhos, reuniões, eventos, expectativa pela oficina em Vassouras, Módulos de Aula no Rio de Janeiro, visitas técnicas... Saber que meus professores seriam os mesmos autores daqueles livros e artigos que tanto li e reli na graduação. Mal podia acreditar que tudo isso estava realmente acontecendo... E os colegas de turma?! Nossa! Tanta gente linda (por dentro e por fora) generosa, de cada canto do Brasil, que nas diferenças de sotaques e profissões, se uniram de uma forma que só a letra da música Evidências pode descrever. Conheci pessoas especiais, aprendi lições fundamentais, relações foram fortalecidas. E é pela oportunidade de poder passar por cada momento desses que eu venho agradecer:

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que desde a sua criação trabalha e busca pelo aperfeiçoamento de ferramentas, inclusive com a criação deste mestrado, em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

À Coordenação Geral de Documentação e Pesquisa do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan – COPEDOC/DAF/Iphan, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, onde fui acolhida pela coordenação do Mestrado, professores e técnicos, com quem compartilhei momentos de aprendizado e gentileza quando dúvidas e angústias surgiram. Em especial à Juliana Sorgine, Joseane Brandão e à Beatriz Landau, pela cortesia com que me tratavam sempre que eu precisava de algum auxílio. À Cláudia Leal, por todo o carinho nas suas falas, comentários e recomendações que me proporcionou esclarecimento na banca de qualificação do mestrado. E principalmente à Lia Motta, orientadora que me apoiou em momentos críticos de saúde e de convivência no decorrer do mestrado, passando-me serenidade e força para continuar firme e mantendo o foco. E ao professor Marcelo Sotratti. Não sei o que dizer desse professor que me acolheu com todo o carinho e mesmo à distância, me orientou e sem saber por que eu demorava tanto a respondê-lo, teve toda a paciência e mesmo na hora da bronca, foi gentil comigo. Muito obrigada, professor. Muito obrigada por ter me orientado neste trabalho tão importante pra minha carreira e aprendizado na vida. Eu me sinto muito privilegiada por ter sido orientada por você.

Aos pepistas queridos, meus colegas de turma. Pelo companheirismo nas angústias, dúvidas e conquistas, dos momentos de elaboração e apresentação de cada trabalho, dos trabalhos das aulas no Rio, escrita do projeto, qualificação, escrita da dissertação, troca de experiência quanto às dificuldades e alegrias do estágio supervisionado, nas conversas e passeios pelo Rio, as palavras de apoio, o incentivo no olhar e os abraços de carinho. Muito obrigada à todos vocês. Em especial ao Fernando Mesquita, profissional que sempre admirei quando da sua atuação na Superintendência do Iphan em Roraima que me recebia para longas conversas sobre o caso do patrimônio cultural local, que me incentivou a fazer a inscrição no mestrado e me fez acreditar que sim, eu podia. E que quando me dei conta em Vassouras, ele estava lá e havia passado de profissional admirável e incentivador, à meu colega de turma. Momento muito especial. Muito obrigada, por seu carinho e amizade, Fernando!

À Superintendência do Iphan em Roraima, que desde a minha graduação, foi receptiva as minhas solicitações e aos meus projetos, me estimulando à causa da preservação do patrimônio cultural de Roraima. À Lady, Eduardo, Flávia, Roberto, Luciana, Dayana, Monica, Evandro, Robert, Sandra, Conceição, Patrícia, Marla, Jaime e Pedro, enfim, todos que passaram e ainda estão nesta casa, que seja pela dor, ou pelo amor, me ensinaram lições valiosas. Passei por momentos de muito aprendizado, sem os quais, não teria chegado até aqui e com certeza me tornado uma pessoa melhor. Muito obrigada por me receberem e compartilharem comigo momentos tão importantes tanto na vida pessoal, quanto na profissional.

Às professoras Tereza Kátia, Márcia Falcão, Geórgia Ferko, Elisabete Melo, Eli Macuxi, Leila Ghedin, Leila Cavalcante, Arlete Oliveira, Daygles Maria, Alexandrina Lima, dentre tantas outras fontes de inspiração e de sustento em inúmeros momentos de incertezas e insegurança. Obrigada por todas as palavras de incentivo, pelo conhecimento compartilhado, por me apresentarem tantos textos lindos, vibrarem com cada artigo aceito, por me apoiarem inclusive financeiramente para a minha participação em eventos e na realização de meus sonhos, por me ensinarem que por meio do ensino-aprendizagem, podemos contribuir para a construção de um lugar melhor e dessa forma, sermos pessoas melhores também. Existe uma citação de Paulo Freire que diz o seguinte: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. E foi exatamente isso que vocês fizeram e ainda tem feito comigo. A vocês, minhas mestras, todo o meu carinho.

À minha família, por acreditarem em mim mesmo quando eu mesma não acreditava. Por me apoiarem e torcerem por mim desde sempre, por serem meus maiores incentivadores. Heloísa, minha mãe querida, pelo amor incondicional, sempre fez de tudo para que nada nos

faltasse, nos mostrando que é por meio do próprio esforço que conseguimos alcançar nossos objetivos na vida. Te Amo! Camilla, minha irmã e companheira de vida em tantos momentos bons e difíceis pelos quais passamos na vida. Estamos conseguindo, mana. Vamos seguir em frente! Também Amo Você! As minhas tias, Helena, Hizete, Hozana, ao Bruno, Levy, Laura, Michele, Tia Lúcia, Sebastião, Keylla, Paty e Vó Terezinha. Ao Léo, companheiro dessa e de todas as vidas pelo amor e amizade, por me dar forças nos momentos em que eu não tinha mais, pelo sustento e paciência, meu maior incentivador e que junto ao João, me ensinaram o que é o amor, o que é ser amada e que juntos, formam meu alicerce, razão por tudo isso acontecer. Amo vocês meus “principis”. À Kalyua, que se fez presente nos momentos mais importantes, companheira, irmã de alma de todas as horas. “*Je t’aime*”! Aos meus irmãos Luciandrio, Alan e Thiago, que me compreendem, protejam e mesmo à distância, se preocupam, cuidam e vibram por mim, com cada conquista. Eu te amo meus irmãos! Obrigada pela amizade de vocês.

Aos meus amigos, Cris Conceição, Nayane Maia, Irmão Sarmento, Thiago Bríglia, Pedro Gaspar, Ágda Santos, Francisco Pereira, Flávia Bezerra, Cora Coralina, Murilo, Vito, Lyquia, Alexandre, Fernanda Lima, Maynara Hart, Laísa Maida e Renata Sarmento. Cada momento ao lado de vocês é muito especial pra mim. Eu amo todos vocês! Vocês foram e tem sido personagens fundamentais no meu crescimento. Obrigada pelos conselhos, pelos desabafos, pelos momentos de descoberta e pelas experiências compartilhadas. Obrigada por dividirem sonhos e em alguns momentos, pesadelos comigo. Se olharmos para trás, veremos o quanto estamos crescendo enquanto seguimos caminhando, com alguns não mais ao nosso lado fisicamente, por estarem voando por aí, mas à luta tem sido diária e prazerosa. Vocês nem imaginam que em alguns momentos, enquanto ríamos e conversávamos, eu estava ali com a certeza de que a melhor opção era acabar com tudo e de repente, uma palavra, um gesto de carinho, me faziam enxergar que a melhor opção era continuar a caminhar, sonhando junto com vocês. “A amizade desenvolve a felicidade e reduz o sofrimento, duplicando a nossa alegria e dividindo a nossa dor” (Joseph Addison). Grata por vocês existirem na minha vida! Grata também à Família Gomes, da minha querida amiga Paula. À Wanda, Pablo, Dilma, Pedro e Zigui, que me acolheram como parte de sua família no Rio. Tão receptivos, amáveis e acolhedores desde antes mesmo da minha chegada ao Rio. Como agradecer a acolhida que vocês me deram?! Vocês não tem noção do quanto foram importantes nesse momento. Obrigada por dividirem comigo o aconchego do lar e o carinho de família, o amor e por me aqueceram nas noites frias de saudades que eu tinha da minha casa e do meu João. Espero um dia contribuir à altura.

Aos grupos organizados, aqui representando o ser humano, objeto de estudo do meu trabalho. Salguarda da Capoeira, Grupos de Terreiro e Matriz Africana, às Comunidades Indígenas e ao Grupo Memória das Tribos. Por toda a receptividade, por compartilharem comigo valiosas lições. Sem a cooperação de vocês, esse trabalho não faria sentido. O trabalho que esses e tantos outros grupos fazem, são trabalhos nobres e na maioria das vezes, feitos na garra e na raça, sem o apoio que mereciam e deveriam ter, pois trabalham em prol da preservação de nossa identidade, de nossas referências e pelo que deixaremos de legado para as gerações futuras. São a razão para a existência de Instituições como o Iphan e é a razão por eu estar aqui e também ser uma preservacionista.

Agora, chegando ao fim deste trabalho, sinto-me apreensiva e ansiosa pelo que há de vir. A expectativa em atuar na preservação do patrimônio cultural é ao mesmo tempo cheia de desafios e responsabilidade e também fascinante. Olho para trás e depois de tantos desafios, chego aqui com um sentimento de gratidão enorme. Espero poder contribuir de forma satisfatória e a altura que todos os grupos que valorizam suas culturas e lutam por sua preservação merecem. Que experiência maravilhosa!

Memória da Tribo

Minha vó me chamou:

"Curumim venha cá

Venha ver como é

O sinal do pajé

Venha cá curumim

Não vá esquecer

Essa tribo é um rio

O destino é correr

Curumim, essa terra

Nunca mais nos pertenceu

Não é de ninguém

Não tem dono

Nem Deus

Curumim venha ver

A panela de barro

O que há pra comer

É um caldo de peixe

Com as sobras do tempo

Cheiro verde, sentimento"

Minha vó me chamou

(Nilson Chaves e Eliakin Rufino)

Tudo Índio

Eu conheço wapixana que mora no Treze
E ela sabe de outros cem
Que também moram lá
Muita gente índia, muita gente
No conselho indigenista
Macuxi de São Vicente
Tudo índio, tudo parente
Em cada bairro da cidade
Cada tribo tem seu representante
Os tuxauas se reúnem
Toda semana
Na associação do Asa Branca
Tudo índio, tudo parente
Eu conheço um yanomami que vende sorvete
E um pedreiro taurepang que vive de biscate
As mulheres índias,
Longe da maloca e da floresta
Sobrevivem como desempregadas domésticas
E as milhares de meninas e meninos
Fazem papel de índio no boi
Durante as festas juninas
Tudo índio, tudo parente
(Eliakin Rufino)

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão em torno da disputa das memórias no Estado de Roraima e sua capital Boa Vista, bem como da influencia desta disputa na escolha dos bens que são eleitos como patrimônio cultural no estado. É comum encontrar muitos desses bens parcial ou totalmente degradados, e as informações sobre os mesmos são inconsistentes, o que por sua vez causam fragilidade ao gerar documentos, pesquisas, guias e roteiros turísticos, com informações incertas, assim como nos inventários produzidos pelas instituições públicas (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar dois dos inventários produzidos no Estado de Roraima no âmbito do turismo e do patrimônio cultural. Sendo um inventário produzido pelo governo do estado de Roraima e outro pela Prefeitura Municipal de Boa Vista. Tem como foco principal falar das metodologias de inventários empregadas por esses órgãos e pelo IPHAN e por fim discutir a possibilidade do uso de outros instrumentos na construção de um inventário com maior participação da comunidade local. Dessa forma, finalizo o trabalho apresentando a metodologia Kozel de Mapas Mentais e o resultado de sua aplicação em campo.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Cultural; Inventário; Turismo.

ABSTRACT

The present work presents a discussion about the dispute of memories in the State of Roraima and its capital Boa Vista, as well as the influence of this dispute in the choice of assets that are elected as cultural patrimony in the state. It is common to find much of these goods partially or totally degraded, and information about them is inconsistent, which in turn causes fragility when generating documents, surveys, guides and tourist itineraries, with uncertain information, as well as in the inventories produced by public institutions (Federal, state and municipal). In this sense, this work aims to analyze two of the inventories produced in the State of Roraima in the field of tourism and cultural heritage. Being an inventory produced by the government of the state of Roraima and another by the Municipality of Boa Vista. Its main focus is to discuss the methodologies of inventories used by these bodies and IPHAN and finally to discuss the possibility of using other instruments in the construction of an inventory with greater participation of the local community. This way, I finish the work presenting the Kozel methodology of Mental Maps and the result of its application in the field.

Keywords: Memory; Cultural Heritage; Inventory; Tourism.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agência de Viagens
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CEC	Conselho Estadual de Cultura
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DETUR	Departamento de Turismo
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FETEC	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
INBMI	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INCEU	Inventário de Configuração de Espaços Urbanos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INVTUR	Inventário da Oferta Turística
IPAC/BA	Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
LACED	Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento
MEC	Ministério da Educação
MICTI	Ministerio de Industria e Comercio Interior, Turismo e Integracion
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PMBV	Prefeitura Municipal de Boa Vista
PNMT	Programa de Municipalização do Turismo
SECULT	Secretaria Estadual de Cultura
SETUR	Superintendência de Turismo
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SISTUR	Sistema de Turismo
SPHAN	Sistema do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
6° BEC	Batalhão de Engenharia e Construção

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Forte São Joaquim do Rio Branco, parte ocidental. Acervo do Iphan/RR. Fonte: Coudreau, 1886. _____	41
Figura 2 - Forte São Joaquim do Rio Branco, parte oriental. Acervo do Iphan/RR. Fonte: Coudreau, 1886. _____	42
Figura 3 - Mapa das Fazendas do Rei. Fonte: Stradelli, 1906. Mapa do Rio Branco. Acervo da Biblioteca Nacional. _____	48
Figura 4 - Fazenda Boa Vista, construída em 1830. Fonte desconhecida. Acervo do Iphan/RR. _____	51
Figura 5 - Ângulo superior do Porto de Cimento, década de 40. Fonte desconhecida. Acervo do Iphan/RR. _____	52
Figura 6 - Registro feito pelo hidroavião da expedição de Hamilton Rice em 1924. Fonte desconhecida. Acervo do Iphan/RR. _____	53
Figura 7 - Planta da Cidade de Boa Vista. Fonte: Acervo do Iphan/RR. _____	62
Figura 8 - Planta da Cidade de Boa Vista. Em destaque de azul, o primeiro traçado urbano respeitado dentro do Plano Urbanístico. Fonte: Acervo do Iphan/RR. _____	64
Figura 9 - Crescimento de Boa Vista e o surgimento de novos bairros. Fonte: Google Maps. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@2.8709949,-60.7760324,172371m/data=!3m1!1e3 . Acesso em: 14.fev.16. _____	67
Figura 10 - Avenida Jaime Brasil. Fonte: Da Autora, 2016. _____	70
Figura 11 - Quadro de Bens Tombados pela Constituição do Estado de Roraima _____	72
Figura 12 - Quadro de Bens Tombados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV _	73
Figura 13 - Componentes do Inventário Turístico de Bogotá, Colômbia. Erro! Indicador não definido.	
Figura 14 - Quadro do Inventário de Atractivos Turísticos (Bogotá, 2010, p. 26-27). Erro! Indicador não definido.	
Figura 15 - Quadro do Demonstrativo de Acesso ao INVTUR. Fonte: MTur, 2011, p. 23. _	93
Figura 16 - Quadro Demonstrativo de Competências dos governos (federal, estadual e municipal). Fonte: MTur, 2011, p. 24. _____	94
Figura 17 - Quadro demonstrativo dos módulos, atribuições e fichas do SICG. _____	109
Figura 18 - Quadro Demonstrativo da Sequencia da Montagem do Volume Final do INRC. Fonte: IPHAN, 2000, p. 155. _____	112
Figura 19 - Capa do Inventário do Estado de Roraima _____	116
Figura 20 - Quadro do subitem referente aos atrativos naturais e culturais do inventário. _	119
Figura 20 - Cont. da tabela do subitem referente aos atrativos naturais e culturais do inventário _____	119
Figura 21 - Quadro da hierarquização e priorização dos recursos e atrativos culturais do Estado. Fonte: São Paulo (2002, p. 509). _____	121
Figura 22 - Quadro da hierarquização dos recursos e atrativos culturais segundo OMT e índice de implantação. Fonte: São Paulo (2002, p. 510). _____	122
Figura 23 - Quadro dos atrativos culturais selecionados como prioritários em ordem sugerida de desenvolvimento. Fonte: São Paulo (2002, p. 511). _____	123
Figura 24 - Capa do Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista _____	127
Figura 25 - Demonstrativo de descrição do bem no Inventário. Fonte: Boa Vista, 2011, p. 23. _____	129
Figura 26 - Comunidades indígenas no município de Boa Vista. Fonte: Boa Vista, p. 53, 2011. _____	131

Figura 27 - Ocupação das comunidades indígenas em Boa Vista. Fonte: Boa Vista, p. 54, 2011. _____	132
Figura 28 - Ficha de Inventário do patrimônio material. Fonte: Boa Vista, p. 73 e 77, 2011. _____	134
Figura 39 - Ficha de Inventário preenchida. Fonte: Boa Vista, 2011, p. 84 - 85. _____	136
Figura 30 - Quadro das Fichas do Inventário Participativo: descrição e campos de preenchimento. _____	150
Figura 31 - Quadro das Fichas de Categoria do Inventário Participativo: descrição e campos de preenchimento. _____	152
Figura 32 - Esquema de Organização da Metodologia Kozel de Mapas Mentais. Fonte: Kozel, 2009, p. 2 _____	157
Figura 33 - Mapa Mental A do Grupo 1: Servidores e Gestores Culturais de órgãos públicos. _____	161
Figura 34 - Mapa Mental B do Grupo 1: Servidores e Gestores Culturais de órgãos públicos.. _____	164
Figura 35 - Verso do Mapa Mental B do Grupo 1. _____	165
Figura 36 - Mapa Mental A do Grupo 2: Residentes do Plano Urbanístico. _____	167
Figura 37 - Mapa Mental B do Grupo 2: Residentes do Plano Urbanístico _____	169
Figura 38 - Mapa Mental A do Grupo 3: Residentes de fora do Plano Urbanístico. _____	171
Figura 39 - Mapa Mental B do Grupo 3: Residentes de fora do Plano Urbanístico. _____	172
Figura 40 - Mapa Mental A do Grupo 4: Povos de Comunidade Indígena. _____	174
Figura 41 - Mapa Mental B do Grupo 4: Povos de Comunidade Indígena _____	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE RORAIMA.....	26
1.1 O Processo de Construção da Memória e os Monumentos Históricos de Boa Vista	27
1.2 – Da descoberta à disputa pelo Vale do Rio Branco: A formação de um território estratégico.....	37
1.3 – O surgimento de uma cidade: de Freguesia do Rio Branco à Estado de Roraima	51
1.4 – O Projeto Urbanístico de Boa Vista: A nova cidade em forma de Leque.....	59
1.4.1 Centro Histórico e a Degradação	68
1.4.2 Tombo, (des) tombo e os projetos de “revitalização” e proteção do patrimônio em Boa Vista – Roraima	75
CAPÍTULO II: INVENTÁRIO, TURISMO E OS BENS CULTURAIS NOS INVENTÁRIOS DO ESTADO DE RORAIMA E DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA: OLHARES E LIMITAÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE RORAIMA	82
2.1 – O turismo e o papel dos inventários turísticos como referência para o Estado de Roraima	83
2.2 – Os Inventários culturais como referência para o turismo cultural no Estado de Roraima	98
2.2.1 – Inventário do Estado de Roraima.....	115
2.2.2 – Inventário do Município de Boa Vista	126
CAPÍTULO III: A COMUNIDADE E OS BENS CULTURAIS DE BOA VISTA: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL DA CIDADE.	141
3.1 – A Importância da participação da comunidade de Roraima na construção do patrimônio cultural do estado e do município	142
3.2 – Metodologias participativas para a ampliação dos bens culturais e referencias do estado: o caso dos Mapas Mentais	146
3.3 – A aplicação dos mapas mentais.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179

REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	198

INTRODUÇÃO

As letras das músicas “Memória da Tribo” e “Tudo Índio”, que escolhi para fazer a abertura deste trabalho, falam muito bem sobre a realidade encontrada em Roraima, quanto a sua diversidade cultural e as diferentes perspectivas dos que enxergam essa cultura de fora. Na letra de “Memória da Tribo”, os compositores Eliakin Rufino e Nilson Chaves contam a história de um neto que relata seu diálogo com sua vó, que por sua vez, lhe fala sobre as tradições de sua tribo, sua comunidade. Já a letra de “Tudo Índio”, apresenta o índio roraimense como só os roraimenses e roraimados (como chamamos as pessoas que não nasceram em Roraima, mas que moram e/ou gostam do estado) conhecem. O índio que não anda nu, ou com seu traje típico de dança ou guerra, entanto segura seu arco e flecha, caça, ou faz artesanato.

A letra de “Tudo Índio” retrata o dia-a-dia dos indígenas que vivem na capital Boa Vista, como qualquer outra pessoa, ganhando a vida em diferentes trabalhos (pedreiro, vendedor de picolé, entre outras coisas), enquanto que algumas mulheres estão desempregadas e por vezes, as crianças são chamadas para representar o índio em festas juninas e danças de boi-bumbá. Foi ouvindo essas músicas que surgiu o título da dissertação: “Memória das Tribos e os Inventários Produzidos em Roraima: Turismo, Cultura e o Pertencimento Local”, pensando na relação entre a valorização da cultura para sua perpetuação para as gerações seguintes, o estereótipo que formamos dos diferentes grupos sociais e a atividade turística que acontece em meio a tudo isso.

A questão do patrimônio cultural de Roraima é um tanto delicada. Podemos observar o reflexo dessa afirmação, por exemplo, pelo tombamento de muitos dos monumentos históricos, que foram feitos por meio de leis e decretos que por acaso, nunca foram regulamentados em sua maioria.

Dessa forma, medidas que são herdadas com o tombamento, como as ações de fiscalização, conservação e preservação, não são colocadas em prática, levando a um resultado desastroso com direito a reformas que acabam por descaracterizar por completo alguns imóveis, demolição de outros, por parte dos mesmos órgãos que os “tombarão”, para a construção de novas edificações para uso do mesmo órgão e/ou autorização para que empresários derrubem prédios históricos para a construção de imóveis comerciais. E o mais marcante no quesito tomba/destomba/derruba: a publicação de decreto que regulamenta o destombamento, seguindo da publicação de destombamento de prédio histórico que nem sequer era tombado pelo órgão que estava destombando!

Confuso, não?! Mais isso realmente aconteceu. E continuou acontecendo (demolição de prédios históricos e tombados) no decorrer da escrita desta dissertação. Houveram protestos, abaixo assinados, mais nada de mais concreto foi feito tanto para justificar essa série de atropelos que segue na contramão das ações de preservação do patrimônio cultural, quanto para implementação de ações de salvaguarda. Isso sem nem ao menos citar o registro do patrimônio imaterial.

Mesmo assim, Roraima, que deixou de ser Território Federal em 1988 e possui como capital, Boa Vista, a cidade mais antiga do estado, nasceu às margens do Rio Branco, é situada totalmente no hemisfério norte e possui uma rica diversidade cultural, com influências fortes da cultura indígena, nordestina e de alguns estados no Norte do País, como o Amazonas e o Pará. Roraima recebe turistas oriundos de todos os cantos do mundo, na busca por experiências nos segmentos de turismo de aventura e cultural, com destaque ao Monte Roraima, Observação de Aves, visitas às comunidades indígenas e o turismo de negócios, mais presente na capital.

É na capital Boa Vista que se localizam os imóveis mais conhecidos e visitados entre turistas e moradores locais. O centro antigo, que abriga casarões das primeiras famílias que estabeleceram moradia vindo de outros estados, as Igrejas e alguns monumentos como o Monumento aos Pioneiros, Monumento aos Garimpeiros, Palácio da Cultura, Centro de Artesanato, Centro Multicultural entre outros, além da contemplação do Rio Branco pela Orla Taumanan. Esses bens são descritos em guias turísticos, culturais e *city tour* por exemplo, aguçam a curiosidade dos turistas, quanto a origem da cidade e importância desses monumentos para os moradores locais.

Dessa forma, quando essas pessoas (turistas e moradores locais), partindo de um reconhecimento rápido do local, se interessam por conhecer com mais detalhes sobre a história de Roraima, acabam por procurar os departamentos de turismo e/ou cultura dos governos (federal, estadual e municipal). Ao fazer isso, as informações que recebem limitam-se aos dados contidos em publicações de inventário produzidos por esses departamentos e dificilmente passa disso. Todas as informações em relação aos bens culturais são consultadas nessas publicações.

Ao analisar essas publicações, percebe-se a fragilidade nas informações, como a falta de fontes bibliográficas e outras referências que possam dar mais credibilidade ao material. Esses fatores geram questionamentos que ouvi de muitos turistas (quando trabalhei na Superintendência de Turismo em Boa Vista), pesquisadores, moradores recém-chegados e moradores antigos do Estado. Pessoas que questionavam informações quando consultavam

mais de um desses inventários, ou que, como no caso de moradores mais antigos da cidade, questionavam o registro de determinados bens, manifestações ou personagens nessas publicações.

Quando decidi participar do processo de seleção do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan e concorrer à vaga de Roraima, me deparei com o conteúdo do Edital que falava sobre as principais atividades das práticas supervisionadas do aluno. Dentre as informações do edital, li o seguinte: “Participação no desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os bens culturais de Roraima, visando a valorização do patrimônio do Estado (...), incluindo informações dos bens tombados (...) diante da importância de se disponibilizar informações na rede atendida pelo IPHAN (...) participação na instrução de processos de tombamento pelo IPHAN, de bens edificados no centro histórico de Boa Vista (Prelazia, Cathedral, Igreja Matriz, Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller)”. Percebi lendo este trecho, a fragilidade dentro do próprio órgão, que ao listar alguns bens, se refere à Igreja Cathedral com a grafia de uma famosa Faculdade particular da cidade. São detalhes. Quando passei no processo e pude conversar com a equipe da Superintendência sobre o projeto de pesquisa da dissertação, a superintendência local visava que esta pesquisa se desenvolvesse em torno de um inventário sobre os bens culturais do centro da cidade de Boa Vista, incluindo os que acabei de citar como contidos no Edital.

Mesmo assim, me deixaram à vontade para seguir outras linhas, de acordo com a necessidade da Superintendência. Nessa perspectiva, comecei a me questionar sobre quais eram os bens que poderíamos apontar e dizer: “esses aqui são os bens culturais de Roraima!”, ou que pelo menos, representam a maior parte dos grupos sociais que compõem essa sociedade. E ao mesmo tempo, lembrei-me das indagações que ouvia quase que diariamente na Superintendência de Turismo. Assim, constatei que quando se trata de patrimônio histórico de Roraima, tudo se resume aos bens citados no Edital do Mestrado, incluindo mais alguns poucos bens e parece ainda, que só é considerado patrimônio, se for tombado por algum órgão (mesmo isso não valendo de nada por aqui). Porque esses bens? Como foi o processo de inventário desses monumentos? Porque eles aparecem em guias, inventários e alguns não são reconhecidos pelas pessoas? Porque outros bens são deixados de fora? Como se deu a aplicação desses inventários? Onde e por quem foram aplicados?

Entender essas questões foi o que me motivou a pesquisar a relação da memória e da representatividade da mesma nos monumentos que aparecem nos inventários e foram eleitos pelo poder público como símbolos da cultura local, versus as manifestações culturais que não aparecem nos inventários e como todo esse processo reflete na atividade turística. A partir daí,

sugeri à Superintendência, que eu pudesse produzir minha pesquisa, sobre as metodologias de inventário, procurando entender como esta ferramenta pode ser utilizada de acordo com sua finalidade e como poderiam ser utilizadas permitindo a participação mais democrática da comunidade local.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo, analisar dois dos inventários produzidos no Estado de Roraima no campo do turismo e do patrimônio cultural. Os objetivos específicos são comparar um inventário de autoria do Município com o do Estado, que abordam o patrimônio cultural e conseqüentemente o turismo; falar das metodologias de inventários do IPHAN e; discutir a possibilidade do uso de outros instrumentos na construção de um inventário que possibilite a maior participação da comunidade local. Conhecer e utilizar outros instrumentos como uma ferramenta para o desenvolvimento de inventários, também é uma forma de conhecer e identificar o patrimônio cultural de Roraima por meio de outros olhares, outras perspectivas, fazendo com que a análise e a compreensão da história e da cultura seja mais abrangente. Procurando colocar isso em prática, utilizei da metodologia de Kozel, dos Mapas Mentais, que consiste na representação daquilo que o indivíduo vem adquirindo ao longo de sua vida, aqui especificamente no âmbito social, cultural e histórico.

Assim, o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que no **primeiro capítulo**, o assunto abordado será o processo de construção do patrimônio cultural de Roraima, com enfoque na disputa das memórias. O recorte histórico aqui é a partir da descoberta do Vale do Rio Branco, a disputa por este território, construção do Forte São Joaquim, a relação do “homem branco” com o povo indígena que já ocupava a região e o resultado desse encontro: aldeamento indígena, surgimento de vilas, que deram origem a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, depois a cidade de Boa Vista, Território Federal de Roraima, até chegar ao Estado de Roraima, constituído em 1988. Também abordei o projeto correspondente ao Plano Urbanístico de Boa Vista e como essa obra refletiu na vida dos moradores da região, a disputa constante pela memória em torno das primeiras famílias colonizadoras e as comunidades indígenas e como essa relação reflete nos monumentos históricos da cidade. Para finalizar o capítulo trato da degradação do centro histórico, de leis e decretos de tombamento, destombamento e projetos realizados pelas instituições municipal e estadual acerca do patrimônio e turismo. Procurei utilizar como referência bibliográfica para este capítulo, além de autores como Nádia Farage, referência quando se trata do aldeamento indígena, autores locais, Elisângela Martins, Antonio Veras, Jaci Vieira, Carla Moraes, entre outros pesquisadores que atuam diretamente com o patrimônio cultural de Roraima, seja por meio de

pesquisas, seja proferindo palestras, dando aula da Universidade Federal de Roraima e mesmo na militância da causa.

No **segundo capítulo**, abordo os conceitos de inventário na perspectiva do patrimônio e do turismo e sua importância. Apresento, assim, os objetivos de inventário com fins de aplicação na atividade turística, apresentando algumas ações de políticas públicas do Ministério do Turismo, metodologias de inventário e como se dá o processo de inventário no âmbito do patrimônio cultural. Também são analisadas suas origens e como são utilizados; as metodologias utilizadas pelo IPHAN, para que finalidades e onde podem ser aplicadas. Também tratarei de dois inventários produzidos no Estado de Roraima, sendo um do Governo do Estado e outro da Prefeitura de Boa Vista, verificando qual o objetivo, como são abordados o turismo e o patrimônio cultural e as metodologias utilizadas. Aqui, utilizo como fonte bibliográfica, pesquisadores como Lia Motta, Antonio Arantes, além de leis e decretos, cartas patrimoniais, entre outras referências.

Por fim, no **terceiro capítulo**, falo sobre a importância da participação dos diferentes grupos sociais quem compõem o Estado de Roraima na construção do patrimônio cultural, as metodologias participativas que poderão ser aplicadas para conhecimento dos bens culturais e apresento metodologia de Kozel, sobre os Mapas Mentais, da qual pude me apropriar a fazer a aplicação na pesquisa de campo. A escolha dessa metodologia se deu porque como afirma Gomes (1996, p. 124), a metodologia do Mapa Mental consiste na representação da construção social, cultural e histórica como consequência da percepção do indivíduo por meio dos sentidos comuns ao ser humano, aliados as suas experiências cotidianas. Esses fatores fazem com que o indivíduo crie símbolos sobre como interpretação do meio onde vivem símbolos que por sua vez, são carregados de significados, sentimentos de pertença e afetividade. Fiz a aplicação dos Mapas Mentais em quatro grupos distintos, sendo o primeiro grupo composto por servidores e gestores culturais lotados nas divisões e superintendências de cultura, preservação do patrimônio cultural e turismo (das esferas municipais, estaduais e federais), o segundo grupo formado por pessoas que residem dentro do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista, o terceiro grupo constituído por pessoas que residem fora do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista e o quarto grupo constituído por povos de comunidades indígenas de diferentes regiões do Estado de Roraima. A aplicação dos Mapas possibilitou que por meio de desenhos, legendas e mensagens elaborados pelos diferentes grupos, que os indivíduos se manifestassem acerca de sua percepção e entendimento quanto o patrimônio cultural local.

Depois de conversar e analisar todos os mapas ficou evidente que mesmo os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, apesar de passar algumas informações semelhantes, os desenhos se distinguiam em alguns pontos e isso é o reflexo dos diferentes modos de criação, influências e experiências que adquirimos ao longo da vida e também abordo nesta dissertação. Kozel (2009) afirma que “por mais diversificadas que sejam as atividades humanas, estarão vinculadas a um tipo de linguagem”. Ou seja, por mais diferente que sejam os grupos que compõem uma mesma comunidade, todos estão ligados de alguma forma e é isso que faz com que uma sociedade seja constituída. Dessa forma, é importante que em qualquer processo de valorização do patrimônio cultural, sejam utilizadas ferramentas que possam prestigiar o máximo de grupo e manifestações culturais possíveis, valorizando a diversidade que nosso patrimônio cultural possui e não generalizando certas ações.

CAPÍTULO I: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE RORAIMA

Para entender o atual momento histórico no que diz respeito ao patrimônio cultural do Estado de Roraima, sua memória e identidade, é necessário olhar para trás e conhecer como se deu a ocupação desta terra, bem como quem foram os protagonistas de toda essa história, ocorrida há alguns séculos. Esta análise é imprescindível para que haja uma compreensão dos fatos que serão tratados no decorrer de todo o trabalho, que refletem no presente e podem influenciar o futuro. A seguir será tratada sobre o processo de construção do patrimônio cultural de Roraima, com enfoque na disputa das memórias. O recorte histórico aqui é a partir do século XVII, com a construção do primeiro forte na Amazônia pelos portugueses e a descoberta do Vale do Rio Branco alguns anos mais tarde. A disputa por este território, construção do Forte São Joaquim, a relação do “homem branco” com o povo indígena que já ocupava a região e o resultado desse encontro: aldeamento indígena, surgimento de vilas, a formação estratégica de territórios, até chegar ao atual Estado de Roraima. Também é abordado sobre o Plano Urbanístico de Boa Vista e as mudanças no cotidiano local, a disputa constante pela memória em torno das primeiras famílias colonizadoras e as comunidades indígenas e como isso influencia nos monumentos históricos da cidade. Para finalizar o capítulo trato da degradação do centro histórico, de leis e decretos de tombamento, destombamento e ações realizados pelas instituições municipal, estadual e federal acerca do patrimônio cultural e como isso reflete na dinâmica da atividade turística.

1.1 O Processo de Construção da Memória e os Monumentos Históricos de Boa Vista

(...) é para garantir a transmissão de memória, que se decide preservar determinados documentos, que os acervos públicos são construídos, que se erguem monumentos, conservam-se prédios e formam-se museus, isto porque, dependendo do alcance social, da conveniência de certo tipo de vivência ou conhecimento do passado, bem como de sua complexidade e importância em uma particular coletividade, o emprego de objetos e ações simbólicas referentes a esse conhecimento, pode ser considerado necessário para perpetuá-lo, revelando a manipulação intencional ou não dos símbolos e signos presentes nesse contexto (MARTINS¹, 2010, p. 20).

Os monumentos históricos existentes na capital de Roraima, Boa Vista, dizem muito a respeito do processo de construção da memória não apenas da capital, mais de todo o Estado, que passou por séculos de disputas pelas terras, imposição de cultura, língua, ofícios, dentre outras coisas. Le Goff (2003, p. 420) fala a este respeito que “o processo da memória no homem, faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios (...)”. Vestígios esses que ainda são difíceis de encontrar, pois são raros os registros em relação a história, mais ainda sobre os povos nativos, quanto aos seus costumes e crenças, diante deste fato, fica ainda mais complexo conhecer e entender um pouco dos antepassados nativos desta terra e principalmente, saber o outro lado da história quantos aos acontecimentos que passaram. Martins (2010) aborda em sua dissertação de mestrado, a dificuldade na busca de se encontrar fontes bibliográficas para tratar da historiografia de Roraima.

De qualquer forma, as disputas que antes ocorriam na região, transcenderam a luta por terras e em tempos mais atuais, os indivíduos passaram a disputar suas versões em relação à “verdadeira” história de Roraima. Versões essas que começam a ser mais especificamente investigadas, quando a Universidade Federal de Roraima (UFRR) é fundada no Estado, em 1989. Mesmo assim, as pesquisas relacionadas a história ainda são escassas, conseqüentemente, as fontes históricas são mais escassas ainda. Sem o acesso a um acervo particular, registros de outros estados, ou a fontes eclesiásticas, o trabalho se tornara bem mais complicado. Martins (2010, p. 16) fala a este respeito que se instala “em Roraima uma velada disputa pela versão histórica mais correta no que tange aos mais diversos eventos e aspectos de seu passado”.

Referências bibliográficas como documentos, filmagens, registros fotográficos, registro da história oral, entre outras formas de referências, são importantes para embasar

¹ Elisângela Martins (Eli Macuxi). Poeta. Graduada em História. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, onde investigou a Memória do Regime Militar em Roraima. É professora de História e Crítica da Arte no Curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4252898Z8>

trabalhos de pesquisa como esta dissertação de mestrado, confirmando ou não as indagações tratadas aqui. Diante desta afirmação, nos voltemos para os conceitos e discussões a respeito da identidade, das memórias coletivas, memórias individuais, bem como sobre o processo de passar os acontecimentos históricos e memórias, para o papel a fim de registrá-los para posteridade.

No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita, como também às fases de transição da oralidade à escrita (...) (Le Goff, 2003, p. 423).

Em relação a história de Roraima, fica claro que a maior parte das narrativas de fundação gira em torno das famílias autodeclaradas “tradicionalistas” da cidade, que “contribuíram para o seu desenvolvimento” e ajudaram a cidade a crescer (como eles mesmos falam), desde a fundação do Forte São Joaquim do Rio Branco. Pois foram estes (por exemplo, os militares que comandaram o Forte e de onde observamos terem originados alguns dos nomes das “famílias tradicionais” da cidade e seus descendentes, é só observar os sobrenomes) que escreveram como ocorreram os fatos históricos, ou foram os únicos ouvidos em relação aos acontecimentos até pouco tempo. Não quero afirmar aqui, que seus relatos não são válidos ou são inverdades.

Le Goff (2003, p. 428) afirma que “a outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Mas importa salientar que todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta”. Minha inquietação é acerca de que apenas um lado da história tenha destaque, dando a impressão de que a história local tenha começado apenas depois que determinadas famílias se instalaram na região.

Na sociedade sem escrita, a memória coletiva parece ordenar-se em torno de (...) grandes interesses: a idade coletiva do grupo, que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes, que se exprime pelas genealogias (...) (Le Goff, 2003, p. 427).

Assim como em qualquer outra cidade, na história local sempre existem determinados grupos dominantes e a impressão que se tem é que todos os acontecimentos giram em torno desses grupos, o que oficialmente pode até ser verdade, mais o que todos nós sabemos (como profissionais atuantes na preservação do patrimônio) é que os acontecimentos oficiais ou não,

possuem mais de uma perspectiva. Por isso os registros são tão importantes não apenas para embasar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas atualmente e as que ainda serão, mas principalmente, para registro da posteridade e para as gerações futuras.

A escrita é uma forma de memória artificial resultante de nossas vivências, que se manifestam por meio de recordações que por sua vez, nos transmitem os mais variados tipos de emoção, sensação. Esta memória está relacionada a identidade e corresponde a um determinado período no tempo, sendo a memória, uma narrativa do passado. Esta memória quando passada para o papel, passa a ter o objetivo de registrar os fatos, atribuindo ainda variados tipos de referências com a intenção de garantir mais veracidade aos acontecimentos. Dialogando com autores como Le Goff (1994) e De Decca (1997), Martins (2010, p. 19) fala a esse respeito que:

Há certo consenso no que tange a diferenciar a memória da história escrita. A primeira é mais ligada ao campo sensorial, portanto fruto de um apelo emocional enquanto a segunda, produzida com a intenção de ser conhecimento, seria consequência de uma atividade racional, resultante do exame de dados materiais.

O que tenho a relatar sobre a memória escrita de Roraima, no que tange ao acesso às documentações que podem ajudar a contar a história local, é que não se encontra quase nenhum tipo de documentação em acervos como o da Biblioteca Pública e nas Universidades. Os relatos são que grande parte do acervo documental histórico, que poderia estar no Museu de Roraima (que se encontra fechado) está espalhado, restritos a acervos privados, sobretudo, na posse das “famílias tradicionais”, que colecionam peças e acervos históricos particulares, dificultando que grande parte da população tenha acesso ao mesmo e dessa forma, negando o direito de perceber e entender determinados pontos da história. Em um relatório de trabalho de uma empresa de consultoria contratada pela Superintendência do Iphan em Roraima, encontramos o seguinte trecho discorrendo sobre esta dificuldade encontrada pela grande maioria dos pesquisadores:

Durante nossa pesquisa de campo nos defrontamos com a escassez de fontes orais e documentais (...). O contato com as chamadas famílias tradicionais Brasil, Magalhães, Mota, Saraiva, etc., não foi possível por vários motivos alegados, como: compromissos pessoais e profissionais. Através de fontes documentais escritas encontramos informações que levam a crer que estas famílias possuem em seu poder um bom acervo de documentos. Não entendemos tal recusa, visto que este inventário histórico será benéfico para toda a sociedade de Boa Vista (Iphan, 2009, p. 29-30).

Como podemos perceber na citação acima, os técnicos responsáveis pela pesquisa para o Iphan/RR também cogitam que documentos históricos podem estar em acervos particulares,

além de relatarem a dificuldade de se ter acesso aos mesmos. Consequentemente, os departamentos responsáveis pela gestão do patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal não possuem grande acervo documental e nem processos que possam embasar pesquisas ou mesmo suas ações administrativas de fomento as políticas públicas de gestão do patrimônio.

A palavra identidade (que advém do latim *identitas, idem*²), diz respeito a como se relacionam os elementos que caracterizam os indivíduos pertencentes a uma coletividade diante de outros que não pertencem à mesma. É atribuído ao sentimento de pertença. Também pode ser a consciência de um indivíduo que pode ser ele mesmo e sendo assim, de distingue dos demais. Pelegrini (2009, p. 32) conceitua identidade como sendo um:

Processo contínuo e complexo de construção do “sujeito” individual em relação ao outro, de constituição de identidades grupais definidas por meio de critérios como a aceitabilidade e credibilidade que se firmam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais, tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesses.

Outro autor que aborda a identidade apresentando reflexões importantes é Castells (1999). Além de afirmar que a identidade é “a fonte de significados e experiência de um povo”, o autor divide a identidade em três formas e origens de construção diferentes, além de fazer uma reflexão entre a diferença de identidade e papéis que são atribuídos aos indivíduos na sociedade organizada. De acordo com Castell (1999, p. 22),

As informações que se tem em relação a identidade e a memória, são descritas por Candau (2014) como “ambíguas”. O autor defende sua colocação, afirmando que “ambas (identidade e memória) estão subsumidas no termo representações”, sendo este um “conceito operatório no Campo das Ciências Humanas e Sociais, referindo-se a um estado em relação à primeira e uma faculdade em relação à segunda” (Candau, 2014, p. 21).

Quando recordamos de algo, recordamos de uma forma individual. Por mais que o fato tenha ocorrido em uma festa ou celebração qualquer seja esta, com a presença de demais indivíduos. Halbwachs (2006, p. 29), coloca que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós”. Por sua vez, Peralta (2007, p. 5) afirma que “recordar é um ato eminentemente

² Identidade vem do Latim IDENTITAS, “a mesma coisa”, de IDEM, “o mesmo”, numa alteração da expressão IDEM ET IDEM. Fonte: Origem Da Palavra – Site de Etimologia. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/identidade/>. Acesso em: 13. Ago. 2016

individual”, portanto, cada um de uma forma bem particular, vai guardar para si a lembrança de como foi determinado momento.

Foram o sociólogo Maurice Halbwachs e o psicólogo Frederic Charles Barlett os primeiros intelectuais a discutirem os conceitos relacionados a memória, sobretudo a construção da memória coletiva, social (Santos 2003). O que esses autores apontaram em seus estudos e contribuíram com pesquisas sobre a memória em diferentes áreas, “foi mostrar que a memória fazia parte de um processo social em que indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas interagindo uns com os outros, ao longo de suas vidas e a partir de estruturas sociais determinadas” (Santos, 2003, p. 33).

A memória como já foi mostrado, está presente nas construções do passado. O que recordamos não é exatamente igual ao que já aconteceu, uma vez que ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói. Temos bastante segurança em afirmar que o passado aconteceu, mas não temos muita certeza de como ele aconteceu. Reconhecemos, portanto, que nossas memórias são incertas e confusas. Ainda assim, a memória nos dá uma noção de distância no tempo em que não surge apenas de imagens que construímos do passado (Santos, 2003, p. 93).

Assegurando de que foi Halbwachs (sociólogo francês), quem viria a consagrar um conceito da memória “enquanto fenômeno eminentemente coletivo”, Peralta (2007, p. 5), ressalta que:

(...) a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores e as aceções predominantemente do grupo ao qual as memórias se referem.

A identidade coletiva é uma ação emocional, pois o indivíduo já nasce em um grupo que possui uma narrativa que de certa forma já o posiciona neste meio, mas que com o tempo, o indivíduo passa a se posicionar também, de acordo com as suas recordações e experiências neste grupo e pelo contato com outros. Já a memória social, é definida por Peralta (2007, p. 14), baseando-se no *Popular Memory Group*, como “um espaço de contestação entre diferentes vozes, cada uma delas procurando fazer ouvir a sua versão do passado”.

Lembrar-se de algo é uma ação que fazemos. E quando lembramos, a recordação vem à nossa mente em forma de muitas imagens, que por sua vez, são únicas para cada indivíduo. Santos (2003, p. 54) ressalta que “(...) o ato de recordar é tanto uma forma de percepção quanto de reconhecimento”, valendo ressaltar que o esquecimento também é um elemento importante no ato de recordar, pois faz parte da seleção que fazemos, de acordo com nossa cultura e do que vem a ser relevante para ser recordado. Martins (2010, p. 20) afirma que “a

memória (...) é seletiva em sua origem, pois depende da retenção das experiências na consciência”. A autora ainda ressalta que “essa retenção só pode ocorrer se as experiências tiverem se apresentado em algum momento para o indivíduo como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas”.

(...) a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a efetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2003, p. 422).

Diante desta afirmação de Le Goff (2003), sobre o fato de a memória coletiva ser manipulada, Peralta (2007, p. 8) aborda em seu texto, o que ela chama de “teoria das políticas da memória” ou “teoria da invenção das tradições”, que vem a ser a “instrumentalização da memória por parte de diferentes regimes políticos através dos meios de comunicação social, do sistema de ensino, dos monumentos e dos museus e de celebrações e rituais públicos”. De acordo com Peralta (2007, p. 8-9), essa teoria

(...) assume que as imagens do passado são estrategicamente inventadas e manipuladas por setores dominantes da sociedade para servir as suas próprias necessidades no presente. Esta perspectiva procura, assim, especialmente analisar quem controla ou impõe o conteúdo da memória social e de que forma esta memória socialmente imposta serve os propósitos atuais dos poderes instituídos. (...) as tradições são deliberadamente inventadas e difundidas pela esfera política, mediante a imposição de uma memória oficial.

Esta citação vem ao encontro com o que nos deparamos ao pesquisarmos sobre a história de Roraima e ao observarmos seus monumentos históricos expostos em alguns pontos no centro da cidade.

No caso de Roraima, um conjunto de políticas e obras públicas impactou de modo significativo o cotidiano de quem vivia no Território Federal, permitindo que, em vinte anos – entre o início da década de 1970 e o final da década de 1980 –, o total da população no Território Federal de Roraima passasse de 40.885 para 217.583 habitantes. A chegada de migrantes de todos os lugares do Brasil – e a conseqüente alteração do cotidiano do Território e da cidade de Boa Vista – trouxe à tona a questão da identidade roraimense. Nesse contexto, o apelo do grupo denominado de “filhos da terra” à história escrita para diferenciar-se dos demais habitantes é um exemplo de invenção de tradição que deve ser considerado como uma ação direta em busca da formação de uma identidade local. Seu estudo pode oferecer, portanto, pistas de como se constituíram, em Roraima, as disputas concernentes à configuração da memória e da identidade coletiva Martins (2010, p. 28).

A colocação que Martins nos coloca, apresenta a analogia que a história possui em relação a memória e o poder, expondo que de certa forma, as tradições são inventadas, por alguém ou pelo grupo dominante de determinado grupo social. Peralta (2007, p. 10) assegura que “(...) a premissa de que as tradições são inventadas demonstra que os atos de memória são atos simbólicos, implicando sempre recordações, tradução, esquecimento e ausência (...)”.

Sendo certo que a construção social do passado está diretamente relacionada com a legitimação dos poderes instituídos, quer sejam de âmbito nacional, regional ou local, não se pode reduzir exclusivamente o conceito de memória social à noção de “falsa consciência”, tanto mais que a construção da memória é um processo negociado entre diversos atores sociais e a sua natureza é eminentemente conflitual e em constante transformação (Peralta, 2007, p. 10).

Mais uma vez chamo ao texto Martins (2010, p. 29-30), tratando da história de Roraima pela perspectiva da obra de alguns memorialistas (como chama Martins aos autores dessas obras por ela analisadas), demonstra como a identidade de Roraima, ou sua memória (se é que pode ser chamada assim), é registrada por alguns autores que dedicaram seus livros ao registro da história local.

Ao tratar da história de Roraima como a “conquista de um lugar” feita por expedições europeias, a historiografia memorialista local repete a projeção de uma sombra sobre as populações indígenas desde antes ali presentes e os situa como alheios à coletividade que então se instalava. Não seria justo, entretanto, afirmar que esses trabalhos desprezam a presença indígena no decorrer da história de Roraima. Sua postura diante desse elemento é ambígua. Se por um lado é explícita a posição dos autores contra a demarcação de terras indígenas, entendida como “fator drasticamente limitativo do crescimento econômico” de Roraima, por outro lado, contemplam importantes referências aos indígenas, valorizando suas “contribuições culturais” para a formação de Roraima. (...) em relação às disputas por terra entre fazendeiros e indígenas. Ainda afirma que “os fazendeiros adotaram com os índios uma relação de patrão/empregado” e admite que “com a formação da nova classe denominada fazendeiro a situação das terras que durante milênios haviam sido ocupadas pelos índios foi alterada definitivamente”, ressalta que a Igreja e o Estado “assistiram a isso imobilizados”. Para finalizar, afirma que Pedro Álvares Cabral está para o Brasil assim como os “primeiros moradores (brancos) que aqui chegaram” estão para Roraima e por isso questiona o leitor: fora o lusitano descobridor ou invasor? A maneira específica como esta historiografia trata o indígena está bastante relacionada com o conflito entre fazendeiros e indígenas em Roraima e o recrudescimento desse conflito na segunda metade do século XX. Esses livros podem mesmo ser lidos e interpretados como a voz dos fazendeiros acerca da questão. (...) considero importante recordar que a identidade coletiva é composta por regras que, baseadas na imagem de si e para si mesmo e para os demais componentes do grupo, definem o “nós” e os “outros”. Nesse sentido, a ambiguidade dessa historiografia em relação aos indígenas é um indício do entendimento de que estes, apesar de próximos, habitando (e disputando) o mesmo espaço que os roraimenses, continuam sendo um *outro* para a coletividade que se pretende afirmar através desses livros de história.

Quando a literatura local (não de modo geral) fala de seus pioneiros, parecem ignorar o fato de que na verdade, já havia um povo vivendo nesta região agora chamada Roraima.

Isso me passa a sensação de que antes dos “desbravadores” (agora chamados filhos da terra, famílias tradicionais) aqui chegarem, tudo era abandonado e de que não existia uma ordem, muito menos uma história, ou pessoas, indivíduos com seus ritos e modo de viver próprio. Apenas uma folha em branco prestes a ser escrita. Dessa forma, podemos dividir a história em duas partes distintas: a teoria da invenção das tradições, onde possuímos memórias estrategicamente imposta pelo grupo que detém o poder, como já abordei anteriormente. E a memória popular, onde existe o confronto por parte de alguns grupos que não se sentem representados por o que Peralta (2007) chama de “representações oficiais do passado”.

É importante registrar também, que no grupo dos pioneiros, existe a figura do militar, que possui papel importante em toda a história de fundação deste lugar. Martins (2010) ressalta que os ditos “filhos da terra” viram no Exército Brasileiro, um grande aliado para juntos, consolidarem a figura do pioneiro na região. De acordo com a autora, em 1975, o Forte São Joaquim do Rio Branco completou 200 anos e, por sua vez, o Exército Brasileiro, por meio do 6º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), publicando um artigo na Revista Militar Brasileira, intitulado “Forte São Joaquim do Rio Branco: Sentinela do Brasil no extremo norte nos séculos XVIII e XIX”, consolidou a partir desse momento, o Forte como um verdadeiro marco da presença do homem “não-indígena na região do vale do Rio Branco e, conseqüentemente, garantia-se a antiguidade não apenas dos militares em geral, mas também dos civis “filhos da terra”, que já pleiteavam para si a condição de descendentes de antigos capitães do Forte” (Martins, 2010, p. 42).

(...) a valorização do antigo forte como “guardião da fronteira” (...), atendeu a duas aspirações distintas (...) por um lado, tem um poder simbólico de garantir a antiguidade e pioneirismo às famílias tradicionais, também transmite uma mensagem que une os militares do passado mais remoto (...) aos militares de um passado bem mais recente (Martins, 2010, p. 43).

Percebe-se que a figura do indígena e também do migrante, não é mencionada ou relacionada à fundação ou desenvolvimento da cidade. O que fica claro a partir da citação que os militares e os “pioneiros”, são os grandes responsáveis por todos os feitos relacionados a “conquista” desta terra. É interessante a distinção demonstrada por Martins (2010), quanto aos “filhos da terra”, indígenas e os migrantes. Filhos da terra seriam os descendentes dos “conquistadores” da região, dos antigos militares que atuaram no Forte São Joaquim; os indígenas são os indígenas, nativos que estavam por aqui quando os brancos chegaram para conquistar as terras; e os migrantes, foram os grupos, sobretudo de nordestinos que desembarcaram em Boa Vista em busca de trabalho.

Como já foi aqui demonstrado, seja pelo fator temporal (os filhos da terra se estabelecem a partir dos pioneiros, ou seja, somente depois das expedições), seja pela atividade econômica que exercem (a administração ou propriedade de grandes fazendas de gado), a historiografia memorialista destaca a diferenciação entre pioneiros e aqueles que já habitavam a região antes do processo de colonização. Desse modo, os indígenas são excluídos do (p.35) grupo de filhos da terra, mesmo tendo nascido em Roraima (Martins, 2010, p. 34).

A autora explica que “a figura dos pioneiros”, surge com uma “tentativa de estabelecimento de um mito criador” para a região. Desse modo, ainda de acordo com Martins, os “pioneiros” se destacam por terem contribuído com a introdução e consolidação da atividade pecuária ao mesmo tempo em que formavam suas famílias e participavam ativamente da política local, ainda em fase de composição (Martins, 2010, p. 32).

Ainda sobre os militares, um relatório de pesquisa do Iphan (2009), destaca a grande presença dos militares em outro período da história, entre os anos de 1943 e 1985, a partir da análise de uma relação com os nomes dos governadores do território nos anos já citados.

A conclusão levantada é de que no período histórico acima descrito, da lista dos governadores que administraram o território, percebemos que dezesseis eram militares e, perpetuando uma tradição que vem desde a construção do forte São Joaquim e demonstrando assim a influência nessa região da fronteira (Iphan, 2009, p. 23).

Desde o início do processo de colonização da Amazônia, o maior problema enfrentado pelos colonizadores, foi a dificuldade de consolidar um aldeamento que pudesse garantir a posse das terras para a colônia portuguesa. Superado essa fase, alguns anos mais tarde, a solução da dificuldade de povoamento das terras, passou a ser o maior problema: a migração.

Martins (2010, p. 60) cita que “tomando os dados de 1925 e de 1943 em termos absolutos, vê-se que o crescimento populacional fora realmente pequeno”, com um crescimento de cerca de oitocentas pessoas, “mantendo-se em torno de dois mil indivíduos”. Houve um crescimento significativo a partir de 1943, Martins, continua falando que “em 1950 verificou-se que o número de habitantes tinha saltado para um total de 18 mil”, sendo que desses, doze mil viviam em área rural e que “a população crescera logo após a elevação do município a Território”.

A elevação do número de habitantes, sobretudo na área urbana do Território Federal do Rio Branco, somente se explica devido à atração promovida pela progressiva absorção e concentração das funções administrativas necessárias à federalização (Martins, 2010, p. 60).

É importante ressaltar que apesar da migração mais recente desagradar alguns, este processo fazia parte do plano de integração da Amazônia ao restante do país, do qual utilizava como principal estratégia, ainda o plano de povoar a região, justificado agora pelo fato do isolamento das demais regiões do Brasil e o pequeno número de habitantes, dificultar o desenvolvimento da região e o acesso a uma infraestrutura e qualidade de vida por meio do desenvolvimento da economia melhor.

(...) não se pode negar que os pressupostos do isolamento e da insuficiência populacional para o desenvolvimento de atividades lucrativas foram aqueles que garantiram e deram base ao discurso da integração, marcando a política para a região desde tempos coloniais. Por isso, quando, a partir da segunda metade do século XX, sob a égide do pensamento da Segurança Nacional, foram executadas pelos governos militares novas políticas com os mesmos objetivos (integrar através do adensamento populacional), estava-se dando continuidade, de modo mais acirrado, a um processo de antiquíssimas raízes. Foi exatamente no momento desse acirramento que se promoveu a progressiva intensificação do processo migratório para Roraima, que chegou ao seu ápice nas décadas de 1980 e 1990 (Martins, 2010, p. 61).

Dentro desse plano de integração da Amazônia, começam a acontecer obras como a construção de pontes, estradas, entre outras ações, encabeçadas pelos militares que detinham os recursos e homens para a concretização do plano. Paralelo a isso, a intensa migração, sobretudo do povo nordestino continuava. Martins (2010, p. 70) relata a partir de um documento analisado por ela, que

(...) integrar e povoar a Amazônia com indivíduos oriundos do Nordeste equivalia, pela ótica militar, a matar dois coelhos com uma cajadada só, pois iria resolver a crise fundiária nordestina e ao mesmo tempo mitigar elementos que fragilizavam a segurança do país na Amazônia (Martins, 2010, p. 70).

Com o advento da intensa migração para o então Território, os filhos da terra apontam os migrantes como os responsáveis por inúmeros problemas que começaram a ocorrer a partir de sua chegada. Martins (2010, p. 37) cita que “os migrantes são apontados como causadores de problemas que vão desde o surgimento de desequilíbrios ambientais até o estreitamento do mercado de trabalho e a diminuição da renda no Território”.

O Bairro da Palha, ou Palhal, citado por Martins em seu trabalho de pesquisa, foi um local onde muitos desses migrantes nordestinos ficaram quando chegaram a Roraima. Descrito pela autora como sem “água encanada e nem energia elétrica, o Palhal tinha ruas estreitas e sem calçamento, era composto de residências insalubres, feitas de madeira ou barro e cobertas de palha”. O bairro recebeu este nome, em razão das casas serem cobertas por palhas, mais, que logo foi substituído pelo governo militar para Bairro 31 de março (data que marcou a tomada do poder pelos militares no Brasil).

(...) o Bairro 31 de Março, apesar de suas precárias condições, não tinha surgido de forma espontânea, como fruto de uma invasão: as famílias haviam chegado ali, “na lonjura do lavrado”, orientadas pelo próprio governo federal, que as tinha desalojado de um terreno no centro da cidade e que serviria, segundo as notícias da época, para a captação de água do rio Branco pela CAER (Martins, 2010, p. 125).

Observa-se o deslocamento dessas pessoas, que inicialmente estavam no centro, para uma área que não possuía estrutura alguma, vivendo na pobreza e ainda extrema precariedade, como um ato “discriminatório e autoritário do Estado em relação aos migrantes no processo de organização da ocupação territorial da cidade”, exemplificando mais uma vez a relação entre memória e poder, onde os “filhos da terra”, estabeleceram-se no centro da cidade, na parte agora planejada, enquanto que os novos moradores da cidade, foram remanejados e estabelecidos para além desse Plano. “Quem controla as memórias dos grupos também controla as suas dinâmicas internas, o que torna evidente a relação entre memória e poder” (Peralta, 2007, p. 12).

1.2 – Da descoberta à disputa pelo Vale do Rio Branco: A formação de um território estratégico

Neste processo de formação da memória, as narrativas históricas tornam-se referência e servem de base para conhecer e entender como nasceu a cidade. No caso de Boa Vista, podemos afirmar que a cidade é resultado de uma política que teve como intuito garantir a posse e proteção das fronteiras do Norte do Brasil contra a investida de outros estrangeiros, usando como uma das principais estratégias, a construção de Fortes pela região amazônica e os chamados aldeamentos.

Com o interesse de estrangeiros em conquistar as terras amazônicas, em busca de riquezas, comércio e exploração da mão-de-obra indígena, os portugueses saíram na frente e em 1616 construíram o primeiro Forte na região que, mais tarde, daria origem a cidade de Belém, capital do Estado do Pará.

Com a fundação do Forte do Presépio, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, os portugueses marcaram sua ocupação na Amazônia (impulsionada pela presença estrangeira na região). Este Forte daria origem à cidade de Belém, localidade que serviria de base tanto para que os portugueses espalhassem feitorias e missões no rio Amazonas, como para a expulsão dos estrangeiros (Moraes³, 2009, p. 139).

³ Carla Gisele Macedo Santos Martins Moraes. É Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. É servidora do Iphan e foi a

Vieira⁴ (2014), afirma que a ocupação da Amazônia pelos portugueses teve o intuito de dominar toda a região, defendendo o território dos estrangeiros. Vieira (2014, p. 22) ainda ressalta em seu texto, as primeiras notícias em relação à descoberta do Rio Branco, onde posteriormente viria a surgir a cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima:

As primeiras notícias de que se tem conhecimento sobre a região amazônica como um todo é oriundo do século XVII. Trata-se dos relatos do Jesuíta Christobal de Acunã, cronista oficial da primeira viagem do capitão Pedro Teixeira pelo Rio Amazonas entre 1637 e 1639, missão que alargou os domínios portugueses até Quito, no Equador. Essa expedição tornou mais conhecido o trecho entre os Andes e o Atlântico. Foi depois dessa viagem que os portugueses ficaram mais bem informados da quantidade de rios importantes que possuía essa região. Quanto ao Rio Branco as notícias são extremamente vagas em relação a sua descoberta. Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e, posteriormente, Joaquim Nabuco, afirmam, sem ao menos apontar provas concretas, que foi com a viagem de Pedro Teixeira que o rio Branco foi descoberto.

Segundo Moraes (2009), a marcha dos portugueses para o Rio Branco se deu por razão de, no final do século XVII, a mão-de-obra indígena ter ficado escassa na região de Belém, o que também resultou na extinção de algumas etnias. Vale ressaltar a importância da Igreja Católica como aliada da coroa portuguesa neste processo de colonização da amazônica, que de acordo com Vieira (2014), facilitava no projeto de colonização e domínio da região.

A viagem do Capitão Pedro Teixeira, marcou também a presença da Igreja Católica na região, que passara a ser permanente a partir de 1653, distanciando-se cada vez mais do Rio Amazonas e penetrando através de seus afluentes no interior. A presença da Igreja Católica tornou-se importante, pois nesse momento essa Instituição era aliada do Estado português, o que iria facilitar, num primeiro instante, o projeto de colonização e dominação das novas áreas descobertas (Vieira, 2014, p.22).

A cobiça em comercializar a mão-de-obra indígena era tão grande, que uma legislação específica foi criada para regulamentar esta atividade que era essencial para a ocupação dessas terras. Legislação esta que foi sendo melhorada de acordo com as necessidades que iam surgindo em relação ao desenvolvimento da colônia e com a ajuda dos jesuítas que, de certa forma, defendiam o direito à liberdade dos índios, tentando mantê-los longe dos colonos ou

primeira Superintendente do Iphan em Roraima. Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4269203Y9>.

⁴ Jaci Guilherme Vieira. Possui graduação de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e pós doutorado pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Roraima. Pesquisa a História da Amazônia do século XX, em especial ditadura militar os grandes projetos para essa região, como também a Igreja católica e a sua relação com os povos indígenas. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727327D2>.

fazendo com que fossem remunerados por seus trabalhos. Vale ressaltar que o comércio de captura dos índios era altamente lucrativo e praticado por colonos comerciantes e inclusive missionários (Vieira, 2014).

A captura de índios seja para aldeá-los ou vendê-los como escravos nas distantes praças do Rio Negro, como também em Belém do Pará, constituiu a forma encontrada por missionários e comerciantes portugueses para fazerem suas “entradas” em direção ao Rio Branco (Vieira, 2014, p. 26-27).

Desta forma, a Coroa, a Igreja e comerciantes, iam adentrando à Amazônia e reivindicando as terras que encontravam, apossando-se também dos índios que estavam pelo caminho, com a intenção de convertê-los ao catolicismo, de comercializá-los como mão-de-obra barata, ou mesmo escravizá-los. Sampaio *apud* Vieira, 2014 relata uma das expedições ao Rio Branco e também fala sobre alguns dos homens que andavam por esta região.

“...Sabe-se com certeza que desde o princípio d’este século até o anno de 1736 se ocupou nas estradas do Rio Branco o capitão Francisco Ferreira, natural da cidade do Pará, o qual tinha a sua residência na aldêia de Caburís, fronteira a barra do Rio Branco. D’aqui partia, quando lhe era conveniente, a comerciar aquelle rio em todos os ramos”.

“...É memorável o anno de 1736. N’este anno com uma grande escolta entrou no Rio Branco Christovão Ayres Botelho, que era natural da cidade do Maranhão; e foi acompanhado n’esta expedição por um famoso principal chamado Donaire. A esta expedição se seguiu a de Lourenço Belforte no ano de 1740, como também a de Miguel Ayres em 1748” (SAMPAIO *apud* VIEIRA, p.27)

Assim como os portugueses por meio de expedições, andavam pela Amazônia em busca de riquezas e comércio, outros estrangeiros como espanhóis e holandeses, também percorriam a região praticando o comércio, sobretudo do próprio indígena. Duas citações vêm ao encontro com tal afirmação, quando em suas bibliografias, Vieira (2014) e Farage (1991), falam de momentos diferentes dessas constantes visitas de estrangeiros à região do Rio Branco.

...não nos esqueçamos de outra frequente entrada feita no Rio Branco em 1720, que quase sempre ficava estacionada no rio Tacutu, com o objetivo de procurar comunicação com as colônias holandesas para negociar suas “peças”. Era comandada essa entrada por nada mais, nada menos, do que um religioso da Ordem Carmelita, Frei Jerônimo Coelho, missionário da aldeia Tarumã, do Rio Negro, que fazia negócios com os holandeses por intermédio de indígenas que percorriam aqueles rios (Vieira, 2014, p. 27).

Além de portugueses, holandeses e espanhóis também cobiçaram esse território, tendo estes últimos estabelecido aldeamentos às margens do rio Uraricoera, afluente do rio Branco. O desertor holandês Gervasio Leclerc, que chegou a Barcelos em 16 de março de 1775 após atravessar o rio Branco, informou que os espanhóis estavam se estabelecendo no rio Branco, modificando o panorama da região. (...) Estas incursões espanholas não se tratavam de eventuais encontros, como ocorrera no caso

dos holandeses, mas de uma estratégia do Estado espanhol, com a finalidade de anexar a região aos domínios de Castela (Farage, 1991, p. 121-122 *In*: Moraes, 2009, p. 139).

Todo esse interesse que existia em torno da região Amazônica não era por acaso. Além de suas riquezas naturais, como as iguarias, ervas, frutas, temperos, entre outras especiarias nativas, o índio por si só, era o que mais despertava a ambição dos estrangeiros, o que resultou na morte de milhares desses.

Se na Amazônia os colonos encontraram na floresta um grande número de gêneros naturais aproveitáveis no comércio como o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e, sobretudo, o cacau, as chamadas drogas do sertão, no Rio Branco o que mais despertava o interesse comercial, sem sombra de dúvida, eram os próprios corpos indígenas. (...) Dessa forma, inauguram-se buscas pelo reconhecimento geográfico do Rio Branco e principalmente dos índios no século XVIII, algumas de forma clandestina, outras apoiadas pelo Estado português e financiadas por comerciantes interessados num lucrativo negócio. A bem da verdade, por falta de estatísticas nunca teremos condições de quantificar o número de índios capturados, pois a procura por essa mão-de-obra teve sua continuidade, principalmente depois da epidemia de sarampo que estacionou em Belém do Pará em 1743, propagando-se nos anos seguintes, quando o número de mortos chegou a 20.000 (Vieira, 2014, p. 28).

Vieira cita que mesmo depois dessa grande epidemia, outras expedições ocorreram pelo Rio Branco, sobretudo com a presença da Igreja Católica, com a finalidade de levar salvação àquelas almas que ali viviam e morriam por conta das doenças levadas pelos estrangeiros e principalmente para capturar mais índios, levando-os para outras regiões da Amazônia, utilizando a epidemia como justificativa.

Frei José da Madalena, que dirigia as missões Carmelitas no Rio Negro, solicitou à Coroa envio de escolta ao Rio Branco, com o objetivo de efetivar descimentos de índios Paravianas à aldeia de Aracarí, em 1750; sua solicitação baseava-se exatamente nessa epidemia de sarampo (Vieira, 2014, p. 29).

Acredita-se que foi justamente essa escolta que em 1750 originou-se de forma mais concreta, a preocupação com a invasão estrangeira por esta fronteira, pois “ao se defrontar com as tropas holandesas na região do rio Branco, fez surgir encaminhamento de denúncia ao Conselho Ultramarino” o qual ordenou que fosse realizada uma investigação minuciosa por essas terras (Vieira, 2014).

Mediante esta situação e sendo o momento histórico indefinido em relação a demarcação das fronteiras, por tratados entre países serem desfeitos, também por esse grande mercado de venda de índios, que crescia cada vez mais e havendo a preocupação por parte de Portugal com a aproximação cada vez maior de estrangeiros em seu território, a Coroa inicia

suas estratégias em busca de defender e afirmar sua posse sobre essas terras. Na prática, a Coroa começa a enviar “constantemente dois missionários aos sertões onde atuassem os holandeses, para descerem os índios às aldeias existentes no Rio Negro”, o que delimitou o local e ainda se obteve lucro com a “escravização em massa” de mais índios (Vieira, 2014).

Para ter uma dimensão do interesse dos estrangeiros em dominar a região do Rio Branco, antes dos portugueses estabelecerem um Forte na região do Rio Branco, outros estrangeiros tentaram tomar para si essas terras, estabelecendo aldeamentos e inclusive, Fortes. Um forte e uma espécie de aldeamento já haviam sido implantados pelos espanhóis, como conta Vieira (2014, p. 30) ao afirmar que “a presença dos espanhóis já era visível, pois os mesmos estavam aquartelados no rio Uraricoera, onde haviam estabelecido um forte, o Santa Rosa, e o aldeamento São João Batista de Caya-caya, quando as tropas portuguesas os alcançaram em 1775”.

D. José I, Rei de Portugal emitiu uma Carta Régia em 23 de outubro de 1752 ao Governador e Capitão Geral do Grão Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ordenando que fosse construído um Forte às margens do Rio Branco. Para esta missão, uma expedição comandada pelo Capitão Philippe Sturn foi enviada para o local, sendo o Forte (Figura 01 e 02) construído às margens do Rio Branco, na confluência do rio Tacutu com o Rio Uraricoera, no ano de 1775 e denominado Forte São Joaquim do Rio Branco.



Figura 1 - Forte São Joaquim do Rio Branco, parte ocidental. Acervo do Iphan/RR. Fonte: Coudreau, 1886.

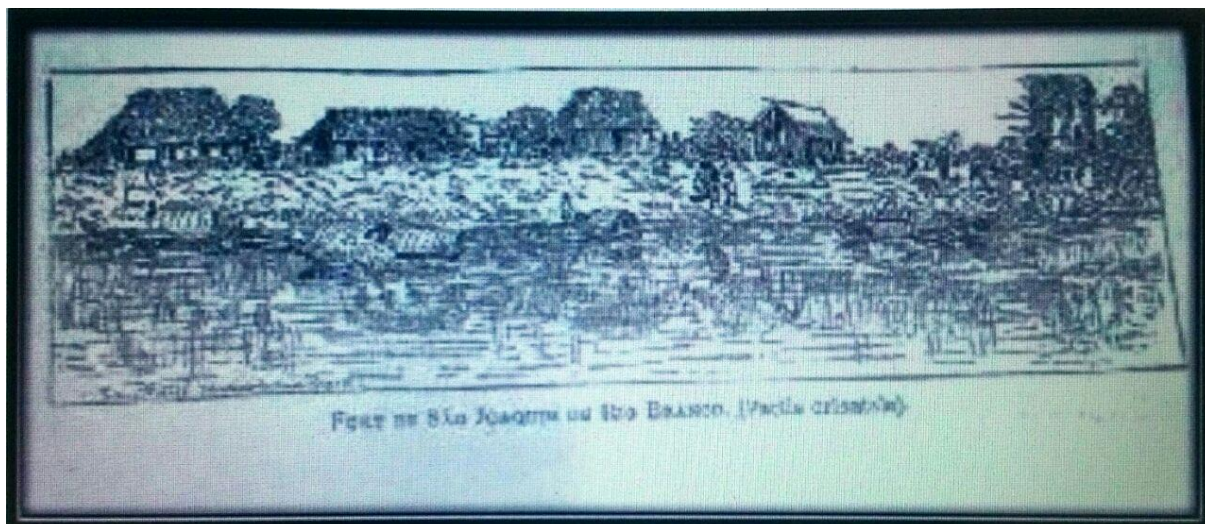


Figura 2 - Forte São Joaquim do Rio Branco, parte oriental. Acervo do Iphan/RR. Fonte: Coudreau, 1886.

As regiões de fronteira estavam num total abandono, sem nenhuma delimitação, podendo Portugal correr o risco de perder essas terras para qualquer outro país [...] reunindo esforços, foi construído o Forte São Joaquim do Rio Branco na confluência dos rios Uraricoera e Itacutu, na época do Brasil Colônia por volta de 1775 a 1778, cujo objetivo era assegurar a posse da grande extensão de terras, ocupa-la e defende-la contra a investida estrangeira [...]. Coube ao Capitão Engenheiro Philippe Frederico Sturn, alemão a serviço de Portugal, a responsabilidade pelo comando dessa diligencia real e deveria ficar para fundar os estabelecimentos que se ordenava no Rio Branco (DIAS⁵, 2012, p.24).

Cabe destacar a fragilidade do Forte, por conta de sua construção emergencial, mediante as invasões estrangeiras. Vieira (2014, p. 31), trata sobre esta questão quando expõe a fragilidade do Forte da seguinte forma:

“Não resta dúvida de que a rapidez na construção do forte, um ano aproximadamente, o que nos dá a ideia de uma construção rude e barata, com pouco poderio militar, isto é, poucas bocas de fogo, esteve ligada ao perigo dos estrangeiros cada vez mais ameaçadores”.

Os relatos indicando a existência de outros Fortes neste período são escassos. Porém, ao analisar o processo referente ao pedido de tombamento das Fortificações Brasileiras, com o processo de tombamento de número 1.613-T-10, que trata do Conjunto de Fortificações Brasileiras, p. 191, a informação existente, baseada no Parecer nº 03/2011, à folhas 278 a 283 do Anexo IV, Volume 2, assegura que:

O Forte de São Joaquim do Rio Branco destaca-se por sua inserção na expansão portuguesa na Amazônia, principalmente por sua associação ao processo de

⁵ Dalva Honorato de Souza Dias. Professora, musicista e escritora roraimense, Dalva Honorato (*in memoriam*) era conhecida por sua atuação como diretora da Escola de Música do Estado de Roraima. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4243833T4>.

destruição dos estabelecimentos espanhóis na região, o Forte de San Juan Baptista de CadaCada, no Uraricoera, e a povoação de Santa Rosa (...). Pesquisas arqueológicas na área em torno do forte confirmam vestígios do que teria se constituído uma vila de indígenas estabelecida como parte da política adotada pelo diretório pombalino de incorporação dos nativos à sociedade colonial. (...) Em 1842, ingleses, sem nenhum outro direito que sua força militar, avançaram sobre o território brasileiro com o propósito de incorporar o território do Pirara, localizado em sub-bacia do rio Branco, o que após a ocupação, acabaram conseguindo por arbitragem internacional. A presença de forças brasileiras, estabelecidas, desde 1775, no Forte São Joaquim do Rio Branco, possibilitou que o Comissariado de Fronteiras ali instalasse sua base de operações, impedindo novos avanços dos ingleses.

Após a construção do Forte, a região é inspecionada por uma milícia que é instalada começando assim uma nova fase no território que futuramente corresponderia ao estado de Roraima. O Forte ficou ativo por cerca de 125 anos e de acordo com o Iphan/RR em seu Relatório Final do Centro Histórico de Boa Vista – RR, (2009, p. 16):

Outro elemento importante a salientar é a presença dos militares que comandaram o forte, que em 125 anos totalizaram 8 comandantes ao todo, os quais foram:

1. Capitão Phellipe Sturn – construtor do forte (1775);
2. Capitão Nicolau de Sá Sarmiento (1787);
3. Capitão Inácio Lopes de Magalhães (1830);
4. Capitão Ambrósio Alves (1835);
5. Capitão José de Barros Leal (1839);
6. Major Coelho (1842);
7. Capitão Bento Brasil (1852);
8. Cabo Pedro Rodrigues Pereira (1899).

É interessante observar o sobrenome dos comandantes citados, para que haja uma compreensão da história aqui contada mais adiante, quando formos tratar do patrimônio cultural local e a intervenção das famílias ditas “tradicionalistas” em Boa Vista – Roraima. Sendo que as figuras que carregam esses sobrenomes, fazem parte da elite local até os dias atuais.

Após a construção do Forte, iniciavam-se as tentativas de aldeamento para cumprir com o projeto estratégico e político de ocupação da região. É certo que antes do Forte, algumas tentativas de aldeamentos já haviam ocorrido, mas citarei pelo menos três fases (que aconteceram de forma paralela) de alguns aldeamentos que foram impostos depois da construção do Forte, como forma de melhor compreensão da dinâmica utilizada por essas políticas. Barbosa (1993, p. 126), confirma que algumas

(...) localidades já existiam desde 1725, estabelecidas pela entrada de Missionários Carmelitas do Rio Negro, que as erguiam sob o molde de “aldeias de repartição”.

Estas tinham como objetivo aldeiar os índios em povoações sob a influência religiosa, facilitando os ensinamentos e promovendo o desenvolvimento de uma economia agrícola e pesqueira baseada na força de trabalho indígena.

A primeira fase corresponde ao aldeamento indígena a contar do Forte. “A partir do forte, iniciavam-se expedições de tropas de resgate, que inspecionavam as fronteiras e desciam os índios para as proximidades da fortaleza” (Vieira, 2014, p. 31), que tinha como objetivo a ocupação da região que abrangia o Rio Branco, sobretudo no entorno do Forte.

Barbosa (1993, pag. 126), ressalta que “além de estabelecer definitivamente o controle português na região, estes povoações tinham como objetivo aumentar as trocas comerciais com o resto da então fundada Capitania de São José do Rio Negro (1755)”. Já o Forte São Joaquim, “inauguraria uma nova fase entre portugueses e índios no Rio Branco, representado pelos aldeamentos, dentro de uma nova legislação, o diretório Pombalino de 1757” (Vieira, 2014, p. 31). É certo que “em 1777, existiam seis povoados, dos quais cinco não subsistiram devido à revolta dos indígenas de 1781 contra os colonizadores portugueses” Moraes (2009, p. 140).

Ainda sobre o Diretório Pombalino de 1757, Vieira (2014) ressalta que foi por meio deste que “pela primeira vez no Brasil Colônia, tentou-se empreender uma política de reforma social para os povos indígenas”, que tinha como finalidade, “formar um mercado de trabalho livre, com mão-de-obra indígena disponível e disciplinada”. O que não ocorreu, pois os índios resistiam às investidas de imposição dos portugueses.

Os índios sempre tentavam lutar contra a imposição dos portugueses e o péssimo estado de vida e trabalho ao qual eram submetidos, além da extinção do povo por conta de doenças trazidas pelos estrangeiros. Uma das revoltas, que findou na extinção de alguns grupos indígenas passou a ser chamada de “Praia de Sangue”, pelo grande número de pessoas que perderam suas vidas neste verdadeiro massacre.

Com o agrupamento das tensões entre brancos e índios, provocou vários episódios de revolta e desavenças entre estes dois grupos étnicos o ato de rebeldia ocorrido em 1781 entre os índios Sapará e militares, que determinou a destruição de quase todos os povoados (...) Estes atos culminaram em um violento combate ocorrido em 1798, às margens do rio Branco, no local que ficou denominado “Praia de Sangue”. Uma tropa de combate eliminou um grupo de índios (Paravilhana e Wapixana), após estes terem se revoltado contra as péssimas condições de vida que lhes eram impostas, matando moradores e destruindo alguns povoações que haviam se re-estabelecidos. Barbosa (1993, p. 129-130).

Depois da chamada “Praia de Sangue”, a primeira tentativa de povoamento indígena teve fim, pois os índios que sobreviveram, deixaram os povoações e ainda conseguiram

resgatar uns poucos índios antes de serem levados para a comercialização. Vieira (2014, p. 39) afirma que “os índios que se revoltaram abandonaram as aldeias e atacaram uma patrulha militar, matando seus membros e soltando alguns dos poucos “parentes” que estavam acorrentados e iriam ser remetidos para o Rio Negro”. O Forte e os aldeamentos não tiveram êxito neste primeiro momento, mas o fracasso neste projeto não desanimou os portugueses, que começaram em seguida uma nova fase deste projeto.

A segunda fase contou com o surgimento dos primeiros arraiais ou aldeamentos, além do primeiro núcleo populacional constituído por não-índios. “A informação que temos a respeito desses aldeamentos e suas respectivas localizações são: Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel, Santo Antônio e Santa Bárbara”, estes localizados no Rio Branco, além de São Felipe, no Rio Tacutu e o de Nossa Senhora da Conceição, no Rio Uraricoera (Vieira, 2014). O projeto de desenvolvimento da região com estes núcleos, não deu muito certo, por conta da improdutividade que insistia em permanecer, fazendo com que o plano falhasse. Moraes (2009) assegura que “mesmo com a improdutividade, estes aldeamentos foram mantidos por vários anos, e, (...) o seria por mais tempo, não tivesse a política portuguesa de ocupação sofrido outra inflexão com a revolta de 1790”.

Após uma grande revolta nos aldeamentos indígenas em 1790, a ocupação portuguesa se desorganiza no rio Branco: relata o cronista F.X. Rodrigues Barata (1846[1798]:16-20), que atravessa os campos do rio Branco em direção ao Suriname em 1798, *haver encontrado as povoações quase desertas*, no Forte São Joaquim, um destacamento de índios, proveniente do rio Negro, se revezava mensalmente (...). (FARAGE; SANTILI *In*: CARNEIRO DA CUNHA (org.), 1992:271; sem grifo no original. *In*: MORAES, 2009, p. 141).

Podemos perceber que os índios resistiam de um lado e do outro, os portugueses não recuavam no plano de aldeamento e demarcação das terras do Rio Branco. Além da imposição do aldeamento dos índios, inclusive reunindo em um mesmo grupo, etnias inimigas, os portugueses passaram a obrigar os índios a falarem um só idioma, o da língua portuguesa, deixando de lado sua língua e cultura nativa para que uma nova e única cultura fosse consolidada.

Considerando que essa era uma área de fronteira contestada por outros domínios coloniais, passou-se a exigir das etnias indígenas uma espécie de nacionalização ou pelo menos uma identificação com o Estado português. Daí vem a proibição de fazer o uso de sua própria língua e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, além do incentivo aos casamentos entre índios e brancos e da abolição de distinções entre esses (Vieira, 2014, p. 31-32)

Esta fase termina com um resultado negativo e desolador, em razão das revoltas, mortes, grupos extintos, fome, miséria e a população reduzida a quase nada. Vieira, (2014, p.

39-40), relata um pouco de como ficou esta fase de aldeamento: “(...) os Diretórios que teriam a responsabilidade de formar comunidades agrícolas estáveis com perspectivas de dificultar a penetração estrangeira não teriam se concretizado”. Vieira continua afirmando que “Fortificações e Diretórios foram projetos que fracassaram na tentativa de assegurar e povoar o Rio Branco, trazendo miséria, desorganização social e contribuindo para a depopulação do Rio Branco (...)”.

Alguns anos depois, viria a certeza de que o levante dos índios abalara definitivamente o projeto de colonização por aldeamentos. Essa informação pode ser confirmada pelo Porta Bandeira Rodrigues Barata, em viagem ao Suriname também na primeira metade do século XIX. Esclarecia ele em seu relatório que nada tinha resultado dos aldeamentos no Rio Branco, a não ser as marcas da brutalidade. Segundo sua estimativa, a população de Santa Maria não excederia a trinta pessoas, e número igualmente diminuto se registrava em Nossa Senhora do Carmo. Em São Felipe, por sua vez, contavam-se quinze habitantes, e já não havia sequer diretor; Nossa Senhora da Conceição não mais existia. Para os serviços do Forte São Joaquim, havia somente um destacamento de índios vindos do Rio Negro, que se revezavam mensalmente (Vieira, 2014, p. 40-41).

Antes ainda da terceira fase de aldeamento que pretendo abordar, destaco o que Vieira (2014, p. 41), chamou de “um novo Regimento das Missões”, que foi mais uma tentativa “de estabelecer diretrizes gerais, mais administrativas, do que políticas, para o governo dos índios aldeados”. Vieira (2014, p. 41) cita como exemplo desta estratégia, a Missão Porto Alegre, “estabelecida no rio Uraricoera, que aldeou índios Macuxi, Sapara, Taurepang e Wapixana entre os anos de 1840 e 1850”, que não teve êxito.

Ao final do século XVIII a população local havia declinado nos núcleos formados pelos portugueses. (...) os índios aldeados já não mais permaneciam nos povoados por não quererem mais se submeter à autoridade dos portugueses. Além disto, os nativos começaram a ter um relacionamento mais estreito com outras nações europeias estabelecidas próximas. Isto provocou o êxodo de uma parte da população indígena para as regiões sob o domínio das antigas Guiana Holandesa e Inglesa (hoje Suriname e Guiana). Neste período houve um processo inverso ao esperado pelas autoridades luso-brasileiras, com toda a área do rio Branco sendo despovoada e colocando em questionamento todos os métodos colonialistas-comerciais adotados pelo poder central para uma real ocupação humana destas terras (Barbosa, 1993, p. 130-131).

A chamada terceira fase vê na introdução do gado na região uma tentativa de consolidar uma colonização no Rio Branco, por meio de uma atividade econômica que fixaria os indivíduos em um só lugar, sempre com o objetivo de demarcar as fronteiras da Amazônia. Dando início a este projeto, foram criadas as Fazendas Nacionais, para a criação e comercialização do gado. Quanto a isso, Vieira (2014), fala que “o resultado dessa conjuntura foi a instalação de um projeto pecuário, que passou a introduzir os primeiros rebanhos nos

campos gerais, com a fundação das “Fazendas do Rei” em 1787”, ou ainda, Fazendas Nacionais (Figura 03).

Por ação da coroa portuguesa, fundaram-se as primeiras fazendas de gado da região no final do século XVIII, denominadas Fazendas Nacionais. Dividiam estas terras em três grandes áreas. A oeste, entre o rio Uraricoera e o rio Branco, fundou-se a Fazenda do Rei, a primeira delas e que foi batizada como “São Bento”, em favor de Sua Majestade. Desta seguiu-se a formação da fazenda “São José”, instalada próximo a fortificação militar, na parte leste do vale. A última fazenda foi a de “São Marcos”, criada no setor norte, entre os rios Uraricoera e Tacutú, fundada no final do século (Barbosa, 1993, p. 129).

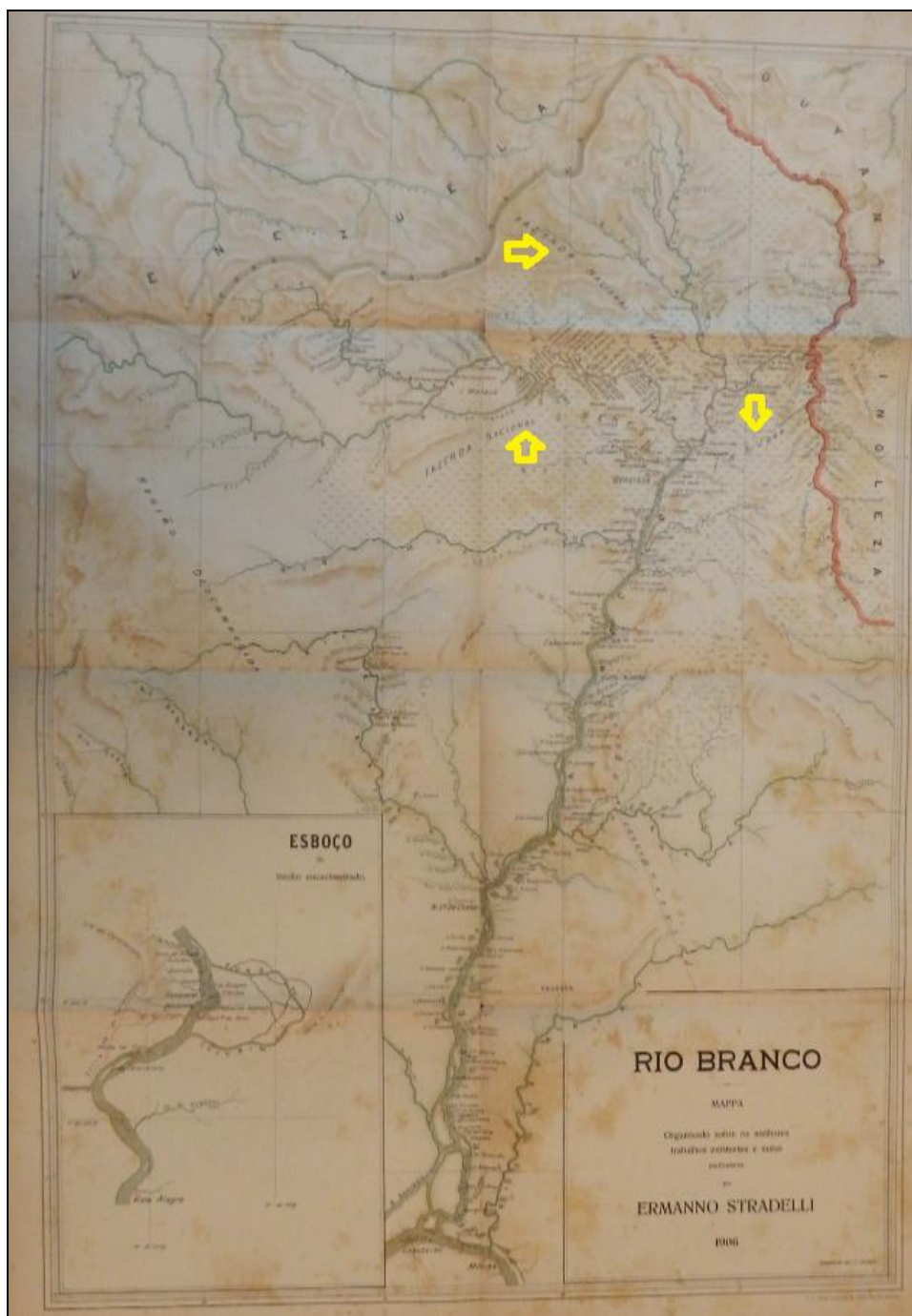


Figura 3 - Mapa das Fazendas do Rei. Fonte: Stradelli, 1906. Mapa do Rio Branco. Acervo da Biblioteca Nacional.

Uma curiosidade, é que para a construção da Fazenda São Marcos, foram utilizadas as pedras do então já desativado Forte São Joaquim do Rio Branco. Martins (2010, p. 41), ressalta que “no século XIX, justamente quando cresciam as fazendas de gado particular naquela região, foi paulatinamente abandonado (o Forte), até que, no ano de 1944, foi desmontado (o Forte) fisicamente, com suas pedras servindo para à construção da Fazenda São Marcos (...)”. O Iphan/RR por meio de seu Relatório Final do Centro Histórico de Boa

Vista – RR (2009, p. 17), cita que “na década de 1940, de suas antigas muralhas foram retiradas as pedras utilizadas nos alicerces e paredes das instalações do Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), localizado na Fazenda São Marcos, no Rio Uraricoera”. Quanto à decadência do Forte, o mesmo Relatório do Iphan (2009, p. 17) afirma que

No andar do século XIX o forte São Joaquim vai perdendo sua importância devido a fatos que influenciarão sua decadência militar e política, fatos esses representados pela Revolução Francesa e a Era Napoleônica que condiciona a vinda da família real para o Brasil, não privilegiando a região com o status de província. A partir de então, os militares que comandam o forte passam a se dedicar à atividade privada, tornando-se grandes proprietários de fazendas e criadores de gado. Passam então a relegar a segundo plano a sua função militar, usando o imaginário do forte como apropriação da memória para manipulação política. A Proclamação da República em 1889, transforma a região em território, deixando-a em semi-abandono sob administração de políticos locais e, finalmente, o seu isolamento em 1900, provocam seu arruinamento.

A nova atividade econômica recém-implantada por estas bandas, correspondente a criação de gado, já havia sido mencionada há alguns anos antes por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que foi Bacharel e Ouvidor da Capitania, quando visitou o Rio Branco. Barbosa (1993, p. 128) cita o que Sampaio falou na visita: “Devem-se notar, antes de tudo, que a extensão dos campos, que os faz capazes da propagação de milhares de cabeça de gado”. Barbosa (1993, p. 128) continua sua fala afirmando que “Sampaio referia-se aos 40.000 km² de campos naturais existentes na região conhecida como Alto Rio Branco”.

Quanto à introdução das primeiras cabeças de gado na região, Barbosa (1993, p. 129) alega que seus registros são controversos, sendo citado o “Coronel Manoel da Gama Lôbo D’Almada, em 1786-87, em uma expedição ao rio Branco”, ou ainda os espanhóis, “quando de sua invasão ao início da década de 1770”, sendo que o Coronel Manoel da Gama Lôbo D’Almada, como pioneiro na introdução do gado no ano de 1790, trazendo o rebanho da Vila de Ega, atual município de Tefé, no Estado do Amazonas (Barbosa, 1993).

Apesar dos relatos demonstrarem uma boa impressão quanto a qualidade da terra e certa empolgação para a criação do gado, a realidade é que a nova atividade econômica foi vista com insegurança e desconfiança, isso porque segundo Moraes (2009), o extrativismo “era uma atividade muito mais lucrativa e segura”. Mesmo assim, os

(...) fortes atrativos oferecidos aos estabelecimentos de criatórios iriam atrair alguns poucos colonos civis: a grande quantidade de campos, a mão de obra indígena e principalmente o gado solto, não exigindo mais que a sua captura e instalação em um pedaço de terra (Vieira, 2014, p. 43).

Barbosa (1993, p. 131), assegura que “esta atividade era o único alicerce de sustentação da incipiente economia do Rio Branco, marcando fragilmente os domínios brasileiros”. A intenção era de algum modo, ater índios e não-índios na região, praticando o comércio em toda a colônia por meio da atividade pecuária e povoando toda a região do Rio Branco, afirmando assim, a posse do Estado português. Esta atividade foi sendo desenvolvida com muita dificuldade, tendo em vista que a locomoção por toda a Amazônia era feita de forma bem difícil, precária e demorada, tendo como um dos principais desafios as distâncias percorridas. Moraes (2009, p. 142) afirma que “a pecuária praticada no rio Branco se constituía numa atividade marginal, ainda mais devido às dificuldades de transporte, permanecendo por longo tempo até o final do século XIX”.

A população indígena foi muito importante para que a atividade alcançasse êxito na região, pois eles ainda eram a grande maioria e sua mão-de-obra sempre foi fundamental, desde a construção do Forte, até os aldeamentos. Vieira (2014, p. 44), conta que “dessa forma o trabalho com a pecuária foi fortalecido, favorecendo em muito o contato numa aproximação dos índios com a sociedade nacional na tentativa de forjar meios para a sua própria sobrevivência”.

Ao longo do tempo, muitas outras fazendas foram surgindo. As chamadas fazendas particulares foram se multiplicando por todo o vale do Rio Branco, ocupando áreas dentro e fora das Fazendas Nacionais, inclusive, adentrando as áreas indígenas (Moraes, 2009).

O acerto da última medida tomada pelas autoridades portuguesas aparentemente parecia começar a surtir efeito nos primeiros anos do Brasil Império. Havia um lento aparecimento de pequenas fazendas de gado em algumas áreas do rio Branco. Eram fundadas por militares do forte que detinham alguma criação e por alguns poucos migrantes vindos do Nordeste ou da própria região Norte (Barbosa, 1993, p. 131-132).

Com o passar do tempo, a atividade desenvolvida na região foi ficando escassa, fazendo algumas fazendas desaparecerem. Um exemplo disso foi o caso das Fazendas Reais, fazendo com que “a fazenda de São José foi incorporada a de São Marcos, em 1841, e a de São Bento perdeu lugar para os poucos colonos que se utilizavam de suas terras” (Barbosa, 1993, p. 132).

Moraes afirma que “a atividade pecuária no vale do Rio Branco, idealizado pelo Estado português, foi levada adiante por particulares e gerou uma série de disputas que atualmente refletem na dinâmica de Roraima” (Moraes, 2009, p. 142).

1.3 – O surgimento de uma cidade: de Freguesia do Rio Branco à Estado de Roraima

(...) a história da cidade se confunde com a história do atual Estado de Roraima. Crescendo a partir de um agrupamento de casas, em torno de uma fazenda de gado particular, que teria sido fundada ainda na primeira metade do século XIX, Boa Vista está à margem esquerda do Rio Branco, a cerca de 30 quilômetros ao sul do local escolhido pelos portugueses, em fins do século XVIII, para a instalação do Forte São Joaquim (Martins, 2010, p.57).

Podemos afirmar que a cidade de Boa Vista surgiu em decorrência do Forte São Joaquim do Rio Branco, ou ao menos, teve grande influência na formação do município, tornando-se um marco para sua existência. Uma das inúmeras fazendas particulares que surgiram na época deu nome à cidade. A Fazenda Boa Vista (Figura 04), do senhor Inácio Lopes de Magalhães, que foi um dos comandantes do Forte São Joaquim do Rio Branco, foi estabelecida à margem direita do Rio Branco em 1830, acabou se tornando base para a futura instalação do município. Moraes (2009, p. 143) discorre que:

Esta fazenda pecuária estimulou a ocupação em suas proximidades e propiciou o desenvolvimento do porto fluvial na região do rio Branco. Desta maneira, o marco inicial da cidade foi a construção do edifício-sede da fazenda e da capela sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo.



Figura 4 - Fazenda Boa Vista, construída em 1830. Fonte desconhecida. Acervo do Iphan/RR.

O Porto citado por Moraes ficou conhecido como o Porto de Cimento (Figura 05), que por muito tempo foi o único meio pelo qual se entrava e saía da região onde a Fazenda Boa Vista estava instalada.



Figura 5 - Ângulo superior do Porto de Cimento, década de 40. Fonte desconhecida. Acervo do Iphan/RR.

Foi pelo Porto de Cimento que muitos dos moradores da futura Boa Vista adentraram por essas terras, por onde muitas embarcações vindas principalmente de Manaus, atracavam trazendo alimentos e utensílios de toda a espécie com o objetivo de abastecer a localidade (Albuquerque, 2016).

Embora Boa Vista tenha permanecido por décadas como um povoamento de pouca expressividade no cenário regional, no final do século XX, a importância estratégica do porto fluvial e as atividades econômicas locais provocaram a instalação do município (Moraes, 2009, p. 142).

Ainda é mencionado por Moraes (2009, p. 142), que João Baptista de Figueiredo Terreiro Aranha, aponta no Relatório do Presidente da Província do Amazonas, que cerca de vinte anos foram suficientes para a organização de um “arraial” (Figura 06), em torno da propriedade rural ali instalada. “(...) restringia-se a um pequeno arraial, com algumas residências, igreja e um porto de carga e descarga de mercadorias nos arrabaldes do rio Branco” Moraes (2009, p. 144).



Figura 6 - Registro feito pelo hidroavião da expedição de Hamilton Rice em 1924. Fonte desconhecida. Acervo do Iphan/RR.

Os primeiros bairros surgidos em Boa Vista foram: Olaria (Francisco Caetano Filho), Rói Couro (São Pedro e Centro), Praça da Bandeira e Caxangá. Boa Vista expandiu-se e o perímetro urbano coincidiu praticamente com a atual área central, delimitada pelo Igarapé Caxangá e pelas avenidas Terêncio Lima e Major Williams (Dias, 2012, p. 42).

O Iphan/RR (2009, p. 26-27) descreve que “na década de 1940 a cidade de Boa Vista podia ser dividida em 05 bairros com uma população de 1.398 habitantes”. Os bairros citados são os seguintes: Porto Olaria – que possui este nome por ter sido alojado em uma olaria mecânica; Rói-Couro; Caxangá; Centro – onde concentravam-se a Fazenda Boa Vista, o Porto de Cimento, Igreja e as primeiras residências e; Ipase – bairro designado aos funcionários públicos federais.

Em 1858, foi criada a Lei Provincial nº 92 de 09 de novembro do mesmo ano, que instituía as Províncias do Amazonas e criou a Sede da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Dias (2012, p. 36) afirma que “a sede da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, seria instalada num lugar denominado Boa Vista, localizado acima das Corredeiras Cojubim e Bem Querer, no Rio Branco”.

Em 1858, na tentativa de obter maior controle administrativo da região em decorrência da presença de forças inglesas na área, foi estabelecida a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (Lei Nº 92 de 09.11.1858). Esta englobava as terras acima das cachoeiras do Bem-Querer (Médio Rio Branco) incluindo toda a região de campos naturais. A sede ficou definida no local chamado Fazenda Boa Vista, fundada em 1830 por Inácio Lopes de Magalhães, antigo oficial do Forte São Joaquim (...). A fazenda deu origem a atual cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Esta ação acompanhava o estímulo do governo provincial em propiciar que particulares se instalassem na região do rio Branco, através de facilidades na concessão de títulos de terra para criação de gado bovino (...). Entretanto, não conseguiu fazer com que os grandes espaços fossem preenchidos, favorecendo o desejado papel protetor que o poder público esperava pela presença do fator humano (Barbosa, 1993, p. 133).

A Freguesia de Nossa Senhora do Carmo fazia parte do Estado do Amazonas e foi desmembrado no município de Moura, que por meio do Decreto Nº 49 de 09 de julho de 1890, foi instituído como Município de Boa Vista do Rio Branco, pelo então governador Augusto Ximenes de Villeroy. Segundo o Iphan/RR (2009, p. 24), este mesmo decreto elevou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco à categoria de Vila, com o mesmo nome dado ao município, Vila de Boa Vista do Rio Branco, no início do período republicano.

O município de Boa Vista foi criado em 9 de julho de 1890, com o nome de Boa Vista do Rio Branco, pelo governador do estado do Amazonas, Augusto Ximenes de Villeroy. Sua instalação ocorreu no dia 25 do mesmo mês, pelo Capitão da Polícia Militar daquele estado, Fábio Barreto Leite, em nome do Governador. A denominação de Boa Vista do Rio Branco para simplesmente Boa Vista ocorreu por força do Decreto Lei 6.550 de 31 de maio de 1944 (RORAIMA, 2012, p. 28).

O capitão Fábio Barreto Leite empossou as autoridades do município, sendo o seu primeiro superintendente o capitão coronel João Capistrano da Silva Mota. Ainda no governo de Augusto Ximeno de Villeroy, a Lei Estadual do Amazonas nº 1.262 também de 1890, foi concedido foro de cidade à Boa Vista (Iphan/RR, 2009). Quanto aos limites da recente Vila de Boa Vista do Rio Branco, ficou determinado que fossem os mesmos da Freguesia, sendo que

Na gestão do Governador Fileto Pires Ferreira, foram alterados os limites do Município de Boa Vista, em consequência do Decreto nº 131 de 3 de setembro de 1896, que determinou novos limites para o Município de Moura, fixando-os no lugar de Anauá, ficando este para Moura. Assim, teve Boa Vista o seu município dilatado até o rio Anauá. Em 1930, pela Lei nº 1478, de 17 de outubro foram ainda alterados os limites deste município. Ficando assim: “Ao Norte e Oeste, com a República da Venezuela, pela serra Parima; a Leste, com a Guayana Inglesa pelos rios Itacutu e Maí; e ao Sul, com o município de Moura, pela ilha do Breu”. Assim os limites do município de Boa Vista foram trazidos até quase a foz do rio Branco, isto porém, pelo leito do rio, pois a lei não fala como devem seguir os limites para o interior. Os limites determinados pela lei acima tiveram uma existência pequena, pois o Decreto de 14 de novembro do mesmo ano na administração do Governador militar Floriano Machado, veio novamente alterá-los, resolvendo que: “fica revogada a Lei nº 1478, de 17 de outubro do corrente ano, continuando os limites do Município de Moura com o de Boa Vista do Rio Branco, a serem os mesmos fixados pelo Decreto nº 131, de 03 de setembro de 1896” (Dias, 2012, p. 39-40).

A cidade é descrita por Moraes (2009, p. 146), como contendo “sete ruas que se entrecruzam nas proximidades do porto”. O primeiro prefeito do município de Boa Vista foi o coronel João Capistrano da Silva Motta, que era dono terras na região. “A partir da autonomia administrativa, o número de fazendas foi aumentando (...) como também foram sendo legalizadas, pois foram criados diversos dispositivos legais que favoreceram a consolidação da ocupação fundiária” (Vieira, 2014, p. 49).

É importante registrar que neste período, a população indígena foi quem mais contribuiu para o desenvolvimento do município, por meio de sua mão-de-obra seja nas fazendas, criação do gado, plantações, porto fluvial e no que mais houvesse para ser feito e envolvesse o trabalho pesado. Apesar das revoltas e da luta do índio contra o branco por conta do trabalho escravo, do índio ser tratado como mercadoria e da extinção de certos grupos, outras etnias permaneceram na região. Barbosa (1991, p. 133) ressalta que “alguns grupos indígenas (principalmente Wapixana) não se deslocaram e permaneceram em contato próximo aos novos ocupantes da terra. Adquiriram assim, uma parcela da “civilidade submissa” que os mesmos lhes faziam impor”.

Esta fase foi marcada por uma aproximação menos violenta entre os grupos remanescentes de índios e o branco dominador. Entretanto, a relação entre estes dois segmentos sociais não se modificou por completo neste período. Os episódios de conflitos continuavam ocorrendo devido à disputa de espaço agora entre brancos, índios e o rebanho bovino instalado Barbosa (1991, p. 133).

Entre revoltas e injustiças, sobretudo com a população indígena na região do Rio Branco, a população foi aumentando. Barbosa (1993) afirma que o aumento populacional foi demorado mais que logo o crescimento da população pecuária começou a mostrar resultados como almejava os portugueses do século XVIII. As condições de vida eram precárias e a

dificuldade de negociar com outras localidades por conta das grandes distâncias que deveriam ser percorridos por entre os rios, tornava a vida das famílias ainda mais difícil.

Os Beneditinos chegam a Boa Vista em 1909 e, como as ordens anteriores da Igreja, possuíam o interesse de catequizar os índios da região. A Ordem Beneditina permaneceu em Boa Vista até 1949, realizando atividades com as comunidades indígenas (Barbosa, 1993).

Os efeitos deste exercício, mesmo que tenham sido pouco sentidos, defrontaram-se com a arcaica estrutura de poder local vigente, liderada pelos grandes fazendeiros de gado e comerciantes. Detentores absolutos do poder regional, não aceitavam qualquer questionamento sobre a posse irregular de terras da União como dos indígenas. Também não queriam perder a dominação que exerciam sobre os índios através dos métodos de submissão. Independente dos meios utilizados pelos Beneditinos, que podem e devem ser levantados e discutidos e, do efeito cultural sobre os nativos, observa-se que a Igreja nesta fase trocou de tática. Encarou também para si a luta secular dos povos indígenas na região: a real posse de suas terras (Barbosa, 1993, p. 136-137).

O aumento de propriedades rurais na região, fez com que o uso da mão-de-obra indígena não modificasse em vista do que era nos séculos anteriores, ficando pior, pois estrangeiros e migrantes brasileiros começaram uma disputa pelas terras indígenas com o intuito de regulamentá-las (Vieira, 2014, p. 45). A pecuária se tornou uma atividade consolidada, possuindo como seu principal (ou talvez único) consumidor, o estado do Amazonas e Dias (2012, p. 73) descreve que “todos os anos, nos meses de junho a agosto, as balsas, chamadas de “boiadeiras”, de marchantes vinham de Manaus para comprar o gado que era pesado, vendido e embarcado para aquela cidade”.

Com o passar do tempo, outras atividades econômicas surgiram, como por exemplo, a extração mineral, que mudou consideravelmente o aspecto do lugar trazendo migrantes de todo o Brasil, em busca de riqueza. Barbosa (1993, p. 137) ressalta que um “pequeno fluxo migratório” começou a chegar à região em 1910, com o interesse na prática do garimpo.

A descoberta dos garimpos de ouro e diamante nas regiões dos rios Cotingo, Maú e Suapi, provocou movimento de grupos humanos em direção a estas áreas. Contudo, não foi fator responsável por significativo crescimento populacional ou econômico nesta época (Barbosa, 1993, p. 137).

A nova atividade, mais uma vez utilizava da mão-de-obra indígena como base para o trabalho pesado, como por exemplo, carregar equipamentos, alimentos e no mais que os “brancos” precisassem, além de cada vez mais perderem suas terras e, como coloca Barbosa (1993, p. 138), “passaram a viver na área original da antiga fazenda nacional de São Marcos”.

Com o interesse de reafirmar as fronteiras brasileiras e tirar do estado de quase que total desamparo no extremo norte da Amazônia, em 1943 o então Presidente Getúlio Vargas determinou a criação do Território Federal do Rio Branco, sendo que Boa Vista, foi determinada como a capital. O primeiro governador deste Território foi o Capitão Ene Garcez dos Reis, nomeado por meio do Decreto Lei de Nº 5.812, de 13 de setembro do mesmo ano.

Em 1943, em plena II Guerra Mundial, o Presidente Getúlio Vargas criou cinco Territórios Federais: Rio Branco, Guaporé, Amapá, Iguazu e Ponta Porã. Na mensagem presidencial encaminhada ao Congresso Nacional com o texto do Decreto-Lei que criou os territórios federais está escrito que aquele ato teve como principal objetivo levar vida à solidão daquela gente (gente dos lugares escolhidos para serem transformados em territórios federais) e exigências de ocupação efetiva da terra, do seu povoamento, de valorização e de segurança daquelas regiões. E mais ainda, que os territórios federais deveriam ser fatores de integração daquelas regiões à comunidade nacional e de intensificação do comércio com os países vizinhos (RORAIMA, 2012, p. 47).

A precariedade estrutural do município e o difícil acesso à região continuavam sendo um dos principais obstáculos para que de fato se efetivasse a ocupação deste lugar. Barbosa (1993, p. 139) fala que “a população mais recente exigia novas motivações como estímulo de fixação ao meio: serviços públicos regulares (luz, água, limpeza urbana, etc.) e facilidades na obtenção dos diversos gêneros de consumo diário não ocorriam com plenitude”.

Com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, essa região passou a ter uma melhor atenção por parte dos políticos da República, uma vez que seus problemas estavam a partir daí ligados diretamente a União Federal. O governador passou a ser nomeado pelo presidente da República e os problemas da região deixaram de passar pelo governo do Amazonas e foram transferidos para o Rio de Janeiro (Iphan/RR, 2009, p. 19).

Em 1962 o Território Federal do Rio Branco foi transformado em Território Federal de Roraima e, em 1988 passou a ser o Estado de Roraima (Moraes, 2009). A confusão feita entre o Território Federal do Rio Branco e a capital do Acre, fez com que em 1962 o primeiro deputado federal Valério Caldas de Magalhães por meio de projeto aprovado na câmara federal, solicitasse a troca do nome para Território Federal de Roraima e capital Boa Vista. O que aconteceu somente em outubro de 1988 por meio da nova Constituição Federal, com a elevação do Território Federal do Rio Branco à Estado, com o nome Roraima. O Ato das Disposições Territoriais da Constituição Federal de 1988 afirma em seu Artigo 14 que “os Territórios Federais de Roraima e Amapá são transformados em Estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos”.

O recém-instalado Governo Territorial, incumbido de reformular a estrutura de poder e empreender esforços para o desenvolvimento econômico regional necessitou retirar os entraves a um maior crescimento local. Iniciou então trabalhos de infraestrutura de que a nova unidade necessitava. Obras no setor de saúde, abastecimento de água e construção de estradas (...). Este ato teve o nítido intuito de suprir em alimentos e baratear o custo de vida (...) (Barbosa, 1993, p. 139).

Algumas tentativas de assentamento no século XX são apresentadas por Barbosa (1993), como ainda parte integrante do plano de povoamento do rio Branco. Ele apresenta como uma primeira tentativa, a Colônia Fernando Costa, a 54 km ao sul de Boa Vista, às margens do rio Mucajaí, organizada pelo poder público, mas, que logo caiu por terra, devido à desorganização das atividades, sendo que entre os anos de 1947 e 1949, uma tentativa de reerguer a colônia foi feita, sem êxito devido o abandono de algumas famílias assentadas, que decidiam ou voltar para a terra natal, ou migrar para Boa Vista. A colônia só foi concretizada entre os anos de 1951 a 1953.

Outras colônias se seguiram a esta ainda na década de 1950, como a Brás de Aguiar (atualmente Cantá) e a Coronel Mota (agora Taiano). (...). Todas estas tentativas governamentais não refletiam bons resultados em um primeiro momento. A precariedade das localidades abertas e os seguidos surtos de malária foram os responsáveis pelos primeiros fracassos (...). Como no passado, desde as primeiras incursões portuguesas, a colonização constituía-se como objetivo principal desta região. Agora menos preocupada com os índios, que se transformavam rapidamente no que hoje é definido como o “cabloco” regional, sem etnia definida. A ocupação dos espaços deveria estar dentro do clima nacionalista instituído pelo Governo Vargas (Barbosa, 1993, p. 140).

Nota-se que a nacionalidade buscada por Getúlio Vargas para definir uma identidade brasileira, mais uma vez contribuiu para a anulação da cultura indígena, sobretudo nesta região. A usurpação de suas terras por parte de fazendeiros que por meio de benefícios e facilidades nas leis, conseguiam regularizá-las e ainda mais, possuía incentivo do governo para isso, juntamente com a exploração de trabalho com mão-de-obra indígena, contribuíram consideravelmente para isto. A pressão fundiária no Nordeste e a facilidade de obtenção de terras incentivada pelo governo local já eram responsáveis por um significativo número de migrantes deslocando-se nesta direção (Barbosa, 1993, p. 141).

Esta migração é justificada por Moraes (2009), por um incentivo da parte do Governo do Antigo Território, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Plano Nacional de Desenvolvimento e pelo Plano de Integração Nacional. A intensa migração fará com que Boa Vista, sem estrutura para acomodar tantas pessoas, tenha que se estruturar. Derenusson (1991) afirma *In*: Moraes, (2009, p. 147), que Boa Vista sofrerá sensíveis alterações que modificarão drasticamente sua aparência urbana, contrapondo-se

completamente ao quadro identificado por Waugh. Boa Vista converte-se numa cidade moderna, sofrendo notável aumento populacional e recebendo um traçado imbuído de significados políticos e ideológicos.

1.4 – O Projeto Urbanístico de Boa Vista: A nova cidade em forma de Leque

Mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites. E, portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideária do povo brasileiro do Extremo Norte (Derenuson, 1991). *In: Moraes (2009, p. 150).*

Antes de entender a fundo como se deu o plano de construção de uma cidade planejada, é interessante ressaltar o motivo pelo qual a cidade de Boa Vista localiza-se à margem direita do Rio Branco. Para isso, cito Veras⁶ (2009) que nos apresenta três coerentes justificativas.

Na primeira hipótese, Veras (2009, p. 60) afirma que “a cidade está localizada numa zona plana, de baixa altitude, situada à margem direita do rio Branco, deixando posteriormente a baixa para se desenvolver na parte alta”. O autor continua dizendo que “esta situação é fácil de explicar, uma vez que nas proximidades da margem há grandes alagamentos por ocasião do período chuvoso”. Dessa forma, a localização de Boa Vista na margem direita “deu-se por um aspecto topográfico local, pois é uma área alta que não inunda, assim como o canal do rio é mais profundo e favorece a navegação, diferentemente da margem esquerda que é inundada no período chuvoso de abril a setembro” (Veras, 2009, p. 60-61).

A segunda hipótese apresentada pelo mesmo autor é justificada pela existência de trilhas indígenas que já existiam nesta região, e “garantiam as comunicações com o interior, vencendo os principais obstáculos geográficos e estimulando o crescimento da cidade” (Veras, 2009, p. 61). A terceira hipótese é que a escolha da margem direita, tenha sido o fato de que nesta margem, “a existência da baixada junto à margem do rio”, tenha facilitado a construção das “primeiras edificações (porto, armazéns, residências entre outras), face às terras altas da cidade, que posteriormente foram ocupadas” (Veras, 2009, p. 65).

⁶ Antonio Tolrino de Rezende Veras. É bacharel em geografia pela Universidade Estadual do Ceará, mestre em geografia pela Universidade Estadual do Ceará e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. É Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Roraima e é pesquisador das temáticas das cidades amazônicas e suas especificidades. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708323D6>.

A cidade de Boa Vista é citada por muitos dos que passaram por ela, como uma cidade com ruas largas, casas simples feitas em sua maioria de reboco e pau-a-pique e sem iluminação (Veras, 2009).

Depois que o Território Federal do Rio Branco foi instalado, em 1943 e a nomeação do Capitão Ene Garcez do Reis como governador do novo Território em 1944, pelo então Presidente Getúlio Vargas, é que buscou-se estabelecer um plano urbanístico para a cidade de Boa Vista, que pudesse congrega todas as divisões administrativas de uma cidade mais moderna, além das residências de seus moradores civis, aparada de toda a infraestrutura básica, como saneamento básico, energia elétrica, escolas, comércio e hospital.

A tarefa de povoar e estruturar o Território Federal do Rio Branco não encontrava recursos para sua manutenção. Essa afirmação preconizava a implantação de um plano urbanístico para a cidade fundado nos princípios de saneamento, embelezamento e circulação, tão em voga no Brasil na primeira metade do século XX, como parte de uma política de desenvolvimento para os Territórios Federais recém-criados, que também previam outras iniciativas governamentais. Nessa conjuntura, as iniciativas de povoamento e urbanização do território obtiveram algum sucesso. Em 1946 foi construído o primeiro conjunto habitacional de Boa Vista, composto por 52 casas (...) (MORAES, 2009, p.147-148).

O governador Capitão Ene Garcez do Reis tinha a intenção de modernizar a cidade, fato que estava ocorrendo em outras cidades do país. O trabalho não seria fácil, visto as grandes dificuldades encontradas, sobretudo quanto à distância de outras localidades e mão-de-obra específica. Ao se mudar para o novo Território, o Capitão Ene Garcez se estabelece na Prelazia do Rio Branco e de acordo com Veras (2009, p. 83), sabendo dos problemas que iria encontrar, “forma uma equipe composta por seis profissionais: dois médicos, sendo um sanitarista e outro clínico, um engenheiro, um Técnico do Ministério da Agricultura, o prefeito da cidade, Senhor Mário Homem de Melo e o Advogado do Ministério da Educação, Araújo Cavalcante, para acompanhá-lo”.

Foi assustadora a primeira impressão do Governador Êne Garcez em relação ao Território e à capital Boa Vista, ao expressar que na região não existia nenhum equipamento e serviço que atendesse a população de forma satisfatória. Nem funcionários qualificados para exercer cargos de confiança. Tal realidade o incitou a realizar um estudo durante quatro meses das principais necessidades do novo território. Dando origem ao primeiro documento de planejamento regional do território, que a princípio não foi atendido pelo Governo Central em razão dos gastos com a II Guerra Mundial (Veras, 2009, p. 88).

A conclusão deste documento que, ao ser entregue ao Presidente Getúlio Vargas, fez com que o mesmo baixasse o Decreto-Lei nº 1.115, de 24 de julho de 1945, que dispõe sobre

a Organização Administrativa do Território Federal do Rio Branco e que “lhe confere o art. 180 da Constituição, que decreta em seu artigo 1º: a criação de Órgãos da Administração”, (Veras, 2009, p. 92). A partir de então, começa a chegar ao novo Território, pessoas ligadas ao funcionalismo público federal, melhorando o serviço público local.

Seguindo com o objetivo de organizar e modernizar a cidade, o então Governador, Capitão Êne Garcez começa a idealizar seu projeto de construir uma cidade planejada. Para isso, foi realizado o que Moraes (2009, p. 148) chama de “uma concorrência de projetos para a implantação de um Plano Urbanístico para Boa Vista”. Veras (2009) conta que quatro empresas concorreram e em 21 de dezembro de 1944, a empresa do Rio de Janeiro, Riobras Industrial Ltda, que tinha como engenheiro, o senhor Darcy Derenusson, venceu a concorrência. Veras (2009, p. 95) expõe que:

Após a criação do Território Federal do Rio Branco, o Governo Federal passou a definir políticas de desenvolvimento urbano voltadas para o controle político, econômico e estratégico da fronteira setentrional. Como por exemplo, destaca-se a elaboração do Plano Urbanístico da cidade no período de 1944 a 1950 pela firma carioca Riobras do Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson. A Proposta era que a cidade tivesse um traçado de integração urbana, isto é, radial concêntrico, em que, na praça circular, reuniam-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partiam as radiais, extremamente largas, para norte, sul e Oeste (...). O referido traçado foi ideia do então Governador do Território Capitão Êne Garcez dos Reis, que se inspirou no traçado urbano de Belo Horizonte.

É interessante notar fazendo uma breve pesquisa nas literaturas, pesquisas, matérias e reportagens disponíveis que tratam do assunto (traçado urbano de Boa Vista), que ao citar a inspiração para a criação do traçado do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista (Figura 07), o nome de diferentes cidades aparecem nos textos.

[...] o projeto do período de Território Federal, preocupado mais com o controle de poder sobre a terra, redimensionou a ocupação por meio da implantação de novos núcleos agrícolas, com apoio local na figura do governador. Este buscou dar uma nova urbanização à capital do Território, com o objetivo de enfatizar o caráter “branco” da cidade. Assim, em 1945, o traçado primitivo da cidade (em área mais elevada e livre de enchentes) foi aumentado e estruturado segundo critérios urbanísticos. O planejamento seguiu um projeto semelhante ao que foi realizado posteriormente no centro urbano de Goiânia ou de Brasília. Tendo como base o Rio Branco, o novo planejamento ganhou forma de um leque, com a implantação de avenidas radiais iniciadas na ampla praça circular do Centro Cívico, por sua vez cortadas por ruas circulares. Essa operação urbanística estendeu-se por toda a década de 1950 e dividiu a cidade em cinco bairros: Centro, Porto da Olaria, Rói-Couro, Caxangá e Ipase (Oliveira, 2003) *In*: Moraes (2009, p. 148-149).

Este traçado se deve ao Engenheiro Civil carioca, Darcy Aleixo Derenusson, e ao Capitão de Cavalaria, Ene Garcez dos Reis, primeiro Governador do então Território Federal do Rio Branco. A inspiração para o planejamento da cidade veio do traçado de Belo Horizonte e Paris. Da praça do Centro Cívico, onde se encontram a sede dos

três poderes, partem 13 ruas e avenidas, guardando grande semelhança com a praça do Arco do Triunfo da capital da França. Boa Vista é a capital de Roraima (RORAIMA, 2012, p. 28).

Ainda é dito por Veras (2009, p. 129), que:

(...) a comparação que se faz com a cidade de Boa Vista, com a cidade de Paris, deve-se à função de seu desenho urbano – também radial concêntrico, com avenidas largas e belos jardins com espaços abertos e verdes para melhorar a salubridade da cidade e o lazer de sua população, sempre convergindo para a praça principal.



Figura 7 - Planta da Cidade de Boa Vista. Fonte: Acervo do Iphan/RR.

O Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista é orgulho para muitos dos que vivem na cidade, que é a única do Norte do Brasil que foi planejada. O traçado em forma de leque é uma iconografia bastante conhecida e muito utilizada por vários segmentos do comércio, governos, movimentos e associações, para representar a cidade. Também é muito falado, sobre o que levou o engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, a se inspirar e criar este desenho. Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Paris. Há também quem diga que não foi nenhuma dessas cidades a inspiração para o seu criador, como é o caso de Pavani (fotógrafo e pesquisador local), que afirma em uma reportagem feita para o Jornal de Roraima⁷ (2014) que

⁷ Jornal de Roraima. **A cidade de Boa Vista é inspirada em Paris?** Jornal de Roraima. Disponível em: <http://jornalderoraima.com/noticia/3567/a-cidade-de-bo-a-vista-e-inspirada-em-paris>. Acesso em: 13. Jan. 2016.

o traçado urbano da cidade de Boa Vista “não é inspirada em Paris como se afirma”, alegando a inspiração à cidade francesa Cabourg, distante 186 quilômetros de Paris.

Quando estive na França, visitei Cabourg, que tem traçado semelhante ao de Boa Vista; a única diferença entre aquela e nossa capital está na água, já que uma fica à beira mar e a outra na beira de um rio (...). (...) boa-vistenses sempre acreditaram que o traçado de Boa Vista é parecido com o de Paris, ou vice e versa, mesmo sem conhecer a capital francesa, mas não é verdade; basta observar no Google Earth e constatar que a urbanização de Carbourg é muito parecida com a arquitetura da capital do Estado. “Essa informação talvez corrija erro histórico que se tornou verdadeiro por falta de pesquisa. Quando fez o traçado de Boa Vista, na década de 1940, o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson se baseou em Carbourg que fica no litoral da França, segundo informações do filho dele, o Darczinho (...)” (Jornal de Roraima, 2014, p. 1).

Na mesma reportagem, outro professor e pesquisador afirma que a inspiração de Derenusson foi o Arco do Triunfo, alegando que “lá (Arco do Triunfo), tinha o traçado completo: as duas partes de um leque. Em Boa Vista, só há a metade, tendo o rio branco como base” e consegue ser mais detalhista na informação, quando fala que “foi pensando no Arco do Triunfo e numa praça de Belo Horizonte (MG) que o próprio Ene Garcez rabiscou o traçado urbano de Boa Vista em uma folha de papel” (Jornal de Roraima, 2014, p. 2). Um terceiro professor afirma na reportagem que:

na época, final da década de 1930 e primeiros anos de 1940, duas outras capitais brasileiras – Goiânia e Belo Horizonte- também foram projetadas, Boa Vista foi a única que seguiu o traçado original. O projetista, tendo visitado a Europa, mantido contato com inovações tecnológicas e com as últimas gerações em projetos piloto de urbanismo, inspirou-se em vários lugares – jardins da arquitetura urbanística inglesa, por exemplo. (...) Por falta de planejamento, o projeto original se perdeu e ficou descaracterizado; restou apenas o que é chamado de centro da cidade, como conhecemos hoje (...). O filho do arquiteto Derenusson sempre apresentou uns projetos ingleses, alguns autores se referem a Paris por causa das amplas avenidas, dos Boulevards, mas é um tema que pode entrar em discussão, já que levantamentos em documentos e estudos do engenheiro Derenusson não fazem referência a essa cidade, e sim a projetos urbanísticos ingleses (Jornal de Roraima, 2014, p. 4).

Voltando ao planejamento do Plano Urbanístico, o estudo que Êne Garcez fez assim que foi nomeado Governador do Território, juntamente com sua equipe técnica serviu como base para que o engenheiro Darcy Derenusson realizasse suas primeiras pesquisas, sobretudo da realidade sócio espacial da cidade de Boa Vista, a carência de sua população, perfil topográfico, para que o novo plano não desamparasse o núcleo populacional já existente. Veras (2009) conta que sua pesquisa durou cerca de sete meses e gerou cerca mil plantas e o primeiro mapa topográfico da cidade.

O engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, autor do projeto (...) realizou um detalhado planejamento urbanístico para Boa Vista entre 1944 e 1946 que, entre outros aspectos, contemplou topografia, projeto de edificações, esgotamento sanitário, galerias para escoamento de águas pluviais, abastecimento de águas potável, fornecimento de energia elétrica e toda a infra-estrutura até então inexistente para atender às necessidades de um centro urbano moderno. E, no terreno já esparsamente ocupado, foi projetada a “nova Boa Vista”, caracterizada por vias radiais se entrecruzando com longas e largas avenidas circunscritas. Tratava-se, segundo o engenheiro Derenusson, da afirmação do sentido de território brasileiro e de autonomia nacional. O plano urbanístico teve como premissa o aproveitamento do traçado urbano preexistente e o conjunto já edificado (Figura 08). (Moraes, 2009, p. 149-150).

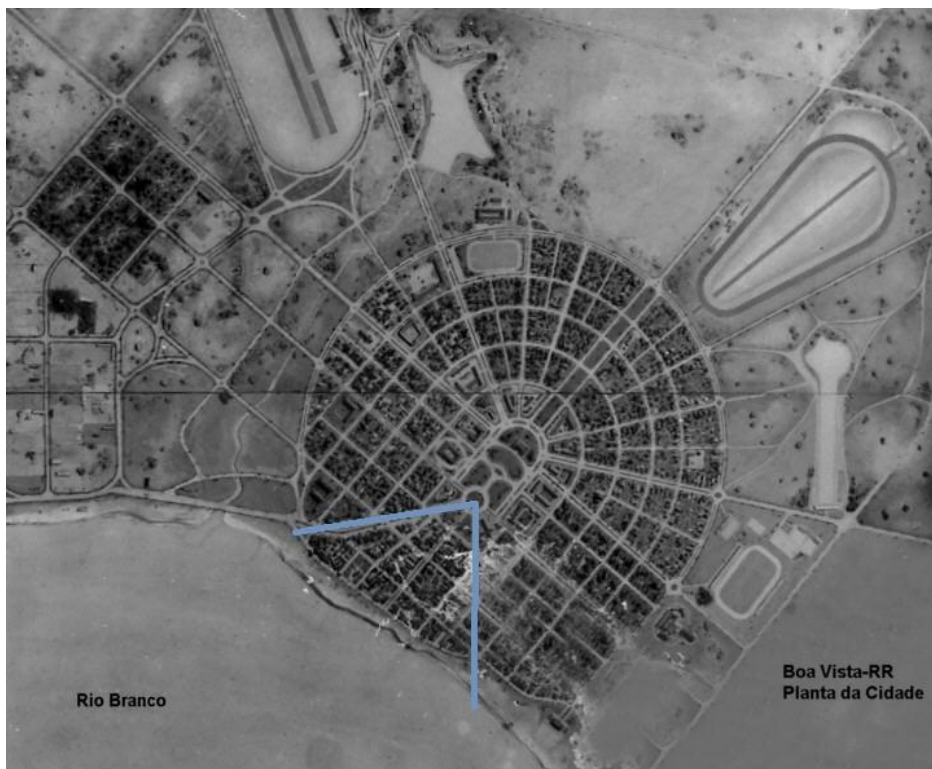


Figura 8 - Planta da Cidade de Boa Vista. Em destaque de azul, o primeiro traçado urbano respeitado dentro do Plano Urbanístico. Fonte: Acervo do Iphan/RR.

Veras (2009) conta que em razão das crises políticas nacionais, interesses particulares das elites locais e da descontinuidade política existente nas gestões, o Plano Urbanístico não foi executado no período previsto, entre os anos de 1944 a 1950.

Foram iniciadas na gestão do Governo do Capitão Êne Garcez dos Reis. Com a deposição do Presidente Getúlio Vargas em 1946 e a eleição do General Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República, no dia 6 de maio de 1946, tomou posse o novo Governador do Território o Major Félix Valois de Araújo, que ficou até o ano de 1948. Depois assume o Capitão Clóvis Nova da Costa em 1948 e governa até 1949, quando é indicado o Sr. Miguel Ximênes de Melo, que governou de 1949 a 1951. Esses três sucessores deram continuidade a execução do Plano Urbanístico da Cidade, bem como fez a maioria dos governadores indicados pelo Governo Central para governar o novo território. Pois, ao assumirem o cargo faziam uso do Plano Quinquenal de Êne Garcez (Veras, 2009, p. 101).

A mão-de-obra utilizada para executar a criação do Plano Urbanístico veio quase em sua totalidade de outras cidades, tendo em vista que muitos dos trabalhadores que residiam em Boa Vista estavam tentando enriquecer no garimpo. Outra questão que tornava um desafio ainda maior a execução do trabalho, era a falta de material adequado para a construção, o que fez com que o engenheiro Darcy Derenusson situasse a empresa Riobras Industrial Ltda na cidade, para abastecer sua obra. Chegou a contar com cerca de 2.500 operários, trazidos de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro” (Veras, 2009, p. 105). Muitos desses operários acabaram ficando na cidade, formando famílias e contribuindo para o desenvolvimento local, tendo em vista que alguns dispunham de mão-de-obra especializada.

De certo modo, o estigma de que não existe mão-de-obra especializada em Roraima, ainda predomina por parte de algumas pessoas, sobretudo de pessoas ligadas a cargos estratégicos, que acabam trazendo de fora do estado, profissionais para atuarem na cidade. Em relação à falta de material adequado para determinados trabalhos ainda é uma realidade no estado, mesmo que de forma menos intensa como na época de construção do Plano Urbanístico. Essa dificuldade pode ser alegada pelas dificuldades ainda hoje enfrentadas por conta da distância do estado de grandes centros, o que encarece certos produtos de um modo geral.

O engenheiro mostra-se detalhista no andamento do processo de execução do Plano Urbanístico, quando apresenta algumas ações que poderiam refletir diretamente em seu trabalho como, por exemplo, quando aproveitou as construções já existentes no “núcleo embrionário da cidade”, quando estabeleceu o Decreto-Lei que proibia novas construções “antes da entrega do plano”, com o intuito de “evitar construções indevidas na área destinada a implantação do plano” e quando ao conversar com a população, explicou “a importância e seu benefício” para a cidade nos diversos setores, como no transporte, saúde e educação (Veras, 2009, p. 106).

Na execução das primeiras obras, o Eng.º Darcy A. Derenusson, solicitou ao governador da época que, antes de construir a cidade, desse prioridade ao sistema de redes de esgoto sanitário e de águas pluviais em função do levantamento que tinha realizado e o qual tinha comprovado que a maioria da população sofria de alguma enfermidade decorrente da ausência de saneamento básico (Veras, 2009, p. 106).

Dessa forma, de uma só vez, foi feito o sistema de esgoto sanitário e águas pluviais, seguidos da construção dos prédios que viriam a abrigar os setores administrativos do setor público, conjuntos habitacionais, escolas, praças, entre outros equipamentos. A obra sendo

planejada fez com que a cidade mantivesse (até poucos anos atrás), “uma simetria horizontal e vertical, porque seguia as normas de construção do Plano Urbanístico da cidade (...). Darcy Aleixo Derenusson elege o sucesso de seu trabalho (...) ao fato, de ter iniciado os trabalhos com as obras de águas pluviais e esgotos sanitários”, para somente depois “iniciar as obras de construção” da cidade de Boa Vista (Veras, 2009, p. 116). O traçado abrangia a área da atual Orla Taumanan, até a Avenida Major Willams e a Avenida Terêncio Lima e sua ocupação total se deu na década de 60 (Veras, 2009).

O traçado radial e concêntrico levava todas as ruas ao centro, demonstrando assim que ali havia uma ordem e poder estabelecido no Estado, atribuído por (Rodrigues, 2011), para demonstrar que havia um governo na cidade, isso porque no período anterior ao Plano, ocorriam alguns conflitos entre famílias que disputavam o poder.

Nas radiais, existe um canteiro central e/ou praças ao longo de sua extensão. As casas apresentam lotes amplos e independentes. Na sua maior parte, são construídas em anéis concêntricos com face para as várias avenidas (vias circulares) ou em frente às radiais que convergem para o centro da cidade (Veras, 2009, p. 125). Na concepção do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson, o significado das radiais iam além do significado técnico de construção. Existia um sentimento patriótico que abrangia toda uma região fronteira da Amazônia setentrional e representava a presença marcante do Governo Central frente à cobiça internacional (Veras, 2009, p. 127).

A ocupação total do traçado e o contínuo e intenso aumento da população fizeram com que o Plano Urbanístico da cidade não tivesse continuidade. Uma das razões apontadas foram as invasões, sobretudo de imigrantes vindos do nordeste do país em busca de oportunidade de trabalho e moradia (DIAS, 2012). Essa não obtenção de sucesso pela continuidade do Plano da cidade ocorreu pela ocupação de moradores em diversos pontos da cidade, construindo de forma desordenada oportunizando o surgindo de novos bairros (Figura 09) sem contar que o poder público não atentou para descontinuidade do traçado urbano. Veras (2009, p. 128), explica que:

(...) a eficácia da ação urbanística implantada por Êne Garcez confrontava-se com a necessidade de mudança na organização sócioespacial da capital Boa Vista no contexto regional (...). Todavia, com a instalação de empreendimentos ou atividades de impactos sem a previsão de infra-estrutura correspondente, a configuração espacial da cidade foi alterada, e sua mancha urbana passou a ter um novo arranjo espacial com a presença de subespaços carentes de equipamentos e serviços. (...) a cidade aparece como um produto apropriado de forma diferenciada pelos indivíduos, em que o espaço urbano, na concepção de Carlos (2007, p. 79), é a própria reprodução da sociedade ao longo de sua formação sócioespacial. Portanto o processo de produção urbana de Boa Vista deu-se a partir da produção da história de como os homens produzem e produzem as condições materiais de sua experiência (Veras, 2009, p. 116).

Ao dialogar com Carlos (2007, p. 57), Veras (2009, p. 106), assegura que “essa dimensão de produção é fundamental no processo de construção da cidade”. Alega também que a “cidade constitui algo não definitivo, não deve ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico” e afirma que “dentro desse quadro a (re) produção do espaço é também o da reprodução da vida humana”.

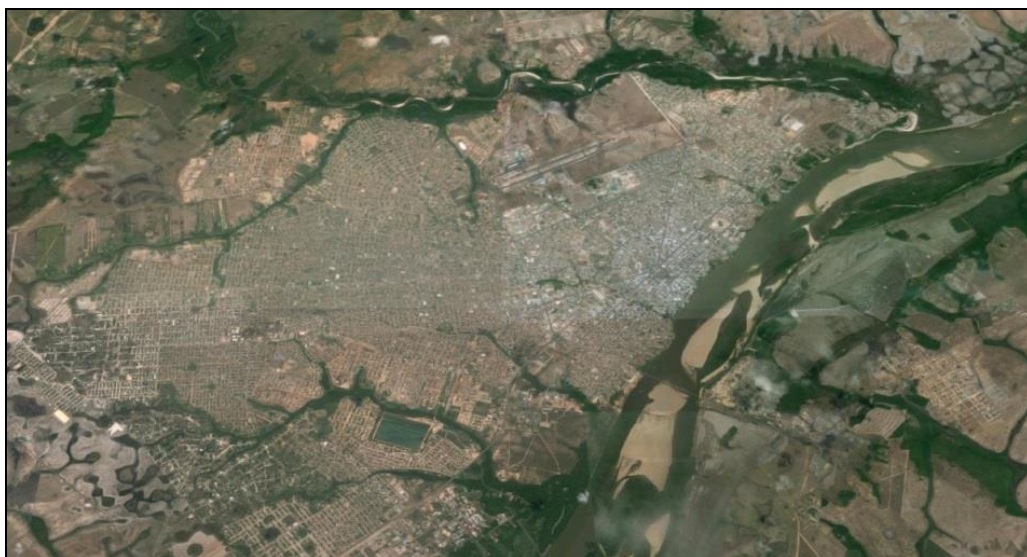


Figura 9 - Crescimento de Boa Vista e o surgimento de novos bairros. Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@2.8709949,-60.7760324,172371m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 14.fev.16.

Por outro lado, é exposto por Martins (2010, p. 38-39), que “os moradores de bairros mais centrais”, que é chamado em seu texto de “Boa Vista tradicional”, (fazendo uma alusão ao Plano Urbanístico), “viram crescer problemas no trânsito, a violência, a insuficiência da infra-estrutura urbana, devido ao surgimento da “Boa Vista da Zona Oeste”, fazendo uma referência aos novos bairros que começavam a aparecer entre as décadas de 70 e 80. Atualmente Boa Vista possui 57 bairros, com população estimada em 2015 em cerca de 505.665 habitantes, de acordo com os dados do IBGE (2016) e uma área de 224.303, 187 Km².

1.4.1 Centro Histórico e a Degradação

O elemento determinante que define o conceito de patrimônio é sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade (Peralta, 2007).

O significado da palavra patrimônio tem sua origem justificada em grupos diferentes. É atrelada ao termo grego “*pater*”, que significa pai ou paterno, relacionado a herança, deixada pelo patriarca à sua família. Também é dito que o termo é de origem greco-latina, das palavras “*pater*” e “*nomos*” e também é encontrado como um termo de origem apenas latina, derivado da palavra “*patrimonium*”. Todos os termos aqui apresentados, são associados a herança familiar, posses, bens que foram deixamos pelo pai aos membros de sua família. Com o passar do tempo, o termo foi apropriado por nações e estados que por sua vez faziam referência a seus monumentos mais representativos da sociedade.

Em sua acepção original, “bem de herança que, seguindo as leis, descende dos pais e mães para seus filhos”, a mais antiga palavra “patrimônio” conhece hoje uma fortuna nova, por uma transferência metafórica que lhe atribui adjetivos variados: “genético”, “natural”, “bancário”, etc. o uso corrente da expressão “patrimônio histórico” data, ver-se-á mais à frente, dos anos 60. Cada vez mais empregada em seu campo semântico, a expressão, às vezes reduzida ao simples substantivo “patrimônio”, tende a substituir e a eliminar o uso, consagrado desde o século XIX, das formas lexicais “monumento” e “monumento histórico”, cujos sentido e diferença entre si convêm começar por lembrar (Choay, 2011, p. 11).

Esses monumentos representativos são marcos ou símbolos que contam a história de um determinado grupo social. Choay (2011) afirma que foi no ano de 1930^[U1] que as primeiras noções a respeito de monumento e monumento histórico foram definidas por Alois Riegl, historiador de arte.

Para definir o termo “monumento”, reportar-nos-emos à sua etimologia. Ele deriva do substantivo latino *monumentum*, fruto do verbo *monere*: “advertir”, “lembrar à memória”. Chamar-se-á então “monumento” todo artefato (túmulo, tumba, poste, totem, construção, inscrição...) ou conjunto de artefatos deliberadamente concebido e realizado por uma comunidade humana, independentemente da natureza e das dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes àquela da cidade...), a fim de lembrar para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos de sua identidade. O monumento caracteriza-se, assim, pela sua função identificatória. Pela sua materialidade, ele intensifica a função simbólica da linguagem, corrigindo a sua volatilidade, e apresenta-se como um dispositivo fundamental no processo de institucionalização das sociedades humanas. Em outras palavras, ele tem por vocação ancorar sociedades humanas em um espaço natural e cultural, e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza (Choay, 2011, p. 10-11).

É importante deixar claro que essas histórias, esses símbolos representados pelos monumentos, mostram a ótica de um grupo específico, dentro do mesmo grupo, geralmente definido pelos indivíduos que detém o maior poder perante os outros. Dessa forma, os símbolos acabam não representando todo o grupo, não correspondendo com a perspectiva de uma mesma história. Martins (2010, p. 31) fala que “o terreno da memória e da identidade é movediço, uma vez que esses são dois valores sujeitos a construção, manutenção e reconfiguração, processos sempre permeados de conflitos”. Sendo assim, os monumentos históricos podem dizer respeito a como um determinado grupo que detém o poder quer ser visto, diferente de como o grupo realmente é.

O monumento histórico não é um artefato intencional, criação *ex nihilo* de uma comunidade humana para fins *memoriais*. Ele não se volta para a memória viva. Foi escolhido de um *corpus* de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história (seja de história factual, social econômica ou política, de história das técnicas ou de história da arte...) e/ou de seu valor estético. Dito de outro modo, na sua relação com a história (independentemente de qual seja ela), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. Por outro lado, na sua relação com a arte, ele requer a sensibilidade estética resultante de uma experiência concreta (Choay, 2011, p. 13-14).

No Brasil, ao analisarmos os monumentos históricos tombados desde a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937, por meio das políticas de preservação, notamos um montante de bens referentes a uma elite branca, europeia e católica, que não condizia com a realidade do povo brasileiro. Ignorando totalmente as influências africanas e indígenas, que de fato representavam a maioria da população e mais uma vez, demonstrando a relação entre memória e poder, apesar do discurso de Estado Novo de integração nacional.

Em relação a Roraima e aos principais monumentos concentrados no centro da cidade de Boa Vista, percebemos que existe certo desconhecimento por parte da população sobre quais são esses monumentos representativos e o porquê desses bens serem os que representam sua história, do mesmo modo em que se observa certa falta de interesse e cuidado com os imóveis antigos, tombados ou não pelo poder público.

Como já foi mencionado anteriormente, o Plano Urbanístico da cidade, respeitou o primeiro núcleo populacional já existente à margem direita do Rio Branco, sendo este, o núcleo embrionário da cidade. Suas principais construções e monumentos históricos concentram-se nas ruas: Floriano Peixoto, Barreto Leite, Avenida Jaime Brasil e Centro Cívico, ruas que fazem parte deste núcleo.

Apesar das inúmeras intervenções, alguns dos bens situados nas ruas Floriano Peixoto e Barreto Leite, permanecem de certa forma, preservados, muitas das características são originárias da sua construção, bem como são tombados pelo município ou estado. Outros já foram totalmente descaracterizados ou demolidos, mesmo sendo resguardados pelos governos (municipal ou estadual), como patrimônio histórico. Já os localizados na Avenida Jaime Brasil e Centro Cívico, estão em processo de arruinamento e descaracterização total. Quase que a totalidade dos imóveis situados na Avenida Jaime Brasil (Figura 10), converteu-se em prédios comerciais, com fachadas repletas de propagandas e em constantes reformas, isso, quando o prédio não é derrubado para a construção de outro mais moderno.



Figura 10 - Avenida Jaime Brasil. Fonte: Da Autora, 2016.

A própria Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV, relata em seu Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista realizado pela Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC, que

Impressionam no centro da cidade, as dimensões das placas colocadas nos edifícios com os nomes das lojas e empresas prestadoras de serviços. Além de prejudicarem a imagem urbana de qualquer cidade, sua afixação nos imóveis do centro histórico impede a observação e apreciação da arquitetura dos edifícios. Pode haver casos em que a colocação da placa tenha ocasionado a destruição total ou parcial de ornamentos por ventura, existentes nas fachadas de algum edifício (Boa Vista, 2011, p. 22).

As mudanças nessas ruas são constantes e a diferença é grande quando comparada as fotos dos anos anteriores. Muitos dos comerciantes e funcionários que trabalham nesses locais desconhecem que seu imóvel é parte importante da história de Boa Vista, por ser um dos primeiros imóveis, ou que é tombado e muito menos, conhecem o que vem a ser o tombamento e o que isso significa ou influencia em seu cotidiano.

Com mais de um século de idade desde sua transformação de vila em cidade, Boa Vista, como todo núcleo de povoamento, não pôde deixar de ter um passado: o centro antigo de Boa Vista está localizado às margens do rio Branco na casa sede da fazenda, onde hoje se encontra o Restaurante e Bar Meu Cantinho, cujas características iniciais estão bastante caracterizadas devido às reformas realizadas ao longo dos anos. Como aconteceu com esse edifício histórico, os demais prédios do período foram descaracterizados ou até mesmo demolidos (Iphan, 2009, p. 27).

Quanto aos bens tombados existentes em Roraima, existe 1 (um) tombado pela Esfera Federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que trata das Ruínas do Forte São Joaquim, bem como de seus canhões, localizado no município de Bonfim. De acordo com os arquivos analisados na Divisão Técnica da Superintendência do Iphan em Roraima, a solicitação de tombamento foi feita para o Iphan/RR pelo Conselho Estadual de Cultura de Roraima no ano de 2001, sendo tombado provisoriamente pelo IPHAN no dia 15 de julho de 2011 por meio do Processo nº 1.504-T-02, com publicação no Diário Oficial da União, Seção 3, nº 135.

No dia 11 de setembro de 2014 as Ruínas do Forte São Joaquim e seis canhões coloniais foram tombados por definitivo na 76ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em Brasília, com o Processo de Tombamento do Conjunto das Fortificações Brasileiras Nº 1613-T2010 e inscrito no Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O Estado de Roraima, na sua Constituição, Capítulo III, Seção II, Artigo 157, afirma que “A cultura e a tradição roraimenses, alicerçadas na criatividade popular, na troca de experiências e informações e no saber do povo, terão prioridade pelo seu caráter social e por constituírem base na formação da identidade do Estado”. O Artigo 159 assegura que:

Constituem patrimônio histórico, turístico, social, artístico, ambiental e cultural roraimense os bens de natureza material e imaterial, de interesse comum a todos, tombados individualmente ou em seu conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade roraimense (...).

Ainda no mesmo Artigo, o texto discorre em seu § 1º que “São tombados como parte da memória histórica, turística, social, artística, ambiental e cultural pertinentes à formação da sociedade roraimenses, na seguinte ordem”, conforme quadro (Figura 11) apresentado baixo:

Natureza dos Bens	Qtde	Bens
Forte	2	Forte São Joaquim em Boa Vista e o Forte de Santa Rosa em Amajari
Fazenda	4	Fazendas Del Rey, São Marcos, São Bento e São José e fazendas instaladas ao longo da formação geopolítica de Boa Vista, do território Federal de Roraima do Rio Branco e, posteriormente de Roraima
Natural/Corredeiras	3	Corredeiras do Bem-Querer, em Caracará; Garã-Garã e Sete Quedas em Uiramutã
Memória	-	Memória das famílias pioneiras
Títulos	-	Títulos Imobiliários registrados no Cartório de Registro de Imóveis de Boa Vista, até 1990
Natural/serra	1	Serra do Tepequém, no Município de Amajari
Natural/lago	1	Lago Caracaranã
Natural/Montes	2	Montes Roraima e Caburaí
Vila	1	Vila Surumu, no Município de Pacaraima
Marco	1	Marco BV-8, no Município de Pacaraima
Termos indígenas	2	Identificação regional do povo, os termos macuxi wapixana
Natural/extensão de terras	-	Toda a extensão das margens dos rios Branco, Uraricoera e Tacutú, na faixa de 500 metros, a partir de suas margens, como área de proteção, de ambiência e de visibilidade
Lendas, música e poema	4	Lendas Cruviana e Macunaíma, a música Roraimeira e o poema Cavalo Selvagem, esses últimos como referencial artístico-cultural
Monumentos	2	Monumento ao Garimpeiro e o Coreto, localizados na Praça do Centro Cívico, em Boa Vista
Monumentos	7	Monumentos constantes da Catedral Cristo Redentor, com a residência episcopal, a Matriz Nossa Senhora do Carmo, a Igreja de São Sebastião, o Prédio da Prelazia, bem como o Hospital Nossa Senhora de Fátima, as Escolas São José e Euclides da Cunha e a Casa João XXIII, todas localizadas no Município de Boa Vista
Pontes	2	Pontes do Macuxi, do Uraricoera e Surumu
Natural/Ilhas e Sítios Arqueológicos	3	Ilha de Macará, o Sítio Arqueológico da Pedra Pintada e a Pedra do Cristo
Assentamentos	-	Assentamentos de ordem civil, religiosa ou administrativa que contenham dados sobre a origem de nascimento do roraimense, realizados por instituições públicas ou privada que funcione ou tenha funcionado no espaço territorial de Roraima
Vila e Hospital	2	Vila do Taiano e o Hospital Bom Samaritano, este localizado na Maloca da Barata, ambos no município de Alto Alegre, considerada sua história, uma vez que foram fundados por pioneiros
Arraiais	5	Os arraiais de São Sebastião, Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, Nossa Senhora de Aparecida, do Anauá e Boa Vista Junina, como forma de manifestação popular
Religioso	-	Os festejos de São José, na vila do Surumu, bem como o prédio da Missão e o Seminário religioso, localizados naquela vila
Vilas	3	As vilas do Mutun, Água Fria e Socó, localizados no município de Uiramutã, e suas áreas de ambiência
Pontes e Fazenda	2	As pontes sobre o rio Surumu, e a Fazenda Boa Vista, esta que deu origem a nossa capital
Natural/faixa de terras	-	A faixa de terras de 15km na fronteira do Estado de Roraima com a República Cooperativa da Guiana e com a República Bolivariana da Venezuela, bem como nos limites comuns dos Estados do Pará e Amazonas, áreas indispensáveis à presença do Poder Público Estadual, na defesa de seu território

Figura 11 - Quadro de Bens Tombados pela Constituição do Estado de Roraima

O Estado de Roraima, na sua Constituição, Capítulo III, Seção II, Artigo 160, afirma que “o estado, em colaboração com os Municípios, promoverá a instalação e manutenção de bibliotecas, museus e arquivos públicos regionais que integram o sistema de preservação da memória do Estado”.

Quanto aos bens tombados na esfera Municipal, a Prefeitura Municipal de Boa Vista informa em seu Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista que possui “29 bens tombados de natureza material”, por meio de leis e decretos que datam do período de 1990 a 2009, conforme descrito no quadro (Figura 12) a seguir:

Natureza dos Bens	Bens
Bem Imóvel	Colégio Euclides da Cunha (confluência das ruas Inácio Magalhães e Bento Brasil)
Bem Imóvel	Prédio residencial e comercial (avenida Jaime Brasil, nº142 – Centro)
Bem Imóvel	Casa das 12 Portas (avenida Jaime Brasil, nº115 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio residencial (avenida Jaime Brasil, nº89 – Centro)
Bem Imóvel	Antiga Bandeirante (avenida Jaime Brasil, nº71 – Centro)
Bem Imóvel	Depósito Bandeirante (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)
Bem Imóvel	Fábrica de Gelo (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)
Bem Imóvel	Incra (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)
Bem Imóvel	Secretaria Municipal de Educação (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)
Bem Imóvel	Centro de Artesanato (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)
Bem Imóvel	Muro do Mercado na rua Floriano Peixoto (da avenida Jaime Brasil ao Porto de Cimento)
Bem Imóvel	Prédio Comercial – Meu Cantinho (rua Floriano Peixoto, nº 22 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio residencial (rua Floriano Peixoto, nº 34 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 101 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio comercial (rua Barreto Leite, nº 11 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 95 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 29 – Centro)
Bem Imóvel	Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 19 – Centro)
Bem Imóvel	Igreja de Nossa Senhora do Carmo (rua Barreto Leite, s/n – Centro)
Bem Imóvel	Igreja de São Francisco das Chagas (avenida Capitão Júlio Bezerra com avenida Major Williams – São Francisco)
Bem Imóvel	Prédio comercial (avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 697 – São Francisco)
Bem Imóvel	Prédio comercial (rua Bento Brasil, nº 72 – Centro)
Bem Imóvel	Hotel Euzébio’s (rua Cecília Brasil, nº 1517 – Centro)
Bem Imóvel	Prelazia (Rua Bento Brasil, s/n – Centro)
Bem Imóvel	Escola São José (Rua Floriano Peixoto, nº 251 – Centro)
Bem Imóvel	Associação Comercial de Roraima (Avenida Jaime Brasil, nº221 – Centro)
Bem Imóvel	Igreja de São Pedro (Rua Miguel Luppe Martins, nº 360 – São Pedro)
Bem Imóvel	Catedral Cristo Redentor (Praça do Centro Cívico s/n – Centro)
Bem Imóvel	União Operária Beneficente (Avenida Nossa Senhora da Consolata com rua Alfredo Cruz)

Figura 12 - Quadro de Bens Tombados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV

Os bens aqui listados foram tombados de acordo com Leis e Decretos citados no Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Boa Vista⁸:

A maioria das leis aqui referidas não mencionam normas de fiscalização, preservação ou conservação do patrimônio tombado, com exceção do Decreto nº 2.614, de 1993, que trata em seu Artigo 2º que “as edificações, objetivos do presente Decreto, manterão suas características que deverão ser preservadas pelo poder público municipal, conforme fichas de levantamento cadastral e regulamento específico”.

Das construções do período de 1890 a 1920, somente a Igreja Matriz situada defronte a rua Marechal Floriano está preservada, assim como o prédio da Prelazia que se encontra ocupado e algumas construções às margens do rio. O prédio do antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima, construído pelos padres e que se localizava à esquerda da Igreja, não existe mais. Durante o inventário em loco feito no centro histórico, poucas construções ainda restam do período que vai da década de 1920 a 1940. Os raros prédios que sobraram estão entre as vias: Travessa José Coelho, Rua Castelo Branco, Rua Cecília Brasil, Rua Barreto Leite e Rua Floriano Peixoto (Iphan, 2009, p. 27).

De acordo com o gestor responsável pelo Departamento de Patrimônio Histórico do Município, “esta lista está desatualizada, pois temos trinta e um bens tombados”. Sendo que na ocasião, o mesmo não soube me informar quais eram esses bens. Muitos desses imóveis foram descaracterizados ou demolidos e o que fica a entender, é que na maioria dos casos, a omissão do poder público é um dos principais responsáveis. Muitos exemplos podem ser citados para explicar esta situação. Vamos a alguns deles: A construção da plataforma inferior Orla Taumanan, chamada Weikepá (nascer do sol), por cima de onde foi o Porto de Cimento, sem fazer nenhuma menção que ali existiu este lugar; a demolição de imóveis para a construção do terminal de ônibus municipal José Campanha Wanderley na rua Barreto Leite; a demolição do antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima; e mais recentemente, a demolição de uma das casas na rua Jaime Brasil, para a construção de uma moderna loja no centro comercial.

⁸ Lei nº 013, de 18 de maio de 1990; Lei nº 229, de 10 de setembro de 1990; Lei nº 230, de 10 de setembro de 1990; Lei nº 231, de 10 de setembro de 1990; Lei nº 232, de 10 de setembro de 1990; Decreto nº 2.558, de 3 de setembro de 1993; Decreto nº 2.614, de 15 de setembro de 1993; Lei nº 940, de 13 de abril de 2007; Lei nº 1162, de agosto de 2009; Lei nº 1184, de outubro de 2009.

1.4.2 Tombo, (des) tombo e os projetos de “revitalização” e proteção do patrimônio em Boa Vista – Roraima

Em Roraima, ao analisarmos a lista de bens protegidos no âmbito federal, estadual e municipal, constatamos a presença apenas de bens de natureza material, com exceção da listagem de bens do estado e contida na Constituição do Estado, na qual observamos certa confusão no texto, que “tomba” desde móveis imóveis residenciais, à memória de famílias, letras de músicas e por aí vai.

Só consigo recordar de ver a cultura imaterial em destaque como, por exemplo, a Dança do Parixara⁹, quando são chamados por diferentes instituições para fazer a abertura ou encerramento de algum evento, seja este evento de cunho acadêmico, institucional, etc.

Quanto ao processo realizado para chegar ao consenso de que um bem é passível de tombamento ou registro, que possui relevância, valor histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, ou trata-se de um saber, celebração, forma de expressão ou lugar que possui grande valor, deve ser pautado de uma pesquisa minuciosa que possa comprovar sua importância. O Iphan, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico em todo o Brasil, por meio do Decreto – Lei nº 25/37, estabelece normas específicas “de procedimento para os processos de tombamento” por meio da Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986, fala que:

§ 1º No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto (s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu valor cultural, existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas.

§ 2º No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens móveis, a instrução do pedido constará de descrição pormenorizada do objeto, se tratar de peça única ou da relação detalhada de peças componentes de coleção, listadas uma a uma, mencionando-se o material empregado, as dimensões de cada unidade e outras características que as individualiza, assim como de informações precisas sobre a localização, o proprietário e/ou responsável pela guarda do(s) objeto(s) e seu estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e análise do valor desses bens para o patrimônio cultural do país.

⁹ Dança presente em diversos grupos indígenas de Roraima, como por exemplo, os povos das etnias Macuxi e Ingarokó. A dança é uma prática que reúne elementos religiosos de culto à natureza, para celebrar a colheita do ano, por exemplo.

A Portaria nº 11/86 ainda fala para quais órgãos devem ser direcionados os pedidos de tombamento, além de falar sobre a instauração de processo, bem como do andamento do mesmo, como a avaliação técnica da proposta, as providências legais sobre o tombamento, entre outras recomendações. Saliento o Artigo 7º, pois fala que apenas “em caso de urgência decorrente de ameaça, iminente à integridade do patrimônio cultural do País, a Coordenação de Proteção poderá, excepcionalmente, dispensar a instrução técnica da Diretoria Regional respectiva”. De outro modo, a instrução técnica descrita aqui, é indispensável e para tanto, parece-me óbvio salientar que deve ser realizado por técnicos específicos de acordo com o bem em questão.

Diante do apresentado, voltamos à realidade dos bens tombados pelas esferas estadual e municipal em Roraima. Ao visitar o Departamento de Patrimônio Histórico, que é o departamento responsável pela gestão do patrimônio histórico de Roraima, dentro da Secretaria de Cultura do Estado. Em relação aos processos de tombamento dos bens tombados e citados pela Constituição Estadual de Roraima, até o presente momento, não foi possível agendar uma visita ao Departamento do Patrimônio Histórico, vinculado a Secretaria de Estado da Cultura, por motivos do órgão apresentar-se em fase de organização de seus cargos.

No caso dos bens tombados na esfera municipal, ao visitar o Departamento de Patrimônio Histórico do município, o gestor responsável pelo departamento me reportou que “estamos em fase de regulamentação dos processos. Dos trinta e um processos que a Prefeitura respondia no Ministério Público, sobre irregularidades com o patrimônio histórico, eu consegui arquivar todos”. Ao perguntar sobre a aplicação da Lei Nº 1.427, de 15 de junho de 2012, que Institui o Tombamento e Registro de Bens e Organiza a Proteção do Patrimônio Cultural e Museológico do Município de Boa Vista, o gestor do Departamento me reportou que “Essa lei é usada, mais somente a parte que fala do tombamento. Esta Lei vale mais não vale, pois o que vale mesmo é a lei federal”.

Em relação a Lei Nº 1.428, de 15 de junho de 2012 que Institui o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Museológico do Município de Boa Vista, o mesmo reportou que “o referido conselho não foi constituído porque esta lei não vale mais, pois o Plano Nacional de Cultura não contempla o conselho do patrimônio, portanto, este é inválido”.

Um dos projetos mais “conceituados” da Prefeitura Municipal de Boa Vista referente à preservação do patrimônio histórico, é o Projeto Raízes, criado pelo Decreto Nº 2.176, de 16 de abril de 1993, que também instituiu pelo mesmo Decreto, uma comissão de estudos. Entre algumas considerações descritas do Decreto, para a criação do mesmo é afirmado que “o desenvolvimento urbano e sócio-econômico do município deve respeitar as raízes históricas

da cidade e de seu povo, preservando-as” e que “a inexistência de uma política de preservação da memória histórica e cultural do Município, através de mecanismos institucionais”.

Entre os objetivos, está a criação de mecanismos técnicos para a gestão do patrimônio, inventariar o acervo histórico e ambiental, promover a preservação, conscientizar e sensibilizar a comunidade, além da constituição de uma comissão especial “que realizará estudos conclusivos visando a formulação da política preservacionista a ser executada pelo Município”. O objetivo geral do projeto elenca a reconstrução do prédio da Intendência de Boa Vista do Rio Branco; a construção de um anfiteatro no porto de cimento e; a reconstrução do malocão de culinária de Boa Vista. Citando ainda como um de seus objetivos específicos

Criar uma atitude preservacionista através de campanhas de informação e divulgação, conscientizando a comunidade da importância de se preservar o patrimônio histórico e cultural, permitindo também que as diversas camadas sociais tenham acesso ao patrimônio e as informações de interesse cultural (Projeto Raízes, 1995).

O Projeto Raízes justifica a importância de sua implementação na origem da cidade de Boa Vista, apresentando no decorrer no texto, grande preocupação com a degradação do patrimônio histórico de Boa Vista:

A cidade de Boa Vista teve sua origem na margem direita do Rio Branco, na localização hoje conhecida como Setor Histórico Especial. Dessa origem resultou a construção de várias edificações caracterizando os usos e costumes daquela época, resultado de várias culturas, técnicas e soluções construtivas e arquitetônicas expressando a memória do povo roraimense. Tendo em vista a inexistência até então, de uma política preservacionista, bem como o estado de abandono em que se encontra todo o sítio histórico, não havendo nenhum precedente de preservação ou restauração do referido patrimônio histórico do Município, o Projeto “Raízes” busca preencher a lacuna deixada pelas administrações passadas. Com relação ao patrimônio cultural, a construção do progresso tem tido como contrapartida a destruição daquilo que reforça a identidade de um povo. É necessário se ter consciência de que a preservação dos bens culturais e o processo social não são incompatíveis, havendo consenso de que a atitude preservacionista deve embasar a promoção do desenvolvimento social. O que se preserva não é só a qualidade de uma edificação, mas também a qualidade de vida, conscientizando assim as futuras gerações da importância e da necessidade de preservar a sua memória (Projeto Raízes, 1995).

Em relação ao trabalho da comissão de estudos instituída no Decreto de criação do Projeto Raízes, o item “estratégias de ação” do referido projeto, diz o seguinte:

A equipe de trabalho criada através do Decreto nº 2176, (...) priorizou a preservação das edificações classificadas com unidade-monumento pelo valor histórico local (...). No estudo procedido buscou-se a reavaliação de todo o processo existente no município, optando-se pela operacionalização dos sítios históricos em razão do dia-a-dia da comunidade Boavistense e seu aproveitamento sócio-econômico. Utilizando-se dos critérios e recomendações elencadas na “Carta de Veneza” elaborando-se as especificações técnicas para o desenvolvimento do projeto Raízes. A área a ser abrangida pelo projeto encontrava-se abandonada com suas edificações depredadas sem a devida utilização e divulgação de sua importância histórica cultural, memória viva da comunidade Roraimense (Projeto Raízes, 1995).

Quando perguntado sobre a prestação de contas deste projeto para o gestor do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Boa Vista, o mesmo relatou que não possui nenhum tipo de informação ou documentação a respeito do Projeto Raízes. Quando perguntado sobre a revitalização do Projeto Raízes, presente no eixo “Educação e Cultura”, do Plano de Governo da atual prefeita, como ferramenta de valorização do patrimônio cultural, histórico e artístico municipal, o mesmo afirmou que “a revitalização do projeto é o que está acontecendo agora, como por exemplo, o arquivamento dos processos que a prefeitura respondia no Ministério Público e orientar os donos de imóveis históricos a se regularizarem”. O mesmo ainda afirmou que “na verdade, o que essas famílias querem é deixar seus imóveis caírem, pois assim, eles valem mais”.

O que podemos constatar em relação ao saldo deste Projeto, é que muitas alterações foram feitas nos imóveis que compõem o centro histórico de Boa Vista, inclusive com a reconstrução do Prédio da Intendência (um dos únicos objetivos executados que de fato saiu do papel), descaracterizando a paisagem no centro histórico.

Ainda em relação à gestão do patrimônio por parte do Município de Boa Vista, em março de 2015 a Prefeitura lançou o projeto intitulado Caminhos de Memória, com a implantação de 100 (cem) placas de sinalização no centro histórico de Boa Vista, no trecho das Avenidas Floriano Peixoto, Ene Garcez, Jaime Brasil, Centro Cívico e Praça Capitão Clóvis, que de acordo com a Prefeitura, “formarão um city tour”.

O site da Prefeitura Municipal de Boa Vista informa que “a iniciativa pretende despertar a conscientização e valorização patrimonial com informações históricas sobre os fatos relevantes de aspectos sociais, políticos e urbanísticos da capital de Roraima” e ainda afirma que o projeto, é uma continuação do Projeto Raízes. Sobre este assunto, o gestor do Departamento de Patrimônio afirmou não saber nada a respeito do Projeto Caminhos de Memória e nem se o mesmo é uma continuação do Projeto Raízes, pois nada referente a este novo projeto, passou pelo referido Departamento.

Para o site da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a prefeita Teresa Surita relatou o seguinte: “Caminhos de Memória faz parte do Projeto Raízes, que tem por objetivo resgatar e valorizar a diversidade cultural de Boa Vista. Com a sinalização histórica, ganhamos mais um produto para o turismo de nossa capital” (Boa Vista, 2015). Ainda de acordo com o site da Prefeitura, o trabalho foi desenvolvido pela Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC, vinculada a Prefeitura, juntamente com a Universidade Federal de Roraima – UFRR, onde foi possível reunir o acervo da Biblioteca Nacional e coleções de fotos de particulares. “Agora os visitantes terão acesso fácil a um conteúdo de qualidade, elaborado junto com a UFRR para explicar a formação de nossa cidade”, afirmou a prefeita ao site.

Vindo ao encontro a estes projetos (Projeto Raízes e Caminhos de Memória) e ao que o gestor municipal relatou em relação ao arruinamento dos imóveis, podemos observar uma série de episódios que refletem o contrário de tudo o que estes projetos se propõem, como por exemplo, o “destombamento”, a descaracterização e mesmo a demolição de alguns bens, que viraram rotina na cidade. Um dos mais significativos exemplos é o Decreto Nº 006/E, de 19 de janeiro de 2015, que “Regulamenta a Realização de Destombamento no Município de Boa Vista – RR e Destomba o Antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima”, publicado no Diário Oficial do Município de Boa Vista Nº 3848 de 22 de janeiro de 2015. O Decreto considera a “necessidade de regulamentação sobre o tema destombamento no Município”, e prevê em seu Art. 2º, que “ocorrerá o destombamento nas seguintes hipóteses, observadas as normas previstas para o tombamento”:

- I – quando ficar provado que o tombamento resultou de erro de fato quanto a sua causa determinante;
- II – por exigência indeclinável do desenvolvimento econômico-social do Município;
- II – em virtude do desgaste sofrido na estrutura do imóvel, em decorrência da ação do tempo, com base em laudos técnicos comprobatórios, em eminente ruína, geradora de riscos de danos ou danos a terceiros.

O Decreto ainda fala que após o destombamento, o bem será retirado do Livro de Tombo (que a propósito, não existe), e que serão considerados entornos. Outra polêmica em relação ao destombamento diz respeito a um projeto de lei, apresentado por uma vereadora, propondo a regulamentação do destombamento de prédios em Boa Vista. O destombamento e a demolição de alguns prédios históricos na cidade de Boa Vista, fez com que a vereadora apresentasse o Projeto de Lei que regulamenta o destombamento de prédios que compõem o

patrimônio histórico de Boa Vista. Ao ser entrevistada pelo site Fato Real¹⁰ (2015), a vereadora afirma que:

Esse projeto visa proteger o patrimônio histórico e resguardar a história do nosso município, regulamentando o destombamento dessas áreas que poderão ocasionar perdas históricas irreparáveis à sociedade boa-vistense. Nós, como representantes do povo temos a obrigação de preservar essa história. Sou filha dessa terra, amo minha cidade e temo que minha história se perca com a destruição desses prédios (...).

Ainda de acordo com a reportagem, o Projeto de Lei determina em seu texto que um prédio só poderá ser destombado se estiver incluindo no patrimônio histórico de Boa Vista e “após seguir uma série de determinações como parecer com laudo técnico do CREA e do Corpo de Bombeiros, além do parecer do Ministério Público e do Iphan”. Depois do parecer dos órgãos citados, a prefeitura fica encarregada de realizar audiência pública para ouvir os interessados sobre o destombamento.

Essa prática se estende também à esfera estadual e aqui cito como exemplo o caso das Corredeiras do Bem Querer, tombado pelo Estado de Roraima por meio da Emenda Constitucional Nº 021 de 06 de maio de 2008 e “destombado” pela Emenda Constitucional nº 30 de 23 de outubro de 2012, justificando este ato em prol da construção de uma usina hidrelétrica no local das Corredeiras. Ato este que foi feito sem aviso prévio ou mesmo consulta popular, sendo a decisão tomada apenas pelos deputados estaduais.

Em janeiro de 2015, depois de visita de uma comitiva formada por servidores do Governo do Estado de Roraima, em alguns prédios que compõem o centro histórico de Boa Vista, foi designada a realização de um levantamento da situação dos imóveis, para constatação da especificidade de cada bem, gravidade e grau de precariedade, com o intuito de captar recursos para a recuperação dos mesmos.

Em fevereiro do mesmo ano, a Secretaria Estadual de Cultura – Secult, divulgou a conclusão do documento, contendo cerca de 120 páginas e que informam sobre o exato estado em que se encontravam os imóveis históricos (G1 Roraima¹¹, 2015). De acordo com matéria publicada pelo site G1 Roraima (2015), os bens avaliados podem passar por um processo de revitalização respeitando as prioridades estabelecidas e levando em consideração os recursos captados. Também é afirmado na matéria que a Secult também entrou em contato com o

¹⁰ Fato Real. Patrimônio Histórico – PL propõe regulamentação do destombamento de prédios em Boa Vista. Disponível em: <http://www.fatoreal.blog.br/politica/patrimonio-historico-pl-propoe-regulamentacao-do-destombamento-de-predios-em-boa-vista/>. Acesso em: 19. Mar. 2015.

¹¹ G1 Roraima. Comissão conclui Relatório sobre situação de prédios culturais em RR. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/02/comissao-conclui-relatorio-sobre-situacao-de-predios-culturais-em-rr.html>. Acesso em: 19. 03. 2015.

Iphan, solicitando audiência com sua presidente para pedir apoio visando a restauração da Casa da Cultura (um dos prédios contidos no levantamento).

Em outubro de 2015, a atual Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos em cerimônia que contou com a presença da Superintendente do Iphan em Roraima, anunciou a revitalização de dois, dos bens tombados pelo Estado. A Casa da Cultura (com recursos do próprio governo) e o Teatro Carlos Gomes (com recursos do Ministério do Turismo), além de assinar decretos que tratam da regulamentação da Lei nº 983 de 2014, que trata do Fundo Estadual de Cultura – Funcultura e a Lei nº 718 de 2009, que trata da Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico Cultural do Estado de Roraima, entre outras. Em entrevista ao site G1 Roraima¹² (2015), a governadora falou em relação ao patrimônio histórico de Roraima que

Quando assumimos o Governo e fomos tomar conhecimento da situação dos nossos prédios históricos, vimos um cenário de penúria. Era de doer a alma ver o total abandono. Ainda não conseguimos resolver tudo, mas estamos com vários levantamentos feitos e encaminhamentos para os órgãos de financiamento.

Na mesma matéria, sobre o anúncio de revitalização dos imóveis tombados pelo estado, o secretário de cultura afirmou que “a partir de agora teremos a garantia que o estado possa proteger todo o nosso patrimônio, quer seja material ou imaterial, evitando que a nossa memória não seja preservada para as gerações futuras” (G1 Roraima, 2015). Até o fechamento deste capítulo, nenhum novo pronunciamento a respeito dessas ações foi divulgado e por motivo das mudanças nos cargos no Governo, sobretudo na Secult e em seu Departamento do Patrimônio Histórico, ainda não podemos ter acesso a mais detalhes, principalmente sobre os prazos das ações mencionadas.

Como apresentado neste capítulo, podemos perceber o quanto é complexo a relação do povo com sua memória, desde o processo de colonização desta terra, até os dias atuais. As disputas em torno da afirmação de uma memória “oficial” entre as primeiras famílias que aqui chegaram, entre os militares e a clara anulação da contribuição da cultura indígena para a formação desta sociedade, podem ter contribuído para o atual descaso com o patrimônio histórico cultural da cidade de Boa Vista.

É evidente que o interesse político e econômico influencia diretamente na gestão (ou no descaso) desses bens, na exaltação de uns e no destombamento de outros, privilegiando determinados grupos sociais. No meio desse processo, é nítido o arruinamento dos bens e com

¹² G1 Roraima. Governo anuncia revitalização de Teatro e Casa da Cultura em Roraima. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/10/governo-anuncia-revitalizacao-de-teatro-e-casa-da-cultura-em-roraima.html>. Acesso em: 25. Out. 2015.

isso o esquecimento da história e das memórias referentes aos diferentes grupos sociais, ação que reflete diretamente nos valores perpassados às gerações futuras e no fomento da economia sustentável como, por exemplo, o turismo cultural. Diante disto, nos deparamos com produtos superficiais e conceitos sem fundamento, a respeito da história e do patrimônio local, o que contribui mais ainda para a disseminação de informações equivocadas ou baseadas apenas em narrações de um grupo dominante.

CAPÍTULO II: INVENTÁRIO, TURISMO E OS BENS CULTURAIS NOS INVENTÁRIOS DO ESTADO DE RORAIMA E DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA: OLHARES E LIMITAÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE RORAIMA

O segundo capítulo abordará os bens culturais do Estado de Roraima dentro dos inventários realizados pelos governos municipal e estadual. Antes disso, é feito aqui uma breve abordagem histórica sobre o processo de inventário cultural e mais adiante, do inventário turístico: como surgiu, quando começou a ser utilizado e suas finalidades. Se estes dão ênfase maior a cultura ou a equipamentos turísticos.

Em seguida, é tratado dos inventários culturais como referência para o turismo no Estado de Roraima, onde é analisado um inventário realizado em 2002 e de responsabilidade do Departamento de Turismo do Estado de Roraima, intitulado “Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima” e foi elaborado pela empresa Ruschmann Consultores, de São Paulo. O DETUR considera este material como sendo seu inventário turístico e cultural oficial do estado de Roraima. Pelo município e também capital de Roraima, Boa Vista, é analisado um inventário lançado em 2011, intitulado “Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista”, elaborado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, por meio da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC e sua Divisão de Patrimônio Histórico. São observadas as fichas de inventário utilizadas pelos dois documentos, sua metodologia de aplicação, bem como as informações inseridas nos mesmos, no que tange o turismo e o patrimônio cultural.

2.1 – O turismo e o papel dos inventários turísticos como referência para o Estado de Roraima

Os novos tempos demandam que a ação governamental e empresarial se fundamentem no princípio da pesquisa e do planejamento. Com isso, imprime-se maior racionalidade ao processo decisório e condiciona-se a expansão do turismo ao equilíbrio ambiental e à preservação das manifestações culturais ampliando as possibilidades de compatibilizar o crescimento econômico – proporcionado pelo ingresso de divisas – com a conservação dos ecossistemas e do patrimônio cultural, matérias-primas do produto turístico (SILVA¹³, 1998, p.28).

Roraima é uma região rica em belezas naturais e diversidade cultural. Localizado no extremo norte do país, o estado dividido em quinze municípios e com o status de tríplice fronteira (Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa) é conhecida por muitos como a terra das oportunidades. Fato que tem sua justificativa na própria história (descrita no primeiro capítulo deste trabalho) de colonização da região, onde constatamos a vinda de pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil em buscar de uma melhor oportunidade de vida e que por aqui conseguiram prosperar.

Além dessa diversidade cultural, a variedade do ecossistema composto por floresta tropical de terra firme, pântanos, campinaranas, campos e por ser um estado que possui grande parte de sua área acima da linha do equador, faz com que o Estado de Roraima seja diferente de todos os outros estados da região norte, além da rica cultura indígena, o que atrai turistas dos mais diferentes segmentos.

De acordo com os “Relatórios de Pesquisa de Satisfação”, realizadas pela Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC, por meio de sua Superintendência de Turismo – SETUR, (Fundação que é uma autarquia ligada a Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV), realizados em eventos como o Boa Vista Junina, Carnaval e Encontro de Motos de Alta Cilindradas (2013), grande parte dos turistas que adentram a capital Boa Vista chegam com o intuito de realizar negócios. São empresários, representantes comerciais, palestrantes, etc., seguido dos que vem visitar a família e dos que buscam por conhecer as belezas naturais do Estado. Ainda de acordo com as pesquisas de satisfação turísticas realizadas pela FETEC, a grande maioria desses turistas tem sua origem no estado vizinho, o Amazonas que durante muito tempo utilizavam o estado de Roraima por meio da BR 174,

¹³ Paulo Rogério de Freitas Silva. É mestre em graduado e mestre em geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo. É professor associado II do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, onde pesquisa a geografia regional. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728820H6>.

apenas como corredor turístico, possuindo a Venezuela e a Guiana Inglesa como seus principais destinos (Boa Vista, 2013).

A revista National Geographic publicou uma matéria¹⁴ em 2012 onde consagra o estado de Roraima “como seu destino de viagem preferido dentro do Brasil”, relatando que ao visitar o estado, o turista passa por uma “experiência amazônica genuína”, além de poder passar por um “contato estreito com a comunidade local”. Atualmente a atividade turística vem ganhando mais força no estado de Roraima e atrativos como a Serra do Tepequém (localizada no município de Amajari), as cachoeiras do município de Uiramutã, o Monte Roraima e as comunidades indígenas existentes em todo o estado, tem ganhado mais destaque na mídia nacional e internacional, tornando o setor turístico significativo na economia local. Segundo o Portal do Departamento de Turismo do Estado de Roraima¹⁵ (2016), hoje o turismo representa cerca de 10,9% do volume de serviços em todo o estado.

Em 2015 o Ministério do Turismo – MTur, buscou categorizar os municípios brasileiros, agrupando-os de acordo com o tamanho da economia turística. Dessa forma, classificou os quinze municípios roraimenses em categorias que vão da letra A até a letra E, sendo Boa Vista, o único agrupado na categoria A, representando o município com maior fluxo turístico e maior número de empregos no setor de hospedagem. O município de Rorainópolis foi agrupado na letra C e os treze municípios restantes foram agrupados na categoria D e E (MTur, 2015).

Os setores público e privado, organizados por meio do Departamento de Turismo do Estado de Roraima – DETUR, Superintendência de Turismo do Município de Boa Vista – SETUR, Fórum Estadual de Turismo de Roraima, Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e Associações como Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA, Associação Brasileira de Agência de Viagens – ABAV, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL e Convention & Visitors Bureau, todos com representações no estado de Roraima, também tem sido importantes ferramentas de consolidação da atividade turística em todo o Estado.

¹⁴ Matéria publicada pelo Site UOL. UOL. **National Geographic elege Roraima como seu destino preferido no Brasil.** Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/noticias/2012/04/10/national-geographic-elege-roraima-como-seu-destino-preferido--dentro-do-brasil.htm>. Acesso em: 14. Abril. 2016.

¹⁵ Portal do Departamento de Turismo do Estado de Roraima. **Turismo representa mais de 10% do volume de serviços.** Disponível em: http://scrrbv.hospedagemdesites.ws/turismo/site?governodororaima=noticias_ver&id=16. Acesso em: 7. Abril. 2016.

Apesar de haver dois cursos superiores de turismo, além de cursos especializados dos Sistema S¹⁶, por exemplo, o que constatamos no mercado de trabalho é a ausência desses profissionais, além de uma rotatividade de pessoas nos mais variados serviços dentro do *trade* turístico. A divulgação de destinos dentro do estado ainda é fraca por parte da gestão pública, com direito a ocorrer erros graves, como por exemplo, a divulgação do destino Monte Roraima como carro chefe no estande do estado de Roraima, na Feira das Américas, em São Paulo, no ano de 2013, com a foto do Monte Kukenam, que possui grande semelhança com o Monte Roraima.

Atualmente, o foco do turismo local tem sido as comunidades indígenas, que ocupam grande parte do estado de Roraima e possuem rico potencial turístico, como os sítios arqueológicos com pinturas rupestres, urnas funerárias entre outros achados fortuitos, a biodiversidade que atrai os turistas em busca de observação da fauna e flora, inclusive com grande destaque ao segmento de observação de aves no estado, além da própria comunidade indígena, detentora de toda a cultura e saber local. O próprio Governo do Estado de Roraima, por meio de seu Departamento de Turismo, lançou este ano (2016) o Projeto Caminhos de Macunaima, que será desenvolvido na Reserva Indígena São Marcos e que de acordo com o Portal do próprio Governo¹⁷ (2016), foi votado por lideranças indígenas e aprovado em Assembleia Geral da comunidade no dia 3 de abril de 2016. O projeto pretende receber visitantes em área indígena, seguindo a Instrução Normativa 003/2015 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas). O projeto é muito recente e ainda está em fase de estudos e entendimento em relação a atividade turística por parte das comunidades indígenas que participarão.

¹⁶ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: Glossário Legislativo. Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 17. Out. 2016.

¹⁷ Portal do Governo do Estado de Roraima. **Comunidades aprovam projeto turístico na Terra Indígena São Marcos**. Disponível em: http://www.portal.rr.gov.br/site/?governoderoraima=noticias_ver&id=2860. Acesso em: 14. Out. 2016.

Não é de agora que o interesse de indivíduos em realizar em Roraima atividades ligadas a este segmento do turismo chamado de etnoturismo vem chamando a atenção. Barros (1998), In: Silva (1998, p. 28), em seu artigo publicado há dezoito anos assegura que:

No Estado de Roraima, por exemplo, os lendários e esquecidos campos do rio Branco que tiveram desde o século 19 e continuam tendo uma utilização pecuária, contendo também várias reservas indígenas, passaram a despertar vivo interesse nos setores públicos e privados, para fins de utilização turística.

Em sua fala, Barros deixa claro que há cerca de dezoito anos os setores públicos e privados já notavam nas comunidades indígenas o grande potencial que eles possuem, apesar de toda a polêmica em cima da demarcação ou não das terras indígenas e principalmente da atividade não ser regulamentada no Brasil.

A receptividade que o Estado vem apresentando, impulsiona ainda mais a vivência dos turistas por meio da interação com os atrativos culturais e naturais, existentes em sua maioria (como já mencionei anteriormente) dentro de áreas indígenas.

Ações como a criação do Observatório Estadual de Turismo e Hotelaria de Roraima, em 2011, que chegou a aplicar pesquisas em alguns eventos realizados no estado e o desenvolvimento de alguns inventários, como o Inventário Turístico do Estado de Roraima, de 2002, o Inventário Turístico do Município de Boa Vista em 2011, o Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista, também de 2011, e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, do Município de Boa Vista, de 2013, são instrumentos que apoiam o desenvolvimento da atividade turística em todo o Estado. Além de atuarem como indicadores de novas possibilidades de atuação no turismo local servem como referência na elaboração de roteiros turísticos e *city tour* no Estado.

No entanto, parte desse material é de difícil acesso, tendo em vista que com a constante mudança de gestão e parte da equipe dos departamentos de turismo do estado e município, muitas informações se perdem, fazendo com que informações coletadas em alguns trabalhos já desenvolvidos, nunca venham à tona, apenas por desconhecimento do que já foi realizado nos departamentos por parte de algumas pessoas que estão nesses departamentos atualmente, dificultando ou ficando impossível o acesso. Como por exemplo, o documento referente ao Inventário Turístico do Município de Boa Vista, de 2011, do qual só tive acesso ao relatório final e mesmo assim, não foi por meio da Superintendência de Turismo do município e sim, por uma pessoa, que trabalhou no setor e no desenvolvimento do inventário e que obtinha o arquivo do Relatório Final do trabalho.

Já o Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista, também de 2011 e que possui uma publicação, inclusive com versão digital, também não existe para consulta pública na Superintendência de Turismo do Município e nem no Departamento de Patrimônio do Município. Só tive acesso ao material, porque ganhei a publicação há alguns anos atrás após prestar serviço à Superintendência.

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, do Município de Boa Vista, que começou a ser produzido em 2013, ainda está em andamento, não sendo possível acessá-lo para pesquisa no momento. Mas, em março deste ano (2016), a Prefeitura Municipal de Boa Vista, apresentou o diagnóstico¹⁸ de uma série de informações que foram colhidas desde o início da pesquisa até a presente data, ao trade turístico local. Foi uma espécie de consulta pública, na qual fui como profissional da área e estudante de mestrado e pude presenciar que no meio da apresentação do diagnóstico, o responsável pela mesma destacou a falta que a participação do IPHAN fazia no trabalho (O IPHAN foi convidado e não compareceu).

Em visita ao Departamento de Turismo do estado em busca do inventário turístico, me foi passado o documento intitulado “Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima” e ao questionar se existia apenas esse documento e se realmente este era o inventário, foi afirmado pela servidora do departamento que o inventário turístico e cultural do estado, era realmente este documento. Na ocasião, a servidora também ressaltou que outro trabalho de inventário havia sido feito por uma empresa contratada de fora do estado para desenvolver o trabalho, mais que o trabalho final nunca foi entregue ao departamento.

Os inventários turísticos possuem papel fundamental quanto à orientação de como e onde estas atividades podem ser desenvolvidas, sem causar agressão ao meio, pois são por meio desses inventários, que são feitos estudos não apenas no âmbito cultural, mais ambiental e social que resultarão em um conhecimento mais detalhado do local onde se pretende implantar a atividade turística, diminuindo ao máximo os impactos negativos que a atividade pode causar.

Segundo o Instituto Sócioambiental – ISA (2001, p. 21):

O potencial turístico das TIs também envolve as manifestações culturais como a gastronomia (damurida e caxiri), as festas (parixara), lendas e o artesanato, como

¹⁸ Boa Vista. Plano que vai alavancar o turismo em Boa Vista será avaliado nesta quarta-feira. Disponível em: <http://boavista.rr.gov.br/noticias/2016/03/plano-que-vai-alavancar-o-turismo-em-boavista-sera-avaliado-nesta-quarta-feira>. Acesso em: 19. Mar. 2016.

cestarias (darruana e jamaxim) e panelas de barro, que fazem parte do patrimônio imaterial do povo de Roraima.

Como afirmou o ISA, as terras indígenas possuem um potencial turístico que envolve desde suas manifestações culturais, passando pela gastronomia e festas tradicionais, potencial que não foi afetado pela demarcação das terras indígenas, que apesar de trazer grandes conflitos para o estado de Roraima, não tem sido empecilho, para o desenvolvimento da atividade turística, que ocorre antes mesmo de ser regulamentada por meio da Instrução Normativa Nº 03 de 11 de junho de 2015 da FUNAI. E são principalmente essas comunidades indígenas que merecem todo um cuidado na hora de desenvolver a atividade, o que requer, um trabalho minucioso de inventário a ser feito, antes de colocar qualquer atividade em prática.

O desafio em desenvolver a atividade turística nesta região se dá em aproveitar o espaço de forma sustentável, diminuindo os impactos negativos, transformando o turismo em mais uma atividade econômica em prol das comunidades indígenas envolvidas. É neste sentido que se faz necessário, a produção de inventários turísticos com informações consistentes no processo de implantação da atividade em qualquer região, até porque, os inventários turísticos e culturais até então produzidos no estado de Roraima, funcionam como uma espécie de referencial em relação à elaboração de roteiros turísticos e fundamentação de pesquisas dos indivíduos que adentram ao estado com fins de realizar pesquisas (contemplados no segmento de turismo pedagógico e/ou científico).

O Ministério do Turismo, por meio do documento intitulado “Inventário da Oferta Turística” (2011, p. 20) conceitua inventário como o ato de:

levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outros itens e condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento. O intuito é dar conhecimento do que um município tem que seja passível de utilização para fins turísticos para embasar as ações de planejamento, gestão, promoção e incentivo à comercialização do turismo a partir da adoção de uma metodologia-padrão para inventariar a oferta turística no país, de modo a disponibilizar aos planejadores, gestores e visitantes informações confiáveis e atuais.

Durante os anos em que políticas públicas voltadas para o turismo começaram a ser implementadas, uma série de metodologias de inventário foram fomentadas. A inventariação da oferta turística tem como marco inicial o ano de 1958, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, o qual determinou a inventariação de áreas de interesse turístico por estados e municípios (MTur, 2011). Já em 1970, a elaboração de uma

metodologia de inventário turístico, baseada em estudos da Organização Mundial de Turismo – OMT, identifica zonas de interesse turístico no Brasil (MTur, 2011).

Pinto (2007, p. 56) em sua dissertação de mestrado que trata sobre os desafios metodológicos relacionados ao inventário turístico, apresenta uma lista de metodologias de Inventário Turístico utilizadas no decorrer de alguns anos, utilizadas na promoção e fomento do turismo no Brasil. São elas:

- Metodologia de Inventariação de 1977, decorrente da II Reunião do Sistema Nacional de Turismo, na qual foi exposto o Documento Preliminar da Política Nacional de Turismo;
- Metodologia de Inventariação de 1996, do PNMT, elaborada após a criação da primeira Política Nacional de Turismo;
- Metodologia de Inventariação de 2005, com a criação MTur e do Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007;
- Metodologia de Inventariação do SISTUR;
- Metodologia de Inventariação do Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação.

Segundo o Ministério do Turismo (2011, p. 19):

Ao longo dos anos 1980, 1984 e 1993, documentos da EMBRATUR intitulados Inventário da Oferta Turística subsidiaram a realização de inventários em vários municípios. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em meados da década de 1990 e em 2001, discutiu e elaborou novas propostas metodológicas, oferecendo ainda oficinas e cursos para capacitação de coordenadores nacionais e estaduais para implementar o processo de inventariação.

Uma nova proposta de metodologia de inventário foi desenvolvida por meio de um grupo técnico, na tentativa de aperfeiçoar o material elaborado pela EMBRATUR, fomentando as políticas públicas do turismo a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003. Ainda de acordo com o MTur (2011), este novo material foi aplicado como projeto piloto no Rio Grande do Sul e resultou em 2006 no lançamento nacional do “Projeto Inventário da Oferta Turística: Livreto Projeto Inventário da Oferta Turística; Manuais do Pesquisador (módulos A, B e C); Manual do Pesquisador – Formulários; Formulários e o Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR” (MTur, 2011, p. 19). Em 2010 o material foi aplicado no Rio de Janeiro, sugerindo ainda a utilização de outras metodologias de inventário, o que acabou na revisão e atualização por meio de um grupo de trabalho, da metodologia utilizada no inventário turístico, resultando em 2011 no lançamento do documento “Inventário da Oferta Turística”.

Entre as inúmeras políticas públicas que o Ministério do Turismo desenvolve, para impulsionar o setor, o inventário é, de acordo com a própria publicação, “uma missão tão

importante quanto complexa, em um país de dimensões continentais e elevado potencial turístico”. O objetivo desta publicação é ser utilizado como uma base, uma ferramenta que subsidie a atividade turística, sobretudo a atividade turística sustentável, auxiliando nas tomadas de decisão quanto a planejamento, onde investir e o que melhorar baseado em informações fidedignas da real situação do local a ser inventariado.

A utilização do Inventário da Oferta Turística como política pública, pode ser uma ferramenta importante para avaliar a região em que se pretende trabalhar o turismo, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas, o aumento de empregos e a valorização do patrimônio cultural, movimentando toda uma cadeia econômica que envolve vários setores, como hotéis, agências de turismo, bares, restaurantes, empreendimentos de entretenimento e etc.

A publicação do Inventário da Oferta Turística destaca que para atingir as metas estabelecidas pelo Ministério do Turismo, é importante conhecer o País, sobretudo o que cada região possui de mais significativa e que pode se transformar em produto turístico. Dessa forma, o município torna-se a referência no processo de inventariação por dois motivos: O Primeiro por ser no município que se consolidam o patrimônio natural e cultural, a identidade dos grupos sociais que compõem a região e em segundo, deve-se ao fato do Ministério do Turismo focar suas políticas no turismo de forma regionalizada, respeitando as características distintas de cada região (MTur, 2011).

Tal iniciativa possibilita diversificação da oferta e constituição de roteiros, estruturados com base na identidade e na coesão social, cultural e territorial de cada lugar, mas indubitavelmente com o domínio intuitivo do seu significado. Nesse contexto (...) preconiza-se a realização do Inventário da Oferta Turística a partir da participação e integração interinstitucional, intersetorial e, principalmente, das comunidades (MTur, 2011, p. 17).

Planejamento, gestão participativa e informações fidedignas, são palavras chaves quando o objetivo é desenvolver atividades turísticas, principalmente em um estado em que suas maiores potencialidades estão em terras indígenas. O desafio no desenvolvimento do planejamento de forma correta tende a diminuir os impactos negativos que a atividade nos âmbitos social, cultural e ambiental pode ocasionar, além de trabalhar o turismo de forma local, potencializando o que as comunidades possuem de mais simbólico e genuíno, garantindo roteiros compostos de atrativos com base na valorização do patrimônio local, seja ele natural ou cultural. A Embratur recomenda que se faça o registro gráfico e fotográfico e descrição do estado de conservação dos locais, além de mapeamento de toda a área de

interesse turístico, incluindo ainda a identificação do tipo de atrativo do local e seu entorno (Pinto, 2007).

Sob esta ótica, Pinto (2007, p. 57) afirma que “o inventário dos bens turísticos deve reunir os elementos necessários e suficientes a uma precisa identificação do patrimônio turístico e avaliação de seu estado de conservação e uso, considerando, principalmente, sua preservação e aproveitamento”. Brasil (2004) *In* Pinto (2007, p. 97) ainda ressalta que:

O inventário deve abranger os vários elementos da oferta turística, ou seja: os atrativos da região (naturais, culturais, atividades econômicas, realizações técnicas e científicas e artísticas, eventos programados); os serviços e equipamentos turísticos (de hospedagem, de alimentação, de agenciamento, de transporte, para eventos, de lazer e entretenimento etc.); a infraestrutura de apoio ao turismo e as instâncias de governo na região (órgãos estaduais, regionais e municipais de Turismo, conselhos e comitês, representações etc.).

E para abranger todos os atores da cadeia turística a metodologia aplicada no Inventário da Oferta Turística foi constituída de forma participativa, por meio de um grupo técnico (como já mencionei anteriormente), composto por equipe multidisciplinar, a fim de buscar por meio de sua metodologia, as potencialidades turísticas existentes em cada região inventariada. Nesse sentido, o inventário torna-se um norteador na tomada de decisão tanto do setor público, quanto do setor privado e da comunidade de forma geral, quanto ao fomento do turismo. Para isso acontecer, é importante a mobilização de todos esses atores já citados aqui (público, privado e comunidade), para a formatação de produtos genuínos, cuja característica da identidade local torna-se o diferencial, além da aplicação correta dos formulários do inventário, tomando o cuidado de coletar as informações com esmero.

Ao tratar da “logística do inventário”, o documento que trata do Inventário da Oferta Turística, ressalta que “as capitais e os municípios de médio e grande porte”, possuem condições de executar o trabalho de inventário, sem enfrentar grandes problemas, diferente dos municípios menores, que precisam de subsídios e parceria para realizar o inventário, coletando as informações de forma adequada. Destacando ainda que os municípios que já realizaram seus inventários anteriormente, devem atualizar suas informações e adequá-las de acordo com a atual metodologia de inventário.

Mais uma vez, resalto aqui a importância da parceria entre estado, município, comunidade e as instituições de ensino para que a coleta de dados do inventário seja realmente condizente com a realidade, de forma a subsidiar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e consolidação da atividade turística. O documento afirma que “quanto mais consistente for a primeira etapa – de pesquisa –, melhor será o resultado de todas as

ações subsequente, sejam de planejamento, de gestão e de promoção turística” (MTur, 2011, p. 22).

As informações coletadas nessa primeira etapa de pesquisa são inseridas no Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR, que consiste em uma plataforma digital, da qual são reunidos todos os dados coletados. Nessa plataforma, é possível que o gestor público, privado e demais atores tenham acesso às informações sobre o turismo em todo o Brasil. O acesso é feito de forma personalizada, por meio de senha, de acordo com o objetivo de cada um conforme indica o quadro abaixo (Figura 15):

Nível	Acesso	Finalidade
Nível 1	Ministério do Turismo	Abertura, acompanhamento e fechamento do inventário em âmbito nacional. Após a homologação por parte do ministério, as informações do inventário são disponibilizadas para acesso pelos usuários de acordo com cada perfil. As senhas de acesso para cada hierarquia são designadas pelo MTur, sendo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva do município, gestor e coordenador do seu processo de inventariação e detentor do poder de inserção e legitimação de todos os itens inseridos.
Nível 2	UF – Gestor do Estado	Acompanhamento dos trabalhos em cada município. O acesso permite a visualização das informações, além da comunicação com suas regiões turísticas, municípios e com o MTur, para fins de ações de informação, orientação, articulação e outros.
Nível 3	Município – Gestor do Município	Acesso para abertura, acompanhamento, validação e fechamento do Inventário da Oferta Turística. Tem a responsabilidade pelo processo de inventariação, designa o Coordenador de pesquisa e referenda a indicação dos pesquisadores e respectivas senhas, respondendo pela qualidade e confiabilidade das informações inseridas no INVTUR e enviadas ao MTur.

<i>Nível 3.1</i>	<i>Coordenador de pesquisa</i>	Sob a tutela do município, coordena e supervisiona a realização da pesquisa, responde ao município contratante pela coleta, inserção e fidedignidade dos dados levantados pelos pesquisadores, assinando como responsável técnico pelo inventário.
<i>Nível 3.2</i>	<i>Pesquisador</i>	Sob a orientação e supervisão do Coordenador, coleta os dados em campo e em gabinete, preenche os formulários e insere as informações no Sistema, valida as informações e responde por elas.
Nível 4	Visitante	Destinado a turistas, visitantes e interessados em geral, o acesso permite visualização e possibilidade de extrair relatórios das informações legitimadas pelo município e homologadas pelo MTur.

Figura 13 - Quadro do Demonstrativo de Acesso ao INVTUR. Fonte: MTur, 2011, p. 23.

O documento ressalta que é importante a participação das Instituições de Ensino Superior durante todo o processo, sendo que o governo federal, estados e municípios possuem total autonomia e responsabilidades como bem demonstra o quadro abaixo (Figura 16), em relação à medida que irão tomar para a inventariação de seus destinos.

Esfera	Competências
Federal Ministério do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e incentivar o processo de inventariação em âmbito nacional; • Desenvolver estratégias de implementação; • Elaborar e disponibilizar metodologias e instrumentos operacionais;

	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e orientar as iniciativas de inventariação das UFs, regiões e municípios; • Receber e divulgar as informações coletadas.
Estadual Órgão de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular, promover e orientar o processo de inventariação nos municípios; • Articular, buscar parcerias e promover estratégias de implementação; • Apoiar as iniciativas de inventariação dos municípios.
Municipal Órgão de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar e coordenar o inventário no âmbito do município; • Buscar parcerias e promover estratégias de implementação; • Disponibilizar recursos e meios para viabilizar a realização do inventário; • Promover a interlocução com o estado, Ministério do Turismo e parceiros.

Figura 14 - Quadro Demonstrativo de Competências dos governos (federal, estadual e municipal). Fonte: MTur, 2011, p. 24.

A metodologia de aplicação do inventário ainda consta de dois instrumentos, sendo o manual operacional e o formulário de pesquisa, que é dividido em três categorias (A, B e C), sendo ainda que cada categoria é subdividida em demais subitens (Anexos 03, 04 e 05). De acordo com o MTur (2011), a Categoria A é referente a Infraestrutura de apoio ao turismo, que corresponde as “instalações e serviços, públicos e privados”, que proporcionam tranquilidade aos moradores e visitantes da comunidade “tais como sistemas de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e tantas outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios” (MTur, 2011, p. 25). A Categoria B, que trata dos serviços e equipamentos turísticos (conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa estadia: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento, etc.) (MTur, 2011, p. 27) e a Categoria C, correspondente aos atrativos turísticos (elementos da natureza, da cultura e da sociedade – lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações – que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhece-lo ou vivenciá-los) (MTur, 2011, p. 30).

Como podemos perceber o inventário turístico realizado no Brasil, trata de identificar e registrar tanto os atrativos, quanto os serviços, equipamentos e infraestrutura turística.

Tendo isso como base para o planejamento de suas ações de gestão do turismo, tornando a pesquisa para o inventário, um trabalho muito minucioso. Quanto que no inventário turístico realizado na Colômbia, o foco da pesquisa é avaliar de forma qualitativa e quantitativa os atrativos e recursos que a região pesquisada dispõe para melhorá-los com o fim de uso imediato, enfatizando sempre a participação da comunidade, bem como no Peru, onde o inventário é o ponto de partida para as políticas públicas voltadas ao turismo. No entanto, percebo o foco e a preocupação com o patrimônio cultural desses países, voltando suas metodologias para o registro de seu patrimônio cultural e natural, além de sempre destacar a participação das comunidades.

O inventário turístico requer o envolvimento de técnicos bem preparados, conhecedores dos formulários e toda a metodologia de inventariação e é claro, o envolvimento dos beneficiários (setor, público, privado, instituições de ensino e comunidade), como venho mencionando no decorrer do texto. Só assim, um trabalho sólido e conciso será realizado, que reflita com a realidade do local.

Nesse sentido, é preciso articulação para se trabalhar de forma integrada e regionalizada, além de muita sensibilidade ao dar início às ações de abordagem, mobilização e parceria, fato decisivo para o envolvimento e colaboração das comunidades, detentoras do verdadeiro conhecimento que faz o diferencial na questão identitária de cada destino turístico (MTur, 2011, p. 20).

O Ministério do Turismo em congruência com Instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas – ONU (que declarou o ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável) vem incentivando o turismo como atividade econômica sustentável em todo o Brasil (MTur, 2017). O turismo foi inserido em três dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela ONU, sendo eles: “8º) Promover crescimento econômico sustentável e inclusivo, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 12º) Consumo e produção sustentável; e 14º) Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e fontes marinhas para o desenvolvimento sustentável” (Mtur, 2017, p. 2).

Em 2016, o MTur em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo – Braztoa lançou uma plataforma digital (atualmente fora do ar) intitulada “Turismo Sustentável no Brasil: Iniciativas Premiadas – Braztoa e Ministério do Turismo”. A plataforma traz um Mapa da Sustentabilidade no que se refere ao mapeamento georreferenciado de iniciativas vencedoras do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade entre os diversos setores que compõem o *trade* turístico, sendo possível fazer a consulta (disponível em três idiomas – português, espanhol e inglês) de iniciativas que se encaixam nessa

modalidade (sustentabilidade) e possibilitar que o turista opte por empreendimentos sustentáveis, além de incentivar outras empresas operar da mesma forma.

Ainda esse ano (2016), o MTur publicou a 5ª edição do Mapa do Turismo Brasileiro, divulgando os 2175 municípios agrupados em 291 regiões turísticas de todo o país, que possuem o turismo como meio de desenvolvimento sendo possível a destinar recursos para a implementação de planos e projetos. O intuito do Mapa do Turismo Brasileiro é “consolidar os destinos, aumentando a qualidade do produto turístico brasileiro, consequentemente, a competitividade do País em relação aos seus concorrentes” (MTur, 2016, p. 5). O estado de Roraima aparece trazendo como destaca os seguintes o município de Caracaraí, o município de Amajari, Boa Vista, Bonfim e Mucajaí. Os municípios apresentados fazem parte da cadeia produtiva do turismo e dispõem de serviços e atrativos que apresentam atributos naturais e culturais característicos da região.

Podemos perceber que todas as ações voltadas para a fomentação do turismo no Brasil, país de proporções continentais, são pautadas na sustentabilidade e regionalização do turismo, prezando pelas peculiaridades que cada região brasileira possui. Nesse sentido, é fundamental que os técnicos envolvidos no processo de inventariação dos destinos turísticos, estejam pautados não apenas na aplicação correta das metodologias de inventário, por meio de seus formulários, mas, principalmente que esse trabalho seja realizado a partir de uma perspectiva sensível as particularidades de cada local inventariado, incentivando as comunidades “a ideia de pertencimento” do lugar.

Não se pode tratar o inventário como algo estanque, como a simples ação de se preencher formulários mecanicamente. É preciso vivenciar e entender a realidade de cada lugar – interpretar, traduzir histórias, sentimentos e vidas. Assim, a preparação e a realização do inventário devem ocorrer em harmonia com o ambiente e unir, no que toca ao pesquisador, conhecimento técnico e sentimento, em uma convergência de interesses comuns com a comunidade (...). (MTur, 2011, p.21)

Quando o turismo é desenvolvido pautado na sustentabilidade, respeitando e valorizando as peculiaridades de cada lugar, a atividade turística pode trazer benefícios para a comunidade, como benefício econômico, mas, sobretudo podendo contribuir para a valorização e conservação de seu patrimônio cultural. Como já mencionei anteriormente, a ONU declarou o turismo como uma atividade econômica capaz de trazer o desenvolvimento às comunidades por meio de atividades sustentáveis, possibilitando a geração de renda em todo o mundo. A Organização das Nações Unidas – ONU, também reconhece a importância do turismo como atividade econômica, ressaltando ainda que a indústria do turismo é

“actualmente considerada como la más importante del mundo, por delante de la industria del automóvil y la industria química” (UNESCO, 2017).

O portal da UNESCO na internet, destaca que o turismo pode ser “tanto el mejor amigo como el peor enemigo” do desenvolvimento de uma região, portanto, é necessário ter atenção com o planejamento e os rumos que esta atividade pode apresentar, pois as consequências podem ser tanto promissoras, quanto avassaladoras. De acordo com a UNESCO (2017), “los efectos del turismo son tales, que hacen falta absolutamente estrategias innovadores para sentar las bases de unas verdaderas políticas internacionales, regionales y locales”.

La UNESCO se propone acompañar a sus 191 Estados Miembros en la formulación de sus políticas, replanteando la relación entre turismo y diversidad cultural, entre turismo y diálogo intercultural, y entre turismo y desarrollo. De este modo piensa contribuir a la lucha contra la pobreza, a la defensa del medio ambiente y a un aprecio mutuo de las culturas (UNESCO, 2017).

Dessa forma, posso afirmar que o turismo sustentável pode ser uma ferramenta responsável pela valorização das tradições, fazeres e saberes, enfim, do patrimônio cultural do Brasil e do mundo. Atento a esta demanda, o IPHAN traz o turismo ao debate pela perspectiva das políticas do patrimônio cultural, afirmando dessa maneira que os bens culturais materiais e imateriais, além das paisagens culturais do país, são grandes atrativos turísticos. A matéria publicada em junho de 2016, no Portal do IPHAN¹⁹, registra o encontro da presidente do órgão, Kátia Bogéa e de servidores do Ministério do Turismo, como o então Secretário Nacional de Estruturação do Turismo e o Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística, além do representante do Departamento de Articulação e Fomento do IPHAN e do Diretor do PAC Cidades Históricas. A matéria ressalta a “convergência de interesses” entre as políticas públicas para o turismo e as voltadas para a preservação do patrimônio cultural, onde ações e projetos podem ser idealizados em conjunto entre as duas instituições, afirmando ainda que “é possível vivenciar os processos de transformação do país por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico” (IPHAN, 2016).

Uma das ações semelhantes que IPHAN e MTur desenvolvem, é o inventário, que é realizado pelo IPHAN a cerca de 80 anos, desde a criação do órgão. Realizar essas ações em conjunto, como afirmou a matéria do Portal IPHAN, é facilitar e promover ainda mais a valorização de nossa cultura, proporcionando além do registro e do sentimento de

¹⁹ Portal do IPHAN. Turismo e Patrimônio Cultural em Debate no Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3676>. Acesso em: 08. Ago. 2016.

pertencimento de cada localidade, a oportunidade de geração de renda e emprego por meio de sua própria cultura.

2.2 – Os Inventários culturais como referência para o turismo cultural no Estado de Roraima

“(…) a simples divulgação de valores culturais é, em si mesma, uma das mais eficientes formas de proteção dos bens culturais” (Coelho, 2001, p. 36) In: (Carvalho, 2011, p. 4).

De acordo com as leituras que fiz acerca dos inventários culturais, esses sempre foram utilizados desde os primórdios das práticas relacionadas à preservação do patrimônio cultural. Ribeiro (2010, p. 77) cita que já em 1790 durante a Revolução Francesa, uma Assembleia Nacional tratou de mandar inventariar e classificar “os bens recuperados pela nação, que deveriam ser preservados para a posteridade”. Ainda segundo Ribeiro (2010), em 1802 na Espanha a Coroa publicou um decreto referente a identificação dos bens de valor histórico, sendo ainda que a partir de 1835, comissões foram criadas para realizar um inventário “dos objetos de ciência e belas artes”.

No Brasil, segundo Carvalho (2011), o inventário foi utilizado no período colonial por Portugal com a finalidade de conhecer e também para possuir o controle de seus bens em território brasileiro. Mais à frente, durante o Movimento Moderno de 1922, o inventário foi usado com o fim de catalogar e quantificar os bens. As metodologias utilizadas nesse período são desconhecidas da minha parte (não encontrei nas leituras que fiz nenhum registro das mesmas), no entanto, acredito (e digo isso baseada nas mesmas leituras) que os inventários eram utilizados como uma espécie de catálogo dos bens, levando o ato de inventariar, ao pé da letra (alistamento, arrolamento, catálogo, lista, relação, rol, entre outros sinônimos).

De qualquer forma, o objetivo de inventariar está atrelado ao fato de “atribuir valor aos objetos” (Ribeiro, 2010) independente de sua finalidade, seja ela econômica, turística, cultural, preservacionista e etc. Com o passar do tempo e à medida que as políticas de proteção do patrimônio foram sendo discutidas em diversos países, o inventário começa a surgir como um instrumento de preservação, sendo citado em inúmeras cartas patrimoniais, como por exemplo as que citarei a seguir.

A Carta de Atenas (1931) traz como recomendação que “Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para este trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações”

(Cury, 2004, p. 17). A Conferência Geral da UNESCO – 12ª Sessão (1962), apesar de não utilizar a palavra “inventário”, recomenda no inciso 32 que para aplicar as medidas de salvaguarda do patrimônio, deverão ser realizados estudos sobre os bens a fim de embasar as tomadas de decisões dos órgãos.

A Carta de Veneza (1964) que trata da conservação e restauração de monumentos e sítios, afirma em seu Art. 2º que o auxílio de “todas as ciências e técnicas” podem “contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio”, bem como em seu Art. 16, fala que seus trabalhos devem sempre ser “acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias”, recomendando ainda sua publicação e disponibilização aos pesquisadores (Cury, 2004, p. 95). A Conferência Geral da UNESCO – 13ª Sessão (1964) também cita no parágrafo 10 a importância de “aplicar procedimentos para a identificação dos bens culturais” e realização de um inventário nacional dos bens (Cury, 2004, p. 100). As Normas de Quito (1967), também de forma indireta se referem ao inventário em seu inciso IX, quando cita no decorrer do texto que os “instrumentos técnicos” que tornam possível a “adequada utilização dos monumentos”, são “requisitos prévios a qualquer propósito oficial dirigido para revalorizar seu patrimônio” (Cury, 2004, p. 116).

O Compromisso de Brasília (1970), também aborda em seu documento de anexo que “o problema da recuperação” dos monumentos, se dá entre outras coisas, pela elaboração de um “inventário histórico-artístico do que exista na região” (Cury, 2004, p. 141). O Compromisso de Salvador (1971) recomenda que convênios sejam feitos entre o IPHAN e universidades com a finalidade de desenvolver “inventários sistemáticos” dos bens culturais. A Resolução de São Domingos (1974) fala sobre uma investigação documental como um trabalho que antecede as tomadas de decisão quanto aos problemas de preservação do patrimônio. Mais a frente e de forma direta, o texto destaca que o inventário é uma atividade prioritária. A Declaração de Amsterdã (1975) fala do inventário como um instrumento importante na gestão dos espaços. Já a Conferência Geral da UNESCO – 19ª Sessão (1976) faz menção ao inventário (sem citar necessariamente o termo) quando fala que deve ser feita uma “análise de todo o conjunto (histórico)”, que contenham informações arqueológicas, históricas, arquitetônicas, técnicas e econômicas (Cury, 2004, p. 225).

A Carta de Washington (1986) ao tratar sobre métodos e instrumentos de proteção do patrimônio, afirma que o planejamento da salvaguarda “deve ser precedido de estudos multidisciplinares” (Cury, 2004, p. 283). A Carta de Petrópolis (1987) destaca que o inventário é uma ferramenta básica para conhecimento de acervo no processo de preservação

dos sítios históricos urbanos. A Conferência Geral da UNESCO – 25ª Reunião, que tratou da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), alerta para a produção de pesquisas adequadas com a finalidade dentre outras coisas, de elaborar um inventário, com o intuito da salvaguarda da cultura tradicional e popular (Cury, 2004).

Também a Carta de Lausanne (1990) chama atenção para a proteção do patrimônio arqueológico embasado em “conhecimentos científicos e competência profissional”, realizada por profissionais de diferentes áreas para fundamentar sua efetiva proteção, “princípios aplicáveis ao inventário (...)” (Cury, 2004, p. 304). Esta Carta dedica o Art. 4ª todo ao inventário, ressaltando sua essencial importância como base para as tomadas de decisão relacionadas a salvaguarda, destacando ainda que o processo de inventariar é dinâmico, ou seja, deve sempre ser atualizado.

Podemos perceber diante de todas essas citações, que o inventário, apesar de não ser regulamentado como um instrumento de preservação dos bens patrimoniais é uma ferramenta indispensável nesta prática de salvaguarda do patrimônio, seja ele material, ou imaterial. A recomendação que a maioria dessas cartas faz, é que esses estudos que resultarão no inventário e serão base para as tomadas de decisão necessárias para a proteção dos bens, sejam realizados em diversos âmbitos, sendo interdisciplinares (histórico, arqueológico, arquitetônico, antropológico, jurídico, econômico e etc.). O inventário também aparece no Art. 216 da Constituição de 1988, quando em seu § 1º afirma que “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988, p. 58).

Apesar de aparecer no Art. 216 como uma forma de proteção do patrimônio cultural, como já mencionei acima, o inventário não é regulamentado por nenhuma lei federal, mas, sua produção é essencial para a fundamentação de qualquer pedido de acautelamento, como por exemplo, nos processos de tombamento. Nogueira (2005, p. 240) ressalta que:

No Brasil, a política de conservação do patrimônio cultural e a ação do tombamento confundem-se de tal forma que chegam a significar a mesma coisa. Em suas diretrizes consta a preocupação de inventariar, ou seja, identificar e registrar as manifestações culturais e conservar os exemplares mais representativos da história do País para as gerações futuras. Nessa trajetória, enquanto a conservação teve grande desenvolvimento, como se pode notar pelo número de bens preservados no País, o inventário, relegado a segundo plano, restringia-se apenas a fundamentar o processo de tombamento já feito.

Mário de Andrade atento e sensível à questão de preservar tudo o que pudesse representar o que o Brasil tinha de mais genuíno e representativo de sua cultura, aparece no decorrer da história, sempre preocupado com as políticas públicas de preservação e, sobretudo com as metodologias utilizadas para registrar esses bens. Nesse sentido, o inventário aparece com destaque entre suas ações, e principalmente quando Mário de Andrade em meio às suas viagens pelo Brasil, às chamadas “Viagens de Descoberta do Brasil” (Nogueira, 2005) na busca dessa representatividade, do popular e tradicional, realiza o que Nogueira (2005, p. 238-239) chama de “um verdadeiro trabalho etnográfico, ou como se pode vislumbrar, começa a desenvolver uma metodologia de inventário da cultura brasileira”. Surge o “Inventário dos Sentidos”. Resultado de suas “Viagens de Descoberta do Brasil” e sua busca por uma metodologia etnográfica capaz que registrar de forma eficaz a brasilidade que Mário de Andrade buscava.

Paralelo a isso e mesmo antes da existência do IPHAN (ou ainda, do SPHAN), o ato de inventariar os bens esteve entre as ações de instituir uma legislação de proteção do patrimônio cultural (Nogueira, 2005), como na criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934), que utilizava o inventário com a finalidade de catalogar todos os bens de notável valor que pudessem existir no Brasil. Já com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, a proteção do patrimônio foi institucionalizada e o inventário foi uma ação prioritária no novo órgão. Apesar disso, o inventário continuava com o papel de apenas catalogar os bens e como base para subsidiar o tombamento dos mesmos. Carvalho (2011, p. 3) relata que o SPHAN se apropriou dos inventários “apenas como um instrumento dos tombamentos, restrito aos imóveis de caráter excepcional, como um meio de identificação e catalogação”. Motta (1998, p. 15) também fala a respeito que:

(...) embora o inventário tenha sido mencionado, já em 1949, como um trabalho prioritário, capaz de produzir a classificação sistemática dos bens e embasar adequadamente as indicações para tombamento – mesmo dentro dos limites dessa proposta – a prática institucional, nesses primeiros trinta anos do IPHAN, restringiu essa tarefa ao registro da feição estético-estilística, dos bens de “flagrante valor”, com o objetivo de evitar sua demolição ou desabamento, indicando o tombamento em caráter de “emergência”.

Nos anos 70 começam a surgir os órgãos estaduais e municipais de preservação, resultando na descentralização das políticas de preservação do patrimônio e fazendo com que esses órgãos fossem responsáveis pela produção das informações referentes aos bens

patrimoniais de seus estados e municípios (Carvalho, 2011). Motta (2005) afirma que é neste período que também surgem as coordenações regionais do IPHAN, mais apesar disso, nenhum arquivo de trabalho de inventário é encontrado. Já com as coordenações estabelecidas, na década de 80, o IPHAN começa a produzir trabalhos de pesquisa e o registro de bens que não eram tombados, resultado de “novas demandas em relação à proteção de “outros patrimônios” ainda não reconhecidos, recorrendo ao registro de suas características como forma de demonstrar o seu valor” (Motta, 2005, p. 17).

A metodologia utilizada procurava abarcar o máximo de informações possíveis. Sendo utilizados fotos, mapas, plantas cadastrais, desenhos de edificações, dados socioeconômicos, entre outras fontes. Dessa forma, no mesmo inventário, diversos tipos de bens eram registrados (móveis, imóveis, modos de fazer, entre outros) (Motta, 2005).

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC/BA, de 1985, é um dos pioneiros quando se trata de inventário cultural. Realizado com o intuito de fazer um levantamento do acervo cultural da Bahia, o inventário prezou por um “estudo detalhado de todos os monumentos e sítios urbanos”, associados a situação sociocultural, que objetivava conhecer o significado do patrimônio inventariado (Carvalho, 2011). Seguido desse, os trabalhos desenvolvidos em Pernambuco e em Minas Gerais também seguiram realizando o inventário de seus bens móveis e integrados, no âmbito do projeto intitulado Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, contando com o apoio do IPHAN e Fundação Vitae (Ribeiro, 2010).

No Livro Inventários de Identificação, de 2005, que reúne em sua publicação as palestras apresentadas no “Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN” (ocorrido em 1995), Motta aborda 51 inventários realizados acerca dos bens imóveis entre as décadas de 80 e 90, focando sua análise na finalidade que os inventários almejavam obter. Ao analisar o objetivo principal de investigação, a forma de coleta de dados e os dados levantados nesses inventários, constatou-se o seguinte: desses 51 inventários, 37 especificam seu objeto de investigação, prevalecendo o registro de imóveis urbanos, sendo 25 propostas sobre os conjuntos urbanos, 22 sobre o valor individual das edificações, 10 propostas sobre bens culturais e 4 propostas sobre os bens naturais. Em relação à forma de coleta das informações, concluiu-se que os critérios utilizados prezam pelo “arquitetônico e estilístico, na seleção dos bens a serem inventariados” e desses, cerca de 28% dos métodos envolveu consulta pública ou “envolvimento das comunidades para a identificação dos bens” (Motta, 2005, p. 19).

Quanto à coleta de dados, essa se deu em sua maioria por meio de formulários que seguiam critérios de múltipla escolha, registros fotográficos e alguns trabalhos continham

plantas dos imóveis e informações socioeconômicas (Motta, 2005). De tudo isso, o que podemos concluir, é que até esse momento, poucos inventários foram realizados pelo IPHAN e dos que foram feitos, grande parte estavam incompletos, ou não foram levados a diante por conta da falta de informação consistentes. De lá para cá, o inventário continua a ser utilizado, aliás, é cada vez mais utilizado e conforme os conceitos foram se ampliando mais ainda, esta ferramenta foi ganhando espaço, sua metodologia foi se aperfeiçoando e além de catalogar as informações dos bens culturais, com o fim de salvaguardá-los, o inventário passa a informar sobre o bem como um todo (Carvalho, 2011). “Os inventários são necessários e fundamentais para revelar não obstante a edificação construída, mas todas as relações que participam dela” (Carvalho, 2011, p. 4).

Ao longo dos oitenta anos do IPHAN, inúmeras metodologias de inventário foram utilizadas, como por exemplo: O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU), o Inventário do Patrimônio Ferroviário, o Inventário da Serralheria, a Rota dos Imigrantes, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), entre outros. “Estes inventários, embora diferentes em relação a seus objetos e metodologias, são instrumentos extremamente eficazes para atribuição de valor cultural (...)” (Ribeiro, 2010, p. 79).

Escolhi aqui tratar especificamente de algumas dessas ferramentas de inventário, para ampliar a discussão em torno do inventário realizado em prol do patrimônio cultural, seja ele um bem tangível ou um bem intangível. Sendo os inventários escolhidos, o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos – INBI – SU e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC e ainda o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG.

O INBI – SU foi criado pelo IPHAN em 1994 é uma metodologia de inventário voltada para os sítios urbanos tombados que se desenvolve por meio de três abordagens distintas: a pesquisa histórica (onde são colhidos dados referentes a formação e desenvolvimento do sítio), os levantamentos físico-arquitetônicos (que registram as características e condições físicas da edificação) e as entrevistas (realizadas com os moradores e usuários do sítio) (LACED, 2016).

Na perspectiva de Kishimoto (2012, p. 29), o INSI-SU surge da ampliação na discussão em torno da forma de como o inventário poderia ser melhorado, chegando a conclusão de que “os inventários não poderiam ignorar as características específicas da

natureza dos bens culturais”, dessa forma, a nova metodologia de inventário possibilitaria o aperfeiçoamento na captação das informações coletadas, sendo que a base de dados deveria ser atualizada sempre que preciso (o que não aconteceu por falta de técnicos nas Superintendências do IPHAN).

A Plataforma do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – LACED, relata que as informações reunidas pelo INBI-SU, podem ser consultadas de forma individual e também de forma conjunta nos diferentes aspectos.

Ainda de acordo com Kishimoto (2012), o IPHAN aplicou o INBI-SU em 65 sítios urbanos tombados no decorrer dos primeiros 60 anos de criação do órgão e apenas em 2008, o IPHAN criaria o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. O SICG é de acordo com o IPHAN (2016), “um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário” entre outras referências de patrimônio cultural.

O fato que me fez falar aqui sobre o SICG, é que apesar de o SICG não ser considerado uma ferramenta de inventário (como ouvi na qualificação dessa dissertação: “o SICG não é inventário e sim repositório de informação”), ele possibilita por meio de seus módulos e conseqüentemente de suas fichas, uma metodologia unificada do patrimônio cultural. Os módulos indicam de forma específica como cada dado deverá ser coletado (fotos, mapas, georeferenciamento, entre outras informações), me levando a concluir, que se aplicado da forma correta, como recomendado em cada módulo, estarei sim realizando um inventário minucioso do bem no qual for submetido as fichas.

O próprio portal do IPHAN (2016) se refere do SICG como um inventário, dizendo o seguinte a este respeito:

Além de propor um modelo e metodologia única de identificação e inventário de bens culturais, o SICG possibilita o cadastro unificado dos bens culturais, constituindo a base de uma cartografia do Patrimônio, uma vez que todos os bens serão georreferenciados e classificados conforme sua categoria e recortes temático e territorial dos estudos.

Como já mencionei acima o SICG é composta por fichas, divididas em módulos (Figura 17) específicos de aplicação e de acordo com o objetivo do projeto, sendo essa a sua estrutura de metodologia: Módulo 1: Conhecimento, Módulo 2: Gestão e Módulo 3: Cadastro. Nesse sentido, é possível ter um enfoque bem minucioso do que se quer inventariar, sendo

possível ainda a utilização de outras metodologias, como ressalta o IPHAN (2016) e destaca como exemplo o INRC (do qual tratarei mais à frente).

MÓDULO 1: CONHECIMENTO
Atribuição:
<p>Visa reunir informações que contextualizem, na história e no território, os bens que são objetos de estudo. Organiza, portanto, as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. É um módulo básico para se iniciar um estudo temático ou inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico. Para isso, os dois primeiros campos a serem preenchidos são o “Recorte Territorial” e o “Recorte Temático”. O primeiro delinear a região de estudo e o segundo definirá o tema ou a ótica sob a qual se pretende abordar os bens a serem conhecidos ou inventariados. As informações obtidas através desse módulo são complementadas pelo cadastro de bens, efetuado através das fichas do módulo de Cadastro.</p>
Fichas:
<p>Ficha M101 - Contextualização Geral:</p> <p>É direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo.</p> <p>Ficha M102 – Contexto Imediato:</p> <p>É voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101. Não é aplicável para bens isolados.</p> <p>Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente:</p> <p>Aplicável, especialmente, a conjuntos rurais ou urbanos que já contem com algum tipo de proteção, seja por legislação cultural ou ambiental.</p>
MÓDULO 2: GESTÃO
Atribuições:
<p>Traz uma abordagem sistemática do patrimônio cadastrado e protegido, estimulando estratégias de gestão e valorização. Busca a articulação do processo de conhecimento,</p>

presente no módulo 1, com as necessidades de da gestão do patrimônio cultural com as quais os técnicos e gestores se deparam diariamente. É um módulo ainda em construção e suas fichas estão voltadas para a coleta das informações necessárias à gestão do bem, seja auxiliando nas rotinas de fiscalização, na construção de normatizações e planos de preservação, ou de diagnósticos urbanos visando a reabilitação total ou parcial de fatias dos centros históricos.

O método pressupõe uma atitude propositiva incorporada às análises, como forma de objetivar e agilizar os processos de gestão. Procura-se evitar a visão estática das cidades e núcleos protegidos, fugindo da noção de engessamento das áreas tombadas. O enfoque das fichas desse módulo são as áreas já protegidas, ou seja, sobre as quais o Iphan ou os demais órgãos de preservação do patrimônio cultural – nas esferas estadual e/ou municipal – têm obrigação de fazer a gestão através de normatização, ações de fiscalização, da construção de planos e preservação, de reabilitação, entre outros.

Fichas

Ficha M201 – Pré-setorização:

Tem como objetivo a construção de um entendimento setorizado sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos, rurais e urbanos, protegidos ou em processo de proteção, além de suas áreas de entorno, com vistas à normatização e construção de planos de preservação. As informações geradas na ficha M102 - Contexto Imediato são também elementos orientadores da pré-setorização, considerando os valores atribuídos quando da proteção do bem e as demais legislações incidentes.

Ficha M202 – Caracterização dos setores:

Tem por finalidade caracterizar, detalhadamente, cada um dos setores estabelecidos a partir do preenchimento da ficha M201. A partir disso, e considerando os problemas, as demandas, os fatores de pressão e as potencialidades identificadas no conjunto ou sítio tombado e áreas de entorno, serão apontadas as principais diretrizes para a normatização e a construção de planos estratégicos de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural.

Ficha M203 – Averiguação e proposição local:

Nesta ficha, as diretrizes apontadas para cada setor a partir do preenchimento das fichas M201 e M202 serão testadas quadra a quadra, utilizando-se as faces de quadra como unidade mínima de averiguação.

Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote:

Tem como objetivo a obtenção de dados relativos a cada lote do perímetro em estudo – número de imóveis por lote, número de pavimentos por imóvel, área construída, taxa de vacância, estado de conservação, entre outros.

Ficha M205 – Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra:

Visa agrupar dados relativos às quadras de maneira global, incluindo desde sua ocupação (área construída e desocupada, densidade, etc) até a infra-estrutura urbana (como rede elétrica, saneamento, telefonia, lógica, etc) e equipamentos disponíveis (segurança, educação, lazer, etc). Também tem como finalidade fornecer subsídios para projetos de reabilitação urbana.

Ficha M206 – Diagnóstico de conservação – Arquitetura religiosa:

É destinada, principalmente, para orientar as vistorias em imóveis tombados individualmente, permitindo o acompanhamento de seu estado de conservação e o planejamento de obras necessárias à conservação do bem. Outras fichas similares estão sendo desenvolvidas para aplicação em bens móveis e integrados e demais categorias de bens imóveis.

Ficha M207 – Relatório Fotográfico:

Voltada para a documentação e organização das fotografias obtidas em campo, seja em estudos ou inventários de conhecimento, seja em vistorias de bens já protegidos. Podem inseridas como anexos a relatórios, estudos e outros documentos.

MÓDULO 3: CADASTRO

Atribuições:

É composto, basicamente, por fichas relativas a bens individuais. Possui uma ficha padrão comum a todas as categorias do patrimônio material, denominada de Cadastro Básico, com informações indispensáveis sobre o bem cultural, que permitem sua identificação e o recebimento de um número de identificação, como uma cédula de identidade. A partir disso é possível aprofundar os conhecimentos sobre os bens cadastrados através do preenchimento de fichas especializadas sobre arquitetura, bens móveis e integrados, conjuntos rurais, patrimônio ferroviário, etc.

Fichas:

Ficha M300 – Planilha Síntese: Consiste em uma listagem com identificação, localização e informações relevantes para a gestão do bem (estado de conservação, estado de preservação, proteção existente e proteção proposta, propriedade, informações cadastrais, data de preenchimento e fonte das informações). As informações serão extraídas das fichas de bens cadastrados pela M301.

Ficha M301 – Cadastro Geral:

Contém campos de identificação, localização e caracterização comuns a todos os bens de natureza material. Todo e qualquer bem cultural de natureza material deverá ser cadastrado, em primeiro lugar, através do preenchimento desta ficha. Havendo interesse ou necessidade de informações mais detalhadas, poderão ser preenchidas as

fichas específicas subsequentes. A partir do preenchimento a ficha M301 o bem cadastrado receberá um código identificador, que será reproduzido em todas as fichas especializadas do bem, caso sejam preenchidas. Este código servirá como uma cédula de identidade e possibilitará o rastreamento do bem em outras fichas, bancos de dados ou sistemas. A estrutura geradora deste código identificador encontra-se em fase de conclusão, e assim que finalizada será disponibilizada para o uso através das unidades do Iphan em cada estado.

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa:

A partir desta, todas as demais fichas do Módulo 3 representam um aprofundamento de informações do bem cadastrado através da M301, conforme a natureza e a categoria de cada um. São aplicadas, preferencialmente, a bens individuais, visto que as fichas do módulo 1 adaptam-se melhor à aplicação para sítios urbanos e rurais em estudo ou protegidos. A ficha M302 é composta de campos que permitem uma caracterização mais aprofundada do bem arquitetônico em análise, considerando os elementos externos, especialmente do ponto de vista morfológico e tipológico da edificação. Seu preenchimento não pressupõe o acesso ao interior do imóvel.

Ficha M303 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna:

Essa ficha contempla informações relativas ao interior dos bens arquitetônicos, pressupondo o acesso ao imóvel. Deve ser preenchida quando de levantamentos mais detalhados ou da realização de visitas técnicas e/ou vistorias. Contém campos indicativos quanto aos usos (original e atual), técnicas construtivas e materiais de acabamento, como pisos, forros, esquadrias internas, e outros para cada pavimento da edificação. Também prevê informações básicas sobre a existência de bens móveis e integrados e outras manifestações de interesse.

Ficha M304 – Bem imóvel – Conjuntos rurais:

Está voltada para a aplicação em áreas rurais, caracterizada pela existência de fazendas, pequenas propriedades, engenhos e outras ocorrências típicas do patrimônio rural brasileiro. Aborda aspectos morfológicos sobre a implantação e a caracterização arquitetônica dos conjuntos e também do uso e atividades econômicas desenvolvidas (original e atual). Para os imóveis mais representativos do conjunto, poderão ser preenchidas as fichas M301, M302 e M303, conforme o grau de interesse e aprofundamento do estudo.

Ficha M305 – Bem móvel e integrado:

Tem o objetivo de cadastrar o universo que integra as obras de arte e bens integrados às edificações. A ficha contém informações específicas quanto à autoria da obra, tamanho, materiais, técnica, período e detalhes que a identificam dão condições para o conhecimento da autenticidade da peça. Pode ser utilizado tanto para o cadastramento de obras de arte em museus considerados patrimônio nacional pelo Decreto-Lei nº 25/37, quanto para obras de arte sacra, objetos rituais, arte e design industrial, arte

moderna entre outros.

Ficha M306 – Patrimônio Ferroviário:

Esta ficha foi elaborada visando o cadastro do acervo oriundo da extinta RFFSA, que passou aos cuidados do IPHAN através da Lei nº11.483/07. Contém campos que devem ser preenchidos durante vistorias ou visitas técnicas (como caracterização, estado de conservação, etc), e outros que pressupõem pesquisas e investigações, como informações sobre a atual gestão do bem (usuário, concessão vigente, interesse em sua utilização, entre outros). As informações coletadas através dos inventários do patrimônio ferroviário possibilitam a gestão adequadas desta categoria de bens, identificando aqueles de maior relevância cultural e seus potenciais de uso.

Ficha M307 – Patrimônio Naval:

Voltada para os estudos do patrimônio naval brasileiro, traz, juntamente com as fichas M304 (de conjuntos rurais) e M306 (patrimônio ferroviário) uma abordagem temática que só recentemente vem sendo tratada pelo Iphan e demais órgãos de preservação. As informações coletadas através desta ficha dizem respeito, não só às características morfológicas e construtivas de cada embarcação de interesse, quanto do seu uso, das atividades econômicas em que se insere, das condições de trabalho e renda do dono e da tripulação, apontando problemas e potencialidades relacionados com o patrimônio naval e a pesca artesanal no Brasil. É utilizada para diagnósticos específicos em localidades que já tenham sido identificadas pela relevância do patrimônio naval.

Figura 15 - Quadro demonstrativo dos módulos, atribuições e fichas do SICG.

Como podemos observar no quadro acima, o SICG é uma ferramenta minuciosa capaz de coletar com primor as informações necessárias para se tomar conhecimento do patrimônio cultural, além de subsidiar possíveis registros e processos de tombamento. As fichas aqui apresentadas estão disponíveis em formato Word e Excell e o Portal do IPHAN ainda disponibiliza exemplos de aplicação das mesmas, podendo ser utilizadas também pelas esferas estaduais e municipais, responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio. O SICG, como o mesmo Portal do IPHAN trata, pode ser “um instrumento estratégico para o desenvolvimento de uma política integrada e para a difusão das informações, já que a base também poderá ser acessada para consulta via internet”.

Os inventários (não custa nada repetir) possuem papel fundamental no processo de preservação e conservação de nosso patrimônio cultural, além de constituir fonte de informação para diferentes trabalhos, processos, planos ou pesquisas e conhecimento sobre os bens. Outros bens culturais, que não apenas o patrimônio edificado, podendo ser reconhecidos como representantes de uma cultura, necessita também de uma metodologia apropriada ao tipo de pesquisa que capture a complexidade do chamado patrimônio intangível e ao registrá-

lo, poder cuidar de sua salvaguarda. Nesse sentido, surge o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC é uma ferramenta responsável pela identificação dos bens representativos dos diferentes grupos que compõem nosso continental país, portanto, essa ferramenta pode ser utilizada para implementar a política de reconhecimento do patrimônio imaterial.

O Portal do IPHAN (2016) menciona que o INRC trata-se de uma metodologia de pesquisa criada pelo próprio órgão com a finalidade de “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”. O INRC surge como já mencionei em meia a discussão sobre os bens culturais que representassem a diversidade cultural do nosso país continental e com a preocupação de aprimorar ferramentas de identificação, valorização e preservação desses bens. O IPHAN (2000, p. 30), menciona que “para efeitos metodológicos, o objeto do INRC são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências e identidade para determinado grupo social”. Dessa forma, o INRC se estrutura em categorias de bens determinados pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, criado pelo Ministério da Cultura em 1998 (IPHAN, 2000, p. 23) e que criou o registro da cultura imaterial. As categorias são as seguintes:

1. **Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. **Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. **Linguagens** musicais, iconográficas e performáticas;
4. **Espaços** em que se produzem as práticas culturais.

Essas categorias foram reformuladas e aplicadas ao INRC para compor sua estrutura, com “implicações metodológicas” ficando constituídas da seguinte forma:

1. **Celebrações.** Nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, a execução de música, orações, danças, etc.
2. **Formas de expressão.** Formas não-lingüísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade, etc. (...) Neste caso, serão inventariadas não as linguagens em abstrato, mas o modo como elas são postas em prática por determinados executantes.
3. **Ofícios e modos de fazer**, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou

rituais, indistintamente. Tal como no caso anterior, os modos de fazer não serão inventariados em abstrato, mas através da prática de determinados executantes.

4. Edificações, (...) além dos aspectos físico-arquitetônicos, são relevantes do ponto de vista do patrimônio as representações sociais a eles associadas, as narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam, determinados usos que neles se desenvolvem.

5. Lugares. Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais (IPHAN, 2000, p. 31).

Por meio dessa estrutura aqui apresentada, a metodologia do INRC pode ser colocada em prática, de acordo com a área delimitada para o desenvolvimento do trabalho e as referências culturais existentes nela, podendo essa área corresponder a um bairro, uma vila, uma comunidade indígena, uma determinada região geográfica, entre outros territórios diferenciados (Oliveira, 2008). Em relação a isso, o Manual de Aplicação do INRC afirma que “(...) as referências de um grupo social, têm, por assim dizer, uma geografia própria, que dependerá da natureza das relações sociais existentes num determinado espaço físico” (IPHAN, 2000, p. 32).

A aplicação do INRC é complexa, tendo em vista que seu objetivo é gerar informações acerca do patrimônio imaterial. O Manual do INRC fala em “exaustão”, como característica principal de qualquer inventário, portanto, em exaustão na busca pelas informações, em gerar dados e interpretá-los para a construção do inventário e alimentação de seu banco de dados. Nessa empreita, a metodologia se divide em três etapas distintas: Levantamento Preliminar: consiste na delimitação da área que será inventariada, além de sua subdivisão em localidades, organização e sistematização dos dados coletados; Identificação: trata-se do aprofundamento nas informações já coletadas na primeira etapa e; Documentação: que refere-se a sistematização, interpretação do conhecimento produzido nas duas primeiras etapas e armazenamento das informações no Sistema do INRC, sendo que cada etapa será disponibilizada de modo conciso a fim de proporcionar uma leitura mais geral à quem for acessar o inventário e posteriormente, sua versão completa (Oliveira, 2008, p. 4).

O trabalho é desenvolvido em cima de um conjunto de formulários, compostos pelas fichas de identificação, questionários e fichas de campo, disponibilizados pelo IPHAN em arquivo Word. O trabalho final deve seguir o modelo (Figura 18) de acordo com o apresentado no seu Manual de Aplicação, que ainda recomenda o seguinte:

A Ficha de Identificação do Sítio será o documento de abertura do relatório, volume que apresentará os resultados do inventário, seguida pelos mapas existentes e pelos Anexos 1 (Bibliografia) e 2 (Registros audiovisuais). Quando o sítio estiver subdividido em localidades, as fichas de identificação destas serão inseridas logo após ao Anexo 2 (Registros audiovisuais), agrupando-se após cada uma delas os mapas, os Anexos 3 (Bens culturais inventariados) e 4 (Contatos) e as fichas de identificação dos bens correspondentes. As fichas de identificação dos bens culturais de uma dada localidade serão numeradas em seqüência e reunidas segundo os tipos de bens.

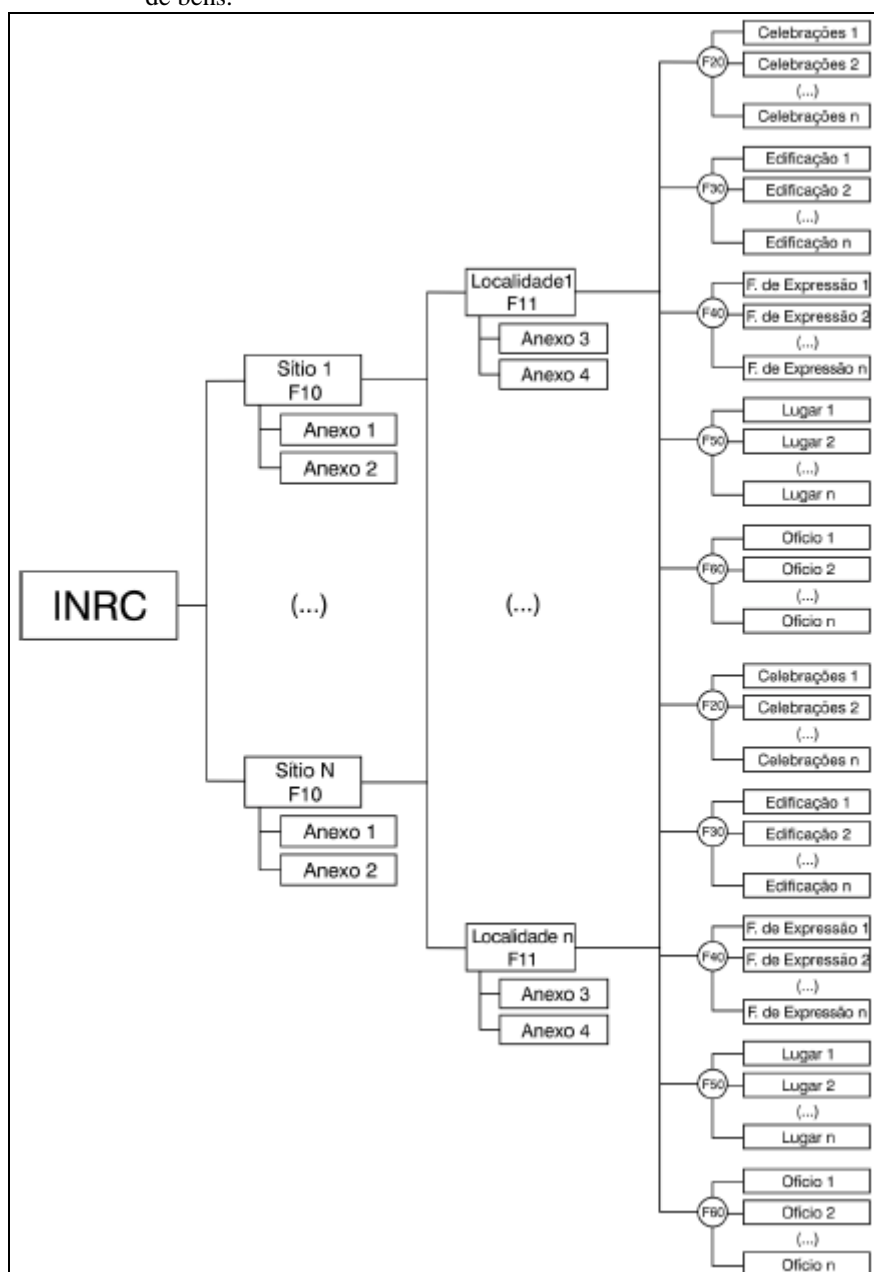


Figura 16 - Quadro Demonstrativo da Sequencia da Montagem do Volume Final do INRC. Fonte: IPHAN, 2000, p. 155.

No INRC, é primordial a participação da população local para o levantamento das informações, afinal de contas, é a comunidade que detém o conhecimento de suas celebrações, formas de expressão, ofícios, modos de fazer, edificações e lugares. Sendo assim,

“é imprescindível criar desde logo os caminhos pelos quais o conhecimento a ser produzido será reapropriado pela população (...)” dessa forma, “o INRC terá alcançado seu principal objetivo como política cultural, se a população local vier a assumi-lo como algo do seu interesse, incluindo-o na construção de sua memória” (IPHAN, 2000, p. 35).

É importante ressaltar que para utilizar o INRC, os outros órgãos de proteção do patrimônio cultural e demais interessados em aplicar essa metodologia, que o mesmo possui um Termo de Compromisso para Uso a ser seguido e está disponível no site do IPHAN, ou pode ser solicitado em qualquer Superintendência ou Escritório Técnico do IPHAN, além da Instrução Normativa Nº 001, de 02 de março de 2009, que dispõe sobre as condições de autorização de uso do INRC. A Instrução trata em 12 (doze) Artigos sobre os parâmetros gerais de licenciamento para a utilização do INRC, além de como o INRC deve ser realizado com o devido acompanhamento pela Gerência de Identificação do Patrimônio Imaterial – DPI, do IPHAN, como deve proceder para que o interessado tenha autorização de uso do INRC, entre outras instruções.

Antes de ler sobre as metodologias de inventário e ao pensar sobre uma que abarcasse colher informações tanto dos bens tangíveis quanto dos intangíveis, fiz muitos questionamentos e me deparei com os mesmos no Manual de Aplicação do INRC. Como por exemplo: “como identificar e delimitar os sentidos enraizados nas práticas humanas? Que aspectos são pertinentes para a sua identificação? Como passar para um formulário, os sentidos e significados de determinados bens de uma comunidade?”.

Para aplicação do INRC, a equipe deve ser composta por profissionais de diversas áreas, para que se possa abranger, toda a complexidade que será colocar em prática, esta metodologia. Quanto aos questionamentos que me referi anteriormente, encontrei a resposta (em tese) no próprio Manual ao me deparar com a seguinte citação:

Apesar da complexidade da pesquisa etnográfica, é possível delimitar etapas preliminares de investigação que, tomando-se certos cuidados, podem ser compartilhadas por uma gama de colaboradores. Os procedimentos devem ser uniformes, os instrumentos devem ser de aplicação ampla, e é preciso, sobretudo, que as entrevistas – por superficiais que sejam – gerem informações válidas e fidedignas. Para equacionar adequadamente tais problemas – e sem pretender transformar esse inventário num sucedâneo simplificado de pesquisa etnográfica – proponho que a investigação se limite a aspectos da vida social que sejam imediatamente reconhecíveis pelos atores e que se proponha a registrar os dados que sejam mais imediatamente apreensíveis por meio de roteiros e formulários padronizados. Refiro-me a domínios reconhecíveis da vida social como as festas, as artes e os ofícios, os lugares de importância diferenciada. São realidades designadas por denominações específicas e correntes (...) são instituições sobre as quais se pode conversar, que se pode presenciar, que se sabe o quanto dura, que se sabe como pôr

em ação, etc. É a esse tipo de recorte que corresponde o que, no presente trabalho, denominamos de *bem cultural* (IPHAN, 2000, p. 30).

Como podemos perceber, não é tão simples assim sair inventariando um bem cultural, seja ele de natureza material ou imaterial. Os inventários são instrumentos que dão embasamento para uma série de outras ações, inclusive para o fomento de políticas públicas. É um processo que requer muita responsabilidade e muitos profissionais envolvidos, seja ele feito pela ótica do turismo ou da preservação do patrimônio cultural. A parceria e diálogo entre as instituições também são de fundamental importância nesse momento, justamente para que não haja conflito de qualquer espécie na hora de colocar em prática tais ações.

Depois de toda a abordagem feita sobre o inventário turístico e o inventário cultural, inventários do bem material e do bem imaterial voltam meus olhos à realidade encontrada no Estado de Roraima, onde existem inventários turísticos e culturais que foram realizados pelas esferas municipal e estadual e que servem de referência para pesquisas acadêmicas, elaboração de roteiros turísticos e inclusive pesquisas que subsidiam a produção de outros trabalhos, inventários e projetos. Como já mencionei anteriormente, ao tratar do conceito de inventário tanto no contexto turístico quanto no cultural, inventário consiste no ato de catalogar, listar, relacionar, tomar conhecimento, entre outras designações.

No entanto, mesmo com o inventário não possuindo informações detalhadas sobre o assunto ou mesmo contendo informações equivocadas, os mesmo são referências e base para a produção de outros materiais, o que resulta em uma perpetuação de documentos e materiais contendo dados superficiais. Um inventário “poderá causar aspectos negativos, se não for planejada de forma clara, precisa e organizada” (Silva, 1998, p. 30).

A pesquisa para a elaboração de um inventário requer um trabalho minucioso, que prime pela investigação das fontes orais e referências bibliográficas, independente de sua finalidade, mas o que posso constatar durante esta pesquisa e leitura sobre os inventários produzidos em Roraima, é que a maioria dos equívocos nas informações, é cometida pela simples falta de checagem dos dados inseridos no material, ou mesmo pela superficialidade deles.

Um exemplo disso é o que houve recentemente, em um inventário produzido por uma empresa contratada pela Superintendência do Iphan em Roraima para produzir o Inventário da Casa da Cultura Madre Leotavia Zoller e da Fazenda São Marcos, onde em um dos produtos enviados à Superintendência, o pesquisador se reportou várias vezes à Orla Taumanan, citada em sua pesquisa para o inventário, como “Porto de Tarumã”. Um ponto turístico localizado no

berço histórico da cidade e bem conhecido por toda a população. Esse é só um pequeno exemplo.

A seguir, veremos como o patrimônio cultural de Roraima é abordado dentro dos inventários elaborados pelas esferas estadual e municipal.

2.2.1 – Inventário do Estado de Roraima

O Estado de Roraima possui um inventário turístico realizado em 2002 e que está disponível para *download* no site do Departamento de Turismo de Roraima – DETUR. O presente inventário, que possui 858 páginas, é intitulado “Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima” (Figura 19) e foi elaborado pela empresa Ruschmann Consultores, de São Paulo. O DETUR considera este material como sendo seu inventário turístico e cultural oficial do estado de Roraima quando o assunto é turismo e suas referências culturais, patrimoniais, ambientais entre outros aspectos, inclusive, sendo apresentado assim no Portal de Turismo do governo na aba para o seu link de *downloads*: Inventário Turístico.

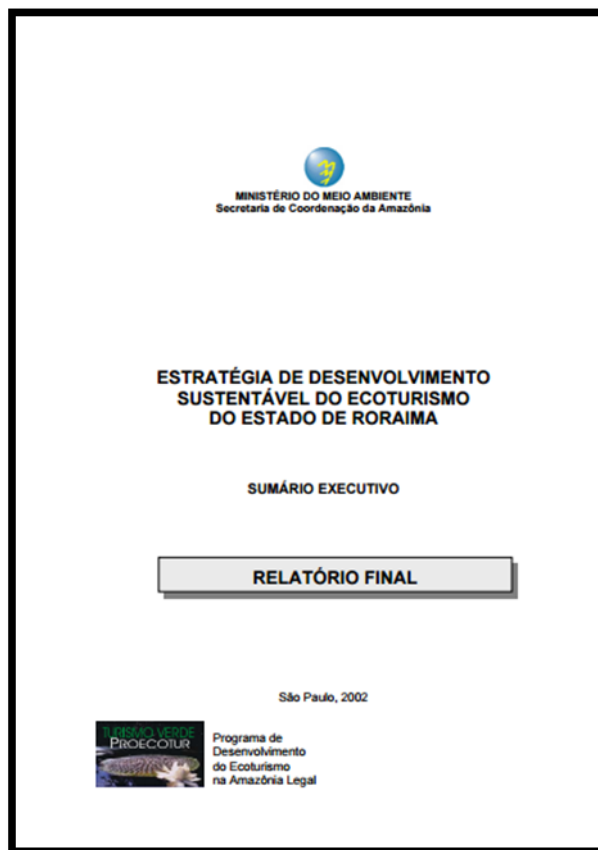


Figura 17 - Capa do Inventário do Estado de Roraima

O inventário, focado no desenvolvimento do ecoturismo da região, traz logo em suas primeiras páginas, um breve resumo sobre o histórico do Estado de Roraima, contendo data de criação, limites, denominação dos municípios, etnias indígenas entre outras informações, com foto do mapa do Estado retirada de outra publicação do estado (O Guia de Turismo do Estado de Roraima). Também são relatados dados quanto a infraestrutura turística, equipamentos de alimentação, informações sobre oferta e demanda, mão-de-obra especializada e etc.

Quanto ao aspecto cultural, foco principal desta investigação, as primeiras informações no inventário em relação ao assunto mencionam o seguinte:

O aspecto cultural de maior importância para as atividades de ecoturismo consiste no alto grau de preservação da cultura local e das culturas indígenas da região. Tais aspectos são expressos na culinária, no linguajar, no artesanato e no modo de vida. Os atrativos culturais mais significativos são: as Vilas Tepequém e de Cabo Sobral, em Amajari; o Centro Histórico, a Fazenda São Marcos, a Festa de São Pedro e o Festival Histórico, em Boa Vista; as Malocas do Jacamim e do Apum e as Ruínas do Forte São Joaquim, em Bonfim; a Maloca do Canauanim, em Cantá; a festa religiosa da Paixão de Cristo, em Mucajaí; a Maloca da Raposa, em Normandia; a Pedra Pintada, a Maloca da Boca da Mata, os Festejos de São José e a Festa Micaráíma, em Pacaraima; e as culturas indígenas do município de Uiramutã. Alerta-se para o fato de que as manifestações culturais das populações autóctones são um tipo de

atrativo delicado, havendo a necessidade de se observar características como a sazonalidade e aquiescência dessas comunidades em apresentar sua cultura ao visitante. As aldeias indígenas são quantitativamente mais significativas em relação aos demais atrativos. O dado evidencia a necessidade de um trabalho específico voltado ao aproveitamento turístico desse atrativo cultural. Os traços históricos dos garimpos nas Vilas Tepequém e de Cabo Sobral e os sítios arqueológicos, em especial a Pedra Pintada, apresentam grande potencial para a atividade turística. O artesanato de barro encontrado na Maloca da Raposa também merece destaque. O acesso à maioria dos atrativos culturais necessita de melhorias devido, principalmente, às condições de tráfego (São Paulo, 2002, p. 11).

Como podemos constatar (inclusive ao ler o título do inventário), esta publicação tem como foco o desenvolvimento do ecoturismo no estado. Apesar disso, vale ressaltar que a valorização do patrimônio cultural se faz importante como instrumento de promoção de qualquer que seja o segmento do turismo, inclusive aqui, do ecoturismo, como afirma o primeiro trecho da citação acima. Também é notado, que a presente citação, não possui nenhuma referência bibliográfica direta no corpo do texto, impossibilitando que façamos uma investigação mais a fundo, a partir das afirmações colocadas no inventário.

A área delimitada para realização do trabalho consiste em Roraima como um todo e ao falar de sua metodologia de aplicação, o documento enfatiza que se trata de uma metodologia complexa, tendo em vista que deve ser abordado nos âmbitos políticos, sociais e econômicos, fazendo com que a coleta das informações iniciais seja sucinta, contribuindo para as análises e propostas. Dessa forma, a metodologia do inventário “consiste em um modelo concebido por Doris Ruschmann, (...) que, atualmente, pode-se dizer, contempla todas as necessidades de informações do planejamento” (São Paulo, 2002, p. 58). É realizada a Análise SWOT, sigla em inglês para tratar dos pontos fortes (Strengths), fracos (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats). Segundo o próprio inventário destaca, a Análise SWOT, trabalha em conjunto com a comunidade, que organiza as informações em pontos fortes e fracos, que dizem respeito ao ambiente interno planejado e as oportunidades e ameaças, alusivos as ações do ambiente externo.

Além da Análise SWOT, o documento refere-se a “um misto de metodologia”, que classificam os atrativos inventariados. Dessa forma, é citada também a metodologia de hierarquização da Organização Mundial de Turismo – OMT, que classifica os bens inventariados de zero: referente a atrativos sem grandes valores mais que agregam valor quando estão junto a outros e; a três: que trata de atrativos de excepcional valor (São Paulo, 2002). Apesar de ainda mencionar o uso de outras metodologias, o documento não cita de forma detalhada de que metodologia se trata e nem apresenta um modelo de ficha, ou formulário.

O objetivo do inventário é incrementar o turismo de forma sustentável, em congruência com interesses sociais, econômicos e culturais das comunidades, de forma a captar recursos financeiros, evitar o controle de impactos negativos e ainda a falta de objetividade e eficácia de ações implantadas (São Paulo, 2002, p. 66). Dessa forma, o inventário utiliza a extensa coleta de dados, sendo abordado cada município separadamente, onde são tratados suas características gerais (acesso, área territorial, população, clima, temperatura), delimitação de área, aspectos históricos, aspectos socioeconômicos, infraestrutura, equipamentos e serviços, aspectos turísticos (atrativos naturais e atrativos culturais), infraestrutura turística (alimentos e bebidas, entretenimento e agenciamento), entre outros aspectos. É ressaltado ainda que a coleta das informações foi feita por profissionais de diferentes áreas, que realizaram visitas em todos os municípios, coletando dados por meio de entrevistas, pesquisas e observação, utilizando questionários, fazendo registro fotográfico e registro de coordenadas geográficas.

A referida publicação não faz nenhuma menção aos órgãos de proteção do patrimônio cultural, apesar de citar no decorrer de seu conteúdo, os aspectos culturais do estado (como já citei anteriormente). Quanto às metodologias de inventário específicas para a inventariação de bens culturais, como as utilizadas pelo IPHAN, por exemplo, também não são citadas, dando a entender que aparentemente, nenhum parâmetro foi utilizado como referência para análise da pesquisa.

Ao enfatizar que o desenvolvimento do ecoturismo depende da preservação do patrimônio cultural, é pertinente colocar aqui que o texto cita a cultura local e as culturas indígenas da região como culturas distintas. Sendo que a cultura genuína e, portanto, que podemos chamar de cultura local, é a mesma cultura indígena, nativa da região e que sofreu um processo de influência das demais culturas trazidas pelos imigrantes que aqui chegaram cujo assunto já abordei no primeiro capítulo deste trabalho. Ainda no mesmo trecho o inventário afirma que a “cultura local e a cultura indígena” são manifestadas através da culinária, língua, artesanato e modo de vida das pessoas, citando alguns atrativos localizados em diferentes municípios do estado, dando a entender que uma difere da outra, (local e indígena).

Em um trecho do inventário intitulado “Projetos Propostos”, organizado por meio de uma tabela (Figuras 20 e 21) denominada “Programas e Projetos para o Desenvolvimento do Ecoturismo no Estado de Roraima”, p.19 do documento e que contém em seu cabeçalho: título do projeto, prazo de execução, resultados esperados, órgãos envolvidos e parceiros

prováveis, que é subdividida por programas distintos, um deles, destina-se aos fatores culturais e naturais.

N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVÁVEIS
		C	M	L			
Programa de estruturação de atrativos naturais e culturais							
1	Elaborar estudos para determinar capacidade de carga dos atrativos naturais incluídos nos roteiros		X		<ul style="list-style-type: none"> Definir parâmetros para o aproveitamento sustentável dos atrativos naturais 	PROECOTUR, FINEP	Instituições de pesquisa
2	Elaborar estudos para avaliação de atrativos com potencial para turismo de aventura		X		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar potencial de atividades de turismo de aventura; Definir diretrizes para sua exploração; Capacitação de operadores locais 	PROECOTUR	
3	Elaborar estudos para implantação de programa de visitação em áreas indígenas; implantar equipamentos e serviços necessários à visitação		X		<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a oferta de produtos ecoturísticos; Apoiar a continuidade dos processos culturais de comunidades indígenas e a exploração sustentável dos recursos de suas áreas; Estudar e definir parâmetros para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas indígenas. 	PROECOTUR, Governo Federal (Funai)	ONGs e associações indígenas
4	Elaborar estudos para implantação de programas interpretativos em sítios arqueológicos; implantar equipamentos e serviços necessários à visitação		X		<ul style="list-style-type: none"> Pesquisar e proteger o patrimônio arqueológico da região; Incorporar os sítios arqueológicos a atividades turísticas, dentro de parâmetros sustentáveis; Desenvolver programas interpretativos; Implantar a infra-estrutura necessária à visitação dos sítios arqueológicos 	PROECOTUR, Governo Federal, Governo do Estado	Instituições de pesquisa e universidades, ONGs
5	Elaborar e implantar planos de uso público para o PARNA de Monte Roraima e para a ESEC de Maracá		X		<ul style="list-style-type: none"> Definir critérios para a visitação da unidade de conservação compatíveis com os objetivos e com o Plano de Manejo das unidades de conservação; Detailhar os componentes do Plano de Manejo relativos à visitação pública das unidades de conservação 	PROECOTUR, Parques do Brasil, Governo Federal (Ibama)	
6	Elaborar o Plano de Manejo do PARNA de Viruá e do PARNA da Serra da Mocidade		X		<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer as diretrizes para o manejo das unidades de conservação Garantir o cumprimento das funções das unidades de conservação 	PROECOTUR, Parques do Brasil, Governo Federal (Ibama)	
7	Estudar a criação de unidades de conservação e implantar equipamentos e serviços para viabilizar a visitação à Serra do Tepequém e à Serra Grande do Cantá		X		<ul style="list-style-type: none"> Criar as condições para o aproveitamento turístico sustentável dos atrativos naturais em questão; Avaliar a necessidade de criação de unidades de conservação nas áreas em questão; Implantar equipamentos e infra-estrutura necessária; Fomentar a implantação de serviços turísticos. 	PROECOTUR, Governo do Estado	ONGs e comunidades locais

Figura 18 - Tabela do subitem referente aos atrativos naturais e culturais do inventário.

Continuação do Programa de estruturação de atrativos naturais e culturais

N	PROJETO	Prazo			RESULTADOS ESPERADOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	PARCEIROS PROVÁVEIS
		C	M	L			
8	Implantar centros de visitante em Pacaraima, Uiramutã e Santa Maria do Boiaçu		X		<ul style="list-style-type: none"> Facilitar o acesso de visitantes a informações e serviços turísticos; Apoiar o surgimento de iniciativas locais de organização para a prestação de serviços turísticos (associações, cooperativas, etc.) de maneira a distribuir os benefícios da atividade. 	PROECOTUR, Governo do Estado	ONGs e comunidades locais
9	Implantar serviço de transporte de passageiros e terminais fluviais em Caracará e Santa Maria do Boiaçu		X		<ul style="list-style-type: none"> Criar novas opções de atrativos turísticos; Estimular o desenvolvimento do ecoturismo na região Sul do Estado. 	Governo do Estado, iniciativa privada	Concessionárias privadas
10	Estimular a organização, o associativismo e formação de cooperativas entre os artesãos e artistas, e subsidiar a produção e divulgação de seu trabalho		X		<ul style="list-style-type: none"> Valorizar expressões da cultura regional; Fortalecer a identidade cultural da região; Diversificar a oferta de atrativos turísticos e de produtos locais para compra por turistas; Pesquisar maneiras de utilização sustentável de recursos naturais que servem de base ao artesanato; Aumentar as oportunidades de geração de renda da população local. 	PROECOTUR	ONGs, associações locais e associações indígenas

Figura 19 - Cont. da tabela do subitem referente aos atrativos naturais e culturais do inventário

Intitulado como “Programa de estruturação de atrativos naturais e culturais”, este item traz em sua tabela apontamentos de ações a serem realizadas em prol da consolidação dos atrativos naturais e culturais. Entre eles, está à elaboração de estudos de capacidade de carga, fator de extrema importância para diminuir os impactos causados por visitantes em sítios arqueológicos, por exemplo; estudos para a implantação de visitação em áreas indígenas e adequação de infraestrutura para visitação em sítios arqueológicos.

É válido ressaltar aqui, que entre as instituições citadas nas colunas referentes a “órgãos envolvidos” e “parceiros prováveis”, em nenhum momento são citadas Instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico, como o IPHAN, que possui Superintendência no Estado, Divisão do Patrimônio Histórico dos Municípios ou mesmo o Departamento do Patrimônio Histórico do Estado de Roraima, ao qual o presente inventário pertence. O que reflete a ausência de Instituições importantes na elaboração de um documento que precisa ser desenvolvido de forma minuciosa e no acompanhamento de todo o processo do trabalho, que servirá de referência para a elaboração de planos, projetos, roteiros e outros programas não apenas no Governo, mais de Universidades e referências para pesquisas, além de referência para o fomento de políticas públicas tanto no âmbito turístico quanto no cultural, para o desenvolvimento dos municípios.

A próxima etapa do inventário está dividida em três volumes, respectivamente organizada de acordo com suas especificidades. Sendo o Primeiro Volume destinado ao “Inventário dos Atrativos e das Potencialidades Ecoturísticas”,

com a apresentação da oferta existente e caracterização integral dos municípios em foco. No volume II, apresenta-se o Diagnóstico da Operação Turística da Região, ou seja, as análises pertinentes aos dados brutos coletados em campo e nas pesquisas em fontes secundárias, quando da elaboração do Inventário. O volume III compreende as intervenções necessárias, na forma de proposições elaboradas para o desenvolvimento ecoturístico (São Paulo, 2002, p. 58).

De acordo com a publicação, apesar de a pesquisa ter sido realizada nos quinze municípios que compõem o estado de Roraima, “no diagnóstico foram priorizadas as análises em 10 dos 15 municípios”, sendo que os cinco municípios restantes “foram analisados apenas quando algumas de suas características foram identificadas como relevantes para o desenvolvimento do ecoturismo”.

No decorrer das 858 páginas, muitas informações são repetidas inúmeras vezes, como a metodologia utilizada, o nome da equipe, objetivos, entre outras informações. Em outro

trecho, ao mencionar mais uma vez os atrativos culturais, o inventário fala de forma sucinta da extrema particularidade desses bens, relatando que os mesmos fazem parte da história e costumes locais e que os critérios de avaliação dos mesmos devem ser diferenciados, no entanto, ainda assim, não é citada nenhuma outra referência de valoração desses bens, a não ser as metodologias já mencionadas (SWOT e Hierarquização da OMT).

Em outro trecho do trabalho, é realizada uma análise dos chamados “insumos culturais”, onde o texto fala que apesar da motivação e escolha dos turistas por roteiros com atrativos naturais, os atrativos culturais vem ganhando espaço, “na medida em que o contato com culturas e modos de vida diferentes e a compreensão da maneira como se relacionam com o meio ambiente são cada vez mais valorizados como parte da experiência” (São Paulo, 2002, p. 507). Ao ressaltar mais uma vez a “peculiar cultura regional” e a diversidade da cultura indígena, o texto enfatiza que esses podem ser os elementos primordiais dos roteiros turísticos, inclusive, pesando na escolha desses roteiros por parte dos turistas. O texto descreve que esta análise cultural tem como objetivo principal, identificar “os aspectos que permitirão a preservação dos atrativos culturais e sua proteção, estimulando sua manifestação e favorecendo a dinamização da economia regional” (São Paulo, 2002, p. 507). Lembrando que esta análise é feita de acordo com as metodologias denominadas Análise SWOT e a hierarquização da OMT, podendo o resultado ser observado no quadro (Figura 22) abaixo:

Mun.	Recursos (R) ou Atrativos (A)	Impacto (1)	Apoio Local (2)	Condições de Uso (3)	Hierarquia (1+2+3)	Autenticidade (4)	Susceptibilidade a mudança (5)	Originalidade (6)	Prioridade (4+5+6)
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMA	Vila Tepequém (R)	3	2	3	8	2	2	2	6
	Vila Cabo Sobral (R)	3	2	3	8	2	2	2	6
	Centro Histórico (A)	2	2	1	5	2	3	1	6
BV	Fazenda S. Marcos (A)	3	1	2	6	2	2	2	6
	Festa de São Pedro (A)	1	3	1	5	2	2	1	5
	Festival Folcórico (A)	1	3	1	5	1	3	1	5
	Maloca do Jacamim (R)	3	1	3	7	3	1	2	6
BON	Maloca do Apum (R)	3	1	3	7	3	1	3	7
	Forte São Joaquim (A)	3	1	2	6	2	3	3	8
CAN	Maloca do Canaunim (R)	3	1	3	7	2	1	2	5
CAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MUC	Paixão de Cristo (A)	2	3	1	6	2	3	2	7
NOR	Maloca da Raposa (R)	3	2	3	8	2	1	2	5
	Pedra Pintada (R)	3	1	2	6	3	3	3	9
	Aldeia Boca da Mata (R)	3	1	3	7	2	1	2	5
PAC	Festa de São José (Surumu) (A)	2	2	2	6	2	2	2	6
	Micaraima (A)	1	3	1	5	1	3	1	5
UIR	Cultura indígena (R)	3	2	3	7	2	3	3	8

Figura 20 - Quadro da hierarquização e priorização dos recursos e atrativos culturais do Estado. Fonte: São Paulo (2002, p. 509).

No quadro acima, são apresentadas potencialidades de bens culturais que poderiam agregar valor no processo de desenvolvimento do turismo no Estado. O esquema de investigação desses atrativos é explicado da seguinte forma:

Com relação aos critérios de priorização, algumas adaptações são necessárias. Ao critério de avaliação do estado de conservação de insumos culturais corresponderá, na análise dos insumos culturais, uma avaliação do grau de autenticidade do insumo, estabelecido em uma escala de 1 a 3. Ao critério de avaliação de fragilidade ambiental do ecossistema corresponderá uma avaliação da susceptibilidade à mudança e descaracterização cultural em função da visitação. Finalmente, ao critério de avaliação da representatividade corresponderá a avaliação da originalidade do insumo, em relação às manifestações similares naquela e em outras regiões (São Paulo, 2002, p. 507).

O próximo quadro (Figura 23) refere-se ao índice de implantação desses atrativos, sendo que este índice é o “número obtido pela multiplicação direta dos valores totais de hierarquização e priorização”. Este raciocínio é tomado para facilitar a distinção entre os atrativos depois de sua apreciação individual. Vale ressaltar aqui que em nenhum momento a pesquisa leva em consideração o patrimônio cultural em sua essência e suas peculiaridades, sendo aplicado apenas o olhar turístico nos chamados atrativos.

Mun.	Recursos (R) ou Atrativos (A)	Hierarquia OMT	Valor de Hierarquia (1)	Valor de Prioridade (2)	Índice de Implantação (1 x 2)
AA	-	-	-	-	-
AMA	Vila Tepequém (R)	1	8	6	48
	Vila Cabo Sobral (R)	1	8	6	48
BV	Centro Histórico (A)	0	5	6	30
	Fazenda S. Marcos (A)	0	6	6	36
	Festa de São Pedro (A)	0	5	5	25
	Festival Folcórico (A)	0	5	5	25
BON	Maloca do Jacamim (R)	2	7	6	42
	Maloca do Apum (R)	2	7	7	49
	Forte São Joaquim (A)	1	6	8	48
CAN	Maloca do Canauanim (R)	1	7	5	35
CAR	-	-	-	-	-
MUC	Paixão de Cristo (A)	1	6	7	42
NOR	Maloca da Raposa (R)	1	8	5	40
	Pedra Pintada (R)	2	6	9	54
PAC	Aldeia Boca da Mata (R)	1	7	5	35
	Festa de São José (Surumu) (A)	1	6	6	36
	Micaraima (A)	0	5	5	25
UIR	Cultura indígena (R)	2	7	8	56

Figura 21 - Quadro da hierarquização dos recursos e atrativos culturais segundo OMT e índice de implantação. Fonte: São Paulo (2002, p. 510).

O texto fala que a avaliação dos valores culturais são “extremamente subjetivas”, sendo inclusive inconveniente propor uma escala de importância entre eles. Embora a subjetividade, é importante identificar os aspectos que possibilitarão a preservação desses bens e que os mesmos sejam aplicados ao turismo, fortalecendo e estimulando sua valorização. Por esse motivo, é afirmado que os métodos de avaliação dos bens culturais, sejam diferentes dos demais, mesmo assim, não é especificada nenhuma metodologia para aplicação.

Apesar da impossibilidade de propor uma espécie de escala de importância o texto deixa claro que alguns desses bens podem ter mais probabilidade de tornarem-se atrativos turísticos do que outros. Após realizar a classificação e valoração dos atrativos culturais, uma nova tabela (Figura 24) é apresentada contendo o demonstrativo dos “atrativos com maiores condições de integrar” o programa de turismo, expostos por município.

Mun	Recursos (R)/Atrativos (A)	Hierarquia OMT	Índice de Implantação (Hier * Prio)	Ordem Sugerida p/ Desenvolvimento
AA	-	-	-	-
AMA	Vila Tepequém (R)	1	48	1 ^a
	Vila Cabo Sobral (R)	1	48	1 ^a
BV	Fazenda S. Marcos (A)	0	36	2 ^a
	Centro Histórico (A)	0	30	2 ^a
	Festa de São Pedro (A)	0	25	3 ^a
	Festival Folcórico (A)	0	25	3 ^a
	Maloca do Apum (R)	2	49	1 ^a
BON	Forte São Joaquim (A)	1	48	1 ^a
	Maloca do Jacamim (R)	2	42	1 ^a
CAN	Maloca do Canaunim (R)	1	35	1 ^a
CAR	-	-	-	-
MUC	Paixão de Cristo (A)	1	42	1 ^a
NOR	Maloca da Raposa (R)	1	40	1 ^a
PAC	Pedra Pintada (R)	2	54	1 ^a
	Festa de São José (Surumu) (A)	1	36	2 ^a
	Aldeia Boca da Mata (R)	1	35	2 ^a
UIR	Micaraima (A)	0	25	3 ^a
	Cultura indígena (R)	0	56	1 ^a

Figura 22 - Quadro dos atrativos culturais selecionados como prioritários em ordem sugerida de desenvolvimento. Fonte: São Paulo (2002, p. 511).

A tabela prioriza como atrativos com maiores condições de integrar o programa de turismo os que possuem maior índice de implantação. A justificativa para a ordem indicada de desenvolvimento baseia-se (além de destacar os bens que podem ter mais probabilidade de tornarem-se atrativos turísticos do que outros) na experiência do trabalho de campo que os profissionais envolvidos possuem. O objetivo dessa priorização é fazer um diagnóstico comparativo das potencialidades turísticas de cada município para, a partir daí, estabelecer quais os bens devem receber primeiramente serem fomentados (São Paulo, 2002).

Feita a Análise de Hierarquização, o inventário passa a apresentar os resultados da sua Análise SWOT, sobre diversos fatores como o saneamento básico, ambiental, acesso ao estado, entre outros itens. Vou destacar aqui a análise feita sobre o fator “Histórico sociocultural”:

a) Pontos fortes:

- A diversidade e a presença marcante da cultura indígena no Estado;
- Os diversos sítios arqueológicos, dos quais Pedra Pintada é o mais significativo;
- O artesanato indígena;
- A história da mineração de ouro e diamante na região.

b) Pontos fracos:

- A impossibilidade de aproveitamento turístico de áreas indígenas;
- A falta de estudos para embasar programas interpretativos em sítios arqueológicos.

c) Oportunidades:

- A possibilidade de implantar um projeto piloto de visitação às áreas indígenas, que pode servir de modelo para o resto do país;
- A possibilidade de recuperar sítios históricos significativos, como o Forte São Joaquim;
- A possibilidade de implantar programas interpretativos em sítios arqueológicos;
- A possibilidade de resgate da história da região, com ênfase no ciclo do garimpo.

d) Riscos:

- Descaracterização cultural e risco para a saúde de povos indígenas em função do aumento do contato com não-índios (São Paulo, 2002, p. 518-519).

Depois de apresentar o resultado final da metodologia Análise SWOT, nenhuma apreciação é feita em relação ao resultado apresentado. No entanto, pude observar que algumas indagações feitas na citação acima são pertinentes ainda hoje, como por exemplo, os dados apresentados no Ponto Forte; a falta de estudos para embasar pesquisas arqueológicas, apresentada como um dos pontos fracos e; os pontos apresentados na Oportunidade. Diante desta constatação, são encontradas no texto, uma lista de diretrizes, programas e projetos para o programa de estruturação dentre outros aspectos do turismo, dos atrativos naturais e culturais. São eles:

- Elaborar estudos para determinar capacidade de carga dos atrativos naturais incluídos nos roteiros;
- Elaborar estudos para avaliação de atrativos com potencial para turismo de aventura;
- Elaborar estudos para implantação de programa de visitação em áreas indígenas; implantar equipamentos e serviços necessários à visitação;
- Elaborar estudos para implantação de programas interpretativos em sítios arqueológicos; implantar equipamentos e serviços necessários à visitação;
- Elaborar e implantar planos de uso público para o PARNA de Monte Roraima e para a ESEC de Maracá;
- Elaborar o Plano de Manejo do PARNA de Viruá e do PARNA da Serra da Mocidade;
- Estudar a criação de unidades de conservação e implantar equipamentos e serviços para viabilizar a visitação à Serra do Tepequém e à Serra Grande do Cantá;
- Implantar centros de visitante em Pacaraima, Uiramutã e Santa Maria do Boiaçu;
- Implantar serviço de transporte de passageiros e terminais fluviais em Caracará e Santa Maria do Boiaçu;
- Estimular a organização, o associativismo e formação de cooperativas entre os artesãos e artistas, e subsidiar a produção e divulgação de seu trabalho (São Paulo, 2002, p. 583).

Os mesmos pontos são relacionados mais à frente quando o documento trata dos “Programas e Projetos” para o desenvolvimento do turismo no Estado de Roraima, onde são sugeridos que para cada área diferente (atrativos culturais, naturais, infraestrutura, capacitação, saneamento, entre outros pontos), um programa específico fosse criado para que os objetivos apresentados no inventário fossem alcançados. Dessa forma, esse programa traçaria as metas, norteando como os recursos humanos, tecnológicos e financeiros seriam aplicados para a efetivação de seus objetivos e metas.

Para cada projeto apresentado (...) procurou-se determinar seus objetivos, as ações propostas, os principais executores e parceiros prováveis, fontes de financiamento e estimativas de custo de implantação e manutenção, dificuldades técnicas, prioridade e prazo de início e execução. Foram consideradas de curto prazo medidas a serem levadas a cabo em um período de até dois anos, englobando ajustes e soluções para as necessidades imediatas que visam viabilizar o funcionamento adequado do turismo no Estado; de médio prazo, medidas que, por apresentarem um grau de profundidade maior que as anteriores, visam corrigir problemas estruturais do setor, até cinco anos; de longo prazo, medidas que envolvem ações em um prazo superior a cinco anos. A lista de programas e projetos é apresentada a seguir (São Paulo, 2002, p. 730).

Os programas e projetos a que se refere a citação acima, são os mesmos relacionados na lista de diretrizes para a estruturação do turismo que também já citei aqui. A investigação deste inventário destaca que o seu texto ressalta sempre no decorrer de todo ele, que no Estado de Roraima existe um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente por sua diversidade cultural e natural, no entanto, os serviços, infraestrutura, equipamentos e atrativos turísticos, além da capacitação de profissionais, entre outros aspectos, podem ser mais bem trabalhados, para atingirem suas potencialidades e para melhor atender sua demanda.

Todo o material apresentado foi amplamente discutido e avaliado pelo Governo do Estado de Roraima e Ministério do Meio Ambiente – MMA, que sugeriram e indicaram alterações salutares, de forma que esta versão do trabalho representa a última de uma série. Assim, o plano está em conformidade com os anseios de todos os agentes envolvidos no processo, e não obstante, de acordo com o mais importante dos princípios do planejamento: o da participação. O documento ainda se refere ao turismo, como uma ferramenta para o desenvolvimento do Estado acompanhado da conservação de seus recursos naturais e culturais e conseqüentemente, a melhoria de vida da população (São Paulo, 2002).

Para finalizar este item que tratou do material utilizado pelo Estado como sendo seu Inventário Turístico, quero registrar aqui a existência de outro documento denominado “Comissão Interinstitucional de Estudos Sobre o Patrimônio Cultural de Roraima: Relatório

Final”, de 2009, do qual tive conhecimento enquanto aplicava a metodologia que irei apresentar no terceiro capítulo. O órgão de turismo do Estado não tem conhecimento do documento, assim como o órgão de turismo do município, o Departamento do Patrimônio do Município e inclusive a Superintendência do IPHAN em Roraima, que fez parte da comissão que elaborou o relatório.

Para a realização do trabalho que resultou neste Relatório Final, foi criado pelo Conselho Estadual de Cultura – CEC, uma Comissão Interinstitucional, composta por representantes da Universidade Federal de Roraima, IPHAN, Conselho Estadual de Cultura, Igreja Católica e Divisão do Patrimônio Histórico do Município de Boa Vista, com o objetivo de fazer recomendações de ações estratégicas que possam dar apoio a gestão do patrimônio cultural em todo o Estado.

A motivação inicial surgiu com a obra de calçamento de parte da Rua Floriano Peixoto para a instalação de uma praça em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (...). É objeto desta Comissão apresentar medidas e sugestões que fundamentem as recomendações a serem indicadas pelo CEC e que deverão ser adotadas em relação ao patrimônio cultural dos Municípios e do Estado como um todo. Esta Comissão Interinstitucional, pela primeira vez organizada pelo CEC, se identifica como um **Grupo Técnico de Estudos sobre o Patrimônio Cultural de Roraima - GTEPC**. (Roraima, 2009, p. 3).

O Estado de Roraima utiliza o documento que apresentei neste subcapítulo, como sendo seu Inventário Turístico e referência para suas ações, como a elaboração de projetos, planos e roteiros turísticos, mesmo possuindo um documento que trata especificamente do seu patrimônio cultural, onde são abordados estudos técnicos, propostas de acautelamento, políticas de preservação do patrimônio estadual e municipal, identificação de bens, recomendações, entre outras designações.

Já o Município, que também possui um Inventário Turístico, do qual a atual gestão não tem conhecimento, apoia-se na publicação do “Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista” para fazer seus roteiros e consultar para ter informações dos bens culturais.

2.2.2 – Inventário do Município de Boa Vista

O Município de Boa Vista lançou em 2011, o Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Boa Vista, por meio da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC e sua Divisão de Patrimônio Histórico que na época, era uma divisão que funcionava dentro da Superintendência de Turismo. O Inventário

(Figura 25), que possui 137 páginas, aborda por meio de fichas de inventário, o patrimônio cultural de Boa Vista, sendo alguns tombados por meio de decretos e/ou leis estaduais e municipais.



Figura 23 - Capa do Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista

Na apresentação do Inventário, é dito que os atrativos turísticos de Boa Vista contam a história do lugar, tornando-se potenciais quanto ao desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas com o meio cultural. Nessa apresentação, é ressaltado na p.15 que o Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista apresenta-se como uma “ferramenta de ação educativa, oferecendo à população instrumento para que possa receber seus visitantes como conhecedora de sua história e consciente do valor de suas raízes culturais”. Nesta citação, nota-se que a gestão municipal teve a preocupação ao lançar a publicação deste Inventário, com a utilização do mesmo como material de consulta por parte da população sobre a história do patrimônio cultural local, para apropriar-se da história em virtude do recebimento de visitantes na cidade.

Em outro momento o Inventário faz uma breve consideração em relação ao patrimônio cultural brasileiro, citando o Art. 1º do Decreto-Lei nº25/37, que trata da constituição do patrimônio:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

E também destaca um trecho do Art. 216 da Constituição de 1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e fala brevemente sobre o tombamento e registro: “O instrumento legal de proteção do patrimônio é o tombamento quando se trata de bens materiais e o registro quando se trata de bens imateriais” (Boa Vista, 2011, p. 17).

Ao tratar da análise do patrimônio material, a publicação afirma ter realizado uma “análise prévia da atual situação da área central”, justificando no texto ter analisado apenas a área central da cidade, por se tratar de ser uma região que “concentra bens tombados e de potencial valor patrimonial”. O inventário aborda de forma bem sucinta, praticamente em uma pequena frase, assuntos relevantes, como por exemplo, as questões em torno dos traçados nos limites de implantação do plano urbanístico, as novas formas de apropriação do espaço, a poluição visual causada por placas comerciais colocadas nos imóveis, a preservação de bolsões da paisagem natural, a nova arquitetura da cidade, marcos urbanos significativos, entre outras questões.

Em seguida é feita a justificativa pela escolha por alguns bens que a própria publicação sugere como bens passíveis de tombamento. Sem especificar se este tombamento seria feito pelo próprio município, estado ou pelo IPHAN, por exemplo, a publicação ressalta que é importante fazer levantamento detalhado acerca de todos os aspectos que envolvem o bem passível de tombamento, como o levantamento histórico, arqueológico, ambiental, estado de conservação do bem, entre outros aspectos.

Além dos bens inventariados, esse trabalho contém um breve comentário sobre alguns bens de natureza material que por sua representatividade cultural, merecem a atenção dos órgãos de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural. Alguns se destacam por seu valor urbanístico ou arquitetônico; outros, pelo valor local, como representativos para a sociedade boa-vistense (Boa Vista, p. 24, 2011).

Os bens sugeridos como passíveis de tombamento são os seguintes: o Plano Urbanístico de Boa Vista; o Monumento aos Pioneiros; a Casa da Família Brasil; as Casas da Rua Bento Brasil; a Igreja São Sebastião e a Orla do Rio Branco, bolsões de vegetação, margens de rios e igarapés. Sem descrever que tipos de critérios foram utilizados para a escolha dos bens citados, a publicação faz um texto contendo o endereço, breve nota histórica do local, descrição do bem e justificativa para tombamento como demonstra a figura (Figura 26) abaixo:

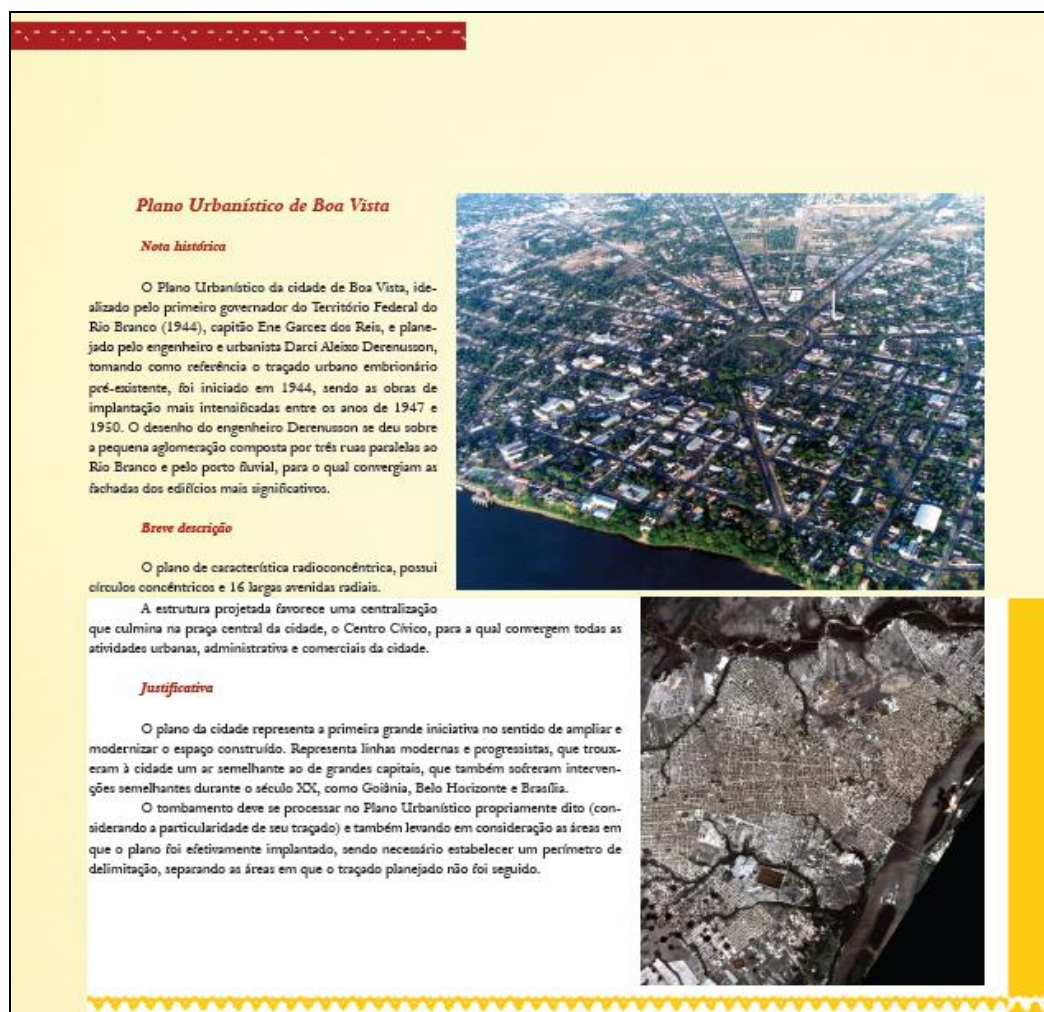


Figura 24 - Demonstrativo de descrição do bem no Inventário. Fonte: Boa Vista, 2011, p. 23.

Os bens citados (como passíveis de tombamento) estão localizados no centro histórico de Boa Vista, portanto, dentro do Plano Urbanístico (que também foi citado). O próprio Plano Urbanístico de Boa Vista é um símbolo bem popular em todo o estado, tornando-se assunto para pesquisas e dissertações de graduação, mestrado e teses, ou mesmo utilizado como logo de inúmeros empreendimentos, associações, governos, eventos e etc., inclusive, atualmente (2016), um grupo de professores, estudantes e outras pessoas da sociedade, tem se organizado para pedir que ao IPHAN/RR uma intervenção em prol do traçado, para fazer seu tombamento. A iniciativa surgiu diante da preocupação por parte do grupo, que o traçado se descaracterize, mediante o número de obras que a Prefeitura Municipal de Boa Vista tem feito pela cidade.

O Monumento aos Pioneiros, obra do artista plástico Luiz Canará, feita de argamassa e cimento, é ponto de parada dos turistas que visitam a cidade. Vale lembrar que o bem não é

tombado por nenhuma esfera. A Casa da Família Brasil, as Casas da Rua Bento Brasil (que já estão todas descaracterizadas), a Igreja São Sebastião, e a Orla do Rio Branco, bolsões de vegetação, margens de rios e igarapés, também não são monumentos tombados ou registrados pelas esferas governamentais.

A publicação apresenta outros bens que de acordo com a própria publicação, “representam a história recente da cidade, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade cultural”. São esses os bens citados: Praça do Centro Cívico, Monumento ao Garimpeiro, Tribunal de Justiça, Coreto, Palácio do Governo Senador Hélio Campos, Mercado Municipal São Francisco, Casa João XXIII, Teatro Carlos Gomes, Jardim de Infância Princesa Isabel, Praça Barreto Leite, Intendência, Parque Anauá, Horto Municipal Dorval de Magalhães, Museu Integrado de Roraima, Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, Prédio do SENAC, Orla Taumanan e Residência à Rua Santos Dummont nº 963. Todos os bens seguiram o mesmo esquema de apresentação dos bens patrimoniais sugeridos passíveis de tombamento que abordei anteriormente. Suas descrições continham a localização, nota história e breve descrição.

Quanto ao patrimônio imaterial, o Inventário de Boa Vista faz uma sucinta explanação sobre o que é o patrimônio imaterial, citando o IPHAN para falar sobre a classificação do patrimônio (saberes, celebrações, formas de expressão e edificações e lugares) e mencionando bens culturais locais para exemplificar as formas de patrimônio imaterial. Em seguida, o inventário faz um relato sobre as comunidades indígenas de Boa Vista, falando das principais etnias (Macuxi e Wapixana) o texto destaca o seguinte:

No município de Boa Vista existem 15 comunidades indígenas pertencentes às terras indígenas, a saber: terra indígena Truaru, terra indígena Serra da Moça, terra indígena São Marcos (baixo São Marcos), esta última demarcada em 29-10-1991, Decreto nº 312, com uma área de 654.111ha. Vivem nessa região aproximadamente 3.000 índios, tendo como principais etnias Macuxi e Wapixana, distribuídos nas comunidades (...) (Boa Vista, 2011, p. 52).

Apesar de o texto afirmar que no município de Boa Vista existem 15 (quinze) comunidades indígenas (Serra da Moça, Truaru da Serra, Morcego, Campo Alegre, Vista Alegre, Darôra, Ilha, Vista Nova, Mauixi, Milho, Lago Grande, Bom Jesus, Três Irmãos, Truaru da Cabeceira e Aakan), o quadro apresentado (Figura 27) em seguida mostra 16 (dezesseis) comunidades. É interessante destacar também um segundo quadro (Figura 28) que apresenta 14 (quatorze) das comunidades apontando seu ano de ocupação e motivo da ocupação.

Comunidade Indígena	Etnia	Km BV/ Comunidade
Bom Jesus	Macuxi	102
Campo Alegre	Macuxi	64
Darôra	Macuxi	88
Ilha	Macuxi	67
Lago Grande	Wapixana	95
Mawixi	Macuxi	85
Milho	Wapixana	94
Morcego	Wapixana	60
Serra da Moça	Wapixana	46
Serra do Truaru	Wapixana	52
Três Irmãos	Macuxi	90
Vista Alegre	Macuxi / Wapixana	78
Vista Nova	Macuxi	76
Truaru da Cabeceira	Wapixana	80
Lago da Praia	Macuxi	95
Aakan	Macuxi/Wapixana	70

Figura 25 - Comunidades indígenas no município de Boa Vista. Fonte: Boa Vista, p. 53, 2011.

COMUNIDADES INDÍGENAS	ANO DE OCUPAÇÃO	MOTIVO DA OCUPAÇÃO
Serra da Moça Serra do Truarú Morcego	1970	Vieram da região do Taiano e Pium com proprietários de terras para trabalhar nas fazendas.
Vista Alegre	1940	Vieram da região do Contão para trabalhar nas fazendas.
Darôra	1941	Vieram da região do Xumina para trabalhar nas fazendas.
Campo Alegre	1979	Vieram da região da Raposa Serra do sol para trabalhar nas fazendas.
Lago Grande	1904	Vieram da região da Serra do Sol, devido aos conflitos com fazendeiros somente, em 1940, organizaram-se em comunidade.
Milho	1942	Vieram da Guiana Inglesa, o primeiro Tuxaua, foi nomeado pelo Marechal Rondon, pertenciam à Comunidade "Lago Grande". Em 1942, com o assassinato do Tuxaua, sua família imigrou para outra área, hoje conhecida como Milho.
Vista Nova	1974	Vieram da Região de Canavial / Surumu, devido conflito com fazendeiros, por posse de terras.
Mawixi	1976	Pertenciam à Comunidade Vista Nova.
Bom Jesus	2001	Pertenciam à Comunidade Lago Grande, e por motivo de divergências religiosas migraram para a área hoje denominada Bom Jesus.
Três Irmãos	2007	Para serem beneficiados pelo município de Boa Vista.
Lago da Praia	-	Não é reconhecido pela FUNAI

Figura 26 - Ocupação das comunidades indígenas em Boa Vista. Fonte: Boa Vista, p. 54, 2011.

Em seguida, o inventário faz um relato sobre os aspectos históricos das duas etnias predominantes nas comunidades (Macuxi e Wapixana), ressaltando os aspectos culturais, inclusive descrevendo o processo de produção da cerâmica e o modo de fazer a panela de barro Macuxi, o processo de produção da cestaria e gastronomia indígena. A festa junina, muito popular no município de Boa Vista, é citado como outro bem imaterial da cidade.

O patrimônio natural também é abordado no inventário. Citando a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, realizada em Paris em 1972, o inventário conceitua patrimônio natural e menciona o Buriti (pertencente a família das palmáceas, com nome científico *Mauritia flexuosa*), o Rio Branco e o Tamanduá Bandeira como os bens naturais mais relevantes.

O inventário segue falando sobre as políticas públicas no que tange a preservação do patrimônio cultural, citando a implantação da Superintendência do IPHAN em Roraima, sem mencionar o que significou a implantação de um órgão federal de preservação do patrimônio

e a relação do mesmo com os demais órgãos governamentais, ou ao menos com a própria gestão municipal. Os “monumentos tombados pelo Estado de Roraima e inscritos no Livro do Tombo Estadual, de 1984” também são lembrados, mais apenas listados, sem tratar de nenhum detalhe quanto o seu tombamento e os 29 (vinte e nove) bens de natureza material, tombados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista por meio de leis e decretos. Nesse momento são apenas listadas as leis e decretos, sem ao menos mencionar especificamente a que bem ou conjunto de bens cada uma se refere.

Em relação aos bens que foram inventariados para esta publicação, o documento justifica a escolha dos bens afirmando que “a escolha dos imóveis a serem inventariados, tomamos como critério de escolha o universo de bens reconhecidos pelos Governos Estadual e Municipal como integrantes do patrimônio cultural da cidade de Boa Vista” (Boa Vista, p. 70, 2011), deixando claro que não houve consulta pública para o planejamento do processo de inventário muito menos a participação do IPHAN. Apesar da escolha desses bens, nem todos foram inventariados, devido à impossibilidade de registro e descrição de alguns deles por conta descaracterização parcial ou total do bem, ou até mesmo a demolição de alguns. Quanto a metodologia das fichas de inventário, a publicação menciona que

a elaboração das fichas levou em consideração as diretrizes exigidas no edital (não cita que edital é esse), tendo sido identificadas com a sigla PM – Patrimônio Material. Esta nomenclatura é uma escolha metodológica, para diferenciar as fichas de patrimônio material das fichas de patrimônio imaterial (Boa Vista, p. 73, 2011).

A escolha metodológica a que se referem, não é detalhada. As fichas (Figura 29) foram preenchidas levando em consideração a identificação e localização, características arquitetônicas, aspectos históricos, informações complementares e bens móveis e integrados (este último em apenas dois casos). A publicação afirma que a maioria dos itens é de fácil preenchimento. Muitos campos são previamente preenchidos, exigindo do responsável apenas a escolha da opção que melhor se encaixa ao bem inventariado. As fichas são padronizadas, simples e autoexplicativas (Boa Vista, 2011).

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Designação	Indicação do nome através do qual o edifício é conhecido pela população ou indicação de uso (moradia residencial, comercial etc.)	
Logradouro	Rua, Praça, Travessa etc. em que se localiza o bem.	
Accessibilidade	Indicar através de que ruas se dá o acesso. Indicar se há possibilidade de acesso por cadeirantes (parqueiros de acessibilidade)	
Localização	Foto antiga	Foto recente
Fonte:	Data / / Fonte:	Data / / Fonte:
2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS		
Tipologia/estilo [marcar a opção que se aplica ao bem]	<input type="checkbox"/> Colonial <input type="checkbox"/> Art nouveau <input type="checkbox"/> Neoclássico <input type="checkbox"/> Art déco <input type="checkbox"/> Ecletico <input type="checkbox"/> Moderno <input type="checkbox"/> Sem classificação aparente <input type="checkbox"/> Outro estilo	
Observações	Indicar alguma observação sobre o estilo do bem.	
Autoria	Indicar, caso tenha esta informação.	
Classificação	Indicar, de acordo com a opção escolhida.	
Época de construção [marcar a opção que se aplica ao bem]	<input type="checkbox"/> Século XVII Ano <input type="text"/> <input type="checkbox"/> Século XVIII Ano <input type="text"/> <input type="checkbox"/> Século XIX Ano <input type="text"/> <input type="checkbox"/> Século XX Ano <input type="text"/>	
Uso original	Indicar o uso original	
Uso atual	Indicar o uso atual	
Descrição detalhada	Descrever a aparência do edifício atualmente, incluindo modo de materiais, técnicas e soluções arquitetônicas.	
3. ASPECTOS HISTÓRICOS		
Nota histórica	Indicar, caso haja, fatos históricos encontrados na bibliografia consultada ou relatados por alguém, durante a pesquisa de campo;	
Bibliografia	Indicar a bibliografia, se houver.	
4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
Observações	Indicar em que instância (Estadual ou Municipal) o bem é tombado; Indicar o atual estado de conservação do bem; Indicar outras informações quaisquer sobre o bem, caso haja.	
Fotografias, desenhos e croquis		
Fonte	Indicar a(s) fontes da(s) imagem(ens)	
5. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS		
Fotografias, desenhos e croquis		
Fonte	Indicar a(s) fontes da(s) imagem(ens)	
Responsável pelo preenchimento	Indicar responsável	
Responsável pela revisão das fichas	Indicar responsável	

Figura 27 - Ficha de Inventário do patrimônio material. Fonte: Boa Vista, p. 73 e 77, 2011.

Como já falei, a ficha de inventário é simples e, se compararmos com as fichas utilizadas pelas metodologias do IPHAN para inventário a discrepância é imensa. No caso da ficha apresentada na figura acima, a mesma possui uma parte constituída por trechos de múltipla escolha, o que facilita por um lado o trabalho do pesquisador de campo mais por outro, limita a quantidade de informações que podem ser absorvida, portanto, sua qualidade. Apesar disso, a meu ver, o problema aqui não é o padrão de ficha utilizada para o inventário, mais a má utilização dela.

Nas fichas apresentadas (Figura 30) mais à frente do documentário, as informações que compõem o preenchimento são vagas, limitadas sem muita ou nenhuma fonte. Na bibliografia das fichas, encontrei frases como as seguintes: “informações verbais recolhidas em pesquisa de campo e pesquisa histórica realizada em homepages da internet”; “informações verbais recolhidas na pesquisa em campo e observações in loco”; “consulta de

trabalho monográfico gentilmente...; observação in loco”, ou simplesmente este item está em branco. O item referente a bibliografia, é o alicerce de qualquer pesquisa, pois nela, encontraremos a base para entender como foi a construção do trabalho como um todo. Se as informações encontradas foram feitas por meio de uma consulta a um trabalho de monografia, por exemplo, que conste o nome do trabalho, ano e onde podemos encontrá-lo, se a fonte é resultante de um depoimento oral, que conste o nome da pessoa, quem ela era e a maior quantidade de informações possíveis sobre a pessoa, se a fonte de pesquisa é a observação em loco, descrever como ela foi feita, que critérios de observação foram seguidos e por aí em diante.







FICHA DE INVENTÁRIO Patrimônio Material (PM)		Ficha cadastrel (nº4/nº) PM 001 Data (mês/ano): 03 / 2010
1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO		
Designação	Casa de Cultura Mestre Leônidas Zoller	
Logradouro	Rua João Brasil, nº. 275	
Localidade	Localiza-se no bairro das Avenidas João Brasil e Sebastião D'Alc, na zona de cidade. A acessibilidade ao edifício ocorre através de rampas, em virtude da degradação ocorrida nos edifícios e de suas áreas. O acesso ao público é permitido de segunda à sexta, aos feriados e feriados.	
Localização	Foto antiga	Zona preservada
		
Fonte: Google Earth, 2007	Data: / / Fonte: Acervo Francisco Cândido	Data: 2011 Fonte: Bruno Garavito
2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS		
Tipologia/estilo	<input type="checkbox"/> Colonial <input type="checkbox"/> Neoclássica <input type="checkbox"/> Ecletico <input type="checkbox"/> Sem classificação aparente	
	<input type="checkbox"/> Art nouveau <input checked="" type="checkbox"/> Art déco <input type="checkbox"/> Moderno <input type="checkbox"/> Outros estilos	
Observações	O estilo art déco apresenta algumas características que foram mais auge no movimento modernista.	
Autoria		
Classificação	Estilo art déco	
Época de construção	<input type="checkbox"/> Século XVII Anos _____ <input type="checkbox"/> Século XVIII Anos _____ <input type="checkbox"/> Século XIX Anos _____ <input checked="" type="checkbox"/> Século XX Anos 1940	
Uso original	Residencial	
Uso atual	Institucional	
Descrição detalhada	O edifício, constituído de um rico jogo de volumes retangulares, se desenvolve com recuos frontal e laterais, num lote de esquina. As linhas retas, ornamentos geométricos, escalonamento de volumes, as colunas de base quadrada, o formato das esquadrias e as subdivisões internas dos cômodos apontam para o estilo art déco, antecipando tendências modernas.	
3. ASPECTOS HISTÓRICOS		
Nota histórica	A edificação foi construída em 1940, por Milton de Nogueira Miranda, para servir de residência. Foi adquirida pelo Governador Félix Maloia de Araújo e tornou-se a residência oficial dos Governadores do Território Federal de Roraima. Serviu a esta função até a construção do Palácio do Governo, chamado à época de "Palácio 31 de Março". Após a desocupação, passou a abrigar a Casa de Cultura do Governo do Estado.	
Bibliografia	Informações verbais recolhidas em pesquisa de campo e pesquisas históricas realizadas em homepages da internet.	
4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
Observações	Bem tombado pelo Governo Estadual e inscrito no Livro do Tombo Estadual (1984). As condições atuais de conservação do edifício não são boas e o mesmo, carece de reparos, como restauração, pintura e reforma inclusive do seu anexo, onde funciona o departamento de Patrimônio Histórico do Estado.	
Fotografias, desenhos e croquis		
		
Fonte	Carla Gisela Moraes, 2008 ; Acervo Francisco Cândido	
Responsável pelo preenchimento	Carla Gisela Moraes	
Responsável pela revisão das fichas	Caroline de Andrade Gonçalves, 2010.	

Figura 28 - Ficha de Inventário preenchida. Fonte: Boa Vista, 2011, p. 84 - 85.

Talvez, a justificativa para esse problema, eu tenha encontrado na própria publicação nos parágrafos mais à frente. Pois o texto relata as dificuldades em relação ao preenchimento das fichas de inventário, mencionando, por exemplo, que o cronograma a ser seguido foi muito limitado, foi elencado também algumas dificuldades encontradas no decorrer do trabalho, que acabaram interferindo no preenchimento das fichas. Dificuldades como, por exemplo, a identificação dos imóveis motivada pela mudança de numeração e descaracterização; dificuldade em classificar os estilos arquitetônicos também por conta das intervenções sofridas nos imóveis; entre outras situações. Por conta desses contratemplos, a publicação do inventário acaba afirmando que este trabalho é válido apenas “como ponto de partida e como diagnóstico preliminar” e sugere que os dados sejam atualizados, complementados e revistos (o que nunca aconteceu).

É notório afirmar que este material foi feito com certa pressa, imagino que por conta de prazos de entrega, processos licitatórios, interesses políticos, entre outras situações que sempre ocorrem, principalmente no âmbito público. É importante registrar aqui que em nenhum momento a publicação do inventário relata quem foram os pesquisadores ou que formação essas pessoas tinham e lista somente o nome dos mesmos, assim como faz com as pessoas que fizeram a revisão histórica e revisão do texto. Não é dito se possuíam experiência na aplicação de questionários, pesquisa de campo ou se passaram por algum tipo de treinamento específico para a produção do inventário. Também não é mencionado nenhum tipo de parceria com a Universidade Federal de Roraima, por exemplo, que poderia contribuir em muitas questões das quais o documento relata ter tido dificuldades.

No entanto, quando o texto faz uma avaliação final de suas ações, recomenda que uma equipe seja formada por profissionais de diferentes áreas, para que o trabalho seja compreendido por diferentes aspectos, além de uma delimitação da área a ser estudada. A publicação do inventário do patrimônio cultural de Boa Vista diz que todo o processo de trabalho proporcionou que fizessem uma análise dos bens culturais como um todo, independente da esfera de tombamento. A conclusão enfatiza a revisão dos bens tombados por eles mesmos (Prefeitura), que foram parcial ou totalmente descaracterizados ou ainda pior, foram demolidos com a autorização da própria Prefeitura. Registro aqui a construção da Orla Taumanan²⁰, por cima da mata ciliar do Rio Branco e desconsiderando totalmente o Porto de

²⁰ Taumanan significa “paz” na língua macuxi.

Cimento, local por onde muitas pessoas adentraram no Estado de Roraima, portanto, marco histórico do Estado e que, no entanto, o inventário recomenda a preservação da orla do Rio.

(...) vale a sugestão de atualizar o cadastro da prefeitura, realizando o destombamento desses exemplares que constam entre os bens tombados, mas não existem mais. (...) é importante que o inventário realizado e outros trabalhos futuros de maior vulto e com maior possibilidade de aprofundamento sejam realizados periodicamente, identificando as potencialidades culturais e turísticas do Centro Histórico de Boa Vista. Os bens materiais atualmente tombados pela Prefeitura Municipal carecem de uma normativa de proteção que discipline as intervenções a serem realizadas. Muitos imóveis perderam as características que lhe conferiam um valor cultural e certos tombamentos precisam ser revistos. (...). Por fim, consideramos que as atuais políticas de preservação do patrimônio cultural da cidade precisam levar em consideração alguns bens mais recentes, porém muito significativos do ponto de vista arquitetônico ou ambiental. Esse é o caso do Plano Urbanístico da cidade e da Igreja Catedral. Por outro lado, também é importante considerar a vertente ambiental, garantindo assim a preservação da orla do Rio Branco, da vegetação de floresta ainda existente e dos igarapés e suas matas ciliares remanescentes (Boa Vista, p. 80, 2011).

Apesar de abordar o patrimônio imaterial e citar o uso das fichas de inventário para este tipo de patrimônio, ao tratar da metodologia utilizada, o Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista não aplicou as fichas citadas em nenhum bem intangível, sendo inventariado apenas o patrimônio material, mais precisamente, os imóveis localizados no centro da cidade. Todo o inventário possui conteúdo bem sucinto e em vários momentos faltam informações básicas sobre os bens, como por exemplo, se possuem acessibilidade (informação sugerida na própria ficha apresentada).

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Boa Vista, por meio da Superintendência de Turismo da FETEC, vem trabalhando no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS²¹, desde 2013, ano de elaboração do projeto. O instrumento que coordena e conduz as decisões das políticas públicas voltadas para o turismo atua como base de integração entre setor público, privado e comunidades locais na busca pelos melhores investimentos e fomento do setor turístico local.

Ao abordar a metodologia utilizada no desenvolvimento do PDITS da Área Turística de Boa Vista, o Termo de Referência afirma considerar os seguintes princípios: planejamento estratégico voltado ao mercado turístico; desenvolvimento sustentável; planejamento participativo; planejamento integrado. De acordo com a própria Superintendência de Turismo, o PDITS norteará as ações a partir de sua implantação em diante e quando seu trabalho de

²¹ PDITS é o instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão.

diagnóstico terminar será possível saber que tipo de ações poderão ser feitas para complementar o que já foi feito anteriormente, como no caso do Inventário aqui apresentado.

Voltando a publicação Inventário do Município de Boa Vista, posso afirmar que a publicação é “livro de cabeceira” tanto na Superintendência de Turismo do Município (pois trabalhei lá antes de ingressar neste Mestrado), para consulta referente ao histórico dos bens culturais, que são pontos de parada dos turistas que passam pela cidade e até mesmo eram dados de presente a autoridades e levados para eventos ou exposições da qual a Prefeitura participava, quanto na Superintendência do IPHAN em Roraima (na qual permaneci durante os dois anos como pede o Edital deste Mestrado, sem contar com os anos anteriores, em que sempre frequentei a Superintendência para fazer pesquisas), que utiliza a publicação para consulta rápida a fim de informação sobre algum dado histórico, como ano de construção, por exemplo, e principalmente para saber se certos bens são tombados ou não pelo Estado e/ou Município.

Este material tem sido referência para esses órgãos e também para inúmeras pesquisas, talvez por se tratar de única publicação até o momento que reúna, mesmo de forma vaga, informações sobre alguns bens e principalmente a lista de leis e decretos de tombamento. Dessa forma, as informações quanto ao patrimônio cultural local, eram apenas replicadas a partir desse tipo de publicação e nunca revistas ou mesmo verificada a veracidade das informações e ainda o principal, embasados em uma publicação onde claramente não ocorreu a consulta pública de alguma forma e como a própria publicação afirma, foi totalmente baseada no que as gestões governamentais consideravam como relevante e significativo como patrimônio cultural.

Para finalizar este capítulo chamo ao texto Londres, citando um trecho do que a mesma fala sobre as noções de referências culturais nos trabalhos de inventário, no Encontro de Inventários de Conhecimentos do IPHAN (1995), e publicado no livro “Inventários de Identificação”, que por sua vez, foi organizado por Lia Motta e Maria Beatriz Resende Silva. O trecho que separei diz o seguinte:

(...) os inventários são um tipo de trabalho em que se cruzam a necessidade de um rigor científico e a necessidade de prestar um serviço, no sentido de que somos um serviço público. E, no caso dos inventários, é muito importante ter em mente esse duplo objetivo, que não é fácil alcançar, porque, de um lado, temos a pressão de uma demanda muitas vezes urgente e necessária, e, de outro, temos a necessidade de uma reflexão, de uma pesquisa detalhada, demorada (Motta; Silva 1998, p. 28).

Essa fala resume muito bem o que acontece todos os dias nas repartições públicas, principalmente no quesito “demanda urgente”. Mesmo assim, deve-se ter em mente o dever de se prestar um serviço de qualidade e que possua o “rigor científico”, como bem fala Londres, respeitando as particularidades dos grupos sociais que compõem a sociedade roraimense. Os técnicos que realizaram os inventários aqui abordados no estado de Roraima, não consideraram a memória e as referências da população e isso vale para as duas perspectivas (turística e cultural). É nesse sentido que o conhecimento e a aplicação de outras metodologias de identificação dos bens culturais e/ou atrativos turísticos se fazem importantes, ampliando assim a noção e a construção do patrimônio cultural de Roraima e o fortalecimento do turismo como atividade econômica.

CAPÍTULO III: A COMUNIDADE E OS BENS CULTURAIS DE BOA VISTA: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL DA CIDADE.

O terceiro capítulo desta dissertação aborda novas possibilidades de metodologias de inventário que possuam a participação da comunidade como ponto chave em todo o processo. Nesse sentido, a importância da participação da comunidade na construção do patrimônio cultural e a relação dos diferentes grupos sociais com os símbolos impostos pelo governo ou por uma elite e os símbolos que realmente representam seus sentimentos de pertencimento, são questionados aqui. O surgimento dos instrumentos de preservação e os métodos utilizados para o registro das informações, bem como a escolha dos bens a serem registrados também são lembrados neste capítulo e do reflexo dessa escolha em uma sociedade, que agrada uns e exclui outros. No subcapítulo onde trato das metodologias participativas utilizadas para a ampliação dos bens culturais, trato ao texto os modernistas, mais precisamente Mário de Andrade, que muito antes do anteprojeto do IPHAN, já manifestava sua preocupação em conhecer e registrar as diferentes manifestações culturais existentes em todo o Brasil e que tipo de metodologia utilizar para poder ter êxito nesse registro e na coleta das informações. Também são citados o Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, Inventário da Diversidade Linguística, Inventário Nacional de Referências Culturais, entre outros inventários e suas diferentes finalidades até chegar ao Inventário Participativo, criado a partir do desdobramento da atividade de educação patrimonial realizada dentro do Programa Mais Educação, do MEC em parceria com o IPHAN e lançado em 2016 e possibilita que a própria comunidade faça sua aplicação sem nenhuma burocracia. O ponto chave deste capítulo são os Mapas Mentais de Kozel, escolhida como metodologia de campo deste trabalho e é entendida como forma de linguagem que corresponde a relação que o indivíduo tem com o meio onde estão entrelaçados os seus valores, sentimentos, atitudes e vivências. Levando esse raciocínio para o campo do patrimônio cultural, este deixa de ser visto como um conjunto de objetos, ou adereços, imóveis, entre outros bens, mas, como um conjunto, uma série de signos, que são formados coletivamente ou de forma individual e possuem significados correspondentes, que se comunica entre si e com a comunidade. Para a aplicação desta metodologia, os entrevistados foram divididos em quatro grupos diferentes, sendo o primeiro correspondente aos servidores e gestores culturais lotados nas divisões e superintendências de cultura, preservação do patrimônio cultural e turismo (das esferas municipais, estaduais e federais), o

segundo grupo, formado por pessoas que residem dentro do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista, o terceiro grupo constituído por pessoas que residem fora do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista e o quarto grupo, constituído por povos de comunidades indígenas de diferentes regiões do Estado de Roraima.

3.1 – A Importância da participação da comunidade de Roraima na construção do patrimônio cultural do estado e do município

(...) o Inventário acaba por constituir uma ferramenta de registro de referências culturais, por estreitar a comunicação/envolvimento da comunidade e, em última instância, por fomentar a transmissão de saberes, pesquisa arqueológica e histórica e a preservação de heranças culturais (Ribeiro, 2010, p. 91).

Nos capítulos anteriores, falei sobre o processo de construção do patrimônio cultural de Roraima, a partir da chegada do “homem branco” nesta região nesse momento, dar-se início ao processo de colonização, com momentos marcantes, bons e ruins, como em qualquer história e em todo o lugar do mundo. A partir daí, por conta da interação entre povos oriundos de diferentes lugares do país, culturas distintas começaram de certa forma a interagir com a cultura indígena, existente neste lugar a centenas de anos. Nesse momento, podemos dizer que uma nova dinâmica de composição acerca do patrimônio cultural local começa a se formar.

Em meio a todas essas ocorrências, vão surgindo outras referências culturais, manifestadas por meio de festejos, músicas, danças, comidas, sotaques, construções e por aí em diante. De acordo com Arantes (2001, p. 130-31), “no caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade”. Visitas à parentes, negócios, pesquisas, entre outras motivações de viagem, também surgem e a esse processo podemos chamar de turismo, que se apropria desses símbolos e faz surgir toda uma cadeia econômica que quando bem planejada, pode gerar divisas para a comunidade local, mesmo esse não sendo o motivo principal (fazer turismo) de chegada de algumas pessoas no Estado.

Na perspectiva de Arantes (2001), essa ampliação do conceito de patrimônio e seus diferentes usos, ocorrem por conta de todo um processo de globalização no qual nos encaixamos atualmente e nesse sentido, como acabei de mencionar, nossas referências culturais acabam virando um produto para fins de mercado.

Revalorizam-se os sentidos de identidade e os modos tradicionais de fazer, bem como as formas de expressão desenvolvidas nos lugares mais remotos do planeta. Esses bens destacam-se como importantes valores simbólicos – na política e na dinâmica cultural – e com relevantes valores materiais – na economia. Para a vida contemporânea, patrimônio significa, mais do que nunca, riqueza acumulada por gerações passadas, e que é disponível hoje como recurso (Arantes, 2001, p.129-130).

Paralelo a isso, estão acontecendo sempre às tentativas de imposição de uma cultura em relação à outra, uma disputa sobre a memória, conseqüentemente nessa dinâmica, a perda de algumas referências e a partir daqui, a preocupação com a preservação da cultura e com os bens que representam determinada história. Isso também acontece em todos os lugares. Dessa preocupação, surgem os instrumentos de proteção e com eles, alguns métodos de registro das informações relevantes desses bens passíveis de proteção. Sobre o assunto também abordei no segundo capítulo, onde pude falar de algumas metodologias de inventário utilizadas tanto para fins de organizar a atividade turística local, quanto para serem empregadas na preservação do patrimônio cultural local, por meio de órgãos de proteção do patrimônio e gestão do turismo.

Acontece que para que determinados bens tornem-se passíveis de proteção, é preciso que haja uma escolha desses bens e é claro que não dá para agradar a todo mundo quando se trata de fazer escolhas, principalmente relacionadas à memória, ao sentimento de pertencimento. Pois como abordei no primeiro capítulo, existem as memórias coletivas e memórias individuais, que são formadas de acordo com as experiências que cada indivíduo vai passando durante toda a sua vida. Se fossemos fazer uma consulta sobre que bem cultural poderia ser eleito como representativo da identidade familiar dentro de nossas casas, não conseguiríamos fazer essa escolha e ter uma unanimidade na escolha. Imagina fazer isso em uma comunidade, uma cidade, um estado ou no país.

Mesmo assim, a participação das pessoas nesse processo, é essencial, afinal de contas, é sobre a história de cada um de nós que estamos falando e de como queremos ser vistos por indivíduos de outras localidades, ou ainda principalmente de como queremos ser lembrados por nossas futuras gerações. Ao encontro do que acabo de afirmar, Ribeiro (2010, p. 72) destaca que “o conceito de referência cultural amplia o universo dos bens culturais e democratiza o processo de atribuição de valor patrimonial a estes objetos, incorporando a participação da sociedade civil”.

Só preservamos o que conhecemos. Essa frase, muito utilizada principalmente nas ações de educação patrimonial, faz todo o sentido mediante a questão de que quando nos reconhecemos e nos apropriamos de determinados bens culturais, passamos a valorizá-los, resultado de um sentimento de pertencimento do qual somos tomados.

Destaco mais uma vez embasada na passagem acima, que a participação da sociedade no estabelecimento de políticas públicas de preservação do patrimônio e/ou no fomento da atividade turística, é de essencial valia. Pois democratiza a dinâmica de pertença dos indivíduos e institui um diálogo entre a comunidade e seus bens culturais e por sua vez, possibilita o turista de interagir com a comunidade local por meio desses mesmos bens. “O principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante, mantendo importantes interfaces com o turismo, a preservação do patrimônio e o desenvolvimento cultural das comunidades locais” (Murta; Albano, 2002, p. 10).

Acontece que não encontrei nenhum registro (e agora estou falando especificamente de Roraima) de que houve uma consulta pública por parte dos governos (estadual e municipal), quando se tratou do patrimônio cultural local e de sua proteção por meio do tombamento, por exemplo. Tombamentos e destombamentos foram feitos sem que a população fosse consultada de alguma forma, como no caso do destombamento²² e demolição do prédio que abrigava o primeiro hospital de Roraima, construído em 1924, localizado no centro histórico da cidade e que foi ao chão menos de um mês depois do processo de destombamento em pleno feriado de carnaval, com grande parte da população fora da cidade. Lembrando que o prédio destombado pelo Município não era tombado pelo Decreto²³ citado no Decreto de destombamento. Esse é só um caso entre outras situações semelhantes que rotineiramente acontecem na cidade. As pessoas se indignam, cobram satisfação por meio de redes sociais, jornais e petições, mais não obtém respostas.

Com a produção dos inventários acontece à mesma coisa, sejam eles para fins turísticos ou culturais. Os inventários foram feitos replicando informações de outros trabalhos das gestões governamentais, ou em cima de dados secundários, priorizando o simples fato da entrega de um produto em si e não a qualidade de uma publicação que representasse cada um dos grupos que compõem o Estado de Roraima.

A participação da comunidade como um todo, é importante também como fonte das informações que precisam ser apuradas para a construção do inventário, principalmente em um Estado, onde existem pouquíssimas publicações acerca destas temáticas (patrimônio cultural e turismo) e onde podemos encontrar muitos personagens e/ou grupos significantes da história e que testemunharam fatos importantes para determinados grupos. Em um trecho do artigo de Carvalho (2011, p. 6), ressalta que “(...) considera também o levantamento e

²² Decreto Nº 006/E, de 19 de janeiro de 2015. Regulamenta a realização de destombamento no Município de Boa Vista – RR e destomba o antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima.

²³ Decreto Nº 2614, de 15 de outubro de 1993. Tomba os prédios abaixo relacionados para construção do acervo do Patrimônio Histórico Municipal de Boa Vista – RR.

organização de informações que caracterizam os sítios através de pesquisa histórica, destes levantamentos anteriores e com entrevistas a moradores e usuários para ressaltar seu valor simbólico”.

Em outro trecho, agora da Carta de Petrópolis (1987) que trata da preservação e revitalização de centros históricos, é dito que “a realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio (Cury, 2004, p. 286)”. Além de garantir o direito de participação da sociedade nas ações governamentais realizadas em prol dela mesma (sociedade), as consultas públicas por meio de eventos, encontros, oficinas e inúmeros outros jeitos, legitima a ação.

Essa nova abordagem para os inventários se torna cada vez mais necessária com o agravante da velocidade que as cidades evoluem constantemente, sobrepondo arquiteturas e paisagem urbana, a leitura do espaço urbano se altera mesclando diferentes momentos, diversos estilos arquitetônicos, provocando a perda de suas características singulares (Carvalho, 2011, p. 5).

Destaco a passagem acima pelo fato de que como na maioria dos Estados, Roraima, mas principalmente sua capital, Boa Vista, passa por um processo acelerado de mudanças em seus espaços urbanos, que por um lado, “embelezam” a cidade, mas, por outro, mudam a paisagem cultural de forma significativa desagradando muitos moradores. Resultante do impacto visual causado pelas mudanças, muitas vezes destruindo bens históricos ou mudando eventos populares de local, por exemplo.

No caso de algumas cidades ou regiões é preciso levar em consideração o agravante da velocidade com que ela evolui, sobrepondo arquiteturas e paisagem urbana, que provoca a perda de suas características singulares porém não perde seu valor histórico (como é o caso do porto de cimento – grifo meu). A nova metodologia dos inventários precisa levantar questões de identidade, memória urbana, meios e modos expressivos de organização do espaço para salvaguarda do patrimônio integrado ao contexto (Carvalho, 2011, p. 5-6).

3.2 – Metodologias participativas para a ampliação dos bens culturais e referências do estado: o caso dos Mapas Mentais

Quando falamos em tentar captar as referências culturais, a questão maior está em definir um determinado ponto de vista, um determinado modo de tratar o bem cultural, e não nos restringirmos a tais ou quais objetos, ou tipos de bens. No fundo, a questão consiste em elaborar a relação sujeito-objeto, um sujeito que vai conhecer, inventariar, e o objeto, o bem cultural que vai ser conhecido, de modo a considerar a questão do valor atribuído a esse objeto numa perspectiva que seja desconcentrada, plural e supostamente democrática (Motta, 1998, p. 31).

Pude tomar conhecimento no decorrer de minhas leituras nesse processo de escrita da dissertação, que a preocupação com os bens culturais de natureza imaterial é mais antiga (do contrário que se parece), que o próprio Decreto Lei Nº 25/37, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sobretudo o patrimônio material.

Os modernistas e principalmente Mário de Andrade, já demonstrava uma grande preocupação em conhecer e registrar as diferentes manifestações culturais espalhadas por todo o país. E é essa preocupação que estimula Mário e os demais modernistas a fazer a chamada “Viagem de Descoberta do Brasil”, com o intuito de conhecer e colher de forma minuciosa as informações acerca dessas manifestações. “Em suas viagens pelo interior do País, os modernistas vão ao encontro do tradicional, do popular e do histórico, noções tão caras àqueles jovens na constituição dos vários projetos de brasilidade engendrados” (Nogueira, 2005, p. 234).

Ao encontro do que Nogueira (2005) afirma, essas viagens pelo Brasil, começando com a viagem a Minas Gerais em 1924 e seguindo com as “viagens etnográficas”, feitas pelo Norte e Nordeste brasileiro entre os anos de 1927, 1928 e 1929, foram o que o mesmo autor destaca, norteadoras da concepção nacionalista de Mário de Andrade e um marco dentro do movimento modernista (Nogueira, 2005). Pois, baseava-se na “busca pelo popular, o tradicional, o local e o histórico”, sugerindo aqui, uma “atitude de desprezo pelo europeísmo embevecido convencional e um empenho para forjar uma consciência soberana, nutrida em raízes próprias (...)” (Sevcenko, 1992, p. 237 *In*: Nogueira, 2005, p. 235).

No decorrer desse processo, Mário de Andrade demonstra bastante preocupação com as metodologias utilizadas para a coleta das informações, recorrendo e se empenha a desenvolver metodologias que possibilitem que ele realize suas ações de forma mais efetiva. “(...) Mário reclama da falta de seriedade na coleta e registro das expressões da cultura popular. Assim, ao logo de suas pesquisas, toma uma série de iniciativas no sentido de desenvolver e aperfeiçoar uma metodologia de cunho científico” (Nogueira, 2005, p. 260).

Essa afirmação de Nogueira (2005) leva-me a imaginar que a inquietação de Mário de Andrade com o registro minucioso das manifestações populares pelo país, tratava-se de um registro da memória popular, fomentando uma metodologia de inventário.

Infelizmente não foi nessa época que uma ferramenta de proteção do patrimônio imaterial foi criada, ficando com o foco por muitas décadas apenas a proteção do patrimônio material, imóvel, passando o patrimônio imaterial a ganhar ferramentas e metodologias de proteção somente no ano de 2000. Dessa forma, posso afirmar que a chamada “fase heroica” do movimento modernista, deixou seu legado e vem constantemente inspirando o processo de construção e aperfeiçoamento das metodologias de inventário utilizadas na proteção do patrimônio cultural em todo o Brasil. “O legado da “fase heroica” é resultante de uma “redescoberta do Brasil”, traduzida em sua concepção de cultura, abrigando manifestações estéticas e históricas da coletividade brasileira (...)” (Nogueira, 2005, p. 230).

O Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, Inventário da Diversidade Linguística, Inventário Nacional de Referências Culturais, entre outros inventários, para os diferentes fins, podem ser o resultado dessa fase, que conforme vão acontecendo reuniões, seminários e conferências, conforme vai se ampliando o conceito de patrimônio cultural e as instituições vão se sensibilizando, vão surgindo metodologias que ao mesmo tempo em que abrangem as novas noções de bens, possibilitam que grupos e movimentos específicos sejam contemplados, podendo aplicar o inventário e assim conhecer suas histórias, sem grandes burocracias. O Inventário Participativo é um exemplo disso.

Criado a partir do desdobramento da atividade de educação patrimonial realizada dentro do Programa Mais Educação, do MEC em parceria com o IPHAN, o Inventário Participativo foi lançado este ano (2016) e sua criação (ou melhoramento) surgiu diante a grande demanda que era atendida no Programa e da necessidade de utilizar uma ferramenta metodológica que abarcasse a diversidade cultural com que o Programa se deparou. Essa motivação também veio ao encontro das “solicitações de técnicos das unidades do Iphan e de outros setores do Ministério da Cultura, bem como por sugestões e demandas de determinadas organizações da sociedade civil” (IPHAN, 2016, p. 6), fazendo a metodologia passar por um “*upgrade*”.

Ao mesmo tempo em que a metodologia do Inventário Participativo dispensa qualquer burocracia, com livre acesso ao público em geral, inclusive disponível para *download*²⁴, no

²⁴ Educação Patrimonial: Inventários Participativos (IPHAN, 2016). Disponível para download no link: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf.

site do IPHAN, possibilita que “a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais”, ela proporciona que seus usuários tenham acesso a noções básicas de técnicas de pesquisa de campo, levantamento documental, sistematização e divulgação dos dados, ética quando da autorização de imagens e depoimentos coletados no processo de inventário (IPHAN, 2016).

Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida (IPHAN, 2016, p. 5).

O Inventário Participativo tem como alicerce a educação patrimonial e suas atividades primam pela participação e interação social entre os próprios integrantes do grupo que o utilizará, dessa forma, de acordo com o próprio manual,

(...)seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. Sem a pretensão, contudo, de formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação (IPHAN, 2016, p. 9).

Muito além do que levar os indivíduos a conhecer e se reconhecer dentro de sua cultura, é também um dos objetivos do Inventário fazer com que diferentes grupos se conheçam, compreendendo melhor um a cultura do outros, construindo o respeito entre a diversidade cultural que existente em qualquer região. E para que isso aconteça, o Manual traz uma descrição sobre noções de patrimônio e referências culturais, o que é inventário e como inventariar, orientações de planejamento e de como começar a atividade. Fala dos órgãos responsáveis pela identificação, preservação, promoção e salvaguardo do patrimônio cultural, dicas sobre a pesquisa de campo, documentação, de como organizar, conservar e divulgar o Inventário e as fichas de inventário, tudo em um passo a passo e uso de linguagem simples.

O Inventário Participativo é composto por 6 (seis) fichas de inventário (Anexo 06) e cada uma corresponde a uma parte do processo de inventário como demonstra o quadro (Figura 31) abaixo. As Fichas do Inventário são as seguintes: do Território, das Fontes Pesquisadas, do Relatório de Imagem, do Roteiro de Entrevista e das Categorias, sendo esta última ainda subdividida em mais 5 (cinco) outras fichas. As fichas trazem uma descrição detalhada de como devem ser preenchidas e sobre o modo de distribuição para preenchimento entre os participantes do trabalho de inventário.

FICHAS	DESCRIÇÃO DA FICHA	CAMPOS DE PREENCHIMENTO
Do Projeto:	É uma ficha estruturante e deve ser preenchida ao longo do trabalho. (tem a função de ajudar o grupo a organizar as informações coletadas. Algumas informações devem ser preenchidas antes do início do trabalho de campo, como por exemplo, o nome do Inventário. Outras somente serão preenchidas ao final da pesquisa).	<ul style="list-style-type: none"> - Título do Projeto; - Nome da Escola, Instituição ou Grupo/Bairro/Município/Estado; - Foto da Equipe; - Nome dos Integrantes da Equipe; - Nome do Monitor ou Responsável; - Nome dos Entrevistados; - Instituições Participantes; - Período de Realização; - Referências/Manifestações Culturais Pesquisadas; - Fichas das Categorias do Patrimônio Cultural Utilizadas no Projeto; - Documentação Produzida; - Observações.
Do Território:	Corresponde ao espaço onde vai ser realizada a pesquisa. Exemplo: Centro da cidade, Bairro, região, rua, área rural, lugar onde vivem uma comunidade, margens de um rio, conjunto de lugares.	<ul style="list-style-type: none"> - Imagem do Território; - Mapa do Território; - Outras Referências de Localização; - Descrição; - História e; - Dados socioeconômicos.
De Categoria:	-	-
Das Fontes Pesquisadas:	Enumerem são as pessoas entrevistadas e os documentos utilizados, indicando em cada caso onde foram encontrados e para qual informação serviram.	- Registrar onde está a biblioteca, a casa da pessoa, o site, o museu, a escola, a prefeitura, o arquivo público etc.
Do Relatório de Imagem:	Nessa ficha são inseridas as fotografias, pinturas, gravuras e os desenhos selecionados.	- Formulário com espaço para anexar as imagens e identificar: Título/Assunto: Autor: Data: Local:
Do Roteiro de Entrevista:	Serve para organizar os assuntos que o grupo considera importantes para a caracterização da referência cultural que está sendo inventariada.	Informações gerais sobre o entrevistado Imagem <ul style="list-style-type: none"> - Nome/ Apelido; - Idade; - Local de Nascimento; - Local de Residência;

		<ul style="list-style-type: none"> - Contatos; - Profissão ou Ocupação; - Relação do entrevistado com o bem cultural pesquisado.
--	--	---

Figura 29 - Quadro das Fichas do Inventário Participativo: descrição e campos de preenchimento.

A Ficha das Categorias, conforme já citei, é subdividida nas seguintes fichas: Fichas de Lugares, de Objetos, de Celebrações, de Forma de Expressões e de Saberes, conforme especifica o quadro abaixo (Figura 32):

FICHAS de CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA FICHA	CAMPOS DE PREENCHIMENTO
Lugares:	São as experiências dessas pessoas que dão sentido especial ao lugar. Pode ser um bosque, um rio, um sítio arqueológico, uma praça, uma construção, ou mesmo um conjunto desses elementos (paisagem inteira).	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Imagem; - O que é; - Onde está; - Períodos Importantes; - História; - Significados; - Descrição; - Elementos Naturais; - Elementos Construídos; - Vestígios; - Materiais; - Técnicas ou Modos de Fazer; - Medidas; - Atividades que acontecem no Lugar; - Manutenção; - Conservação; - Avaliação; - Recomendações.
Objetos:	Estão incluídos aqueles objetos produzidos e utilizados que se relacionam fortemente com a memória e a experiência das pessoas, por estarem associados a fatos significativos de sua história, tornando-se assim uma referência cultural para elas.	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Imagem; - O que é; - Onde está; - Períodos Importantes; - História; - Significados; - Descrição; - Materiais; - Técnicas ou Modos de Fazer; - Medidas; - Atividades Relacionadas ao Objeto; - Manutenção; - Conservação; - Avaliação; - Recomendações.
	Todo grupo promove celebrações, por	- Nome;

<p>Celebrações:</p>	<p>motivos diversos: religiosos, de lazer, de festejar as datas especiais para o local, para a cidade, o estado, o país. As celebrações são importantes por terem vários elementos, envolvem várias pessoas e grupos na sua preparação, além de passarem de geração em geração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Imagem; - O que é; - Onde está; - Períodos Importantes; - História; - Significados; - Descrição; - Pessoas Envolvidas; - Comidas e Bebidas; - Roupas e Acessórios; - Expressões Corporais (danças e encenações); - Expressões Orais (músicas, orações e outras formas de expressões orais); - Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros); - Estrutura e Recursos Necessários; - Outras manifestações culturais relacionadas; - Avaliação; - Recomendações.
<p>Formas de Expressão:</p>	<p>Nas formas de expressão estão presentes valores e significados da cultura de um grupo. Elas fazem parte de todos os momentos da vida coletiva, desde o cotidiano até os momentos de celebração, transmitindo a visão que as pessoas têm da vida. Entre elas, algumas são marcantes para os grupos sociais, pois dão visibilidade e sintetizam suas identidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Imagem; - O que é; - Onde está; - Períodos Importantes; - História; - Significados; - Descrição (etapas); - Pessoas Envolvidas; - Materiais; - Produtos e suas Principais Características; - Roupas e Acessórios; - Expressões Corporais (danças e encenações); - Expressões Orais (músicas, orações e outras formas de oralidade); - Objetos Importantes (instrumentos musicais, rituais, decoração do espaço); - Estrutura e Recursos Necessários; - Avaliação; - Recomendações.
<p>Saberes:</p>	<p>A realização de um produto ou serviço envolve técnicas e conhecimentos próprios que podem se constituir em referências culturais para o grupo, como a receita de uma comida, ou uma técnica especial empregada para tocar ou produzir um instrumento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nome; - Imagem; - O que é; - Onde está; - Períodos Importantes; - História;

	musical. São saberes que podem ter sentido prático ou ritual e que, às vezes, até reúnem as duas dimensões. É o caso dos métodos relacionados à cura, presentes nas benzeduras ou pajelações.	<ul style="list-style-type: none"> - Significados; - Descrição (etapas); - Pessoas Envolvidas; - Materiais; - Modos de Fazer ou Técnicas; - Produtos e suas Principais características; - Roupas e Acessórios; - Expressões Corporais (danças e encenações); - Expressões Oraís (músicas, orações e outras formas de oralidade); - Objetos Importantes (ferramentas, instrumentos utilizados); - Estrutura e Recursos Necessários; - Transmissão do Saber; - Avaliação; - Recomendações.
--	---	--

Figura 30 - Quadro das Fichas de Categoria do Inventário Participativo: descrição e campos de preenchimento.

A descrição e cada item do campo de preenchimento relacionados nos quadros acima são minuciosamente conceituados, acompanhados de exemplos no Manual de Aplicação do Inventário, fazendo com que não restem dúvidas quanto a sua aplicação. Para finalizar, o Manual elenca uma série de perguntas para auxiliar no preenchimento das fichas.

Quando iniciei as leituras para a escrita desta dissertação de mestrado, e decidi falar sobre inventários e metodologias que possibilitassem uma participação mais democrática dos grupos sociais para eleger seus bens culturais mais representativos, o Inventário Participativo ainda não havia sido publicado. E sua publicação no decorrer do meu processo de escrita, me deixou muito feliz e confiante acerca do que eu vinha afirmando, baseada é claro em alguns autores, de que conforme as metodologias de inventário vigentes vão sendo aplicadas e as discussões acerca do que são as referências culturais e nosso patrimônio cultural vão abrangendo, novas metodologias de inventário vão sendo desenvolvidas, ou ainda, como no caso do Inventário Participativo, que resultou do melhoramento de um método já existente. Mostrando assim, a importância não apenas com a preocupação com bens passíveis de tombamento e registro, mais a importância com a valorização e promoção de todos os bens culturais, independente de processos administrativos de reconhecimento e proteção.

A metodologia do Inventário Participativo, gira em torno do coletivo, possibilitando que os grupos que utilizem este instrumento, exercitem o olhar na vida cotidiana e nos signos que as cercam, assim como na metodologia de Kozel, denominada “Mapa Mental”, que é pouco utilizada pelos órgãos de preservação do patrimônio e que escolhi como metodologia

de campo, pois permite que os indivíduos integrantes de um determinado grupo, possam se expressar aqui, especificamente, em relação ao seu sentimento de pertencimento com o local onde vivem, elegendo o que os representa como patrimônio cultural.

Na percepção de Kozel (2010), mapa mental é entendido como uma forma de linguagem que corresponde a relação que o indivíduo tem com o meio onde estão entrelaçados os seus valores, sentimentos, atitudes e vivências. Levando esse raciocínio para o campo do patrimônio cultural, este deixa de ser visto como um conjunto de objetos, ou adereços, imóveis, entre outros bens, mas, como um conjunto, uma série de signos, que são formados coletivamente ou de forma individual e possuem significados correspondentes, que se comunica entre si e com a comunidade.

Dessa forma, a metodologia aplicada ao Mapa Mental, estabelece um diálogo entre o espaço e suas representações para cada indivíduo. Representações essas que são armazenadas em forma de imagens produzidas a partir das experiências vividas e, que são acessadas de forma individual ou coletiva. Essas representações são consultadas constantemente, ganhando novos significados e influenciando outros indivíduos que por sua vez, replicam os valores e sentidos sobre o meio em que vivem e seus bens culturais, ou o modificam a partir de suas próprias experiências, dando continuidade ao constante processo de construção da cultura, que evolui, mais que mantém seus traços que são comuns à todos. Ao encontro do que acabo de argumentar, Kozel baseado em Tuan (1980) afirma o seguinte:

(...) a percepção se dá através dos sentidos (mecanismos biológicos), entretanto a cultura influencia a forma de perceber, construir uma visão de mundo e de ter atitudes em relação ao ambiente. Descreve como as características culturais dos diferentes grupos humanos interferem no modo de perceber o ambiente, porém combinadas a elas, destaca o importante papel da sensibilidade biológica humana neste processo perceptivo. Os seres humanos atribuem significado e organizam o espaço de acordo com os símbolos que constroem a partir de sua percepção (Kozel, 2010, p. 5).

Esses símbolos, intrínsecos na vivência dos diversos grupos, se comunicam fazendo com que (neste caso em específico) o patrimônio cultural possua vários significados, mesmo pertencentes ao mesmo grupo. Os vários significados são perceptíveis quando da aplicação dos mapas mentais, quando sobre um mesmo fato e de acordo com a “janela” pela qual observamos, a história é contada de uma forma diferente, construindo recordações boas ou ruins, dependendo de que “janela” elas são presenciadas. Para Sousa (2015, p. 5), “os mapas mentais criam possibilidades para que os indivíduos representem o mundo real mediante satisfações, insatisfações, necessidades, valores e ações que envolvem suas vivências”.

A palavra mapa é conceituada no Dicionário Dicio (2016) como o “desenho representativo de um país, uma região etc.”, ou ainda, carta, relação, rol, lista e catálogo. Quando colocada junto com a palavra mental, formando o termo “mapa mental” e empregado à temática cultural, ambiental ou social, o termo se configura como o processo de representar por meio de desenhos, os símbolos representativos de seu cotidiano em determinado grupo. Esses símbolos, quando representados por meio do emprego da metodologia, podem nortear estudos e pesquisas sobre o que diferentes grupos entendem como bens que o representam, possibilitando também que o próprio grupo se reconheça e dessa forma, possibilitando a interação com os integrantes do mesmo grupo, valorizar sua cultura e sabendo respeitar a cultura de outros grupos, contribuindo para uma vivência em harmonia entre os diferentes grupos que compõem a sociedade. Pois os mapas mentais se configuram como um meio de comunicação.

A imagem como representação do espaço é utilizada desde a pré-história, com o aparecimento da linguagem simbólica, quando o homem gravou na pedra as cenas do seu cotidiano, da sua história, das direções percorridas. As representações do espaço, embora normatizadas e referendadas pela técnica e acurácia em algumas sociedades e culturas, ainda permanecem como construções simbólicas, denominados mapas mentais ou cognitivos (Lima, 2009, p. 5).

A utilização dos mapas mentais é uma forma de valer-se da “subjetividade, intuição, sentimentos, experiências e simbolismos, acentuando assim, as particularidades e singularidades, visando à compreensão do mundo e do ser humano” (Kozel, 2010, p. 3-4). Kozel relata que os espaços, não são apenas sentidos ou representados, mas, principalmente, são vividos, portanto, como já citei anteriormente, as imagens construídas são resultados de recordações e experiências (boas ou ruins) pelas quais os sujeitos passam no decorrer de suas vidas.

Reflexões anteriores a esta, embasam a origem desta metodologia (mapas mentais), que é mais comum aos pesquisadores da área da geografia. Que como destaca Gomes (2011, p. 2), “tomamos as representações como categoria norteadora dos fundamentos da pesquisa geográfica cultural-humanista por valorizar a subjetividade, os sentimentos, a experiência e as percepções dos sujeitos acerca dos seus espaços vividos”.

Citando nomes como dos pesquisadores William Kirk (1952), Peter Gould e White (1973), Kozel (2010) relata que despontam pesquisas relacionadas às preferências espaciais instituídas em espaços topográficos “percorridos no cotidiano e escolha de itinerários, com o objetivo de realizar o planejamento urbano e regional”, surgindo assim o termo “carta

mental”. Baseado em Amorim (1987) *In* Kozel (2010, p. 3), a justificativa é que esta questão está relacionada com o intuito de “trazer para o campo das técnicas cartográficas clássicas e atuais as representações e imagens que os homens tinham dos lugares, paisagens e regiões do mundo”.

Kozel (2010) ainda apresenta Kevin Lynch, arquiteto e estudioso, pesquisa o entendimento das paisagens urbanas, baseado na relação da percepção ambiental mediante suas representações manifestadas nos mapas mentais. É dessa forma que na década de 50 se consolida a abordagem humanista na geografia, tendo como alicerce o estudo do indivíduo mediante o mundo “se fundamentado no enfoque da fenomenológica e no existencialismo” Kozel (2010, p. 3).

Nesse sentido, uma vez que os Mapas Mentais possibilitam a interpretação dos símbolos criados pelos grupos sociais, com interpretações individuais e/ou coletivas, refletindo dessa forma, o que cada indivíduo senti em relação ao meio onde vive com suas representações cotidianas, utilizei a metodologia de Mapas Mentais de Kozel, com o subsídio nas teorias da fenomenologia e a sociolinguística de espaço vivido e na vertente humanístico-cultural, “ênfatizando as representações” que de acordo com Kozel (2009, p. 1), são:

como construções imagéticas decorrentes da apreensão dos significados e subjetividades espaciais. Assim sendo, as representações refletem a percepção e compreensão sociocultural dos indivíduos, que as produzem perpassadas por diferentes prismas em direção ao representativo / simbólico que se situa na base da relação *sujeito / signo / imagem*.

Kozel (2009) ressalta que este enfoque é comum à área da geografia “em princípio pelo aporte comportamental, com os mapeamentos cognitivos”, advindo do conceito da fenomenologia de “espaço vivido”, como já mencionei, fazendo dos Mapas Mentais, uma ferramenta metodológica.

A fenomenologia, que possui sua origem no termo grego “*phainesthi*”, significa “aquilo que se apresenta ou que se mostra”, sendo assim, a fenomenologia consiste no “estudo de um conjunto de fenômenos e como se manifestam, seja através do tempo ou do espaço” (Significados, 2016). A fenomenologia estuda “a essência das coisas e como são percebidas no mundo”, é a “análise comparativa ou estudo descritivo dos fenômenos, de tudo que se pode observar na natureza”. Por fim, a fenomenologia consiste na “descrição filosófica dos fenômenos, em sua essência aparente e ilusória, observados a partir do contato com os sentidos individuais” (Dicio, 2016).

O aporte fenomenológico nos permite a reflexão sobre como a consciência apreende as essências a partir dos fenômenos percebidos, não como conteúdo, mas como estrutura do conhecimento. O foco está no sentido que o sujeito apreende as coisas, assim. As imagens a princípio se formam na consciência individual e posteriormente podem ser representadas por meio de signos formando uma imagem (Kozel, 2010, p. 2).

Por sua vez, entende-se por sociolinguística, a “disciplina que estuda as relações entre a língua e os fatores sociais” (Dicio, 2016). Trata-se de “uma das subáreas da linguística e estuda a língua em uso no meio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais”. A sociolinguística é um estudo interdisciplinar, “na fronteira entre língua e sociedade”, portanto, estuda as transformações da língua “com rigor científico” (Editora Contexto, 2016). Kozel (2010) afirma que estas duas teorias (fenomenológica e sociolinguística), possibilitam um diálogo por meio dos mapas mentais sobre o espaço e sua apreensão e representação. Nesse sentido, a aplicação desta metodologia consiste em demonstrar como os mapas mentais podem ser utilizados como um instrumento de conhecimento e análise a partir do olhar dos indivíduos em relação aos bens culturais que os representam.

Os Mapas Mentais, pela perspectiva de Sousa (2015), “são representações espaciais sem a rigidez dos processos (...)”, favorecendo a “comunicação e a reconstituição da informação do mundo real”, permitindo assim que se possa fazer a interpretação individual ou coletiva dos signos. Sousa (2015, p. 5) também destaca que “o mapa mental possibilita o exercício da cidadania, de modo que o indivíduo possa intervir na realidade sob um olhar crítico na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem estar de todos na sociedade”.

Baseado teoricamente em Mikhail (1998), Kozel (2009) afirma que as representações são consideradas uma forma de linguagem carregada de significados e valores sociais, resultantes de uma vivência social. Dessa forma, as representações possibilitam a análise dos símbolos, oriundos dos mapas mentais como “Enunciados”, constituindo uma relação entre as “esferas sociais e as formas de comunicação”.

Ao analisar as representações como *Enunciados*, pode-se redimensioná-las amplamente estabelecendo relações entre as esferas sociais e as formas de comunicação, envolvendo grande número de interlocutores. Portanto, a codificação dos signos que formam a imagem como um texto, não se constitui apenas uma representação individual, mas coletiva, na medida em que compartilha valores e significados com comunidades e redes de relações. As representações nessa perspectiva assumem um caráter de “Cartografia cultural”, sobretudo por incorporar aspectos da geografia humanístico-cultural tendo como fio condutor o Dialogismo Bakhtiniano (Kozel, 2009, p. 1).

Nessa perspectiva, Kozel (2009) apresenta o seguinte esquema (Figura 33) de organização da metodologia de Mapas Mentais:

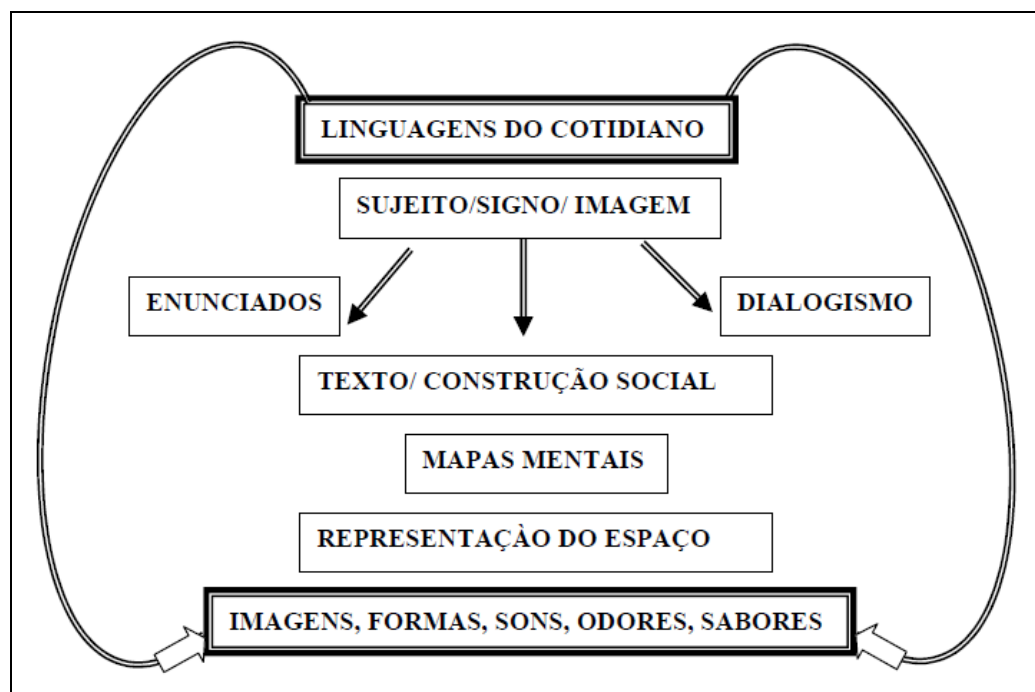


Figura 31 - Esquema de Organização da Metodologia Kozel de Mapas Mentais. Fonte: Kozel, 2009, p. 2

Como podemos perceber na figura acima, as linguagens comuns ao cotidiano de um sujeito, são carregadas de significados que por sua vez, são representadas por meio de imagens, quando o indivíduo acessa suas recordações. Essas recordações podem se manifestar além de imagens, por meio de formas, sons, odores, sabores, sensações e etc. Esses significados são estabelecidos “a partir dos sentidos que na sua construção semiótica se transformam em enunciados”. De acordo com a ótica de Bakhtin (1986), não existe um enunciado unicamente próprio, pois os enunciados se constroem nas relações entre os indivíduos, fazendo do enunciado um processo impreterivelmente dialógico, sendo um processo que está em constante construção.

A metodologia dos Mapas Mentais, assim como o Inventário Participativo, pode ser facilmente utilizada como uma ferramenta pedagógica, possibilitando que sejam aplicadas facilmente por meio de oficinas de educação patrimonial, ou em sala de aula, tratando do patrimônio cultural entre as diversas disciplinas seculares mediante a transversalidade. As escolas, as assembleias ou as oficinas pautadas na educação patrimônio, tornam possível este

espaço de discussão, tornando-se além de um instrumento multiplicador de conhecimento, levam a compreensão e entendimento sobre a cultura local.

Para Kozel (2009, p. 4) “no conceito de dialogismo, o sujeito se torna histórico e social por incorporar diferentes vozes ou discursos dos outros, e este tecido de muitas vozes se entrecruzam, se completam, polemizam entre si, como interior e com o exterior”. Ou seja, ao tomar consciência da importância dos seus símbolos e valores intrínsecos neles para o próprio sujeito, o mesmo empodera-se de sua cultura e seus bens representativos.

Hoje, mais do que outrora, se questiona a autoridade e a legitimidade de qualquer grupo que seja para selecionar o que deve ou não ser preservado com o fim de definir o que é um bem cultural. Este questionamento surge da necessidade de refletir sobre a noção de valor atribuída aos patrimônios culturais entendidos como processo permanente de construção (Nogueira, 2005, p. 223).

Diante da citação acima, posso constatar que a partir dos mapas mentais, o indivíduo toma consciência sobre o que possui como sendo o seu patrimônio cultural, se apropriando desses bens, acaba por refletir a respeito da sua preservação e conservação. Essa experiência pode levar o sujeito a fazer questionamentos como, por exemplo: Qual a origem desse ritual, ou manifestação cultural e como foi criado? Qual é a importância desse imóvel ou objeto? Porque ele é importante na minha vida e seria importante passá-lo ou não para as próximas gerações? A partir dessas questões, o indivíduo pode reforçar a importância desses bens em relação a sua própria vida e daí, estabelecer um diálogo com as demais pessoas que compõem o seu grupo social, com outros grupos e com os ocasionais visitantes do local.

Nesse sentido, proponho a seguir a aplicação dos Mapas Mentais de Kozel, com o intuito de apresentar esta ferramenta como mais uma possibilidade de metodologia de inventário, que possibilita a participação da comunidade, que se torna a protagonista no processo. Esta metodologia, por tudo o que foi apresentado até aqui, é capaz de revelar ao pesquisador, as inúmeras representações que o patrimônio cultural de determinada comunidade pode possuir para diferentes pessoas, seja ele material ou imaterial. Uma ferramenta de inventário que prima pela participação da sociedade, “passa a considerar não somente o valor que lhe é atribuído, como contribui no fortalecimento do pertencimento do patrimônio à sociedade e estimula os vínculos necessários para o respeito aos monumentos (...) e conseqüentemente sua preservação” (Carvalho, 2011, p. 3).

No âmbito da integração de saberes e técnicas, assistimos às tentativas de “construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação” (Ribeiro, 2010, p. 73).

3.3 – A aplicação dos mapas mentais

A aplicação do Mapa Mental (...) pode contribuir para que as dicotomias entre homem e signo possam ser rompidas, permitindo refletir além das estruturas formais dos códigos sacralizados em modelos que tudo preveem e definem, na relação entre significado e significante, abrindo uma possibilidade inovadora de perceber o signo como construção dialógica e social, propiciando ver o significante como algo aberto, constantemente criado e recriado pelas ações e interações humanas (Kozel, 2009, p. 4).

Como exposto no decorrer deste trabalho, principalmente em seu primeiro capítulo, o Estado de Roraima é constituído por pessoas oriundas de todas as regiões do Brasil, que juntamente com a cultura indígena, formam um grande caldeirão cultural com inúmeras referências. Para conhecer o que esses diferentes grupos que compõem a sociedade roraimense entendem como sendo seu patrimônio cultural, cogitando a utilização de uma ferramenta de inventário que permita a participação da sociedade, é que utilizo a metodologia de Kozel (2009) do Mapa Mental.

Partindo do pressuposto de que o Mapa Mental consiste na representação “de uma construção social, cultural e histórica como resultado da percepção do indivíduo em seus múltiplos sentidos (tocar, ouvir, cheirar, experimentar) e da experiência cotidiana com os lugares, como também uma visão e interpretação do espaço (...) (Gomes, 1996, p. 124)” esta aplicação possibilitou que por meio de desenhos, legendas e mensagens elaborados por diferentes grupos, que os indivíduos se manifestassem acerca de sua percepção e entendimento quanto o patrimônio cultural local.

Para a aplicação dos mapas, dividi os entrevistados em 4 (quatro) grupos distintos, sendo o Grupo 1 composto por servidores e gestores culturais lotados nas divisões e superintendências de cultura, preservação do patrimônio cultural e turismo (das esferas municipais, estaduais e federais), o Grupo 2, formado por pessoas que residem dentro do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista, o Grupo 3 constituído por pessoas que residem fora do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista e o Grupo 4, constituído por povos de comunidades indígenas de diferentes regiões do Estado de Roraima. A divisão foi feita desta forma, tendo em vista que no primeiro grupo, estão às pessoas responsáveis pela produção de planos, projetos, inventários, entre outras atividades relacionadas ao fomento da cultura e do

turismo local. O segundo e o terceiro grupo foram divididos entre pessoas que residem fora e dentro do Plano Urbanístico, porque de certa forma, existe uma fronteira imaginária nesse sentido e o quarto grupo, apenas pessoas pertencentes às comunidades indígenas de Roraima.

Na busca por conhecer as representações que essas pessoas que residem em Roraima possuem acerca de seus bens culturais representativos, embasei-me nas seguintes indagações:

- O que é patrimônio cultural pra você?
- Quando pensa em Roraima, o que a representa no seu entendimento?
- O que você considera importante como bem cultural?
- O que você mostraria de Roraima aos visitantes de outros locais?

Para decodificar os símbolos formulados pelos participantes como sendo seus mapas mentais, que por sua vez são uma forma de linguagem (como já tratei aqui), utilizei a metodologia Kozel que, como a própria Kozel (2009, p. 10) afirma, é “um caminho possível para a interpretação das imagens construídas”. Sua metodologia visa decodificar esses símbolos que aqui se manifestam por meio dos mapas mentais e que foram feitos mediante a utilização de folhas de Papel A4 coloridas (azul, branca, rosa e verde), que ficaram a disposição dos entrevistados, além de lápis, canetas, lápis de cor, pincéis e giz de cera, utilizando o seguinte critério de análise:

- 1-Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; (como ícones diversos, letras, mapas, linhas, figuras geométricas etc...
- 2-Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem; (as formas podem aparecer dispostas horizontalmente, de forma isolada, dispersa, em quadros em perspectiva etc..).
- 3-Interpretação quanto à especificidade dos ícones:
 - . Representação dos elementos da paisagem natural
 - . Representação dos elementos da paisagem construída
 - . Representação dos elementos móveis
 - . Representação dos elementos humanos
- 4- Apresentação de outros aspectos ou particularidades (Kozel, 2009, p. 10).

A metodologia ainda orienta que a análise dos mapas seja feita em observação de suas particularidades. Kozel (2009, p. 11) destaca que a análise dos mapas “reflete a construção social e cultural” dos sujeitos em consonância com seu entendimento em relação ao grupo em que vive e a partir daí, com o resto do mundo. Os critérios acima citados possibilitam que o investigador reconheça sob a perspectiva das pessoas, a “sua relação com o espaço vivido” (Kozel, 2009, p. 11).

Na abordagem às pessoas para a realização desta pesquisa, dei início a um diálogo em torno das suas histórias de vida, memórias, relações com o local, do sentimento de

pertencimento e o que entendiam como sendo seu patrimônio cultural e até onde esta temática influenciava no cotidiano de cada uma delas e na relação com seus núcleos famílias, ou na relação com sua comunidade (no caso dos povos indígenas), com outros indivíduos e com visitantes de outros lugares. Procurei abordar os objetivos do meu trabalho, trazendo a temática para a realidade dos envolvidos (especialmente no caso dos povos indígenas) e mediante esse diálogo, pedi para que as pessoas desenhassem em folhas de papel símbolos sobre tudo aquilo que representassem o que me haviam relatado.

Apresentarei aqui apenas dois dos diversos mapas produzidos por cada grupo, dando um enfoque a diversidade de bens culturais com que me deparei nesta observação e do que isso representa a cada um dos seus autores, sem observá-los como um simples desenho em uma folha de papel (Lima, 2009). “Assim, procedemos à leitura dos mapas mentais, como se o entrevistado fosse um artista que imagina sua vida e relembra fatos que podem ser registrados naquele desenho. Alia-se a isso o interesse científico e as reflexões teóricas, para se chegar a uma análise final” (Lima, 2009, p. 7).

GRUPO 1:

O primeiro desenho (Figura 34) é alusivo ao Primeiro Grupo, “composto por servidores e gestores culturais lotados nos departamentos de cultura e turismo das esferas municipal, estadual e federal”. De acordo com os critérios de análise Kozel (2009), o desenho apresentado possui como forma de representação dos elementos, ícones com figuras distribuídos no papel de forma dispersa, mas pertencentes aos elementos da paisagem edificada e todos pertencentes aos imóveis distribuídos dentro do Plano Urbanístico de Boa Vista.



Figura 32 - Mapa Mental A do Grupo 1: Servidores e Gestores Culturais de órgãos públicos.

Em relação aos aspectos particulares que compõem este Mapa Mental, a pessoa que o produziu não quis se identificar, mas ao falar sobre suas memórias, relatou que entende como seu patrimônio cultural, os bens inseridos no centro de Boa Vista e que quando pensa em Roraima, são esses bens culturais que surgem em suas lembranças. Portanto, são esses bens que mostra aos amigos e parentes que a visitam quando veem de outros estados. No Mapa estão inseridos as Igrejas Matriz Nossa Senhora do Carmo a Igreja Catedral, o Hospital Nossa Senhora do Carmo (demolido em 2016), um casarão antigo localizado às margens do Rio Branco e o Plano Urbanístico de Boa Vista, que ela chama de leque (como é popularmente conhecido).

Sobre esses bens, a autora do Mapa diz o seguinte: *“Este é o início da civilização! O leque é o coração da cidade e desse estado e ele (o leque) é patrimônio de todos nós. É patrimônio até de quem não o conhece, pois nos organizamos como sociedade civilizada a partir dele. Portanto, todos os bens, como as Igrejas, que foram nossa primeira ordem administrativa; os casarões aqui do centro e ali de perto do Rio Branco pertencentes às nossas famílias pioneiras que contribuíram e contribuem até hoje de outras formas para o nosso desenvolvimento, são os principais patrimônios que possuo. E, passo isso aos meus netos assim como passei aos meus filhos. Todo mundo tem que saber disso!”*.

Os símbolos são provenientes de uma relação social, dessa forma, as linguagens estabelecidas pela relação do homem com a sociedade, num diálogo histórico, cultural e social que determinam os discursos feitos pelos indivíduos. Dessa forma, “a codificação dos signos que formam a imagem não é apenas uma representação individual, mas coletiva na medida em que compartilha valores e significados com comunidades e redes de relações, referendando um signo social” Kozel (2009, p. 10).

Os outros Mapas seguem o mesmo padrão de desenhos, apresentando ícones de Igrejas, casarões pertencentes às “famílias tradicionais”, o desenho do Plano Urbanístico, dentre outros monumentos localizados nesta área. Ressalto aqui a ausência da representação da cultura indígena, nos mapas, sendo esta citada apenas duas vezes, mais não como referência de suas recordações e sim, mencionados como assunto de interesse dos visitantes. Dessa forma, destaco ainda no desenho acima que o mesmo não faz nenhuma menção aos povos indígenas, que residiam na região desde muito antes do processo de colonização. A autora do Mapa apresentado deixa claro que uma ordem só foi estabelecida de fato na região, quando houve a chegada do “homem branco”, representado no desenho pelos casarões das primeiras famílias e pela Igreja Católica e a partir daí, se organizou o local inclusive com a elaboração de um Plano Urbanístico.

Grande parte dos entrevistados neste Grupo 1, estão ligados a famílias chamadas por eles mesmos de “tradicionais”, são pessoas influentes de certa forma, principalmente nas relações dentro do poder público. São parentes diretos ou indiretos de políticos, fazendeiros, empresários de diferentes ramos, ou ao menos, possuem relações estreitas com esses. O autor do segundo Mapa que apresentarei a seguir não foge a esta regra. O mesmo pertence á uma família com sobrenome “tradicional” (como os moradores do estado costumam falar) e parentes que seguem as características que citei acima (com ramificações na política por exemplo). O que foge à regra de todos os outros mapas e por isso escolhi para compor esta análise, é que sua fala e representações impressas em seu desenho vão à contramão dos demais. O autor deste Mapa Mental (Figura 35) é artista, produtor cultural, já foi empresário (possuía loja de revenda de artesanato local) e que atualmente (2016) atua na esfera municipal de Boa Vista.

Ao estabelecer um diálogo com ele, percebemos seu grande conhecimento sobre toda a cultura roraimense, no que tange desde a cultura indígena, até cada artista local da música, artes plásticas, artesanato indígena entre outras formas de expressão, apresentando-se como um forte defensor de toda a manifestação cultural local. E que por isso, como o mesmo coloca, já enfrentou pessoas da família, empresários e políticos, para defender suas posições e amor pela cultura local.

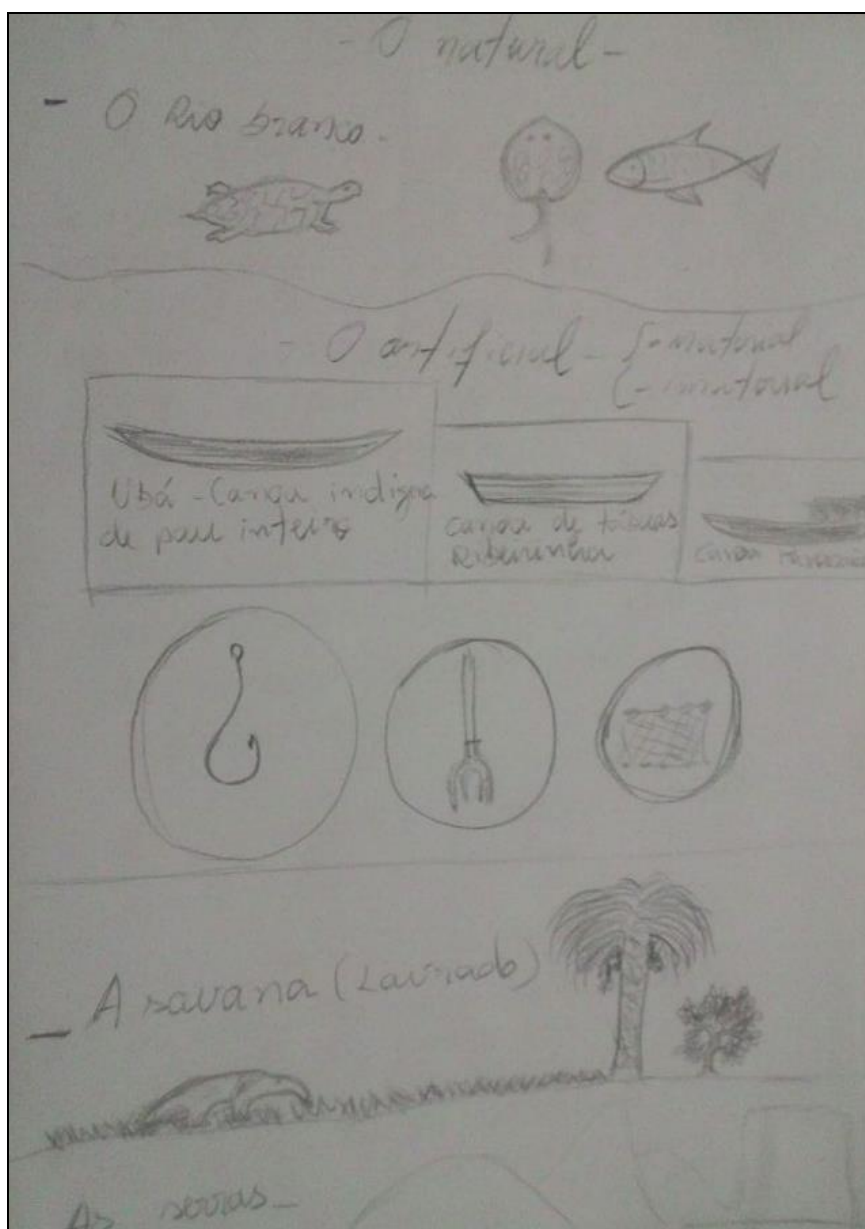


Figura 33 - Mapa Mental B do Grupo 1: Servidores e Gestores Culturais de órgãos públicos..

Seguindo os critérios de análise de Kozel (2009), o Mapa apresenta elementos com ícones diversos acompanhados por legendas e distribuídos de forma isolada em quadros, predominando nos elementos as representações alusivas à paisagem natural. Em seu Mapa o autor trata do patrimônio natural apresentando primeiramente o Rio Branco, o peixe, a raia e a tartaruga. Posteriormente, divide este bem em material, que é representado pelas canoas indígena e não indígena (como enfatiza o autor) e o patrimônio imaterial, que em sua fala, diz ser o saber ribeirinho, principalmente dos pescadores e é representado no Mapa pelos instrumentos de pesca como o anzol, a zagaia (espécie de lança) e a rede de pesca. O Mapa segue expondo o lavrado (savana), que ocupa grande parte das áreas abertas no Estado,

seguindo pela representação das árvores de caimbé, do butiti, do tamanduá (muitos comuns na região) e das serras, citando o Planalto das Guianas como exemplo.

O entrevistado ainda escreveu no verso do Mapa Mental, uma reflexão sobre o patrimônio cultural local. Sua reflexão diz o seguinte sobre o patrimônio edificado: “As imagens de antigas construções sempre serão importantes para aquelas pessoas que nasceram ou viveram naquele lugar; não obstante, para outras gerações e outros que geograficamente estejam mais afastados não tenha a mesma importância.” Note que abaixo deste texto (Figura 36), o autor desenhou o traçado da cidade de Boa Vista, demonstrando que este está inserido em seu subconsciente, principalmente ao falar sobre o patrimônio edificado.

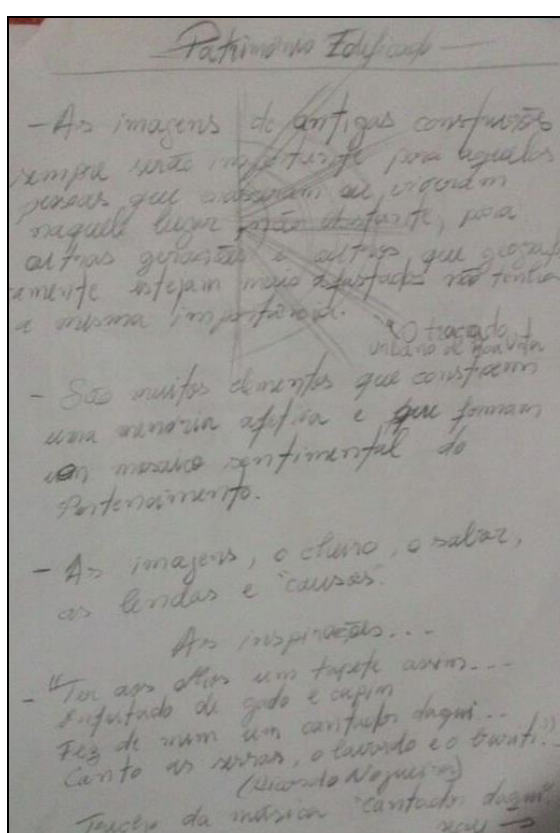


Figura 34 - Verso do Mapa Mental B do Grupo 1.

Ele segue dizendo que “são muitos elementos que constroem uma memória afetiva e que formam o mosaico sentimental do pertencimento. As imagens, o cheiro, o saber, as lendas e causos. As inspirações...”. Diante este relato, destaco a passagem do artigo de Kozel (2009, p. 5), ao ressaltar que ao possibilitar a produção do Mapa Mental, aqui na perspectiva do patrimônio cultural, é “desenvolvido com o intuito de aguçar a percepção relacionada ao olhar, sons e cheiros e suas representações referendadas nos mapas mentais como enunciados”.

Quando trata de inspirações, o entrevistado cita trechos de músicas de artistas locais, para representar seu sentimento de pertença ao lugar:

- *“Ter aos olhos um tapete assim...*

Enfeitado de gado e capim

Fez de mim um cantador daqui...

Canto as serras, o lavrado e o buriti...”

(Trecho da música Cantador Daqui, de Ricardo Nogueira)

- *“Corre nos rios das minhas veias, barquinhos de buriti...”*

(Trecho da música Paracuxinauara, de Zeca Preto)

- *“Em busca de qualquer coisa sem saber*

Temos as cartas na mesa

Não vamos comer todos os bagaços levianos.

Arrastemo-nos pelos quatro cantos

Façamos feiras por nossos santos...

Macuxis saladas é coisa fina

Comamos quantos por nossas sinas...”

(Trecho da música Macuxi’s Salada, de Neuber Uchôa)

A análise desse Mapa nos permite afirmar que os indivíduos podem expressar-se em relação ao patrimônio cultural, não apenas pela fala, ou símbolos representados no papel, mas por letras de versos das canções que falam sobre seus locais de pertencimento e que também são símbolos de comunicação.

Os símbolos internalizados são expressos em diversas formas, como os mitos, os rituais e os desenhos”: uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa (Tuan, 1980, p. 15 In: Lima, 2009, p. 6).

GRUPO 2:

O próximo desenho (Figura 37) refere-se ao Mapa representante do Segundo Grupo, “formado por pessoas que residem dentro do Plano Urbanístico de Boa Vista”.

que quando criança, admirava com as outras crianças a nova edificação e planejava morar no mesmo quando crescessem, pois era uma arquitetura nova e diferente das casas com quintais grandes da cidade. O outro ícone desenhado é alusivo ao Portal do Milênio, construído no ano 2000 e é um dos pontos centrais da Praça das Águas, que fica em frente a sua casa. A Orla Taumanan, o Trio Roraimeira, o sorvete creme com chocolate servido acompanhado por uma jarra e copo d'água, a paçoca com banana, a banana de saquinho e os adereços indígenas, foram as outras imagens retratadas no Mapa.

Quando a autora do Mapa fala a respeito do que acabou de desenhar, ela fala o seguinte: *“Quando penso no que é patrimônio cultural, no que é importante como bem e no que representa Roraima, lembro de todas essas coisas aqui. Esse prédio (Monte Roraima) que quase ninguém conhece aqui, eu ficava olhando quando era criança e dizia que um dia ia morar lá. Eu e as outras crianças. E o mais engraçado é que agora eu vou morar lá. O Portal do Milênio eu vi sendo construído, ficava olhando da sacada de casa e apesar de nem ser tombado, tem um significado muito forte pra mim. Foi onde tirei fotos marcantes e lembro de momentos importantes da minha vida. O creme com chocolate (sorvete), deveria ser tombado como patrimônio de Roraima, pois ele é único. Não existe em lugar nenhum! E a água que é servida então?! Qual é a sorveteria que te serve água quando você pedi um sorvete? Ninguém faz isso! Só aqui mesmo! O Trio Roraimeira também deveria ser tombado, pois foi o primeiro movimento cultural mais expressivo daqui, fazendo músicas sobre as coisas daqui e tá aí até hoje fazendo isso, como lá na Casa do Neuber²⁵. A Orla era tão bonitinha antes, tão ventilada! Mais essa reforma da prefeitura deixou ela horrível. Mudou tudo! Ela está muito quente depois dessas novas construções e agora vive vazia. Mais mesmo assim eu gosto dela, porque lembro quando ia pra lá com os amigos e a gente ficava tocando violão, tocando Roraimeira, tomando suco, comendo a bananinha (também representada no Mapa)...era muito legal. A gora esses adereços aqui (adereços indígenas), não tem nem o que falar, né?! Eu não sei porque as pessoas insistem em ignorar a cultura indígena! Caramba, eles foram os primeiros a está aqui e o pessoal faz questão de ignorar isso. Olha, eu sei o que é isso porque sou de família antiga aqui e todo mundo é assim. Mais eu valorizo muito isso. Por isso, quando chega aqui alguém de fora, eu faço questão de falar da cultura indígena e de tudo isso aqui. De preferência comendo a paçoca com banana que é nossa comida típica, né?!”*.

²⁵ Casa do Neuber: Casa noturna de shows de propriedade do cantor e compositor roraimeiro Neuber Uchôa. A Casa funciona todas as quintas e conta com a participação de shows de artistas locais e bandas convidadas do Norte e Nordeste. Seu foco é a promoção da música Roraimeira e dos artistas locais.

Lima (2009, p. 7), “destaca que os mapas mentais fornecem signos, marcas deixadas no papel”. Apesar dos desenhos não comunicarem-se entre si no Mapa, ao ler a descrição que sua autora faz, fica claro sua relação forte com o local. Quando fala da bananinha, da paçoca, do sorvete creme com chocolate, da música e do passeio na orla da cidade, por exemplo, a autora do Mapa retrata itens comuns ao cotidiano do povo roraimense. Indo ao encontro de Lynch (1980, p. 17), que afirma que “as imagens públicas, as figuras mentais comuns que um grande número de habitantes de uma cidade possui”, Lima (2009, p. 7), ressalta que essas imagens são resultados das “áreas que estão relacionadas à vivência”.

O segundo Mapa (Figura 38) possui algumas semelhanças com o primeiro deste grupo, sendo relacionados fatos semelhantes.



Figura 36 - Mapa Mental B do Grupo 2: Residentes do Plano Urbanístico

Seguindo os critérios de análise (Kozel, 2009), as figuras aqui apresentadas resumem-se apenas as imagens, sem descrições ou legendas como aparecem nos mapas anteriores. Os elementos são distribuídos tentando seguir uma ordem e são referentes a paisagem natural, paisagem construída e elementos humanos. No Mapa, o indivíduo expressa seu apego ao centro de Boa Vista, desenhando o Plano Urbanístico da cidade no centro da folha e as casas e Igrejas próximos ao Rio Branco, representando as casas do centro e as Igrejas Católicas. Também são retratados os buritizais, uma ave, o Monumento ao Garimpeiro, localizado no centro de Boa Vista e a figura de um índio com arco e flecha no canto do papel.

Ao falar sobre seu desenho, o autor relata o seguinte: *“sempre que estou fora e lembro de Roraima, o que me vem em mente são essas imagens. E são nesses lugares que levo meus amigos de vem passear e conhecer aqui, porque esses são os lugares mais bonitos da cidade. As casas lá na Orla de Boa Vista, as igrejinhas e ali no Monumento ao Garimpeiro, que é um marco na cidade, né?! Por causa da economia. Contribui bastante pro desenvolvimento antes de proibirem por causa dos índios. E aqui representando a natureza, é porque lá da beira do rio, dá observar a natureza, como os pássaros e a natureza de forma geral. Os índios também são importantes. É por isso que demarcaram as terras daqui. Mais acho que isso não contribui pra evolução deles e nem da nossa. Mesmo assim eu levo as pessoas pra comprar artesanato porque são bem bonitos e as pessoas gostam muito. Por isso acho tudo isso importante de ser valorizado e tombado pra nunca se esquecerem das nossas raízes”*

GRUPO 3:

O Terceiro Grupo é constituído por pessoas que residem fora do Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista. Para representar este grupo, apresentarei dois Mapas que apesar de pertencerem a pessoas que residem e desenvolvem suas funções como trabalho e atividades de lazer, por exemplo, são pessoas que possuem origem de vida e realidade socioeconômica bem diferentes uma da outra por exemplo. E, apesar disso, possuem na essência de seus Mapas, os mesmos sentimentos quanto suas relações com o patrimônio cultural de Roraima e a preocupação com a não deixar que este sentimento de pertencimento não seja esquecido. O primeiro Mapa (Figura 39) é o que segue abaixo:



Figura 37 - Mapa Mental A do Grupo 3: Residentes de fora do Plano Urbanístico.

O presente Mapa apresenta figuras que aparentam não se comunicar, portanto, estão de forma dispersa e não possuem legendas, frases ou palavras-chave que as identifiquem. A especificidade dos signos representam elementos da paisagem natural e dos elementos humanos, simbolizando sua relação com a natureza e as manifestações culturais aqui simbolizadas pela figura do homem jogando capoeira, a menina com vestido de quadrilha e faixa com os dizeres “rainha caipira”, e o rosto de um índio com o rosto pintado e utilizado um cocar. Ao tratar sobre o assunto com a autora do desenho, a mesma narra que: *“Não consigo desassociar as manifestações culturais da natureza, por isso faço questão de divulgar nossas belezas naturais e culturais para todos que chegam aqui para participar de eventos, reuniões ou a passeio. Percebo muitas vezes que as pessoas de fora dão mais valor*

as coisas aqui da terra do que nós mesmos que estamos aqui, como é o caso do Monte Roraima e isso é muito triste, pois quando um prédio histórico desses é derrubado, todo mundo reclama e depois esquece e nem procuram saber sobre sua própria história. Patrimônio pra mim é isso, as culturas indígenas, nossas músicas, nossa natureza que é única. Até quando a cultura vem de outros lugares e é feita aqui, ela se torna única! Nossa quadrilha junina é uma das mais bonitas do Brasil e não é de origem daqui, mais veio com as pessoas que vieram pra cá do nordeste e agora é feita de uma forma completamente diferente de como é feito lá no nordeste e isso é coisa nossa. É muito emocionante.”

O Mapa A do Grupo 3, apresenta a influência de outras culturas por meio de manifestações culturais como as quadrilhas juninas, por exemplo, que por mais que tenham suas origens em outros locais, são apresentadas aqui de maneira diferente, “estilizada”, como alguns costumam denominar e já estão incorporadas a cultura local. Movimentando a economia local no período dos concursos de quadrilha e atraindo para a cidade a cada ano mais turistas. Este ponto é comum ao próximo Mapa (Figura 40), que ao tratar de sua percepção sobre o patrimônio local, apresenta em seu desenho bens que são referentes à outro estado, o Amazonas.

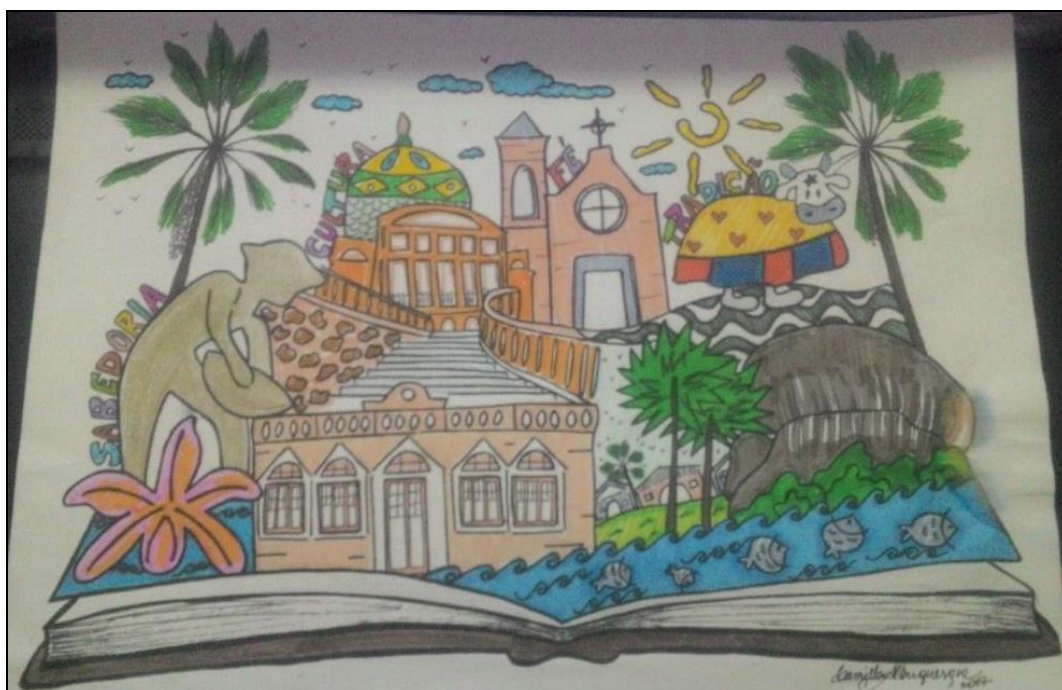


Figura 38 - Mapa Mental B do Grupo 3: Residentes de fora do Plano Urbanístico.

O ser humano, sua consciência e cultura são únicos em sua identidade, todavia, são produtos incorporados de outras consciências, outras culturas, mediadas pela comunicação que se instala no centro das relações. É dessa forma, portanto, que os discursos ao serem incorporados se constituem em signos que se transformam em enunciados ou representações nas diferentes formas de linguagem (KOZEL, 2009, p.3).

O Mapa apresentado acima traz entre seus ícones elementos diversos, inclusive algumas iconografias do Estado do Amazonas em um desenho com riqueza de detalhes. Em relação a especificidade dos elementos conforme a metodologia Kozel (2009), tratam-se de representações de elementos da paisagem natural, os elementos da paisagem construída e elementos móveis, aqui representados pela iconografia do Sol e da orquídea e o Rio Branco cheio de vida com o cardume de peixes; o Teatro Amazonas (localizado em Manaus – Amazonas) acompanhado da palavra “cultura”, a Igreja Católica com a palavra “fé”, o famoso calçadão homenageando o encontro das águas, também em Manaus, o boi-bumbá, acompanhado da palavra “tradição”, o casarão da família Brasil, localizado no centro histórico de Boa Vista, a Pedra Pintada, localizada na Terra Indígena São Marcos em Roraima, o Monumento ao Garimpeiro acompanhado da palavra “sabedoria”, além dos buritizais.

O autor do Mapa faz o seguinte relato: *“nasci em Manaus e vim morar em Roraima muito pequena, mesmo assim, sentia muita saudade desses locais que desenhei aqui, como o Teatro Amazonas, que sempre passava por lá com a mamãe ou as tias quando ia no centro. As músicas de boi que tocavam o ano todo na rádio e a rua de casa. Quando vim morar aqui, a mamãe sempre levava a gente pra passear ali pelo centro e também deixava a gente na biblioteca pública pra ficar lendo. Lá eu conheci algumas lendas, sobre a Pedra Pintada e algumas histórias daqui e também dava pra ver o Monumento ao Garimpeiro e sempre que a gente saía de lá, a gente brincava ao redor desse patrimônio. A gente também sempre ia na beira do rio e brincava lá. Parecia que as histórias de lá de Manaus e as histórias daqui eram uma só e eu valorizo muito a história daqui. Sempre tento colocar nos meus trabalhos as coisas daqui e levar as pessoas nesses lugares pra conhecer, menos na Pedra Pintada que eu nunca fui. Esses são os meus patrimônios culturais, misturados com os daqui de Roraima e com os lá de Manaus. O livro abaixo de toda a ilustração é para abarcar toda a nossa história e transformar em conhecimento. Culturas que se encontram e se encaixam de maneira a enriquecer e completar a sua riqueza material, histórica e natural. O Patrimônio Histórico agrega em nossa vida mais cultura, conhecimento, valoriza a Fé e confiança,*

transforma a curiosidade em sabedoria e Tradição. Valorizar o Patrimônio Histórico é valorizar a vida e alegrar-se com suas tantas cores, formas e sabores”.

GRUPO 4:

No último grupo, destinado aos povos de comunidades indígenas, foram selecionados dois Mapas, sendo um de cada Comunidade. A particularidade deste grupo, é que quando apliquei os Mapas Mentais, realizei antes uma oficina de educação patrimonial, com prévia autorização do Tuxaua²⁶ da Comunidade ou ao menos um bate papo com os moradores locais a respeito do assunto. Outra particularidade, é que mesmo com a metodologia do Mapa Mental sendo aplicada de forma individual dentro de cada grupo aqui estabelecido, nas Comunidades Indígenas que tive a oportunidade de aplica-los, eles eram definidos em grupo. Tudo é decidido em grupo, inclusive com a participação das crianças. A seguir, apresento o Mapa A (Figura 41) do Grupo 4:

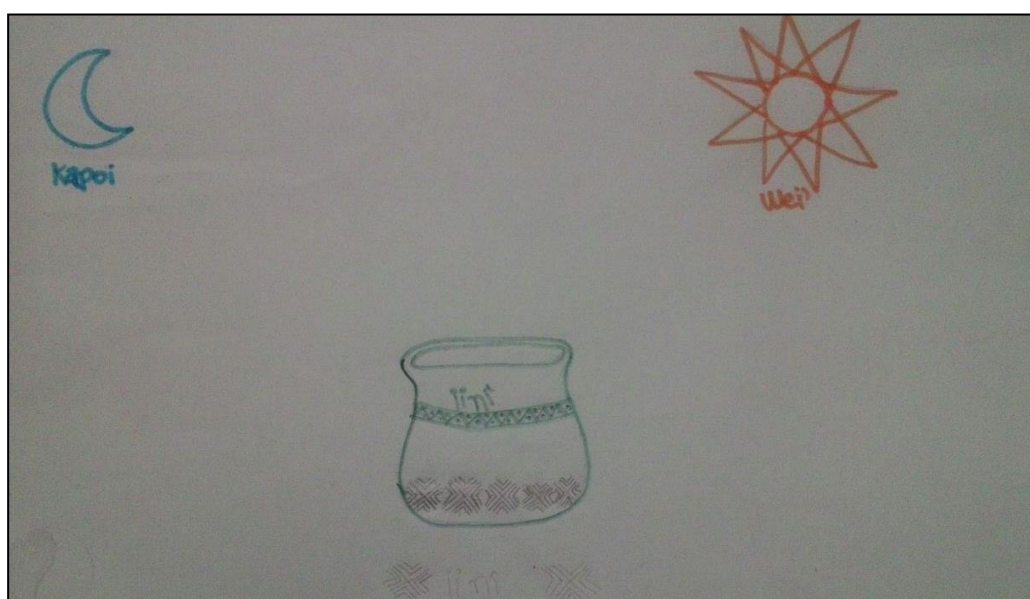


Figura 39 - Mapa Mental A do Grupo 4: Povos de Comunidade Indígena.

O Mapa acima possui apenas três elementos desenhados pertencentes aos elementos da paisagem natural (o Sol e a Lua) e um elemento da paisagem construída (a panela de barro), com legendas na língua macuxi. O Mapa diz respeito a tradição que é muito antiga entre o povo de sua Comunidade. Quando falou sobre a história do seu desenho, seu autor me falou o seguinte: *“de acordo com o que a senhora falou, agora eu sei que isso aqui que é patrimônio pra mim. Antes eu pensava que patrimônio eram aqueles prédios bem antigos em outros lugares, as pirâmides, né?! Mais agora eu sei que é o que representa a nossa história,*

²⁶ Tuxaua é o líder e representante maior da Comunidade. Responsável por realizar assembleias e tomar decisões que dizem respeito à todos. O Tuxaua é escolhido por meio de uma eleição feita na própria Comunidade.

né?! Porque fiz isso daqui! Porque eu lembro que quando eu era pequeno, eu ia com a minha vó lá onde ela pegava o barro pra fazer as panelas e era bem longe, aí ela ia lá onde pegava e eu ficava esperando um pouco assim longe, porque só elas que podiam pegar, né! Ai a gente vinha pra casa e eu ficava o tempo todo com ela quando ela fazia as panelas. E levava era dias pra fazer. E tem as panelas que tem por aí nesses lugares escondidos, nas serras, né. Mais não é qualquer um que vai lá não. Hoje em dia, a minha vó não faz mais as panelas porque já tá bem idosa, né! E também porque lá onde ela ia pegar o barro, que é bem longe daqui, já não tem mais o barro que ela pegava pra fazer a panela. Então foi disso aqui que eu lembrei quando a senhora falou de patrimônio e também porque a Comunidade é bem conhecida por causa das Panelas de Barro e as pessoas vem pra cá no Festival das Panelas de Barro. Eu só não mostraria as panelas de barro que tão enterradas por aí e que tem ossos dentro, porque aí o Tuxaua não ia deixar, né? Nem os mais velhos daqui. Porque é sagrado e também porque já veio gente aqui de fora e mexeu e levou coisa daqui sem autorização do Tuxaua .”

O segundo Mapa (Figura 42) é o que exponho abaixo:



Figura 40 - Mapa Mental B do Grupo 4: Povos de Comunidade Indígena

O Mapa aqui exposto traz assim como no Mapa A deste Grupo, poucos elementos, também sem legenda ou palavras chave para compor a ilustração. Esses elementos dizem

respeito a paisagem natural, aqui representados pelos buritizais e pelas pinturas rupestres, e os elementos humanos, simbolizados pelos adereços indígenas (pulseiras e colares).

Quando foi fazer a apresentação do seu Mapa, que não foi apenas pra mim e sim, para parte da Comunidade que estava presente, o autor do Mapa diz o seguinte a respeito: *“Eu fiz aqui pouca coisa porque não sei desenhar muito bem. Mais o que eu quis dizer é que a nossa cultura é muito importante, apesar de alguns não concordarem, né?! A gente escuta as vezes os mais velhos contando as histórias e a gente vê que muita coisa já aconteceu. Aqui eu fiz esses desenhos que significam a nossa cultura. Cada desenho desse significa uma coisa aqui, são pinturas que a gente faz no corpo. Significam símbolos de guerra e a gente pinta no braço, quando vai dançar o Parixara ou alguma coisa assim do tipo e as pessoas quando vem aqui pra conhecer, gosta de fazer também e pede pra fazer e a gente faz. E aqui são os nosso artesanato que a gente faz e usa e vende também e as pessoas vem e compra quando vem aqui. Aqui esses buritizais é porque quando a gente tá andando por aí, a gente sabe que onde tem um burutizal, é porque tem água ou rio assim, um igarapé e pode ir lá onde ele tá que você vai achar água. Aí as vezes o pessoal acha que é mentira e quando vê, é verdade. Então isso que é importante aqui. Que é o nosso principal patrimônio, né?! Então Roraima pra mim agora, é a nossa cultura que já existia muito antes de tudo aqui, tem até as pinturas aí nas pedras, as histórias de ossada nas panelas de barro aí escondidas, então isso já faz muitos anos, centenas e centenas! É disso que a gente fala quando vem alguém aqui pra conhecer, uns turista que vem fotografar assim se o Tuxaua deixar, estudar e tudo, às vezes até dormir .”*

Como podemos perceber, os dois Mapas aqui apresentados no Grupo 4, são semelhantes no sentido de que valorizam seus bens naturais e suas culturas, perpassadas por meio de histórias contadas pelos integrantes mais velhos da Comunidade. O que difere é que no Mapa A, percebe-se que tratam alguns lugares como sagrado e, portanto, não permitem a visita de pessoas de fora da sua Comunidade, enquanto que no Mapa B, é falado sobre visitas e interação com a cultura de uma forma mais natural.

Posso concluir a partir de todos os desenhos aqui analisados, que mesmo os desenhos pertencentes ao mesmo grupo, passavam informações diferentes, não em sua totalidade, coincidindo em alguns pontos inclusive, com bases de seus significados bem diferentes, demonstrando que mesmo pertencendo ao mesmo local, os diferentes modos de criação, ou as origens que antecedem seu cotidiano atual, podem refletir no processo de construção dos símbolos, mesmo com a comunicação desses ícones sendo as mesmas, como relata toda a parte teórica que antecedeu a exposição dos Mapas. “É importante destacar que por mais

diversificadas que sejam as atividades humanas estarão vinculadas a um tipo de linguagem” (Kozel, 2009, p. 6).

Verificou-se que o tema mais recorrente em todos os Mapas, foram os elementos referentes à paisagem natural e os elementos da paisagem construída, seguidos dos elementos humanos e elementos móveis, sendo que sua maioria é de bens culturais comuns aos turistas que visitam a cidade. Destaca ainda que em nenhum momento da aplicação dos Mapas, mencionei ou apresentei como seria a metodologia de análise dos mesmos, fazendo com que todos se sentissem bem a vontade para elaborar seus Mapas de acordo com o que achasse melhor apresentar, baseando-se apenas nas quatro perguntas que lancei antes da aplicação.

Apesar de a descrição ser feita com o máximo de detalhes possível e que pude colher na pesquisa de campo, a intenção é que quem tenha acesso aos Mapas, também, possa tirar suas próprias conclusões. Dessa forma, almeja-se aqui “revelar intenções, ações e o cotidiano das pessoas de um lugar por meio dos desenhos, da sua análise e das vivências, sem pretender conclusões definitivas, deixa-las em aberto às inquietações dos leitores, pesquisadores e planejadores” (Lima, 2009, p. 8).

Vale a pena ressaltar também que os desenhos foram elaborados a partir de suas visões de mundo e percepção acerca do patrimônio local. “O signo, portanto, é uma construção dialógica e social e o significante não é algo encerrado, fechado, mas pode ser constantemente criado e recriado socialmente” (KOZEL, 2009, p. 4). In: Gomes (2011, p.6).

Não obtive dificuldades na aplicação desta metodologia como imaginei que iria ter por ter que solicitar das pessoas, que fizessem desenhos em folhas papel. Pelo contrário, a maioria das pessoas demonstrou estar realizando uma atividade prazerosa, pois enquanto faziam seus desenhos, relembavam e contavam histórias de suas infâncias, compartilhando assim, suas recordações. Às vezes demonstrando estarem envergonhados no início por conta da estética do desenho, mais logo se despreendendo e esquecendo esse detalhe depois.

Ao observarmos no geral os desenhos aqui apresentados e se compararmos aos inventários do Estado e Município, pouco se ver de um no outro. As informações aqui obtidas por meio dos desenhos demonstram claramente um sentimento de pertencimento entre as pessoas e o local em que vivem. Essa intimidade e sensibilidade do morador com o seu local de moradia, dando importância aos símbolos que representam o seu dia-dia, sua história e história dos seus antepassados, é o alicerce para qualquer dos seguimentos turísticos que se pretende inserir em uma localidade, pois é a partir dessa autenticidade dos moradores locais, que a atividade turística obterá êxito e esta atividade econômica que gira em torno da

experiência e da vivência poderá contribuir para a economia e a preservação do patrimônio cultural local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) a simples divulgação de valores culturais é, em si mesma, uma das mais eficientes formas de proteção dos bens culturais (Coelho, 2011, p. 30. *In*: Carvalho, 2011, p. 4).

Acredito que os Mapas Mentais podem ser utilizados em ações de educação patrimonial, podendo ser aplicados nas mais variadas faixas-etária, sendo preciso apenas modificar o método de abordagem de acordo com o público que se quer atingir. Também é viável realizar a produção de material didático como resultado da aplicação desse método, pois a partir da reflexão que é possível ser feita com a interação dos envolvidos, na troca de experiências, pode-se aprender sobre a cultura e a percepção de mundo dos indivíduos pertencentes do seu mesmo grupo, ou ainda dos grupos e culturas diferentes, estabelecendo uma rede de relações e construção social. Ampliando o campo da utilização do método, seus resultados podem nortear ações de reconhecimento, promoção e valorização do patrimônio cultural.

Os mapas mentais têm mostrado o quanto se torna possível, através da leitura e representação das imagens do ambiente, mensurar informações e interpretações variadas que os sujeitos possuem e, a partir daí, encaminhar as atividades e discussões acerca do tema proposto (SOUZA, 2008, p.129 *In*: Gomes, 2011, p. 9).

Mais do que tornar patrimônio (materiais e imateriais) em bens tombados e/ou registrados, levando o reconhecimento por um ou mais grupos, o olhar deve voltar-se para o desenvolvimento de um inventário que possibilite o registro (registro aqui na ação de tomar conhecimento), de bens que se manifestam em suas diferentes formas e que proporcionam que as futuras gerações possam conhecer e entender mais sobre suas raízes e de alguma forma, carregarem consigo essas referências. E como bem coloca Stuart Hall, “estes significados estão contidos nas histórias que são contadas sobre ela, memórias que conectam seu presente com o passado, e imagens que são construídas a propósito delas” (Hall, 1995, p. 40, *In*: Nogueira, 2005, p. 233). Assim os Mapas Mentais podem ser vistos como uma ferramenta que revela a linguagem estabelecida nos espaços vividos, com todas as diferenças próprias a cada um, mas, acima de tudo, com símbolos cujos significados são oriundos de uma construção que só é possível ser feito na coletividade.

Essa atividade tem características formativas, pois a partir do momento em que os seres humanos se sentirem parte integrante da natureza, tendo em vista uma percepção mais aguçada, os problemas (...) poderão ser amenizados. Por meio dos processos perceptivos e a partir dos interesses e necessidades que estruturamos e organizamos a interface entre a realidade e o mundo, selecionando-as, armazenando-as e conferindo-lhes significados. (KOZEL, 2001) In: Kozel, 2009, p.5.

A rápida depredação que o patrimônio cultural vem sofrendo, é um reflexo significativo do descomprometimento das gestões que passaram e ainda estão no poder. As justificativas sobre a ausência de ações que valorizem a cultura local recaem em sua maioria pela falta de orçamento para investimentos. Mas, como citei no parágrafo anterior, observo que as ações de preservação do patrimônio e inclusive para emprego na atividade turística, não podem recair apenas na espera por verbas para fomento de licitações, projetos e inventários que no final das contas, de todo o processo burocrático, nem temos notícia de seus resultados, ou mesmo não foram finalizados e acabam por não existir.

Em todo o processo de entrevistas, oficinas e momentos de conversa com pessoas, percebi a preocupação em replicar aquilo que elas “acham” ser seu patrimônio, de acordo com o que foi tombado por meio de leis e decretos, ou é mais conhecido e visitado na cidade. Ao tomarem conhecimento de que o patrimônio cultural não está limitado a isso, é visível uma expressão de alívio, seguido de inúmeras histórias sobre lugares, fatos e pessoas importantes.

Restringir ações de promoção do patrimônio em cima de informações que são copiadas e coladas, que andam em círculo, numa espécie de catequização da história, impondo monumentos, como bem coloca Nogueira (2005, p. 221-222), que em congruência com Fenelon (1992, p. 29), diz o seguinte: “Com relação às políticas de preservação do patrimônio histórico, “seja no âmbito federal como no estadual e municipal, estas ações guardam sempre a marca da improvisação e da empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura””.

“Essa nova metodologia para os inventários leva em consideração tanto os bens culturais tombados quanto os que não recebem este registro mas que de certa forma adquiriram uma identificação social local. Este trabalho também foi inovador no sentido que não apenas documenta a edificação tombada, mas leva em consideração todo o contexto no qual se insere, inclusive mapeando edificações não preservadas (Coelho, 2011, p. 30 In: Carvalho, 2011, p. 4).

Nosso trabalho em torno da preservação do patrimônio cultural deve ter um olhar inquieto, ávido por conhecimento e sensível quanto as mais variadas manifestações culturais e nesse processo, trabalhar no aperfeiçoamento de suas ferramentas de inventário e fomento do patrimônio cultural, de forma minuciosa e planejada. Esses procedimentos com certeza irão

refletir no desenvolvimento das políticas públicas para a promoção da atividade turística que acima de tudo, respeito a cultura local.

Por fim, deixo aqui como sugestão, que se dê mais atenção para a promoção de tudo isso que venho escrevendo no decorrer dessas páginas, à produção e publicação que destaquem as histórias que formam Roraima, pela oralidade. E o Iphan possui publicações que exemplificam muito bem isso. É o caso do Guia Sentimental da Cidade de Pirenópolis, o Guia Afetivo da Cidade de Goiás e o Notícias de Corumbá de Goiás. Essas publicações, não se tratam de um guia turístico, com informações diretas e precisas e também não possuem pretensões acadêmicas, porém, os livros apresentam em suas páginas, uma descrição íntima dos locais. As três publicações são de autoria de Elder Rocha Lima, que é arquiteto e artista plástico e foram publicadas pelo IPHAN.

Existe ainda uma série de publicações pelo Ministério da Cultura e Governo do Estado do Maranhão, denominadas “Memória de Velhos: Depoimentos – Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense”, que possui inúmeros volumes e como o próprio nome da obra diz, traz em suas páginas histórias coletadas por meio da oralidade dos moradores do Estado do Maranhão.

Com a aplicação dos Mapas Mentais, pretendi estabelecer uma proposta de metodologia capaz de nortear uma produção de inventário. Finalizando a análise dos Mapas e subsidiada por toda a base teórica na qual me debrucei até chegar aqui, proponho que o uso de inventários, seja utilizado sempre para além. Ampliando seus sentidos que perpassam o simples fato de ajudarem em processos administrativos para tombamento e registro de bens, quer por órgãos de preservação do patrimônio, que por Associações, escolas, Comunidade e por aí em diante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carolina Viana. **Porto de Cimento**. Educação Patrimonial em Boa Vista – Roraima. Disponível em:

<http://educacaopatrimonial-boavistaroraima.blogspot.com.br/search/label/Monumentos>.

Acesso em: 11. Fev. 2016.

AMORIM, Filho Oswaldo Bueno; CARTER, Harold & KOHLSDORF, Maria E.: **Percepção ambiental – Contexto teórico e aplicações ao tema urbano**. Belo Horizonte, IGC-UFMG, 1987Os *In*: KOZEL, Salette. **Representação do Espaço Sob a Ótica, dos Conceitos: Mundo vivido e dialogismo**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4528. Acesso em: 14. Nov. 2016.

ARANTES, Antonio Augusto. **Patrimônio Imaterial e Referências Culturais**. Revista Tempo Brasileiro, out.-dez. – nº 147 – Rio de Janeiro, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. (Voloshinov, V) **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1986 (original em russo 1920). *In*: KOZEL, Salette. **As Linguagens do Cotidiano como Representações do Espaço: Uma Proposta Metodológica Possível**. Observatório Geográfico da América Latina. Encontro Latino-americano de Geógrafos da América Latina – EGAL, 2009. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. **Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Núcleo de Pesquisas de Roraima, 1993. Disponível em:

http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/1993Ocup%20Humana_I_BMPEG.pdf. Acesso em: 11. Nov. 2015.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. *In*: SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Turismo em Roraima: meio ambiente e cultura indígena**. Revista Textos & Debates – nº 5 – 1998. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1017/830>. Acesso em: 04. Abril. 2016.

BOA VISTA. **Decreto Nº 2.176, de 16 de abril de 1993**. Cria o Projeto Raízes, institui sua comissão de estudos e dá outras providências.

BOA VISTA. **Lei Nº 1.427, de 15 de junho de 2012**. Institui o tombamento e registro de bens e organiza a proteção do patrimônio cultural e museológico do município do município de Boa Vista e dá outras providências. Disponível em: http://www.boavista.rr.gov.br/ArquivosDinamicos/2012/07/23072012093315402_1.pdf. Acesso em: 25. Jan. 2015.

BOA VISTA. **Lei Nº 1.428, de 15 de junho de 2012**. Institui o conselho municipal do patrimônio cultural e museológico do município de Boa Vista e dá outras providências. Disponível em: http://www.boavista.rr.gov.br/ArquivosDinamicos/2012/07/23072012093315402_1.pdf. Acesso em: 25. Jan. 2015.

BOA VISTA. **Sinalização histórica revela Boa Vista de 1785 a 1988**. Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/03/sinalizacao-historica-revela-boa-vista-de-1785-a-1988>. Acesso em: 13. Fev. 2016.

BOA VISTA. **Inventário do Patrimônio Histórico de Boa Vista**. Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV. Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC. Boa Vista: 2011.

BOA VISTA. **Decreto Nº 006/E, de 19 de janeiro de 2015** – Regulamenta a Realização de Destombamento no Município de Boa Vista – RR e Destomba o Antigo Hospital Nossa Senhora de Fátima. Diário Oficial do Municipal de Boa Vista. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NjM0>. Acesso em: 25. Jan. 2015.

BOA VISTA. **Decreto nº 2.614, de 15 de outubro de 1993**. Tomba os prédios abaixo relacionados para construção do acervo do patrimônio histórico do município de Boa Vista – RR. Prefeitura Municipal de Boa Vista.

BOA VISTA. **Plano que vai alavancar o turismo em Boa Vista será avaliado nesta quarta-feira**. Disponível em: <http://boavista.rr.gov.br/noticias/2016/03/plano-que-vai-alavancar-o-turismo-em-boavista-sera-avaliado-nesta-quarta-feira>. Acesso em: 19. Mar. 2016.

BOA VISTA. **Inventário Turístico do Município de Boa Vista: Relatório Final**. Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC. Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV. Boa Vista, 2011.

BOA VISTA. **Relatório de Pesquisa de Satisfação dos eventos Boa Vista Junina, Carnaval e Encontro de Motos de Alta Cilindradas – Edição 2013**. Prefeitura Municipal de Boa Vista – PMBV. Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura – FETEC. Boa Vista, 2013.

BRASIL. **Artigo 14 – Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados... Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=2162>. Acesso em: 14. Nov. 2015.

BRASIL. **Artigo 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro...** Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf). Acesso em 14. Jan. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/279736.pdf>. Acesso em: 14. Jan. 2016.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Instrução Normativa Nº 003 de 11 de junho de 2015.** Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>. Acesso em: 22. Jun. 2015.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Culturais Registrados.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf#>. Acesso em: 14. Jan. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Pedido de Tombamento das Fortificações Brasileiras** – Processo Nº 1.613-T-10. Forte São Joaquim do Rio Branco. Parecer Nº 03/2011, à folhas 278 a 283 do Anexo IV, Volume 2.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Nº 11 de 11 de setembro de 1986.** Disponível em http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/portaria_11_1986.pdf. Acesso em: 14. Jan. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório Final do Centro Histórico de Boa Vista – RR. A Ocupação militar: O Forte São Joaquim.** Fronteiras e Estudos Arqueológicos e Ambientais. Goiânia: jul. 2009.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Turismo e Patrimônio Cultural em Debate no Iphan**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3676>. Acesso em: 08. Ago. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa Nº 001, de 02 de março de 2009: Dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_001_2009\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_Normativa_001_2009(2).pdf).

Acesso em: 17. Out. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação**. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf.

Acesso em: 22. Out. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material – SICG**. Disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.do?id=14554&sigla=DocumentoDownload&retorno=paginaDocumentoDownload>. Acesso em: 25. Out. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. IPHAN, 2000. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 25.

Out. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>.

Acesso em: 25. Out. 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Termo de Compromisso para Uso do INRC**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/686/>. Acesso

em: 25. Out. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**. Lima. Ana Clévia Guerreiro – Coordenador. Brasília, 2011. Disponível em:

http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf. Acesso em: 7. Abril. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Municípios de Roraima são agrupados de acordo com o tamanho da economia turística**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5434-munic%C3%ADpios-de-roraima-s%C3%A3o-agrupados-de-acordo-com-o-tamanho-da-economia-tur%C3%ADstica.html>. Acesso em: 7. Abri. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **MTur apresenta Mapa da Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7010-minist%C3%A9rio-do-turismo-apresenta-mapa-da-sustentabilidade.html>. Acesso em: 25. Out. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2016**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/mapa_turismo_brasileiro_jul_2016.pdf. Acesso em: 2. Jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **ONU declara 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7383-onu-declara-2017-o-ano-internacional-do-turismo-sustent%C3%A1vel.html>. Acesso em: 2. Jan. 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Editora Contexto: 1. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2007. *In*: VERAS. Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do Espaço Urbano de Boa Vista – Roraima**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: 2009.

CARVALHO, Taisa Soares; AMARAL, Luís Cesar Peruci do. **Os inventários como instrumento de preservação: da identificação ao reconhecimento.** 9º Seminário Docomomo Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, junho de 2011. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf. Acesso em: 17. Out. 2016

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O Poder da Identidade.** 6º Edição. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1999.

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão: antologia para um combate.** Fino Traço Editora Ltda. Minas Gerais, 2011.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d' Ayala. **Patrimônio Cultural Edificado.** Goiânia: Goiás: ECG, 2001. *In:* CARVALHO, Taisa Soares; AMARAL, Luís Cesar Peruci do. **Os inventários como instrumento de preservação: da identificação ao reconhecimento.** 9º Seminário Docomomo Brasil. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, junho de 2011. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf. Acesso em: 17. Out. 2016

CONTEXTO. **O que é Sociolinguística?** Editora Contexto. Disponível em <http://www.editoracontexto.com.br/blog/o-que-e-sociolinguistica/>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais.** Edições do Patrimônio. 3ª Edição – Revista e Aumentada. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2004.

DE DECCA, Edgar. **1930, O silêncio dos vencidos.** Memória, história e revolução. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. *In:* MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia da Investigação Científica em Educação.** Curitiba: Ibpex, 2005. PINTO, Débora Beron. **Os Desafios Metodológicos para uma Abordagem Científica**

do Turismo: O Inventário Turístico. Programa de Pós – Graduação. Mestrado Acadêmico em Turismo. Universidade de Caxias do Sul, 2007.

DERENUSSON, Darcy Aleixo. Entrevista, 9 de julho de 1991. **Plano Urbanístico de Boa Vista /RR.** Boa Vista: Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2000 (Apresentação de Powerpoint). In: MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e Inspirações da Capital de Roraima (1830-2008).** Revista Tempos Históricos. Volume 13 – 1º semestre, 2009. ISSN 1517-4689. Disponível em:

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/3520>. Acesso em: 15. Ago. 2015.

DIAS, Dalva Honorato de Souza. **O Município de Boa Vista Aspectos Históricos.** Editora Boa Vista Ltda. Boa Vista, 2012.

DICIO. Dicionário *On Line* de Língua Portuguesa. **Conceito de Mapa.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mapa/>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

DICIO. Dicionário *On Line* de Língua Portuguesa. **Significado de Fenomenologia.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fenomenologia/>. Acesso em: 14. Nov. 2016.^[U2]

DICIO. Dicionário *On Line* de Língua Portuguesa. **Significado de Sociolinguística.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sociolinguistica/>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização.** São Paulo: Paz e Terra, s/d. 197. In: MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e Inspirações da Capital de Roraima (1830-2008).** Revista Tempos Históricos. Volume 13 – 1º semestre, 2009. ISSN 1517-4689. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/3520>. Acesso em: 15. Ago. 2015.

Fato Real. **Patrimônio Histórico – PL propõe regulamentação do destombamento de prédios em Boa Vista.** Disponível em: <http://www.fatoreal.blog.br/politica/patrimonio-historico-pl-propoe-regulamentacao-do-destombamento-de-predios-em-boa-vista/>. Acesso em: 19. Mar. 2015.

FENELON, Déa Ribeiro. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico**. In: O Direto à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH/SMC-Prefeitura do Município de São Paulo, 1992. In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por Um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. Hucitec: Fapesp. São Paulo, 2005.

G1 Roraima. **Comissão conclui Relatório sobre situação de prédios culturais em RR**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/02/comissao-conclui-relatorio-sobre-situacao-de-predios-culturais-em-rr.html>. Acesso em: 19. 03. 2015.

G1 Roraima. **Governo anuncia revitalização de Teatro e Casa da Cultura em Roraima**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/10/governo-anuncia-revitalizacao-de-teatro-e-casa-da-cultura-em-roraima.html>. Acesso em: 25. Out. 2015.

GOMES, Aline Honório Araújo da Silva. **Mapas Mentais como Representações do Espaço Vivido e Percebido**. V Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. São Cristovão – SE, 2011. Disponível em: <http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%202/PDF/Microsoft%20Word%20-%20MAPAS%20MENTAIS%20PARA%20%20V%20EDUCOM.pdf>. Acesso em: 14. Nov.2016.

GOULD, Peter; WHYTE, R. **Mental Maps**. Harmondsworth: Penguin Books, 1973. In: KOZEL, Salette. **Representação do Espaço Sob a Ótica, dos Conceitos: Mundo vivido e dialogismo**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4528. Acesso em: 14. Nov. 2016.

HALBWACHA, Maurice. **A Memória Coletiva**. Editora Centauro. São Paulo, 2006.

HALL, Stuart. **A Questão da Identidade Cultural**. Coleção Textos Didáticos. Campinas: Unicamp, nº 18, 1995. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por Um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. Hucitec: Fapesp. São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População Estimada de Boa Vista**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=rr>. Acesso em: 14. Jan. 2016.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL – ISA. **Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região**. Organização Ciro Campos. São Paulo: 2011.

JORNAL DE RORAIMA. **A cidade de Boa Vista é inspirada em Paris?** Jornal de Roraima. Disponível em:

http://jornalderoraima.com/noticia/3567/a_cidade_de_boa_vista_e_inspirada_em_paris.

Acesso em: 13. Jan. 2016.

LIMA, Angélica Macedo Lozano. **Lugar e Mapa Mental: Uma Análise Possível**. Revista

UEL. Departamento de Geociências. Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina. 2009. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2388/2415>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980. *In*: LIMA, Angélica Macedo Lozano. **Lugar e Mapa Mental: Uma Análise Possível**. Revista UEL. Departamento de Geociências. Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina. 2009. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2388/2415>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A Gestão do Patrimônio: Estratégias de Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 2012. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Deborah%20Padula%20Kishimoto.pdf>. Acesso em: 25. Out. 2016.

KOZEL TEIXEIRA, S. “**Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a Capital ecológica**”. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. (tese de doutorado) *In*: KOZEL, Salette. **As Linguagens do Cotidiano como Representações do Espaço: Uma Proposta Metodológica Possível**. Observatório Geográfico da América Latina. Encontro Latino-americano de Geógrafos da América Latina – EGAL, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

KOZEL, Salette. **As Linguagens do Cotidiano como Representações do Espaço: Uma Proposta Metodológica Possível**. Observatório Geográfico da América Latina. Encontro Latino-americano de Geógrafos da América Latina – EGAL, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

KOZEL, Salette. **Representação do Espaço Sob a Ótica, dos Conceitos: Mundo vivido e dialogismo**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4528. Acesso em: 14. Nov. 2016.

LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO – LACED. **Inventário Nacional de Sítio Urbanos Tombados – INBI-SU**. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/projetos/projetos-executados/inventario-nacional/>. Acesso em: 25. Out. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da Unicamp – 5ª Edição. Campinas, São Paulo: 2003.

MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas: 2010.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e Inspirações da Capital de Roraima (1830-2008)**. Revista Tempos Históricos. Volume 13 – 1º semestre, 2009. ISSN 1517-4689.

Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/3520>.

Acesso em: 15. Ago. 2015.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. **Inventários de Identificação**. IPHAN. Rio de Janeiro: 1998.

MURTA; Stela Maris. ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio: um exercício de olhar**. Ed. UFMG; Território Brasilis. Belo Horizonte, 2002.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por Um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. Hucitec: Fapesp. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Ana Gita de. **O INRC como Instrumento de Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial: a Experiência Brasileira**. Semana do Patrimônio: 16 a 22. 08. 15 Anos da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/artigo_boiBumba_AExperienciaBrasiliera_AnaGitaOliveira.pdf. Acesso em: 17. Nov. 2016.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo: FFLCH/USP, 2003 (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da USP). *In*: MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: Razões e Inspirações da Capital de Roraima (1830-2008)**. Revista Tempos Históricos. Volume 13 – 1º semestre, 2009. ISSN 1517-4689. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/3520>. Acesso em: 15. Ago. 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Arquivos da Memória. Antropologia, Escala e Memória, Nº 2 – Nova Série, 2007. Disponível em: [http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-memoria/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 13. Dez. 2015.

PINTO, Débora Beron. **Os Desafios Metodológicos para uma Abordagem Científica do Turismo: O Inventário Turístico**. Programa de Pós – Graduação. Mestrado Acadêmico em Turismo. Universidade de Caxias do Sul, 2007.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. SILVA, Aline de Figueirôa. **Inventários de Bens Móveis e Integrados como Instrumentos de Preservação do Patrimônio Cultural: a experiência do INBMI/ Iphan em Pernambuco**. Projeto História nº 40, junho de 2010.

RODRIGUES, Éder. **Filho do engenheiro que projetou Boa Vista ministra palestra na UFRR**. Roraima, 2011.

RORAIMA. **Constituição do Estado de Roraima. Cap. III, Seção II, Artigo 157** Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Boa Vista – Roraima, 2008.

RORAIMA. **Constituição do Estado de Roraima. Cap. III, Seção II, Artigo 159** Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Boa Vista – Roraima, 2008.

RORAIMA. **Constituição do Estado de Roraima. Cap. III, Seção II, Artigo 160** Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Boa Vista – Roraima, 2008.

RORAIMA. **Emenda Constitucional Nº 021 de 06 de maio de 2008**. Dá nova redação ao Caput do art. 159 da Constituição Estadual, acresce parágrafos e incisos e dá outras providências. Disponível:

http://www.mpc.rr.gov.br/uploads/2013/09/02092013013614204_6.pdf. Acesso em: 16. Fev. 2016.

RORAIMA. **Emenda Constitucional n º 30 de 23 de outubro de 2012**. Retira o Tombamento das Corredeiras do Bem Querer e da Faixa de 500 Metros das Margens do Rio Branco. Disponível em: <http://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/100147819/mpf-rr-recomenda-tombamento-do-sitio-arqueologico-de-bem-querer>. Acesso em: 16. Fev. 2016.

RORAIMA. **Lei Nº 718, de 6 de julho de 2009**. Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural do Estado de Roraima. Disponível em:

<http://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/2009/Lei%20Estadual%20718-2009.pdf>. Acesso em: 16. Fev. de 2016.

RORAIMA. **Lei Nº 983 de 26 de novembro de 2014.** Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Cultura – FUNCULTURA. Disponível em: <http://www2.al.rr.leg.br/leis/projetos-e-outras-proposicoes/projetos-de-decretos-legislativos/viewdownload/77-2014/1966-lei-n-983-de-26-de-novembro-de-2014>. Acesso em: 16. Fev. 2016.

RORAIMA. **Comissão Interinstitucional de Estudos Sobre o Patrimônio Cultural de Roraima: Relatório Final.** Conselho de Cultura do Estado de Roraima. Roraima, 2009.

RORAIMA. Departamento de Turismo do Estado de Roraima. **Turismo representa mais de 10% do volume de serviços.** Disponível em: http://scrrbv.hospedagemdesites.ws/turismo/site?governoderoraima=noticias_ver&id=16. Acesso em: 7. Abril. 2016.

RORAIMA. Portal do Governo do Estado de Roraima. **Comunidades aprovam projeto turístico na Terra Indígena São Marcos.** Disponível em: http://www.portal.rr.gov.br/site/?governoderoraima=noticias_ver&id=2860. Acesso em: 14. Out. 2016.

SAMPAIO, Francisco Ribeiro. **Relação Geográfica-Históricas do Rio Branco da América Portuguesa.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro. Tomo XIII, n. 18, p. 208-209, 1850. *In*: VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela terra – 1777 a 1980.** 2. ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & Memória Social.** Annablume. São Paulo, 2003.

SÃO PAULO. **Inventário Turístico: Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo do Estado de Roraima.** Ruschmann Consultores de Turismo S/C Ltda. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.turismo.rr.gov.br/site/?governoderoraima=inventario>. Acesso em: 17 nov.2016.

SEVCENKO, Nicolau. Orféu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. *In*: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por Um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. Hucitec: Fapesp. São Paulo, 2005.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Turismo em Roraima: meio ambiente e cultura indígena**. Revista Textos & Debates – nº 5 – 1998. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1017/830>. Acesso em: 04. Abril. 2016.

SOUSA, Iomara Barros, de. **O Mapa Mental como Recurso Didático no Ensino de Geografia: uma Análise da Percepção Socioambiental do Rio Alcântara no Município de São Gonçalo/RJ**. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/11/352.pdf>. Acesso em: 14. Nov. 2016.

SOUZA, Luciana Cristina Teixeira de. **A complexa abordagem geográfica de uma complexa geografia escolar: Análise de experiências**. *In*: Espaços Culturais – vivências, imaginações e representações. Org.: Angelo Serpa. Salvador: Edufba, 2008, p. 117 a 137. *In*:

GOMES, Aline Honório Araújo da Silva. **Mapas Mentais como Representações do Espaço Vivido e Percebido**. V Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. São Cristovão – SE, 2011. Disponível em: <http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%202/PDF/Microsoft%20Word%20-%20MAPAS%20MENTAIS%20PARA%20%20V%20EDUCOM.pdf>. Acesso em: 14. Nov.2016.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia – Um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente** (Tradução de Livia de Oliveira). DIFEL. São Paulo,1980. *In*: KOZEL, Salette. **Representação do Espaço Sob a Ótica, dos Conceitos: Mundo vivido e dialogismo**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4528. Acesso em: 14. Nov. 2016.

UNESCO. **Turismo Cultural: Hacia un turismo reflexivo y atento a la cultura de outro.**

Disponível em:

<http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php->

[URL_ID=36700&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php-URL_ID=36700&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 02. Jan. 2017.

UOL. **National Geographic elege Roraima como seu destino preferido no Brasil.**

Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/noticias/2012/04/10/national-geographic-elege-roraima-como-seu-destino-preferido--dentro-do-brasil.htm>. Acesso em: 14. Abril. 2016.

VERAS. Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do Espaço Urbano de Boa Vista – Roraima.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela terra – 1777 a 1980.** 2. ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

SERVICIOS ACTUALES DENTRO DEL RECURSO :
 Marcar con una X los servicios que funcionan:

Alojamiento:

<input type="checkbox"/> Hoteles	<input type="checkbox"/> Apart-Hoteles	<input type="checkbox"/> Hostales
<input type="checkbox"/> Albergues	<input type="checkbox"/> Casas de Hospedajes	<input type="checkbox"/> Eco-lodges
<input type="checkbox"/> Otro	<input type="checkbox"/> Resorts	

especificar

Alimentación:

<input type="checkbox"/> Restaurantes	<input type="checkbox"/> Bares	<input type="checkbox"/> Cafeterías
<input type="checkbox"/> Snacks	<input type="checkbox"/> Fuentes de Soda	<input type="checkbox"/> Venta de comida rápida

Kioskos de venta de comida y/o bebidas

Otro.....
especificar

Otros servicios :

<input type="checkbox"/> Agencias de Viajes	<input type="checkbox"/> Servicios de guías
<input type="checkbox"/> Alquiler de Caballos	<input type="checkbox"/> Servicio de Correos
<input type="checkbox"/> Alquiler de Pedalones	<input type="checkbox"/> Servicio de Estacionamiento
<input type="checkbox"/> Alquiler de bicicletas	<input type="checkbox"/> Servicios de Fax
<input type="checkbox"/> Alquiler de Botes	<input type="checkbox"/> Servicios de Internet
<input type="checkbox"/> Alquiler de Camuajes	<input type="checkbox"/> Servicios de Salvavidas
<input type="checkbox"/> Alquiler de Equip. para Turismo de Aventura	<input type="checkbox"/> Servicio de Taxis
<input type="checkbox"/> Bancos - Cajeros	<input type="checkbox"/> Tópico
<input type="checkbox"/> Casa de Cambio	<input type="checkbox"/> Venta de Artesanía
<input type="checkbox"/> Centro de Interpretación	<input type="checkbox"/> Venta de Material Inform.(libros, revistas, postales, videos, etc.)
<input type="checkbox"/> Facilidades para los Discapacitados	<input type="checkbox"/> Venta de Materiales para Fotografías
<input type="checkbox"/> Museos de Sitio	<input type="checkbox"/> Otro.....
<input type="checkbox"/> Oficina de Información	<input type="checkbox"/> especificar
<input type="checkbox"/> Seguridad/POLTUR	
<input type="checkbox"/> Servicios Higiénicos	

Lugares de Esparcimiento:

<input type="checkbox"/> Discotecas	<input type="checkbox"/> Casinos de Juego	<input type="checkbox"/> Pubs
<input type="checkbox"/> Peñas	<input type="checkbox"/> Night Clubs	<input type="checkbox"/> Juegos infantiles
<input type="checkbox"/> Cines o teatros	<input type="checkbox"/> Maq. Tragamonedas	<input type="checkbox"/> Otros

SERVICIOS ACTUALES FUERA DEL RECURSO TURISTICO : (del poblado más cercano)
 Marcar con una X los servicios que funcionan:

Alojamiento:

<input type="checkbox"/> Hoteles	<input type="checkbox"/> Apart-Hoteles	<input type="checkbox"/> Hostales
<input type="checkbox"/> Albergues	<input type="checkbox"/> Casas de Hospedajes	<input type="checkbox"/> Eco-lodges
<input type="checkbox"/> Otro (especificar)	<input type="checkbox"/> Resorts	

Alimentación:

<input type="checkbox"/> Restaurantes	<input type="checkbox"/> Bares	<input type="checkbox"/> Cafeterías
<input type="checkbox"/> Snacks	<input type="checkbox"/> Fuentes de Soda	<input type="checkbox"/> Venta de comida rápida

Kioskos de venta de comida y/o bebidas

Otros servicios :

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Agencias de Viajes | <input type="checkbox"/> Servicios de guiados |
| <input type="checkbox"/> Alquiler de Caballos | <input type="checkbox"/> Servicio de Correos |
| <input type="checkbox"/> Alquiler de Peñales | <input type="checkbox"/> Servicio de Estacionamiento |
| <input type="checkbox"/> Alquiler de bicicletas | <input type="checkbox"/> Servicios de Fax |
| <input type="checkbox"/> Alquiler de Botes | <input type="checkbox"/> Servicios de Internet |
| <input type="checkbox"/> Alquiler de Camuflajes | <input type="checkbox"/> Servicios de Salvavidas |
| <input type="checkbox"/> Alquiler de Equip. para Turismo de Aventura | <input type="checkbox"/> Servicio de Taxis |
| <input type="checkbox"/> Bancos - Cajeros | <input type="checkbox"/> Tópico |
| <input type="checkbox"/> Casa de Cambio | <input type="checkbox"/> Venta de Artesanía |
| <input type="checkbox"/> Centro de Interpretación | <input type="checkbox"/> Venta de Material Inform.(libros, revistas, postales, videos, etc.) |
| <input type="checkbox"/> Facilidades para los Discapacitados | <input type="checkbox"/> Venta de Materiales para Fotografías |
| <input type="checkbox"/> Museos de Sitio | <input type="checkbox"/> Otro..... |
| <input type="checkbox"/> Oficina de Información | <input type="checkbox"/> especificar |
| <input type="checkbox"/> Seguridad/POLTUR | |
| <input type="checkbox"/> Servicios Higiénicos | |

Lugares de Esparcimiento:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Discotecas | <input type="checkbox"/> Casinos de Juego | <input type="checkbox"/> Pubs |
| <input type="checkbox"/> Peñas | <input type="checkbox"/> Night Clubs | <input type="checkbox"/> Juegos Infantiles |
| <input type="checkbox"/> Cines o teatros | <input type="checkbox"/> Maq.Tragamonedas | <input type="checkbox"/> Otros |

	Orfebrería - joyería (oro y plata) Otros	
3.e Gastronomía	Platos Típicos Bebidas Típicas Dulces Típicos	Lugares. Tipo y calidad de los platos y las bebidas. Descripción de los mismos
3.f Etnológico	Costa Sierra Selva	Etnia a la que pertenece. Aspectos más notables (tipos de vida, etc.) Causas de interés turístico. Actividades que realizan.

(* El folclore es una Manifestación Cultural, sin embargo, por su representatividad e importancia para nuestro país, se ha considerado conveniente que éste constituya otra categoría.

Categoría: 4. Realizaciones Técnicas Científicas o Artísticas Contemporáneas		
Tipos	Sub-Tipos	Características
4.b Explotaciones Mineras		Descripción del tipo de explotación, destacando los aspectos más notables. Causas del interés turístico. Posibilidades de visita.
4.b Explotaciones Agropecuarias y Pesqueras	Agricultura Ganadería Piscigranja	Descripción del tipo de explotación, destacando los aspectos más notables. Causas del interés turístico. Posibilidades de visita.
4.c Explotaciones Industriales	Fábrica de Lácteos Trapiches Vitivinícolas Bodegas Otros	Descripción del tipo de explotación, destacando los aspectos más notables. Causas del interés turístico. Posibilidades de visita.
4.d Centros Científicos y Técnicos	Zoológicos Jardines Botánicos y viveros Planetarios Acuarios	Descripción del tipo de explotación, destacando los aspectos más notables. Causas del interés turístico. Posibilidades de visita.

	tierra) Otros	
2e. Pueblos	Pueblos Tradicionales Pueblos Artesanales Pueblos Históricos	Fechas de fundación e intervenciones más resaltantes (remodelaciones) Época a la que pertenece. Datos históricos. Sucesos importantes relacionados con el lugar. Descripción de principales elementos estéticos que lo definen. Causas del interés turístico Estado de conservación. Si ha sido declarado Patrimonio Cultural o Monumental de la Nación por el INC o Patrimonio Cultural de la Humanidad por UNESCO.
Categoría : 3. folklore		
Tipos:	Sub-tipos:	Características
3.a Creencias Populares	Cuentos Costumbres Leyendas Mitos Tradiciones	Lugar y fecha de acontecimiento, duración. Descripción de la ceremonia Lugar Tipos de sucesos (histórico, contemporáneo, etc.)
3.b Ferias y Mercados	Mercados Artesanales Ferias Artesanales	Lugar, fecha del acontecimiento, duración. Descripción de los productos en venta y causas de su interés turístico.
3.c Música y Danzas		Tipos de música y danzas. Descripción de sus rasgos relevantes. Causas de interés turístico.
3.d Artesanía y artes	Alfarería Cera(velas) Cerámica Cestería Cueros y Pieles Madera/Carpintería(escultura) Instrumentos Musicales Metales Imaginería Máscaras Objetos Rituales Papel Piedras Pinturas Tejidos Indumentaria	Lugar de producción. Tipo y calidad del producto. Cultura

	<p>Edificaciones(fortalezas, escuelas, cuarteles, colegios)</p> <p>Universidades</p> <p>Piadas</p> <p>Piazuelas</p> <p>Alamedas</p> <p>Paseos</p> <p>Boulevards</p> <p>Malecones</p> <p>Barrios</p> <p>Santuarios</p> <p>Miradores</p> <p>Parques</p> <p>Glorietas</p> <p>Puertos, Embarcaderos, muelles y caletas.</p> <p>Obras de ingeniería moderna (Puentes y canales de riego)</p> <p>Otros</p>	<p>Estado de conservación.</p> <p>Si el atractivo ha sido declarado Patrimonio Cultural o Monumental de la Nación por el INC o Patrimonio Cultural de la Humanidad por UNESCO.</p> <p>Datos históricos. Sucesos importantes relacionados con el inmueble.</p> <p>Considerar monumentos, piletas, etc.</p>
2c. Lugares Históricos	<p>Edificaciones (casas, balcones, cuartos, ventana, patios,murallas...)</p> <p>Complejo Histórico</p> <p>Barrios</p> <p>Puertos, Embarcaderos, muelles y caletas</p> <p>Campo Santo</p> <p>Campo de Batalla</p> <p>Piadas</p> <p>Piazuelas</p> <p>Obras de ingeniería (Andenes, canales de riego y Puentes)</p> <p>Estación ferroviaria</p> <p>Otros</p>	<p>Fechas. De construcción e intervenciones más resalantes (remodelaciones o reconstrucciones)</p> <p>Estado de conservación.</p> <p>Cultura y contexto a los que pertenece.</p> <p>Datos históricos. Sucesos importantes relacionados con la construcción.</p> <p>Descripción de elementos formales y estéticos que definen la construcción. Incluir proporciones, componentes decorativos y otros.</p> <p>Causas del interés turístico</p> <p>Si los recursos han sido declarados Patrimonio Cultural o Monumental de la Nación por el INC o Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO.</p>
2d. Sitios Arqueológicos	<p>Edificaciones (Templos, fortalezas, plazas, cementerios, etc.)</p> <p>Cuevas y grutas</p> <p>Pinturas Rupestres</p> <p>Petroglifos (grabados en piedra)</p> <p>Esculturas</p> <p>Geoglifos (grabado en</p>	<p>Fechas. De realización e intervenciones más resalante (remodelaciones)</p> <p>Cultura a los que pertenece.</p> <p>Descripción de elementos formales y estéticos que definen la realización</p> <p>Causas del interés turístico</p> <p>Estado de conservación.</p> <p>Si ha sido declarado Patrimonio Cultural o Monumental de la Nación por el INC o Patrimonio Cultural de la Humanidad por UNESCO.</p>

1.m Grutas o Cavernas, Cuevas		Dimensiones Formación de depósitos: estalactitas, estalagmitas Presencia de cursos de agua internos Flora y fauna
1.n Áreas protegidas	Parques Nacionales Santuarios Nacionales Santuarios Históricos Reservas Nacionales Bosques de Protección Reservas Paisajistas Reservas Comunales Cotos de Caza Zonas Reservadas	Ubicación, extensión aproximada Flora y fauna Especies de interés Especies en peligro de extinción Caminos, senderos, rutas
1.ñ Lugares Pintorescos	Lugar Pintoresco de Flora Lugar Pintoresco de Fauna Bosques Miradores Naturales Caminos Pintorescos	Ubicación de sitios Extensión, altitud, clima Puntos de interés Caminos, sendas, rutas Especies de interés
1.o Otros	Lugares Paleontológicos (Fósiles) Colpas	Región natural en donde se encuentra Tipos de restos encontrados Antigüedad Región natural en donde se encuentra Flora y fauna circundante Especies de interés
Categoría: 2. Manifestaciones Culturales		
Tipos:	Sub-tipos:	Características
2.a Museos y otros (Pinacoteca)		Tipo de colección Calidad e importancia de la colección, piezas más relevantes (especificar fechas y contexto) Estado de conservación de las piezas y del edificio mismo donde se encuentra dicha colección. Hacer mención específica del edificio de ser necesaria (ej. : iglesia).
2.b. Arquitectura y Espacios Urbanos	Iglesia (Templo, Catedral, etc.) Convento Capilla Casa de valor arquitectónico Casa - Hacienda Palacio o Castillo Teatros Biblioteca Molino	Fechas. De construcción e intervenciones más resalantes (remodelaciones o reconstrucciones). Descripción de elementos formales y estéticos que definen la edificación. Incluir características de las fachadas, sus alturas, proporciones, componentes decorativos y otros elementos destacados Indicar estilo arquitectónico. Descripción de los bienes muebles destacables. (púlpitos, altares, etc.) Causas del interés turístico.

		Fauna Flora
1.g Cuerpos de agua	Lagos, Lagunas, Oasis, Pantanos, Albufera Humedales	Región natural en la que se encuentra Extensión Profundidad Presencia de islas
1.h Ríos		Calidad del agua (color, temperatura, transparencia) Flora Fauna Centros poblados cercanos Zonas de pesca, navegables, y otros. Caudal
1.i Caídas de agua	Cataratas o cascadas	Lugar de origen Principales afluentes Flora y fauna Número de saltos Altura
1.j Manantiales		Región natural en la que se encuentra Calidad y color del agua Flora y fauna circundante Dimensión
1.k Aguas Minero Medicinales	Aguas Termales Aguas No Termales Gases Lodos	Región natural en la que se encuentra Calidad y propiedades del agua Caudal Paisaje circundante Instalaciones
1.l Costas	Islas Penínsulas Bahías Puntas Playas Esteros y manglares Caletas Lomas	Región natural en la que se encuentra Temperatura Calidad y propiedades del agua(color, transparencia, salinidad, temperatura) Dimensiones y morfología Clima, profundidad Flora y fauna circundante Dimensiones Clima Geología y morfología del lugar Flora y fauna

Anexo 02: Tabela de Categorías

CATEGORÍAS – TABLAS

1. Categoría: Sitios Naturales		
Tipos:	Sub-tipos:	Características
1.a Montañas	Cordillera Altiplanos Mesetas Cerros Áreas Nevadas Bosque de Piedras Volcanes (*)	Altura, morfología Región Natural en que se encuentran. (Costa o Chala, Yunga, etc.) Clima, cambios estacionales marcados Vegetación Fauna Caminos, senderos y rutas Presencia de glaciares Presencia de fragmentos de rocas Tipos de erosión predominante Estado actual: activo, durmiente, apagado (*) Presencia de glaciares (*)
1.b Planicies	Desiertos Llanuras Tablazos Pampas Salinas Dunas (Medanos)	Región natural en que se encuentra (Costa o Chala, Yunga, etc.) Clima, cambios estacionales marcados Extensión, morfología (permite conocer cómo se han formado la superficie terrestre) Vegetación Fauna
1.c Valles		Extensión y Morfología Vegetación Fauna silvestre Clima
1.d Quebradas		Geología Clima, altura Caminos, senderos, rutas Vegetación Fauna
1.e Cañones		Región natural en la que se encuentra Geología, clima Profundidad máxima Río y afluentes principales Caminos, senderos, rutas
1.f Pongos		Geología, clima Profundidad máxima
	Túneles Puentes Modernos Centrales Hidroeléctricas Represas Otros	
4.e Otros		

Categoría: 5. Acontecimientos Programados		
Tipos	Sub-Tipos	Características
5.a Artísticos	Danza Música Teatro Exposiciones Otros	Fecha de realización. Tipo y calidad del programa. Causas del interés turístico
5.b Eventos	Convenciones Concursos Ferias (no artesanales) Festivales Congresos	Descripción del evento Causas de interés turístico.
5.c Fiestas	Fiestas Patronales Fiestas Religiosas Carnavales	Descripción de la fiesta. Causas de interés turístico.
5.d Otros		

Anexo 03: Formulario de Pesquisa de Inventário Turístico. Categoria A – Infraestrutura de Apoio ao Turismo

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
A1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS DO MUNICÍPIO	A.1.1. Caracterização do município	
A2 – MEIOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO	A.2.1. Rodoviário	A.2.1.1. Rodovia A.2.1.2. Estação rodoviária A.2.1.3. Terminal rodoviário
	A.2.2. Ferroviário	A.2.2.1. Ferrovia A.2.2.2. Metrovia A.2.2.3. Estação ferroviária A.2.2.4. Estação metroviária
	A.2.3. Aeroviário	A.2.3.1. Aeroporto A.2.3.2. Campo de pouso A.2.3.3. Heliporto A.2.3.4. Outros
	A.2.4. Aquaviário	A.2.4.1. Hidrovia A.2.4.2. Porto organizado A.2.4.3. Pler A.2.4.4. Cais A.2.4.5. Marina A.2.4.6. Terminal portuário de uso privativo em turismo A.2.4.7. Clube náutico A.2.4.8. Outros
A3 – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	A.3.1. Agência postal	
	A.3.2. Posto telefônico	
	A.3.3. Emissora de rádio	
	A.3.4. Emissora de TV	
	A.3.5. Jornal	
	A.3.6. Revista	
	A.3.7. Outros	
A4 – SISTEMA DE SEGURANÇA	A.4.1. Polícia Civil	
	A.4.2. Polícia Militar	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
A4 – SISTEMA DE SEGURANÇA	A.4.3. Polícia Rodoviária	
	A.4.4. Corpo de Bombeiros	
	A.4.5. Serviços de busca e salvamento	
	A.4.6. Serviços de Polícia Marítima/Aérea/de Fronteiras	
	A.4.7. Guarda Municipal	
	A.4.8. Defesa Civil	
	A.4.9. Outros	
A5 – SISTEMA DE SAÚDE	A.5.1. Pronto-socorro	
	A.5.2. Hospital	
	A.5.3. Clínica médica	
	A.5.4. Maternidade	
	A.5.5. Posto de saúde	
	A.5.6. Farmácia/drogaria	
	A.5.7. Clínica odontológica	
	A.5.8. Clínica veterinária	
	A.5.9. Outros	
A6 – SISTEMA EDUCACIONAL	A.6.1. Caracterização do sistema de educação	
A7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	A.7.1. Locadoras de Imóveis para temporada	
	A.7.2. Compras especiais	A.7.2.1. Feira/mercado A.7.2.2. Galeria/rua comercial A.7.2.3. <i>Shopping</i> A.7.2.4. Plantas/flores/frutas A.7.2.5. Antiquário A.7.2.6. Cantina/cave A.7.2.7. Bodega/alambique A.7.2.8. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
A7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	A.7.3. Comércio turístico	A.7.3.1. Loja de artesanato/souvenir A.7.3.2. Loja de artigos fotográficos A.7.3.3. Antiquário/galeria de arte A.7.3.4. Outros
	A.7.4. Serviços bancários	A.7.4.1. Agência/posto bancário A.7.4.2. Casa de câmbio
	A.7.5. Serviços mecânicos	A.7.5.1. Automóvel A.7.5.2. Motocicleta A.7.5.3. Ônibus/caminhão A.7.5.4. Embarcações náuticas A.7.5.5. Outros
	A.7.6. Posto de combustível	
	A.7.7. Representações diplomáticas	A.7.7.1. Embaixada A.7.7.2. Consulado A.7.7.3. Outras

Anexo 04: Formulário de Pesquisa de Inventário Turístico. Categoria B – Serviços e Equipamentos Turísticos

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B1 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	B.1.1. Hoteleira e de apoio	B.1.1.1. Hotel B.1.1.2. Hotel histórico B.1.1.3. Hotel fazenda B.1.1.4. Resort B.1.1.5. Pousada B.1.1.6. <i>Flat/apart-hotel</i> B.1.1.7. Albergue B.1.1.8. Cama e café B.1.1.9. Alojamento de floresta B.1.1.10. Pensão B.1.1.11. Motel B.1.1.12. Colônia de férias B.1.1.13. Estalagem/hospedaria B.1.1.14. Alojamento coletivo B.1.1.15. Hospedagem conventual (mosteiro/seminário/convento) B.1.1.16. Hospedagem familiar B.1.1.17. Hotel de trânsito B.1.1.18. SPA B.1.1.19. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B1 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	B.1.2. Outro tipo de acomodação	B.1.2.1. Acampamento turístico/ <i>camping</i>
B2 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS	B.2.1. Restaurante	
	B.2.2. Bar	
	B.2.3. Lanchonete	
	B.2.4. Cafeteria	
	B.2.5. Quiosque	
	B.2.6. Barraca de praia	
	B.2.7. Sorveteria	
	B.2.8. Confeitaria/padaria	
	B.2.9. Outros	
B3 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE AGÊNCIAS DE TURISMO	B.3.1. Agência de viagem	
	B.3.2. Operadora de turismo	
	B.3.3. Agência de receptivo	
	B.3.4. Agência consolidadora	
B4 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE TURÍSTICO	B.4.1. Transportadora turística e similares	
	B.4.2. Locadoras de veículos	
	B.4.3. Outros tipos de transporte	
B5 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS	B.5.1. Espaços para eventos	B.5.1.1. Centro de convenções e feiras B.5.1.2. Parque/pavilhão/centro de exposições B.5.1.3. Auditório/salão para reuniões B.5.1.4. Outros
	B.5.2. Serviços para Eventos	B.5.2.1. Organizadora B.5.2.2. Promotora B.5.2.3. Outros serviços especializados

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	B.6.1. Parques	B.6.1.1. Aquático B.6.1.2. Temático B.6.1.3. De diversões B.6.1.4. Outros
	B.6.2. Espaços livres e áreas verdes	B.6.2.1. Praça B.6.2.2. Jardim B.6.2.3. Parque B.6.2.4. Mirante B.6.2.5. Largo B.6.2.6. Outros
B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	B.6.3. Instalações esportivas	B.6.3.1. Estádio B.6.3.2. Ginásio B.6.3.3. Quadra B.6.3.4. Campo de golfe B.6.3.5. Campo de futebol B.6.3.6. Campo de <i>paintball</i> B.6.3.7. Autódromo B.6.3.8. Kartódromo B.6.3.9. Velódromo B.6.3.10. Hipódromo B.6.3.11. Pista de equitação B.6.3.12. Pista de boliche B.6.3.13. Pista de patinação B.6.3.14. Pista de <i>skaite</i> B.6.3.15. Rampa para voo livre B.6.3.16. Piscina B.6.3.17. Outras
	B.6.4. Instalações náuticas	B.6.4.1. Marina B.6.4.2. Pier B.6.4.3. Garagem náutica B.6.4.4. Clube náutico B.6.4.5. Cais B.6.4.6. Outras
	B.6.5. Espaços de diversão e cultura	B.6.5.1. Boate/discoteca B.6.5.2. Casa de espetáculos/ <i>shows</i> B.6.5.3. Casa de dança B.6.5.4. Cinema B.6.5.5. Clube social B.6.5.6. Centro de tradições B.6.5.7. Outros
	B.6.6. Outros espaços de recreação	B.6.6.1. Pesque e pague B.6.6.2. Pesque e solte B.6.6.3. Colha e pague B.6.6.4. Sítios/chácaras de lazer B.6.6.5. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	B.7.1. Informações turísticas	B.7.1.1. Posto B.7.1.2. Centro de atendimento B.7.1.3. Central B.7.1.4. Outros
	B.7.2. Entidades associativas e similares	
	B.7.3. Guiamento e condução turística	B.7.3.1. Guia de turismo B.7.3.2. Monitor B.7.3.3. Condutor B.7.3.4. Outros

Anexo 05: Formulário de Pesquisa de Inventário Turístico. Categoria C – Atrativos Turísticos

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.1. Relevo continental	C.1.1.1. Montanha C.1.1.2. Serra C.1.1.3. Monte/morro/colina C.1.1.4. Pico/cume C.1.1.5. Chapada C.1.1.6. Tabuleiro C.1.1.7. Patamar C.1.1.8. Matakão C.1.1.9. Vale C.1.1.10. Planalto C.1.1.11. Planície C.1.1.12. Depressão C.1.1.13. Outros
	C.1.2. Zona costeira	C.1.2.1. Restinga C.1.2.2. Duna C.1.2.3. Barreira C.1.2.4. Praia C.1.2.5. Mangue C.1.2.6. Estuário C.1.2.7. Falésia C.1.2.8. Baía/enseada/saco C.1.2.9. Península/cabo/ponta C.1.2.10. Recife/atol C.1.2.11. Ilha C.1.2.12. Arquipélago C.1.2.13. Barra C.1.2.14. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.3. Relevo cárstico	C.1.3.1. Caverna C.1.3.2. Gruta C.1.3.3. Furna C.1.3.4. Dolina
	C.1.4. Hidrografia	C.1.4.1. Rio C.1.4.2. Riacho C.1.4.3. Córrego C.1.4.4. Arroio C.1.4.5. Lago/lagoa/laguna C.1.4.6. Alagado C.1.4.7. Fonte C.1.4.8. Outros
	C.1.5. Unidades de conservação e similares	C.1.5.1. Área de proteção ambiental C.1.5.2. Área de relevante Interesse ecológico C.1.5.3. Estação ecológica C.1.5.4. Floresta C.1.5.5. Monumento natural C.1.5.6. Parque C.1.5.7. Refúgio de vida silvestre C.1.5.8. Reserva biológica C.1.5.9. Reserva extrativista C.1.5.10. Reserva de desenvolvimento sustentável C.1.5.11. Reserva de fauna C.1.5.12. Reserva particular do patrimônio natural C.1.5.13. Zoológico C.1.5.14. Jardim botânico C.1.5.15. Outras
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.1. Conjunto arquitetônico	C.2.1.1. Urbano C.2.1.2. Rural C.2.1.3. Industrial C.2.1.4. Ferroviário C.2.1.5. Outros
	C.2.2. Comunidades tradicionais	C.2.2.1. Quilombola C.2.2.2. Indígena C.2.2.3. Ribeirinha C.2.2.4. De Imigração C.2.2.5. Extrativista C.2.2.6. Outras
	C.2.3. Sítios arqueológicos	C.2.3.1. Lítico C.2.3.2. Cerâmico C.2.3.3. Lítico-cerâmico C.2.3.4. Estrutura de pedra C.2.3.5. Estrutura de terra C.2.3.6. Arte rupestre C.2.3.7. Sambaqui C.2.3.8. Outros

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.4. Sítios paleontológicos	C.2.4.1. Floresta fóssil C.2.4.2. Restos fósseis ou em processo de fossilização C.2.4.3. Moldes, rastros, pegadas C.2.4.4. Outros
	C.2.5. Itinerários culturais	C.2.5.1. Histórico C.2.5.2. Religioso/espiritual C.2.5.3. Relacionado a lendas/mitos/narrativas associadas C.2.5.4. Relacionado a fatos históricos C.2.5.5. Outros
	C.2.6. Parques históricos	C.2.6.1. Arqueológico C.2.6.2. Geoparque C.2.6.3. Histórico C.2.6.4. Outros
	C.2.7. Lugares de manifestações de fé	C.2.7.1. Romaria e procissão C.2.7.2. Culto C.2.7.3. Encontro para manifestação de fé C.2.7.4. Referencial para mitos e narrativas de fé C.2.7.5. Visitação de cunho religioso C.2.7.6. Outros
	C.2.8. Lugares de referências à memória	C.2.8.1. Acontecimento histórico C.2.8.2. Referencial para narrativa mítica C.2.8.3. Ritual e celebração C.2.8.4. Outros
	C.2.9. Feiras/mercados de caráter cultural	
	C.2.10. Arquitetura civil	C.2.10.1. Casa/casação/sobrado/solar C.2.10.2. Casa de comércio C.2.10.3. Educandário/colégio/escola C.2.10.4. Liceu C.2.10.5. Universidade C.2.10.6. Coreto C.2.10.7. Palácio/palacete C.2.10.8. Chalé C.2.10.9. Chafariz/fonte/bica C.2.10.10. Hospital C.2.10.11. Orfanato/creche C.2.10.12. Asilo C.2.10.13. Quinta C.2.10.14. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.11. Arquitetura oficial	C.2.11.1. Casa de câmara e cadeia C.2.11.2. Paço municipal C.2.11.3. Cadeia C.2.11.4. Casa de Intendência C.2.11.5. Casa de fundição C.2.11.6. Casa de alfândega C.2.11.7. Fórum/tribunal C.2.11.8. Residência oficial C.2.11.9. Sede do poder executivo/ legislativo/judiciário C.2.11.10. Outras
	C.2.12. Arquitetura militar	C.2.12.1. Bateria C.2.12.2. Baluarte C.2.12.3. Bastião C.2.12.4. Fortim C.2.12.5. Forte C.2.12.6. Fortaleza C.2.12.7. Quartel C.2.12.8. Colégio C.2.12.9. Vila militar C.2.12.10. Outras
	C.2.13. Arquitetura religiosa	C.2.13.1. Igreja C.2.13.2. Basílica C.2.13.3. Catedral C.2.13.4. Sé C.2.13.5. Santuário C.2.13.6. Capela C.2.13.7. Ermida C.2.13.8. Abadia C.2.13.9. Oratório C.2.13.10. Casa paroquial C.2.13.11. Casa capitular C.2.13.12. Casa da providência C.2.13.13. Palácio arquiépiscopal C.2.13.14. Mosteiro C.2.13.15. Seminário C.2.13.16. Convento C.2.13.17. Outras
	C.2.14. Arquitetura industrial/ agrícola	C.2.14.1. Engenho C.2.14.2. Moinho/usina C.2.14.3. Celeiro C.2.14.4. Alambique/vinicola C.2.14.5. Fábrica C.2.14.6. Casa de operários C.2.14.7. Fazenda C.2.14.8. Senzala C.2.14.9. Casa de chácara/sítio/ fazenda/engenho C.2.14.10. Outras

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.15. Arquitetura funerária	C.2.15.1. Panteão C.2.15.2. Mausoléu C.2.15.3. Cruzeiro C.2.15.4. Túmulo C.2.15.5. Memorial C.2.15.6. Cemitério C.2.15.7. Outras
	C.2.16. Marcos históricos	C.2.16.1. Divisão territorial C.2.16.2. Referência à história C.2.16.3. Relativos a festas e rituais C.2.16.4. Outros
	C.2.17. Obras de Infraestrutura	C.2.17.1. Viaduto/ponte C.2.17.2. Túnel C.2.17.3. Caixa-d'água C.2.17.4. Aqueduto C.2.17.5. Trapiche/plier C.2.17.6. Marina C.2.17.7. Porto C.2.17.8. Quebra-mar/molhe C.2.17.9. Barragem/represa C.2.17.10. Farol C.2.17.11. Estrutura ferroviária C.2.17.12. Estrutura rodoviária C.2.17.13. Estrutura aeroportuária C.2.17.14. Rotunda C.2.17.15. Elevador/funicular C.2.17.16. Viaduto C.2.17.17. Torre C.2.17.18. Outras
	C.2.18. Obras de Interesse artístico	C.2.18.1. Bens integrados à edificação C.2.18.2. Bens integrados à paisagem ou ao espaço urbano C.2.18.3. Outras
	C.2.19. Ruínas	
	C.2.20. Museu/memorial	
	C.2.21. Biblioteca	
	C.2.22. Centros culturais/casas de cultura/galerias	
	C.2.23. Teatros/anfiteatros	
	C.2.24. Cineclubes	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.25. Gastronomia típica e preparação de alimentos	C.2.25.1. Receitas típicas e tradicionais C.2.25.2. Técnicas de produção e processamento de alimentos C.2.25.3. Outras
	C.2.26. Artesanato/ trabalhos manuais	C.2.26.1. Cerâmica C.2.26.2. Escultura C.2.26.3. Bordado C.2.26.4. Cestaria C.2.26.5. Mosaicó C.2.26.6. Tricó/croché C.2.26.7. Entalhe C.2.26.8. Renda C.2.26.9. Fotografia C.2.26.10. Tecelagem C.2.26.11. Papel machê C.2.26.12. Macramê C.2.26.13. Plumária C.2.26.14. Bijuteria C.2.26.15. Dobradura C.2.26.16. Marcenaria/marçetaria C.2.26.17. Gravura C.2.26.18. Pátina e texturização C.2.26.19. Cartonagem C.2.26.20. Pintura C.2.26.21. Decupagem C.2.26.22. Topiaria/arranjos florais C.2.26.23. Outras
	C.2.27. Atividades tradicionais de trabalho	C.2.27.1. Agricultor C.2.27.2. Pescador C.2.27.3. Seringueiro C.2.27.4. Garimpeiro C.2.27.5. Quebrador de coco C.2.27.6. Fotógrafo lambe-lambe C.2.27.7. Carpinteiro C.2.27.8. Peão C.2.27.9. Outras
	C.2.28. Formas de expressão	C.2.28.1. Música C.2.28.2. Dança C.2.28.3. Literária/oral C.2.28.4. Cênica/perfomática C.2.28.5. Outras
	C.2.29. Personalidades	
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.1. Extrativista	C.3.1.1. Mineral C.3.1.2. Vegetal C.3.1.3. Animal

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.2. Agropecuária	C.3.2.1. Agricultura C.3.2.2. Pecuária C.3.2.3. Aquicultura C.3.2.4. Silvicultura C.3.2.5. Outras
	C.3.3. Comercial	C.3.3.1. Atacadista C.3.3.2. Varejista
	C.3.4. Industrial	C.3.4.1. Petrolífera C.3.4.2. Automobilística C.3.4.3. Têxtil C.3.4.4. Alimentícia C.3.4.5. Coureira C.3.4.6. Joalheira C.3.4.7. Madeireira C.3.4.8. Ceramista C.3.4.9. Outras
	C.3.5. Tecnológica	
C4 – REALIZAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS CONTEMPORÂNEAS	C.4.1. Parque tecnológico	
	C.4.2. Centro de pesquisa	
	C.4.3. Usinas e outras estruturas de geração de energia	C.4.3.1. Hidrelétrica C.4.3.2. Termoeétrica C.4.3.3. Nuclear C.4.3.4. Eólica C.4.3.5. Solar C.4.3.6. Outras
	C.4.4. Barragem/eclusa/açude	
	C.4.5. Planetário	
	C.4.6. Aquário	
	C.4.7. Viveiro	
	C.4.8. Outras	
C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.1. Feiras/exposições	
	C.5.2. Congressos	
	C.5.3. Convenções	

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.4. Festivais/ <i>shows</i>	
	C.5.5. Seminários	
	C.5.6. Oficinas/ <i>workshops</i>	
	C.5.7. Competições	
	C.5.8. Desfiles/passeatas	
	C.5.9. Encontros temáticos	
	C.5.10. Festas/celebrações	C.5.10.1. Religiosa/manifestação de fé C.5.10.2. Popular/folclórica C.5.10.3. Referente ao trabalho ou ciclo produtivo C.5.10.4. Festa cívica C.5.10.5. Outras
	C.5.11. Outros	

Anexo 06: Ficha da Categoria Lugares do Inventário Participativo

> FICHAS DAS CATEGORIAS

>>> LUGARES

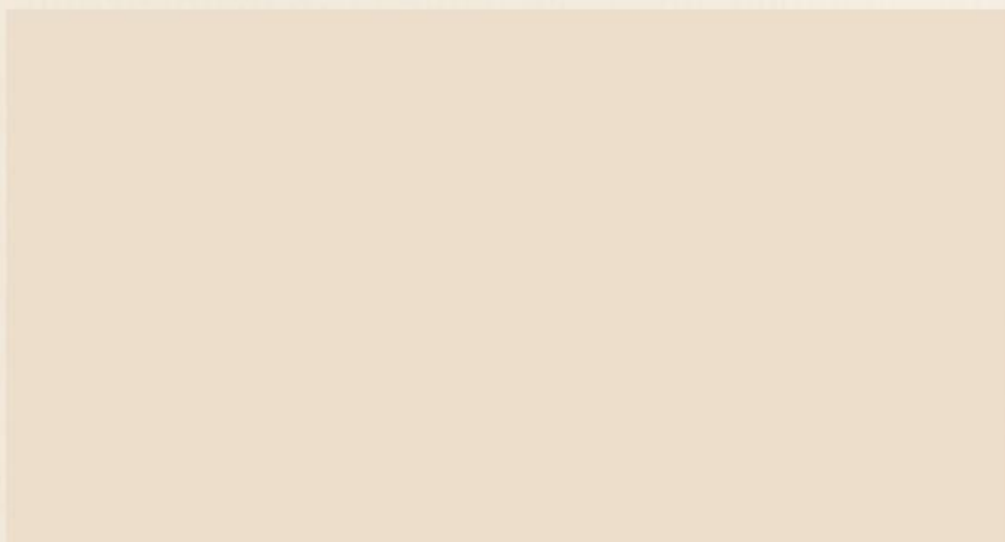
IDENTIFICAÇÃO

NOME

Escrevam o nome mais comum do lugar e outros nomes pelos quais é conhecido.

IMAGEM

No quadro de imagem, insiram fotos ou façam um desenho do lugar.



> MODELOS DAS FICHAS

O QUE É

Contem de forma resumida o que é o lugar.

ONDE ESTÁ

Procurem descrever o lugar a partir das referências mais conhecidas.

PERÍODOS IMPORTANTES

Descubram os momentos ou datas importantes associados ao lugar.

HISTÓRIA

Contem sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo.

> MODELOS DAS FICHAS

DESCRIÇÃO

Pessoas envolvidas. Informem as principais pessoas envolvidas com o lugar.

ELEMENTOS NATURAIS

Informem quais são os elementos presentes no ambiente natural.

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

Informem se há elementos construídos no lugar e quais são as suas características.

VESTÍGIOS

Pesquise se o local possui vestígios de ocupações anteriores.

MATERIAIS

Informem os principais materiais que constituem os elementos do lugar.

TÉCNICAS OU MODOS DE FAZER

Pesquise sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar.

> MODELOS DAS FICHAS

MEDIDAS

Informem quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área.

ATIVIDADES QUE ACONTECEM NO LUGAR

Informem as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos.

MANUTENÇÃO

Identifiquem os responsáveis e os cuidados necessários para a manutenção do lugar.

CONSERVAÇÃO

Informem se o lugar está bem ou mal cuidado.

AVALIAÇÃO

Indiquem os principais aspectos para que o lugar continue sendo uma referência cultural e quais podem interferir para seu desaparecimento.

RECOMENDAÇÕES

Deem sugestões para a preservação do lugar, após fazer sua avaliação.
